

Ronaldo Guimarães Vicente Filho

**PAISAGEM CULTURAL, TÉCNICAS E SABERES
TRADICIONAIS: a agricultura itinerante em Três Riachos,
Biguaçu/SC**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Margareth de Castro Afeche Pimenta

Florianópolis - SC
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Guimarães Filho, Ronaldo Vicente
Paisagem cultural, técnicas e saberes
tradicionais : a agricultura itinerante em Três
Riachos, Biguaçu/SC / Ronaldo Vicente Guimarães
Filho ; orientadora, Margareth de Castro Afeche
Pimenta , 2018.
327 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia,
Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. Paisagem e Recursos Naturais.
3. Dinâmicas e Configurações de Espaços Rurais.
4. Paisagem Cultural. 5. Agricultura Itinerante.
I. Pimenta, Margareth de Castro Afeche. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa
de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

Ronaldo Guimarães Vicente Filho

**PAISAGEM CULTURAL, TÉCNICAS E SABERES
TRADICIONAIS: a agricultura itinerante em Três Riachos,
Biguaçu/SC**

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do título de “Doutor em Geografia” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 12 de Abril de 2018.

Prof. Dr. Elson Manoel Pereira
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Pós-Dr^a. Margareth de Castro Afeche Pimenta
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Pós-Dr.^a Simonne Teixeira
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Prof. Dr. Fernando Ponte de Sousa
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Clecio Azevedo Da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina

Aos meus pais, Maria e José. Meus
irmãos Rogério e Thaís. E meus
sobrinhos Maria Eduarda, Ronald e
Miguel

AGRADECIMENTOS

Agradecimento não é uma tarefa fácil, principalmente, quando se mostra presente o medo de ser injusto, não contemplando aquele(s) e aquela(s) que, de alguma forma, contribuíram com a elaboração do feito. Nesse sentido, deixo claro que há aqui um esforço genuíno em romper com o esquecimento no registro.

Primeiramente, agradeço as famílias agricultoras por todo o ensinamento. Quantas foram as vezes que, além das informações e companhia, dividiram comigo suas mesas e alimentos, em almoços, cafés ou jantares, além de seus tempos, retirando-os do momento de lazer ou de trabalho (ou participando junto), que sabemos o quanto são preciosos.

À Margareth Afeche de Castro Pimenta agradeço a confiança, receptividade e reciprocidade. Sou muito grato por todas as conversas, compreensões e incentivos. Agradeço também aos colegas do Laboratório de História, Cultura e Desenho da Cidade – CIDAHIS, especialmente, Felipe, Bernardo e Arlis.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Ao corpo docente, principalmente, aos professores e as professoras que tive contato diretamente como aluno em suas disciplinas.

Agradeço à professora Simonne Teixeira e aos professores Fernando Ponte de Sousa e Clecio Azevedo Da Silva por comporem a banca de defesa. Agradeço ainda ao professor Rafael Victorino Devos pela participação e contribuições no exame de qualificação.

A todos e a todas colegas da pós-graduação, principalmente ao Lucas Magno, Edmilson Batista e Eduardo Clarino pela camaradagem, conversas e reflexões.

Ao professor Alfredo Celso Fantini pela possibilidade de apresentar-me a pessoas de extrema importância para elaboração desta tese, assim como, as caronas para Três Riachos e região. A Reney Dorow, Cíntia Uller-Goméz, Fernando de Luca, Daisy Christiane e Gisele, também deixo meus agradecimentos por todas as contribuições.

Agradeço as pessoas que a Ilha me forneceu a possibilidade de conhecer e a forma tão amistosa como me acolheram em seus círculos. Sandra, Dante, Jacque, Gabriela, Fabrício, Cintia. Especialmente a Nadia Brasil Silva, por todo o companheirismo e amor, bem como a Narbal, Luciani, Natália, Dona Yolanda, Gagá e Dona Jurema.

Aos amigos e as amigas de Campos dos Goytacazes, Lucas, Leandro, Daniel, Kadico, Maria Clara, Diego. Obrigado pelos conselhos, amizade e conversas de botequim.

Aos amigos e as amigas do PEA Territórios do Petróleo, pela experiência de trabalhar em conjunto por uma realidade mais justa, especialmente a Carolina, pelos princípios demonstrados diariamente e pela força para seguir em frente.

Agradeço à minha família, Maria Luzia, José Carlos, Rogério e Thaís, pela oportunidade de compreender outras realidades. Ao orgulho demonstrado nas pequenas frases, a preocupação que se transforma em perguntas e a paciência por nem sempre compartilhar de corpo presente das reuniões familiares, principalmente a de José Carlos Nunes, que entende e respeita a minha timidez em participar dos karaokês.

À Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina e aos administradores do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior de Santa Catarina – FUMDES, por tornar esta pesquisa exequível.

“Um passo à frente e você não está mais no mesmo lugar”.

(Chico Science)

RESUMO

O trabalho de tese em questão possui como tema investigar os saberes e as técnicas exercidas por um grupo de agricultores e de agricultoras familiares, praticantes de agricultura itinerante, localizados em comunidades de Três Riachos – Biguaçu – SC (Região Metropolitana de Florianópolis), e a sua relação com a paisagem onde estão presentes, construindo-a e sendo por ela construídos. A utilização do sistema de manejo da agricultura itinerante, representante das técnicas e saberes empregados pela população local, garante a estas pessoas certas especificidades que as diferenciam dos demais grupos de trabalhadores/as agrícolas familiares. A principal característica é a utilização da floresta para realização das lavouras, em um sistema consorciado, no qual desta relação deriva grande parte da renda destas famílias. Estas práticas culturais desenvolvidas por tais sujeitos são aqui compreendidas como elementos geracionais, portanto, são elementos vivos e orgânicos de famílias que retiram grande parte de seus sustentos e reprodutibilidades através da aplicação das mesmas. Neste sentido, corroboramos com o pensamento que determinadas paisagens possuem a necessidade de ser preservadas pela possibilidade da manutenção de algumas práticas culturais nelas presentes. Por outro lado, estas mesmas práticas necessitam também de perpetuação pela influência que possuem na gestão de tais paisagens. Por conseguinte, as duas categorias estão unidas e o que garante a amalgama que as aproximam são os conhecimentos, saberes e técnicas envolvidos no processo. Conhecimento sobre o local, sobre as espécies, sobre o espaço vivido, sobre o gerenciamento dos recursos. São estes elementos que fornecem à paisagem o caráter essencialmente cultural. Considerando os objetivos propostos, selecionamos alguns procedimentos metodológicos que subsidiaram a pesquisa. Neste sentido, optamos pelo levantamento dos relatos orais, através das narrativas dos/das sujeitos/as envolvidos/as na pesquisa, sobre alguns elementos específicos, principalmente atrelados aos saberes e técnicas envolvidos nos processos, visto a possibilidade de maior aprofundamento qualitativo dos dados. Os levantamentos das narrativas objetivaram a busca de elementos que muitas vezes não se encontram nos documentos materiais disponíveis. Na prática, ainda há uma grande dificuldade de utilizar a noção de paisagem cultural como elemento de proteção, como defendida pelos órgãos internacionais, ou seja, considerando o conteúdo histórico da relação homem/mulher e ambiente.

Palavras-chave: Paisagem e Recursos Naturais. Dinâmicas e Configurações de Espaços Rurais. Paisagem Cultural. Agricultura Itinerante. Saberes e Técnicas Agrícolas.

ABSTRACT

The thesis in question has as its theme to investigate the knowledges and the techniques exerted by a family farmers, practitioners of itinerant agriculture located in communities of Três Riachos - Biguaçu - SC (Metropolitan Region of Florianópolis), and its relation with the landscape where they are present, building it and being built by it. The use of the roving farming management system, representative of the techniques and knowledge employed by the local population, guarantees these people certain specificities that differentiate them from other groups of family agricultural workers. The main characteristic is the use of the forest to realize the crops, in a consortium system, in which this relation derives a large part of the income of these families. These cultural practices developed by these involved subjects are understood as generational elements, therefore, they are living and organic elements of families that withdraw much of their livelihoods and reproducibility through their application. In this sense, we corroborate with the thought that certain landscapes have the need to be preserved by the possibility of maintaining some cultural practices in them. On the other hand, these same practices also need to be perpetuated by their influence in the management of such landscapes. Therefore, the two categories are united and what guarantees the amalgam that approach them are the knowledge, knowledge and techniques involved in the process. Knowledge about the place, about the species, about the lived space, about the management of resources. It is these elements that provide the landscape with essentially cultural character. Whereas the proposed objectes, we selected some methodological procedures that subsidized the research. In this sense, we opted to survey the oral reports, through the narratives of the subjects involved in the research, on some specific elements, mainly linked to the knowledge and techniques involved in the processes, considering the possibility of further qualitative deepening of the data. The surveys of the narratives aimed at the search for elements that are often not found in the available material documents. In practice, there is still a great difficulty to use the notion of cultural landscape as an element of protection, as defended by international bodies, that is, considering the historical content of the relationship between man and woman and environment.

Keywords: Landscape and Natural Resources. Dynamics and settings of rural spaces. Cultural Landscape. Itinerant Agriculture. Agricultural Knowledge and Techniques.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gêneros de História Oral	36
Figura 2 – Localização do município de Biguaçu e as principais vias de acesso.	41
Figura 3 – Decrémentos da mata Atlântica no Estado de Santa Catarina representados no ano de 2016.	45
Figura 4 – Dinâmica do desflorestamento da Mata Atlântica no Estado de Santa Catarina durante o período de 1985 a 2016.	46
Figura 5 – Remanescentes florestais em Biguaçu em 2016.	48
Figura 6 – Etapas do sistema de manejo de roça itinerante em Biguaçu – SC.....	51
Figura 7 – Localização dos bens inseridos na lista de Patrimônio Mundial da Humanidade na categoria de patrimônio mundial.....	68
Figura 8 – Localização dos bens inseridos na lista de Patrimônio Mundial da Humanidade na categoria de patrimônio natural.....	69
Figura 9 – Localização dos bens inseridos na lista de Patrimônio Mundial da Humanidade na categoria de bens mistos.	69
Figura 10 – Vista de Auvers (1874), por Paul Cezanne.	81
Figura 11 – Vista de Mont Saint-Victoire (1902-04), por Paul Cezanne.	81
Figura 12 – Fluxograma esquemático do conceito de geossistema.....	90
Figura 13 – Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina realizando fiscalização em Três Riachos.	106
Figura 14 – Operações da Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina em Três Riachos.....	107
Figura 15: Mosaico de embalagens de carvão vegetal utilizadas pela associação Valor da Roça.....	127

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Lista dos entrevistados e das entrevistadas representantes das instituições	38
Quadro 2 – Alterações nos remanescentes florestais, municípios selecionados da Região Metropolitana de Florianópolis (2013 – 2016).	47
Quadro 3 – Características dos principais cultivos do sistema agrícola da roça de toco de Três Riachos, Biguaçu/SC.	114

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros
ANPUH	Associação Nacional de História
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPA	Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola
CIDADHIS	História, Cultura e Desenho da Cidade
CONINTER	Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades
COPPA	Conselho de Preservação do Patrimônio Arquitetônico Municipal
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FATMA - SC	Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina
GT	Grupo de Trabalho
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOM	Conselho Internacional de Museus
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN	Instituto de Preservação Histórico e Artístico Nacional
MA	Mata Atlântica
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terras
PEP/MP/IPHAN	Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural
PPGG	Programa de Pós-Graduação em Geografia
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Regional
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

UFMG
UFSC
UNESCO

Universidade Federal de Minas Gerais
Universidade Federal de Santa Catarina
Organização das Nações Unidas para a
Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	27
1.1 Problematizações	27
1.2 Hipóteses	32
1.3 Objetivos	32
1.3.1 Objetivo geral.....	32
1.3.2 Objetivos Específicos.....	32
1.4 Conjunto de ferramentas metodológicas	33
1.4.1 A metodologia de História Oral (HO).....	34
1.4.2 Levantamento de dados em campo	37
2. CONTEXTUALIZAÇÃO.....	41
2.1 Caracterização Socioterritorial de Biguaçu	41
2.2 Contexto da região de Três Riachos e as práticas agrícolas	44
3. MARCO TEÓRICO.....	57
3.1 Paisagem cultural enquanto instrumento de preservação	57
3.4 Paisagem cultural e políticas de preservação no Brasil.....	74
3.5 A paisagem cultural como categoria analítica - O que toca a paisagem ou o que é tocado por ela?	79
3.6 Técnicas e saberes tradicionais e a relação com a paisagem cultural historicamente construída.....	93
4. O CASO DA PAISAGEM CULTURAL DE TRÊS RIACHOS E OS SABERES E TÉCNICAS TRADICIONAIS ENVOLVIDOS NO PROCESSO	99
4.1 O grupo de agricultores e agricultoras da roça de toco em Biguaçu.....	99
4.2 O Sistema da Roça de toco em Três Riachos: Características e conceituações	101
4.3 Saberes e técnicas a partir da narrativa dos agricultores e das agricultoras da roça de toco em Biguaçu – SC.....	104
5. CONCLUSÕES.....	133
REFERÊNCIAS.....	137
APÊNDICE.....	155
ANEXO.....	323

APRESENTAÇÃO

Antes de iniciar as discussões e elementos que subsidiam a tese, apresento a trajetória que originou a pesquisa em questão. Desde os meus primeiros trabalhos acadêmicos, derivados da participação no laboratório de pesquisa NEGEO – Núcleo de Estudos Geográficos, naquele momento como bolsista de iniciação científica na graduação em geografia, trabalho sob a perspectiva de análise voltada ao campo do patrimônio cultural. Posteriormente, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, onde desenvolvi uma pesquisa de mestrado sobre o Conselho de Preservação do Patrimônio Arquitetônico Municipal – COPPAM, no município de Campos dos Goytacazes – RJ.

A última experiência acadêmica na área – Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural – PEP/MP/IPHAN fomentado e conduzido pelo Instituto de Preservação Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, despertou o interesse em aprofundar pontos até então não investigados, visto a falta de tempo hábil para suprir as lacunas teóricas e metodológicas que surgiram no decorrer da investigação, como a relação da cadeia cultural identificada com os municípios vizinhos e a região (planalto norte catarinense); investigar de forma mais detalhada alguns elementos inventariados, dentre estes destacam-se as receitas utilizadas pelas famílias para preparação do trigo sarraceno, alguns componentes da cultura polonesa e ucraniana identificados, as festas realizadas que apresentavam relação direta com a cultura tritícola; perscrutar a história da triticultura sarracena em Itaiópolis e região, enfatizando a busca da relação com o comércio japonês na década de 1980.

Este processo influenciou diretamente o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG, na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, especificamente na linha de pesquisa “Dinâmicas e Configurações de Espaços Rural, Urbano e Regional”, inserida na área de concentração “Desenvolvimento Regional e Urbano”, visto a inserção de pesquisadores no programa com experiência no campo. O objetivo da linha em questão é a elaboração de estudos com foco em análises de espaços rural, urbano e regional, considerando as inter-relações entre formação social, dinâmica produtiva e emergência de novos processos e técnicas de usos do território, algo condizente com meus planos de pesquisa.

O projeto de ingresso no Programa tinha relação direta com a linha, visto que apresentava como objetivo analisar a dinâmica dos

agricultores e agricultoras tricultores localizados(das) no Planalto Norte Catarinense. De acordo com o levantamento realizado no processo do mestrado, culminando na realização da dissertação “As inter-relações entre o cultivo do trigo e as manifestações culturais em Itaiópolis/SC”, concluída em 2012, identifiquei que esta população agrícola está inserida em uma cadeia cultural complexa, pelo qual uma série de bens culturais materiais e imateriais estão correlacionados ao cultivo do trigo na região.

A inserção no núcleo de pesquisa História, Cultura e Desenho da Cidade – CIDADHIS, voltado para estudos regionais e urbanos, e análises pautadas na formação social e o espaço urbano e regional, principalmente em território catarinense, auxiliou-me a aprofundar o contato com bibliografias e pesquisas centradas na paisagem cultural, que seria o marco teórico e conceitual que sinalizaria o direcionamento da investigação. Contudo, a realização do mestrado ocorreu com uma estrutura de pesquisa fornecida pelo IPHAN que possibilitava a realização de campos periódicos, comunicação, estadia na região, retorno dos custos, algo mais dificultoso dentro do programa de doutorado, acarretando em problemas logísticos para a realização da pesquisa.

Neste mesmo período, iniciei um levantamento de bibliografias sobre a realidade agrícola de Santa Catarina, especialmente da área urbana e periurbana. Foi quando consegui mais informações sobre o histórico dos trabalhadores e trabalhadoras agrícolas de Três Riachos, em Biguaçu, as dinâmicas consorciadas com a floresta, os conhecimentos envolvidos, as técnicas utilizadas. Portanto, consubstancialmente as dificuldades encontradas para prosseguir com a pesquisa, ocorreu o aumento pelo interesse na dinâmica agrícola em Três Riachos, elemento que influenciou a modificação do projeto.

Optei por traçar um plano de estudos que fornecesse base metodológica e teórica, na medida do possível, para enfrentar as questões de pesquisa que orientam o trabalho. Destarte, cursei disciplinas não somente no PPGG, mas também em outros programas de pós-graduação como história, antropologia social e agrossistemas. As disciplinas de “História Oral – Teoria e Metodologia da História Oral”, “Antropologia da Alimentação”, “*La Geografía histórica y la Geografía Cultural como Fundamentos Teóricos en el Estudio de la Relación Sociedad-Medio*”, “Agricultura Familiar” e “Desenvolvimento em áreas periféricas: escalas regional e local” contribuíram bastante com as discussões e referências.

Cabe destacar ainda que a participação em eventos, ao longo do período estudando no PPGG, também foram de grande importância para alcançar os objetivos propostos. Destaco principalmente os eventos: ANPUH –XXVII Simpósio Nacional de História (julho/2013); “Comer, Beber e Pensar: Jornadas de Estudos da Alimentação” (outubro/2013); AGB – VII Congresso Brasileiro de Geógrafos (agosto/2014) e; CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (Outubro/2014).

No texto que segue apresento como se estruturou a pesquisa através das problematizações que se fizeram presentes até alcançar os resultados finais. Exponho ainda a estruturação metodológica da tese. Por fim, exibo os dados que subsidiaram as idas a campo, bem como os atores envolvidos na coleta das narrativas e observações, descrição e análises, além das dificuldades envolvidas no processo.

No primeiro capítulo introduzo as bases e questões que fundamentaram a elaboração do trabalho em questão. Já no segundo capítulo realizo uma contextualização histórica da formação do território de Biguaçu, abordando as principais atividades econômicas do município. Disserto sobre os dados da relação dos agricultores e das agricultoras tradicionais e a mata atlântica, analisando informações sobre o desflorestamento no Brasil, relacionando com discussões sobre as correntes ambientalistas da década de 70 e 80.

No terceiro capítulo, analiso os principais elementos que subsidiaram a linha teórica. Inicialmente discuto a categoria de paisagem cultural e como vem sendo utilizada como instrumento legal de preservação, focalizando nas principais diretrizes e tratados internacionais, responsáveis por garantir o percurso de debates e visões do termo, entre os países signatários da UNESCO. Ainda discorro a respeito da lógica utilizada para inserção dos bens culturais na lista do Patrimônio Mundial da Humanidade na categoria de paisagem cultural.

Seguindo no mesmo capítulo, analiso como os mesmos critérios são utilizados e como se estruturam as políticas de preservação no Brasil. Nos dois últimos pontos do capítulo abordo a relação entre a paisagem cultural e as técnicas e os saberes tradicionalmente estabelecidos, enquanto categoria analítica, apontando as principais definições, delimitações científicas e noções, demarcando as conceitualizações que subsidiam as análises realizadas.

O último capítulo concentra as principais caracterizações e análises dos campos, sistematizando, através das narrativas, o funcionamento do sistema agrícola da roça de toco, os conflitos existentes e a relação entre os saberes e técnicas envolvidos com a

paisagem cultural estabelecida. Na finalização apresento as conclusões que alcancei com a pesquisa em questão.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Problematizações

As políticas associadas às práticas de preservação cultural são foco de uma imensa gama de pesquisas, sejam elas acadêmicas ou institucionais, em uma grande quantidade de países. No bojo destes estudos encontram-se desde análise da aplicabilidade de tais políticas, como reflexões sobre a própria categoria de patrimônio cultural e os discursos e ideologias nela atreladas.

A presente pesquisa possui como foco as políticas de preservação cultural, com uma análise pautada na categoria de paisagem cultural, utilizada, principalmente, nos países europeus, em planos de gestão que objetivam a preservação e valorização do patrimônio histórico cultural, representados nas paisagens. Buscamos aqui aproximar e entender como ocorre a prática de preservação das paisagens culturais associadas às técnicas e saberes agrícolas no Brasil. Entendemos que a prática de preservação das paisagens envolve o fortalecimento das ações dos agentes nelas inseridas. Portanto, ainda permanece o desafio, pelo menos no Brasil, da manutenção das práticas agrícolas, através das paisagens culturais, ocorra de forma a proteger as pessoas que, de uma maneira sensível, trabalham na/da terra.

No Brasil, muitos casos de pedidos de preservação através do instrumento da paisagem encontram-se em andamento, com solicitações de ações efetivas dentro dos órgãos de preservação, principalmente na esfera Federal. Portanto, há uma tendência de crescimento na utilização da paisagem cultural, enquanto instrumento técnico e jurídico. Nos mais diversos meios que vinculam informações referentes ao patrimônio cultural (seja acadêmicos ou institucionais), e especificamente, na apropriação do conceito de paisagem cultural no Brasil, é perceptível o entusiasmo com a categoria (ainda hoje denominada de nova), pela qual ocorre sempre o destaque da publicação em 30 de abril de 2009, sob a Portaria do IPHAN – Instituto de Preservação Histórico e Artístico Nacional, nº 127, da chancela da paisagem cultural. Com ela nasce a possibilidade e esperança da ampliação da possibilidade de proteção e valorização das paisagens que serão reconhecidas por suas peculiaridades de integração do meio cultural e natural.

Entretanto, entendemos que pouco se mantém no Brasil dos bens culturais atrelados às paisagens culturais. As políticas de preservação ou não acontecem ou são frágeis. A própria categoria de paisagem, quando convocada pelos órgãos de preservação, é aplicada de forma

diferenciada dos órgãos internacionais. Diante de uma categoria de tamanha complexidade destaco alguns dos questionamentos que nos guiam: quais seriam, na atualidade, os critérios para eleição de uma paisagem cultural que seja representativa da identidade nacional, visto tratar-se de uma política federal? O que torna uma porção de um dado território uma área especial e unívoca? Quem é responsável, quais os grupos envolvidos, e quais as motivações na escolha de uma determinada paisagem? O que torna um espaço ou ações que tenha representativa no espaço, singular e excepcional, a ponto de ser digno de contemplação com políticas públicas de preservação, de inscrição na lista da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura ou com uma chancela de paisagem cultural brasileira?

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é compreender e analisar este processo, sob a ótica da categoria de paisagem cultural, as técnicas e saberes tradicionais associadas às práticas agrícolas.

Estas práticas culturais, ensinadas de geração em geração, são entendidas no presente trabalho como elementos vivos e orgânicos de famílias que retiram grande parte de seus sustentos e reprodutibilidades através da aplicação das mesmas. Portanto, como contemplar nos pactos de gestão, estes elementos socioculturais, muitas vezes ignorados no processo de preservação?

A mola propulsora que impulsiona as discussões aqui presentes pauta-se na agricultura itinerante ou sistema de manejo¹ utilizada pelos agricultores e agricultoras familiares localizados/as nas comunidades rurais de São Marcos, São Mateus e Canudos (microbacia São Mateus), na localidade de Três Riachos, no município de Biguaçu, Santa Catarina.

¹ O decreto nº 1.282 de 19/10/1995, responsável pela regulamentação da exploração das florestas da bacia amazônica define manejo florestal como a utilização racional e ambientalmente adequada dos recursos da floresta. Manejo é uma atividade econômica oposta ao desmatamento, pois não há remoção total da floresta e mesmo após o uso o local manterá sua estrutura florestal. O manejo bem feito segue três princípios fundamentais: deve ser ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente justo. O princípio da técnica de exploração de impacto reduzido - principal ferramenta do manejo florestal - é extrair produtos da floresta de maneira que os impactos gerados sejam mínimos, possibilitando a manutenção da estrutura florestal e sua recuperação, por meio do estoque de plantas remanescentes. Diversificar a produção é um dos princípios mais importantes para o uso sustentável dos recursos florestais (Serviço Florestal Brasileiro - <http://www.florestal.gov.br/>).

A utilização do sistema de manejo *roça de toco*, representante das técnicas e saberes empregados pela população local, garante a estas pessoas certas especificidades que as diferenciam dos demais grupos de trabalhadores/as agrícolas familiares. A principal característica é a utilização da floresta para realização das lavouras, em um sistema consorciado.

O sistema apontado por pesquisadores da área como elemento de grande importância para manutenção das florestas tropicais², encontra dificuldades de continuar. Um dos principais motivos encontra-se nos embates com órgãos ambientais, visto que alguns dos elementos intrínsecos as práticas da população local ferem a legislação ambiental vigente.

A partir do reconhecimento das características e das relações que se estabelecem nas comunidades supracitadas, algumas questões se fizeram presentes e incentivaram a formulação do objetivo em questão. Tomando como ponto de partida o instrumento da paisagem cultural, da forma como foi elaborada nas diretrizes da UNESCO e como foi legalmente constituída no Brasil, como pensar sua aplicação de maneira a auxiliar a preservação de práticas que envolvem técnicas e saberes tradicionais? Até que ponto a aplicabilidade dos instrumentos de preservação no Brasil, em específico a paisagem cultural, possui potencial para atuar em conjunto com outros instrumentos legais (principalmente ambientais) na preservação de técnicas e saberes agrícolas responsáveis pelo sustento de diversas famílias? Em que medida o instrumento de preservação da paisagem cultural, da forma como vem sendo utilizado no Brasil, influencia na manutenção ou não de práticas agrícolas em vias de desaparecimento?

Acreditamos na relevância da temática, em primeiro lugar, pela importância de se discutir as políticas de preservação, que possuem importante papel na construção sociocultural, porém, muitas vezes não são efetivas, principalmente em se tratando das técnicas e saberes associados às áreas agrícolas, pouco contempladas pelas políticas de preservação, ao menos na realidade nacional.

² Sobre o assunto ver, Colfer et al. (1997), Ferguson et al. (2003) e Siminski & Fantini (2007), Guariguata & Ostertag (2001), Carrière et al. (2002); Rocha-Santos & Talora (2012). Sobre etnoconhecimento ver, Da Silva et al. (2011); Maturana & Varela (2010); Whyte (2013); Nakagawa et al. (2013). E sobre florestas antropológicas ver, Willis et al. (2004); Junqueira et al. (2011); Clement (1999).

Outro elemento que nos motiva a encarar os desafios propostos encontra-se na reflexão da categoria de patrimônio, que advém de discussões que colocam em cheque a importância da inserção de práticas culturais outras, que não as contempladas pelas políticas públicas de preservação contemporâneas³. Refletir sobre o que, porque e para quem se preservar é um exercício que auxilia a entender o campo do patrimônio histórico cultural, como também as relações envolvidas – disputas - presentes, sejam elas políticas, econômicas, sociais ou simbólicas.

Identificamos a existência de algumas pesquisas que se aproximam da temática que abordaremos em nossa tese, porém, com diferentes focos. Existem trabalhos significativos nas duas grandes vertentes da pesquisa aqui desenvolvida, ou seja, alguns abordando a temática da paisagem cultural e outros analisando a agricultura itinerante e sistemas de manejo com particularidades também presentes na roça de toco.

Cabe destacar alguns trabalhos que possuem como foco análises das políticas internacionais de gestão das paisagens culturais, principalmente, as ações e diretrizes propostas pela UNESCO, como os critérios de inscrição dos bens para reconhecimento como patrimônio mundial da humanidade, análises de casos específicos de inserção na lista de patrimônio mundial (como o caso do Parque Nacional Tongariro, localizado na Nova Zelândia, considerado o primeiro bem inscrito na lista do Patrimônio Mundial na categoria de paisagem cultural, em 1993) e reflexões sobre o valor das paisagens culturais e a disseminação da categoria. É o caso das pesquisas de Garnotel & Laidet (2010); Fowler (2003) e Greis-Mills (2007).

Conforme a revisão bibliográfica empreendida para compor esta pesquisa, identificamos alguns trabalhos que conjugam a preservação das paisagens culturais com objetivo de fortalecer os agentes que dominam as técnicas e saberes tradicionais responsáveis pela manutenção da própria paisagem e também influenciados por ela. Algo mais efetivo tem ganhado força na Europa, onde trabalhos acadêmicos e cinematográficos⁴ tem evidenciado como as ações dos homens e

³ Ou históricas, se considerarmos a disputa traçada em prol da conservação de muitos bens ao longo do tempo da política de preservação.

⁴ Como o filme “Fields of Demeter” (2000), elaborado pelo projeto “Our Common European Cultural Landscape Heritage” (EU Culture 2000 programme). O objetivo do projeto EDL foi demonstrar a importância das Paisagens Culturais Europeias, através do seu significado para as populações

mulheres influenciaram na construção das paisagens culturais europeias em diferentes países.

No Brasil estudos similares foram realizados por Castriota (2009) e Brito & Scifoni (2010), que propuseram planos de gestão da paisagem cultural com foco em relações de base rural.

Entretanto, poucos são os estudos desenvolvidos sobre a mata atlântica do Sul do Brasil, especialmente abordando propriedades agrícolas familiares privados, na área estudada. Vale destacar os trabalhos de Siminski & Fantini (2004 e 2007); Bauer (2012); EMBRAPA (1988); Siminski *et al.* (2011); Uller-Gómez *et al.* (2013 e 2014); Fantini *et al.* (2010); que abordaram sobre características do sistema de roça itinerante praticado na localidade de Três Riachos, em Biguaçu - Santa Catarina. Estas pesquisas evidenciam a importância das técnicas e saberes das populações agrícolas que subsistem a partir da relação com a floresta, porém, não inserem discussões atreladas a preservação cultural no campo do patrimônio.

Portanto, a carência de pesquisas com a perspectiva de discutir as comunidades tradicionais na mata atlântica do Sul do Brasil, assim como os manejos florestais atrelados a estas comunidades, principalmente no campo do patrimônio, com foco na paisagem cultural, é um elemento incentivador para a realização deste trabalho.

Corroboramos com o entendimento que identifica determinadas paisagens possuidoras da necessidade de preservação pela possibilidade da manutenção de algumas práticas culturais nelas presentes. Por outro lado, estas mesmas práticas necessitam também de perpetuação pela influência que possuem na gestão de tais paisagens. Por conseguinte, as duas categorias estão unidas e o que garante a amalgama que as aproximam são os conhecimentos, saberes e técnicas envolvidos no processo. Conhecimento sobre o local, sobre as espécies, sobre o espaço vivido, sobre o gerenciamento dos recursos. São estes elementos que fornecem a paisagem o caráter essencialmente cultural.

A partir do panorama exposto, duas questões norteiam a pesquisa. Em que medida a realidade vivenciada pelos agricultores e pelas agricultoras da Roça de Toco em Três Riachos, através de suas práticas e os saberes associados, influenciam a paisagem? De que forma seus modos de vida relacionam-se e/ou configuram-se na paisagem cultural?

nelas presentes, visando ressaltar a importância de políticas voltadas à preservação das mesmas.

1.2 Hipóteses

As questões apresentadas anteriormente nos remeteram a pensar algumas hipóteses:

A forma como a paisagem é explorada, no Brasil, pelos órgãos responsáveis, dificulta a criação de políticas de preservação voltadas, principalmente, às práticas agrícolas, uma vez que não é considerada de forma a proteger os agentes envolvidos neste processo.

As ações de preservação colocadas em prática, pautadas no instrumento da paisagem cultural no Brasil, seguem diretrizes que se diferenciam das recomendações da UNESCO e da convenção europeia, uma vez que, a incorporação de populações tradicionais nestes processos ocorre de forma difusa, por considerar em grande parte a dimensão estética das paisagens.

Essas duas primeiras hipóteses forneceram base para elaboração da última que apresento adiante:

Os conceitos e princípios presentes em documentos internacionais dos quais o Brasil é signatário, e da forma como a conservação integrada das paisagens culturais é entendida e recomendada pelos órgãos internacionais, ou seja, como políticas paisagísticas pautadas em um triplo significado cultural (como são percebidas no território; testemunho do passado e do relacionamento entre os indivíduos e o seu ambiente; e, como auxílio na especificação de culturas locais, sensibilidades, tradições, crenças, entre outros elementos simbólicos), estas contemplariam as técnicas e saberes envolvidos no processo da agricultura itinerante.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Compreender e analisar como configura-se o sistema agrícola da roça de toco exercida em Três Riachos – Biguaçu - SC, através de suas técnicas e os saberes associados e como se relaciona com a paisagem cultural.

13.2 Objetivos Específicos

- Levantar e contextualizar o histórico de criação da noção de paisagem cultural e como foi aplicado em diferentes contextos Brasil e Europa.
- Identificar as principais características da prática da roça de toco, baseado na paisagem cultural, considerando-se as técnicas e os saberes tradicionais.
- Caracterizar e analisar a relação entre a paisagem com a produção dos agricultores e agricultoras, as práticas que envolvem os saberes e as técnicas tradicionais.
- Mapear os conflitos existentes derivados, principalmente, das ações e transformações dos contextos, culminando em processos de mudança das leis ambientais.

1.4 Conjunto de ferramentas metodológicas

Considerando os objetivos propostos neste trabalho optamos por selecionar alguns procedimentos metodológicos que subsidiaram a pesquisa. Estes procedimentos concentram-se por meio de: buscas bibliográficas a respeito das temáticas relacionadas ao trabalho, levantamento de dados, principalmente, através das pesquisas de campo e análises. Assim, o levantamento neste estudo baseia-se: (1) nas observações diretas registradas em notas de campo; (2) na coleta das narrativas guiadas por temas específicos, com aplicação da metodologia da história oral; (3) na reunião e análise das informações documentais (jurídicos, acadêmicos, cartográficos, tabulares, material bibliográfico).

A etapa de levantamento de campo implicou na realização de pesquisas na área. Neste sentido, optamos pelo recolhimento dos relatos orais, através das narrativas dos/das sujeitos/as envolvidos/as na pesquisa, sobre alguns elementos específicos a serem coletados, principalmente atrelados aos saberes e técnicas envolvidos nos processos, visto a possibilidade de maior aprofundamento qualitativo dos dados que a metodologia proporciona.

Os levantamentos das narrativas objetivaram a busca de elementos que muitas vezes não se encontram nos documentos materiais⁵ disponíveis. Trata-se também de uma técnica que possibilita a

⁵ Decidimos aqui denominar documentos materiais todos os registros escritos que obtive acesso, como forma de diferenciar dos relatos orais, mesmo que a transcrições das entrevistas também representem uma materialidade, entretanto, estas materializam as narrativas dos entrevistados e das entrevistadas.

obtenção dos dados em maior complexidade, contribuindo para conhecer aspectos fundamentais das pessoas e das comunidades, apresentando subsídios de sua constituição através das narrativas dos próprios sujeitos. Além disso, possibilitam entender as relações tecidas pelos agentes sociais que compõem os grupos estudados, os conflitos gerados, seus valores, além de verificar como se desenha estrategicamente este mosaico. Apresentamos brevemente algumas características e discussões da metodologia de história oral a seguir.

1.4.1 A metodologia de História Oral (HO)

A metodologia da história oral, nos seus primeiros momentos de utilização, sofreu certa incompreensão e desconfiança. Como aponta Portelli narrando como o *La Repubblica*, jornal voltado a assuntos acadêmicos, tratou em 1978 a história oral. Em suas palavras,

Descrições populares e os pacotes artificiais da história oral em que as coisas parecem mover e falar por elas mesmas, sem se deter em explicar que não são coisas, mas sim o povo (não obstante o povo sempre ter sido tratado como “coisa”) que a história oral espera que se movimente e fale por si mesmo (PORTELLI, 1997a, p. 24).

Pensando nas fontes utilizadas, como agir, considerar, trabalhar, e retirar reflexões a partir das fontes orais? A oralidade pode ser confiável e sustentar um trabalho que se propõe a discutir uma determinada temática, fornecendo subsídios para considerações academicamente aceitáveis?

De acordo com o mesmo autor, em primeiro lugar as fontes orais são fontes orais, ou seja, desmerecer a fala que está “gravada”, que a posteriori será a base de reflexões, pode ser interpretado como uma ação simbólica de diminuição com os entrevistados e as entrevistadas, uma vez que a transcrição “inevitavelmente implica mudanças e interpretações”.

(...) A fileira de tom e volume e o ritmo do discurso popular carregam implícitos significados e conotações irreproduzíveis na escrita – a não ser, e então de modo inadequado e não facilmente acessível, como notação musical. A mesma afirmação pode ter consideráveis significações

contraditórias, de acordo com a entonação do relator, que pode ser representado objetivamente na transcrição, mas somente descrito aproximadamente nas palavras do transcritor (PORTELLI, 1997b, p. 28).

Então como entender e utilizar a oralidade como fonte em uma determinada pesquisa? Na verdade, as fontes orais devem ser entendidas como um conjunto de narrativas, que estão imbuídas de elementos memoriais, históricos, sentidos, símbolos e ideologias. Estes elementos são considerados no processo de análise em suas nuances, em suas velocidades, buscar as subjetividades intrínsecas a estas narrativas. Novamente, nas palavras de Portelli,

(...) Os resultados são narrativas nas quais a fronteira entre o que toma lugar fora do narrador e o que acontece dentro, entre o que diz respeito ao individual e o que diz respeito ao grupo, pode se tornar mais enganosa que os gêneros escritos estabelecidos, de modo que a “verdade” pessoal possa coincidir com a “imaginação” compartilhada (PORTELLI, 1997b, p. 30).

Nesse sentido estamos mais preocupados com os *significados* do que com os *eventos*. Fontes orais contam-nos não apenas o que as pessoas e os grupos realizam ou realizaram, mas o que queriam fazer, o que acreditam ou acreditavam estar fazendo, e o que agora pensa que fez. A construção narrativa envolve um grande empenho na relação dos relatores e das relatoras com a história.

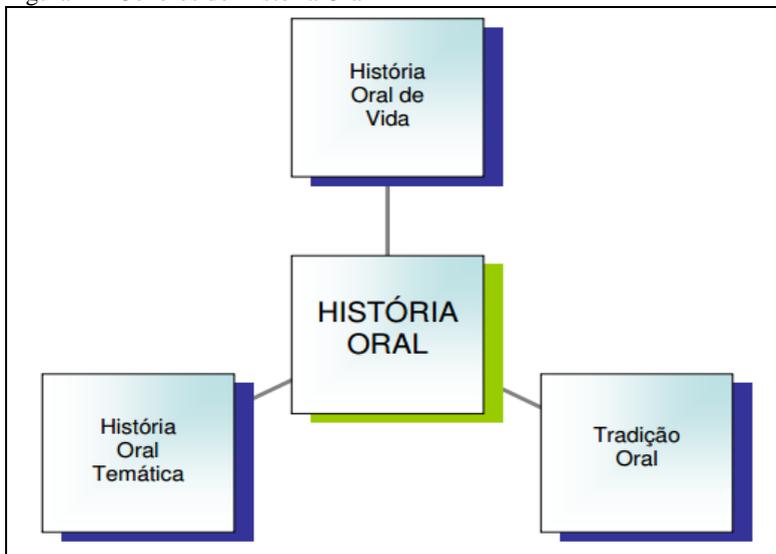
As fontes orais são aceitáveis, mas com uma credibilidade diferenciada. A importância do testemunho oral pode se situar não em sua aderência ao fato, mas de preferência de seu afastamento dele, como imaginação, simbolismo e desejo de emergir. Ou seja, informantes são historiadores, de certo modo; e o historiador (no caso, pesquisador responsável pelo levantamento e análise dos relatos), é, algumas vezes, parte da fonte. Quando se descarta a historicidade, transforma-se o elemento em algo natural. Não passamos incólumes diante das pessoas que estamos escutando. Entendemos com isso a importância que nos cabe compreender as relações e as respostas dadas pelos agentes envolvidos e por suas narrativas.

A desnaturalização é não descartar o peso da história em determinado pensamento. A naturalização ajuda a criar personagens. O

trabalho de história oral nunca é um trabalho de busca por informações (no sentido stricto sensu), é uma busca de algo maior. Destarte, neste trabalho, através da narrativa dos atores, pretendemos problematizar os modos de produção de subjetividades, assim compreender a formação das múltiplas identidades, sociabilidades, enfrentamentos, negociações e conflitos.

Entendemos história oral como um conjunto articulado de procedimentos metodológicos. Como tal requerem algumas ferramentas para que sejam alcançados os objetivos com a sua utilização. O primeiro é definir os gêneros presentes em história oral, para assim decidir qual seria o mais adequado em qual se encaixa a pesquisa. De acordo com Meihy e Holanda (2007) existem 3 gêneros em HO (Figura 1).

Figura 1 – Gêneros de História Oral



Fonte: Adaptado de Meihy e Holanda (2007)

O foco na história oral aplicado aos sujeitos da pesquisa permeia um equilíbrio entre a história de vida, onde os agentes das narrativas, tentaram retomar os aspectos de suas trajetórias, na tentativa de relacionar o modo de vida na região, os aspectos familiares, os conflitos, dificuldades, benefícios e sentimentos relacionados a vivência no local; e a abordagem temática, que busco focar em relatos mais específicos sobre as técnicas e saberes associados a atividades agrícolas

desenvolvidas, o sistema de produção e comercialização, a relação entre a agricultura e a floresta e o conhecimento etnobotânico envolvido.

Mesmo que a mescla de os gêneros não consistirem em durabilidade como a de História de vida, estão carregadas (e/ou praticamente dependem) da memória, dos ajeites, contornos, derivações, imprecisões e até contradições naturais da fala. Portanto, trata-se de ser mais do que entrevistas, de trabalhar com o pressuposto do reconhecimento do outro em suas mais variadas possibilidades. Um elemento importante e priorizado durante a pesquisa foi passar o maior tempo possível com os grupos, estabelecendo condições de apreensão dos fenômenos de maneira a favorecer a melhor tradução possível do universo mítico do segmento, para entender as noções de tempo presentes, a lógica da sua estrutura de parentesco, o ordenamento social, os critérios espaciais envolvidos.

Optamos por denominar o estudo de *geohistoriográfico*, visto o caráter de busca da preservação mnemônica, bem como a necessidade de conferir significados, contextualizá-los em seu tempo e espaço, como permitir que delas surjam interpretações possíveis para entendermos os processos.

1.4.2 Levantamento de dados em campo

Foram recolhidas e analisadas as narrativas de dois grupos. Um grupo está relacionado aos agricultores e agricultoras que atuam nas comunidades localizadas em Três Riachos. A escolha das pessoas que participaram deste grupo foi realizada a partir dos seguintes critérios: Trabalhar com agricultura itinerante; ter nascido em algumas das localidades e/ ou morar na região nos últimos 10 anos; participar de associações locais.

Conforme dados apresentados por Uller-Gómez (*et al.*, 2013), que realizou pesquisas na mesma área e com os mesmos atores envolvidos, 41% da população presente nas comunidades possuem como atividade principal a agricultura.

Nesse sentido, para alcançar a identificação dos sujeitos foram realizadas visitas a núcleos de pesquisas e pesquisadores, que estiveram em contato direto com as famílias agricultoras, nos auxiliando no campo. Estes núcleos são ligados aos programas de Pós-Graduação de Agroecossistemas e Engenharia Sanitária e Ambiental, que auxiliaram no contato com os agentes envolvidos.

Outro grupo que fez parte da pesquisa, diz respeito aos técnicos e as técnicas de instituições que julgamos importante para a pesquisa em

questão. Estas instituições correspondem as áreas de legislação e fiscalização tanto ambiental como agrícola.

Neste sentido, além de auxiliarem na aproximação com as famílias agricultoras das áreas relacionadas, o fato de vivenciarem tal realidade direta ou indiretamente, representando alguma instituição que esteja responsável por atividades associadas as mesmas; os tornaram importante para o levantamento. Destarte, optamos por buscar as narrativas dos/das representantes de órgãos públicos das áreas ambiental e agricultura em três escalas, na escala local, regional e nacional. Além disso, optamos pela narrativa de um representante do órgão de extensão rural de Santa Catarina, atuante na área em questão, devido a conjugação das escalas local e regional. Portanto, encontram-se no quadro seguinte (Quadro 1) os/as representantes das instituições.

Quadro 1 – Lista dos entrevistados e das entrevistadas representantes das instituições

Instituições	Local
Técnico IBAMA/SC	Superintendência do IBAMA – Santa Catarina
Subtenente da Polícia Militar Ambiental de SC	Superintendência da Polícia Ambiental de Santa Catarina – Florianópolis
Gerente de Licenciamento Agrícola e Florestal – FATMA	Coordenadoria Regional da FATMA – Florianópolis
Fundação Municipal de Meio Ambiente – FAMABI	FAMABI – Biguaçu – Santa Catarina
Secretário de agricultura de Biguaçu	Secretaria de agricultura – Biguaçu - SC
Presidente do Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Biguaçu	Sede do Sindicato Rural de Biguaçu – SC
Extensionista da EPAGRI Biguaçu	EPAGRI – Biguaçu
Extensionista da EPAGRI Florianópolis	EPAGRI – Florianópolis

Fonte: Organizado pelo autor.

A coleta das narrativas dos atores supracitados, através da história oral, objetivou levantar os perfis históricos e socioespaciais, bem como tendências e cenários do ambiente natural e familiar das comunidades, assim como demonstrar a visão dos técnicos e técnicas representantes das instituições escolhidas.

O guia para a coleta das narrativas segue uma ordem prévia de: dados de identificação (perfil do participante), dados gerais (coleta de dados das matrizes e processos socioculturais e espaciais), elementos históricos (sobre as atividades pessoais dos/das informantes e das comunidades) e dados específicos (panorama dos saberes e técnicas empregadas na atividade agrícola consorciada com a floresta). Além do roteiro para guiar o levantamento das narrativas foi utilizado um diário de campo, com informações complementares das relações e emoções; o ambiente; a linguagem; o comportamento pessoal e ou grupal; além de detalhes que sinalizasse algum elemento complementar a ideia principal no momento e que fugisse ou passasse despercebido pelo guia.

A participação observante também foi uma técnica importante na coleta das informações, visto que auxiliou na exploração do ambiente sociocultural e natural, considerando o espaço construído, as redes sociais de comunicação, os papéis desempenhados pelas pessoas da comunidade entre outras possibilidades.

Também abordamos a coleta de imagens (fotografias e ou vídeos) passadas e atuais sobre a região e sobre as técnicas e bens culturais presentes. O uso da imagem, através de fotografias ou vídeos que existam sobre a região (pertencentes aos sujeitos envolvidos na pesquisa ou elaborados por grupos, instituições ou pessoas que visitam/visitaram a área, como o documentário “roça de toco”, produzido pela EPAGRI, no ano de 2012), também auxiliou na identificação de elementos complementares as falas. No contexto das comunidades escolhidas este recurso contribuiu nas análises da formação socioespacial da região, uma vez que proporcionou o retorno aos espaços das pessoas envolvidas na pesquisa. Além disso, facilitou na aproximação entre o pesquisador e os sujeitos, abrindo caminho para um maior estreitamento de relações e novas descobertas.

Cabe destacar que foram realizados trabalhos de campo preliminares nos dias 15 de dezembro de 2014 e 28 de janeiro de 2015, com objetivo de reconhecimento da área, identificação dos/das sujeitos da pesquisa e visitas a instituições locais. Foram realizadas conversas informais com agricultores locais, e trabalhadores terciários que atuavam na região, além dos membros da FAMABI. Esta aproximação teve um caráter de “pré-campo”. As informações que circularam nos diálogos traçados forneceram base para construção das questões de pesquisa, como para visualização da realidade identificada em algumas referências.

Desde o período destacado até maio de 2017 estivemos em contato direto com as famílias, realizando visitas semanais a suas

residências, as áreas de produção, de comercialização, bem como os espaços de organização social e sociabilidades. Acompanhei e auxiliei a realização das principais atividades envolvidas nos processos técnicos.

A aproximação inicial demandou tempo além do previsto. Mesmo com a abertura proporcionada pelas equipes que já realizaram trabalhos na mesma região, as famílias possuem resistências, em virtude, principalmente, da condição de clandestinidade⁶ vivenciada. Além disso, o tempo ocioso é bem escasso, dificultando ainda mais a aproximação.

O quadro de mudança ocorreu com a parceria do Laboratório de Ecologia e Manejo de Ecossistemas Florestais – LEMEF, UFSC, no qual, alguns pesquisadores realizavam investigações relacionadas ao manejo florestal na região. Iniciei participação ativa nas reuniões da associação dos agricultores da roça de toco, que naquele momento completava pouco mais de um ano, estruturando confiabilidade pelas famílias e proporcionando relação de proximidade.

A partir deste momento, realizei as gravações dos relatos orais, iniciando pelas famílias que elaboravam as feiras semanais em Florianópolis. As gravações ocorreram em locais diversos. A maior parte sucedeu nas residências das próprias famílias. As participações observantes ocorreram nos locais de produção – no engenho de farinha e na produção de carvão – como na abertura de algumas roças.

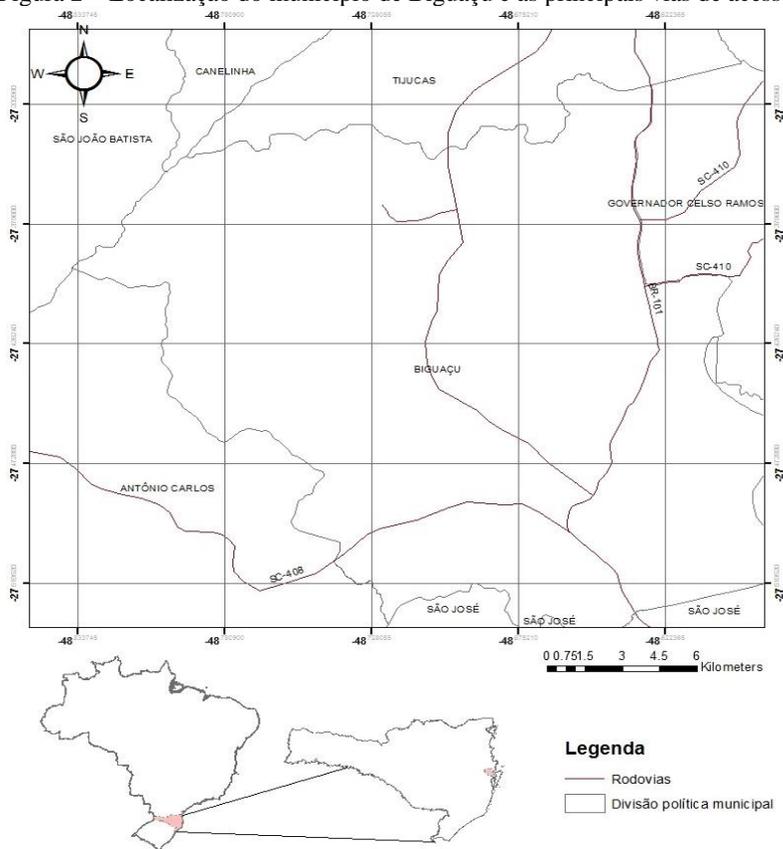
⁶ Alguns relatos ressaltam exemplos de tal condição. Um dos mais marcantes, ao nosso ver, diz respeito as primeiras pesquisas realizadas na região, naquele momento, por uma pesquisadora que iniciava uma pesquisa de Pós-Doutoramento pela EPAGRI e estava responsável por levantar respostas da dificuldade que a extensão rural do Estado de Santa Catarina possui em se aproximar dos agricultores da região. A pesquisadora narra que ao encontrar uma das famílias em seu local de trabalho, buscando uma abertura para pesquisa, um agricultor chorou ao descobrir que ela não era representante do IBAMA ou da Polícia ambiental. Este fato denota o nível de estresse e insegurança vivenciado pelas famílias que atuam no sistema da roça de toco na região.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 Caracterização Socioterritorial de Biguaçu

O município de Biguaçu localiza-se na região metropolitana da Grande Florianópolis (Figura 2), distando 17 km da capital. Sua colonização está associada ao distrito de São Miguel, localizado no litoral, fundado em 1747 e elevado à condição de freguesia em 1752. A localidade de Três Riachos foi uma das primeiras a ser povoada no interior do território, a partir de 1816, através de Manoel do Coito e Narciso Pereira D'Avilla (SOARES, 1988, p.47).

Figura 2 – Localização do município de Biguaçu e as principais vias de acesso.



Fonte: Adaptado do IBGE, 2017.

Como aponta Farias (1998), São Miguel⁷ foi sede provisória do Governo da Capitania de Santa Catarina, durante os anos de 1777 a 1778. Com a invasão espanhola em Santa Catarina, perdeu a condição de sede, tornando-se freguesia do Vale do Rio Biguaçu, na época considerada um grande entreposto comercial em função do aparecimento dos núcleos colonizadores.

A fundação da Colônia alemã de São Pedro de Alcântara⁸, fruto de uma política do governo provincial imperial de ocupação efetiva do território, também auxilia a explicar a formação socioterritorial de Biguaçu, pois uma parte dos colonos alemães seguiram para as localidades do Alto Biguaçu e Três Riachos (IBGE, 1959, p.26).

Portanto, o município de Biguaçu resulta de dois núcleos de povoamento. O de São Miguel de origem açoriana que compreendia o Sul, na barra do rio Biguaçu, Três Riachos e Amâncios. E o núcleo que se formou a partir do deslocamento dos imigrantes alemães da Colônia São Pedro de Alcântara. Estes ocuparam os vales de rios de outros tributários do rio Biguaçu (IBGE, 1959, p.27). Destarte, a presença de imigrantes alemães na região representou a exploração de terras no interior de Biguaçu e do também do Alto Biguaçu.

Em 1833, São Miguel é elevado à categoria de vila. O povoado tinha em 1810, ainda como freguesia, cerca 3.564 habitantes (IBGE, 1959, p.26). Neste período englobava o litoral catarinense representado pela barra do rio Camburiú (ao norte) até o rio Serraria (ao sul), atualmente a fronteira geográfica entre os municípios de São José e Biguaçu (SOARES, 1988, p.23).

Os/as açorianos/as também ocuparam as planícies do Alto Biguaçu, por volta de 1840, utilizando principalmente escravos negros (KREMER, 1993, p.23; REITZ, 1988). Em 1963 uma parte da região desmembra-se do Alto Biguaçu, onde é criado, pela Lei nº 926/06, o município de Antônio Carlos.

Piazza (1994, 1982) descreve os/as açorianos/as como sendo a etnia mais antiga (após a indígena) a constituir o território. Estas pessoas eram oriundas principalmente da Ilha da Madeira e dos Açores.

⁷ Neste período a freguesia era a quarta em extensão da Província, porém, desmembra-se do termo da cidade de Desterro somente em 1833 (BORN, 1941).

⁸ Colônia foi criada em 1829, formada por 112 alemães e 116 famílias teutas oriundas de Bremen na Alemanha (IBGE, 1959, p.26).

Entretanto, relata a presença negra, alemã, holandesa e libanesa na região, deixando impressa suas marcas em edificações e costumes locais. Porém, ressalta que a maior parte da população deriva dos três⁹ grupos étnicos: os/as portugueses, os/as negros/as e os/as alemães.

Os conflitos existentes entre Espanha e Portugal também influenciaram o estabelecimento de famílias açorianas na região, visto a política de aumento populacional no sul do Brasil, mais especificamente no litoral de Santa Catarina.

Soares (1988) descreve que a economia de Biguaçu no século XIX era baseada na farinha de mandioca, no milho, no corte da madeira e na pesca. Algo similar (com suas devidas proporções) na vida de algumas famílias residentes em Três Riachos até os dias atuais. Nesse sentido, apresentamos e discutiremos os conceitos que subsidiaram as análises sobre as práticas dos agricultores e agricultoras de Três Riachos.

Naquele período o Rio Biguaçu constituía uma via importante de transporte, caracterizando-se como um elemento essencial da economia do Alto Biguaçu, principalmente em virtude ao relevo acidentado e cobertura vegetal existente. Este processo permanece até o início do século XX, quando uma grande quantidade de material sedimentar, decorrente de uma enchente em 1916, impossibilitou a navegação fluvial (REITZ,1988).

Atualmente o município possui uma população de 58.206 habitantes, e é delimitado pelos municípios de Tijucas, Governador Celso Ramos, São José, Antônio Carlos, São João Batista e Canelinha. Possui uma área de 326 km² e o principal acesso é através da BR 101, que o corta em uma grande extensão (IBGE, 2010).

Até a década de 70 do século passado as principais fontes geradoras de renda emanavam da agricultura, pecuária e pesca. Atualmente ocorreu uma diversificação das fontes, no qual destacam-se empresas ligadas ao comércio e à horticultura, especificamente, produção de grama e palmeiras para jardinagem, além da pecuária de corte e das olerícolas. A população rural encontra-se em uma situação de pluriatividade¹⁰, usufruindo de interações rurais-urbanas (ULLER-GÓMEZ & GARTNER, 2008).

⁹ O autor identifica três grupos, entretanto, ao nosso ver, grupos étnicos indígenas, sobretudo Guarani, possui forte participação na formação da população local, influenciando os costumes e as práticas cotidianas.

¹⁰ Conforme pesquisa realizada por Araujo *et al* (2013), 75% das famílias rurais investigadas que residem em Biguaçu, possuem outra fonte de renda além da

2.2 Contexto da região de Três Riachos e as práticas agrícolas

O Estado de Santa Catarina encontra-se localizado na parte inferior do trópico de Capricórnio. Especificamente, contempla o centro da Região Sul do País, possuindo uma área aproximada de 95.346 km² (IBGE, 2014). Nele está situada uma grande quantidade de ecossistemas, caracterizadas, sobretudo, por espécies de clima tropical¹¹, na qual destaca-se a Mata Atlântica – MA.

O Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008, que regulamenta os dispositivos da Lei nº 11.428 de 2006, apresenta em seu Art. 1º a relação de como o governo brasileiro entende o que se denomina de Bioma MA. Neste sentido, o mapa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE contempla a configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista (também denominada de Mata de Araucárias); Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encraves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas.

Conforme dados apresentados pelo Fundação SOS Mata Atlântica, derivado do projeto *Atlas da Mata Atlântica* divulgado em maio de 2017, referentes aos anos de 2015-2016, Santa Catarina aparece como o quinto Estado Federativo brasileiro que mais desflorestou¹² o

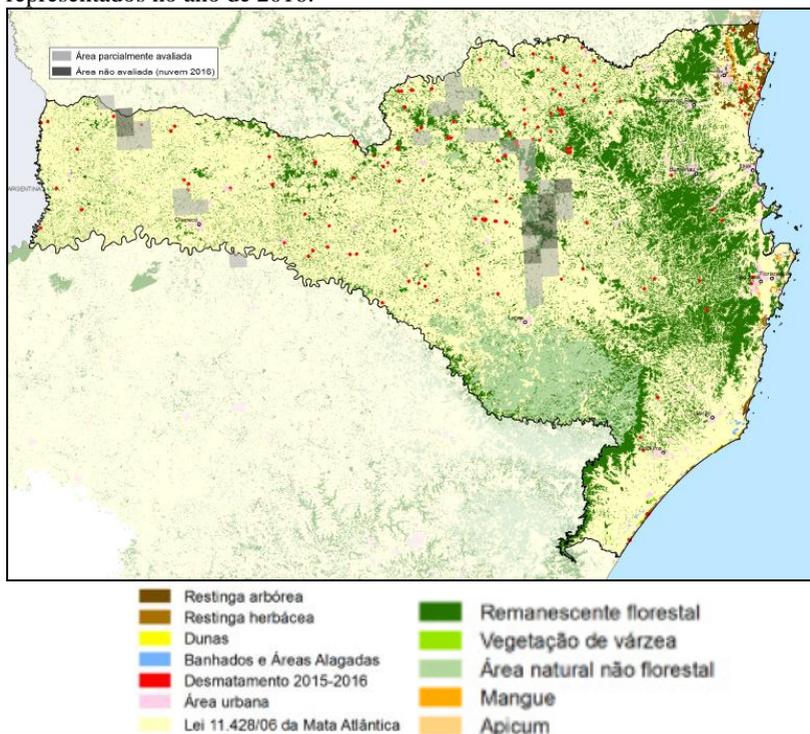
atividade agrícola. Destaca-se rendas provenientes, principalmente, de aposentadorias, indústria, comércio e serviços.

¹¹ Muito embora nota-se a presença de espécies vegetais com características de altitudes elevadas e subtropicais, como as araucárias e algumas classes vegetais deciduais, como destaca Reis (1993), a dinâmica presente em Santa Catarina é genuinamente tropical. Este fato deve-se, sobretudo, aos processos mutualísticos característicos de uma origem evolutiva das demais formações acima do trópico e da dinâmica sucessional.

¹² Desflorestamento é a conversão das terras florestadas em outros usos. Esta conversão pode ser total com substituição (em grandes superfícies contínuas), parcial com fragmentação (a floresta é retirada em pequenas áreas dispersas que

bioma em questão. A figura que segue (Figura 3) expressa cartograficamente a situação:

Figura 3 – Decrementos da mata Atlântica no Estado de Santa Catarina representados no ano de 2016.



Fonte: Fundação SOS Mata Atlântica

Em SC a área de Domínio da MA (DMA) corresponde a 99,81%¹³ do estado e 17,49 % do total do DMA na União Federal. Este fator torna as ações no bioma muito mais evidentes. Nas florestas catarinenses as ameaças de desmatamento são muitas, porém, a Floresta

não podem ser delimitadas cartograficamente) e parcial com degradação da estrutura (mudança da categoria da floresta, afetando negativamente sua composição e sua capacidade de produção), (PASQUIS, BOUAMRAINE, 2002; DALMORA, 2004).

¹³ Somado ao Espírito Santo e ao Rio de Janeiro são os 3 Estados Federativos que possuem praticamente todo os seus territórios inseridos no bioma MA.

Omrófila Mista e a Estacional Decidual encontram-se mais ameaçadas (MMA, 2008). Dentre os fatores que aparecem como causadores dos desflorestamentos, o principal é a especulação imobiliária no litoral, que afeta a restinga e os manguezais. O esquema que segue (Figura 4) demonstra a dinâmica temporal do desflorestamento da MA em Santa Catarina durante o período de 1985 a 2016.

Figura 4 – Dinâmica do desflorestamento da Mata Atlântica no Estado de Santa Catarina durante o período de 1985 a 2016.



Fonte: Adaptado da Fundação SOS Mata Atlântica (2017).

É possível analisar através do gráfico apresentado que ocorreu uma redução gradativa da supressão florestal da MA de 1985 a 2012. Nesse sentido, dados também apresentados pela Fundação SOS Mata Atlântica (2015) demonstram que Santa Catarina ocupa papéis contraditórios. Atualmente ocupa a 5ª posição dos entes Federativos que mais devastaram o bioma, entretanto, entre o período de 1985 a 2015, ocupava a terceira posição no mesmo quesito. Contudo, no mesmo período, também se encontrava no terceiro Estado que mais regenerou a

mata no mesmo período. Isto significa dizer que as políticas públicas e as práticas agrícolas estavam voltadas para a regeneração florestal e/ou substituição por determinadas espécies.

O quadro abaixo (Quadro 2) corresponde as alterações nos remanescentes florestais durante o período de 3 anos (2013 – 2016)¹⁴, nos municípios representantes da Região Metropolitana da Grande Florianópolis.

Quadro 2 – Alterações nos remanescentes florestais, municípios selecionados da Região Metropolitana de Florianópolis (2013 – 2016).

Município	Área Município (ha)	% Remanescentes Florestais (2013)*	% Remanescentes Florestais (2016)**
Águas Mornas	32.736	70%	70%
Antônio Carlos	22.865	61%	61%
Biguaçu	37.088	41%	40%
Governador Celso Ramos	11.718	34%	33%
Florianópolis	67.541	25%	25%
Palhoça	39.514	48%	43%
Santo Amaro da Imperatriz	34.405	68%	68%
São José	15.239	26%	26%
São Pedro de Alcântara	14.002	54%	55%

Fonte: Modificado da Fundação SOS Mata Atlântica.

*As informações disponibilizadas por município sobre os dados de desflorestamento iniciam em 2013. Isto justifica o período curto de análise.

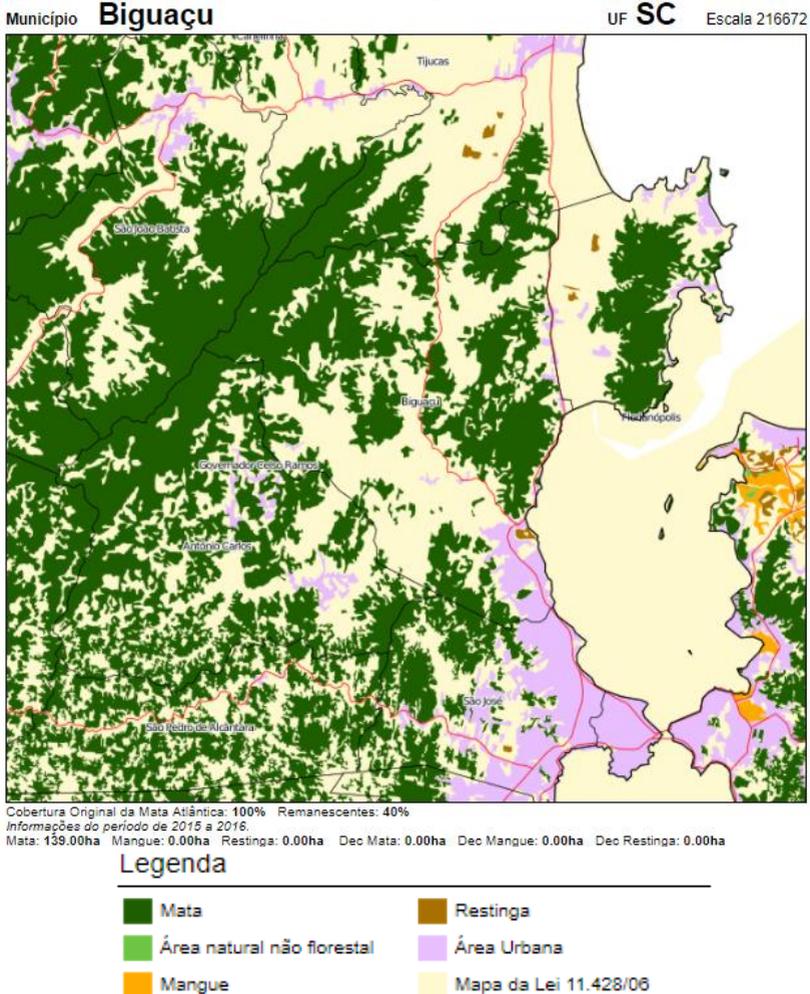
**Os dados do ano de 2016 são os mais recentes. As informações foram divulgadas no relatório técnico do atlas dos remanescentes florestais da mata atlântica do período de 2015 – 2016, pela Fundação SOS Mata Atlântica.

O município de Biguaçu é o 3º maior, dentre os apresentados, em extensão territorial (37.088 ha), superado somente pela capital do Estado e pelo município de Palhoça. Como demonstra o Quadro 2, é o 5º com mais remanescentes florestais em sua área (Figura 5), apresentando uma

¹⁴ Período onde ocorreu alteração no desflorestamento da MA no estado de SC. No Gráfico 1, nota-se quedas constantes nas áreas desmatadas por hectares.

variação em 1% de perda dos remanescentes florestais entre o período apresentado.

Figura 5 – Remanescentes florestais em Biguaçu em 2016.



Fonte: Modificado da Fundação SOS Mata Atlântica.

Diferentemente da capital, ou dos municípios com alto grau de urbanização, o desflorestamento em Biguaçu é atrelado, fundamentalmente, às práticas agrícolas. Entretanto, o Presidente da

Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina – FATMA-SC, Alexandre Waltrick, defende estas práticas, ressaltando que os tamanhos das propriedades rurais em Santa Catarina, em sua maioria de pequeno porte, fornecem atividades específicas, que distanciam das realidades vivenciadas em outros Estados. A expansão econômica das atividades agrícolas, ao que reflete diretamente na quantidade de remanescentes florestais, torna-se desmedida, frente ao crescimento econômico de grandes proprietários rurais.

A agricultura familiar corresponde a 87% dos estabelecimentos agropecuários no Estado de Santa Catarina (IBGE, 2013). Dados levantados pela EPAGRI/CEPA¹⁵ demonstram que em 2012 o Estado foi o segundo maior produtor nacional de arroz (1.097 mil ton), o maior produtor de maçã (659.732 ton) e contribuiu ainda significativamente para a produção interna de feijão (115.719 ton), cebola (379.262 ton), fumo (237.213 ton), banana (689,695 ton) e mandioca (530.098 ton). Estas cifras são alguns exemplos que demonstram a importância que possui a atividade no Estado, que ocorre tanto nas áreas mais afastadas ou periféricas, como também nas regiões metropolitanas, incluindo os municípios próximos a capital, em Santa Catarina.

Um exemplo é o município de Biguaçu, onde uma parte da agricultura familiar é praticada de modo consorciado com a floresta. A população que habita a região de Três Riachos, nas comunidades de São Marcos, São Mateus e Canudos, localizadas no município, adquire grande parte da renda através da agricultura local ou atividades que dela derivam (FANTINI & SCHLINDWEIN, 2014; VICENTE, 2014; ARAUJO *et al*, 2013).

Uller-Gómez *et al.* (2013), identificaram um total de 402 (quatrocentos e duas) famílias na localidade de Três Riachos. Dessas, 157 (cento e cinquenta e sete) famílias adquirem a maior parte da renda advinda da agricultura. Ou seja, considerando a proximidade com a capital, elencada como um elemento de atração¹⁶ pela população agrícola quando abandona suas atividades no campo, um total de

¹⁵ Dados retirados do ranking da produção estadual em relação a nacional das safras de 2011 e 2012. Disponível em http://www.epagri.sc.gov.br/?page_id=2870, acessado em 10 de Dez. de 2014.

¹⁶ Segundo Casagrande (2006), 8.605 famílias abandonaram o meio rural nos últimos 50 anos. Nos últimos dez anos, na região da Grande Florianópolis, o número alcança 19,1% desta população. A taxa de urbanização está próxima dos 90%.

39%¹⁷ da população de Três Riachos ainda vivendo da atividade agrícola na localidade é uma quantidade significativa. Além disso, outros elementos explicativos que devem ser considerados na área são a pluriatividade e a agricultura em tempo parcial.

A agricultura praticada na região possui a especificidade de ser rotacional e é tratada como uma agricultura itinerante, bem como o sistema de manejo denominado roça de toco, também conhecido como coivara em outras regiões por possuir relação direta com a floresta tropical. O manejo realizado pela população local consiste na condução periódica e sucessiva de cultivos agrícolas e florestais, onde ocorre alternância entre os períodos de cultivo e pousio. As principais culturas agrícolas utilizadas são a mandioca, a banana, o milho, o café e a cana-de-açúcar. Tradicionalmente, as espécies florestais utilizadas no sistema eram tanto da mata nativa, quanto a bracatinga (*Mimosa scabrella*) (VICENTE & FANTINI, 2014; FANTINI & SCHLINDWEIN, 2014; CARRIERI *et al.*, 2014, VICENTE, 2014).

Este sistema de manejo é apontado como um dos mais antigos do mundo, aplicado em outras áreas, variando de local para local. No Brasil o manejo é praticado por povos originários por mais de mil anos, especialmente os que habitavam e habitam o litoral brasileiro, no qual o cultivo principal é a mandioca (DEAN, 1996).

É considerado por alguns pesquisadores de manejos florestais como um elemento fundamental para manutenção das florestas tropicais, principalmente, pelo seu caráter autossustentável e por promover o processo de domesticação e adaptação das comunidades vegetais tanto para cultivos anuais quanto para as florestas (ADAMS, 2000; OLIVEIRA, 2002; STEENBOCK *et al.*, 2011; SIMINSKI & FANTINI, 2007; ULLER-GÓMEZ *et al.*, 2014; FANTINI *et al.*, 2010, MARTINS, 2005).

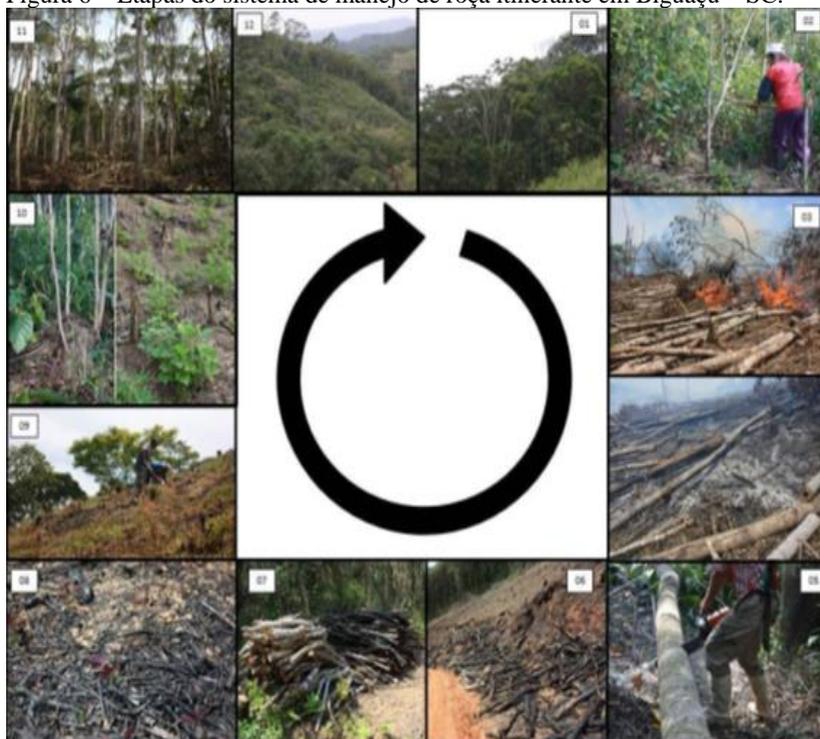
O sistema consiste, em um primeiro momento, na roçada seletiva dentro das glebas de mata nativa, para retirada da vegetação arbustiva de diâmetro menor e da vegetação herbácea (rasteira). Este processo auxilia o acúmulo de material orgânico sobre o solo. A limpeza da área ocorre através da incineração da biomassa, que funciona como facilitador de locomoção no lote, e o material restante proporciona fertilidade ao solo. Alguns agricultores utilizam o fogo antes da derrubada, outros o

¹⁷ Na microbacia de São Mateus 41% das famílias apresentam renda proveniente de atividade do campo. (ULLER-GÓMEZ *et al.*, 2013).

utilizam após a derrubada (VICENTE & FANTINI, 2014; FANTINI *et al.*, 2010; VICENTE, 2014).

A etapa seguinte corresponde a desidratação da madeira, que permanece sobre o solo pelo período de um a dois meses. Esta técnica é importante para alcançar um fuste com teor calorífico aceitável para utilização como lenha nos engenhos de açúcar e farinha ou nos fornos de carvão (VICENTE & FANTINI, 2014). Posteriormente a este processo ocorre a separação e corte dos troncos restantes em toras de aproximadamente um metro. Uma síntese do manejo pode ser melhor visualizada na sequência (Figura 6).

Figura 6 – Etapas do sistema de manejo de roça itinerante em Biguaçu – SC.



1. Seleção de lote florestal; 2. Roçada seletiva; 3. Queimada; 4. Secagem; 5. Seccionamento; 6. Retirada da lenha do lote; 7. Empilhamento da lenha; 8. Início da regeneração florestal; 9. Plantio culturas agrícolas e espécies florestais; 10. Rebrote de tocos, condução regeneração e do cultivo; 11. Colheita e pousio da área; 12. Período de pousio em diversos estágios.

Fonte: VICENTE, 2014.

O manejo de regeneração ou introdução de espécies nativas funciona como um recompositor florestal, auxiliando a manutenção da cobertura vegetal nas propriedades, assim favorece a produção de lenha (atividade que compõe a cadeia agrícola da região), e na recuperação do solo (VICENTE & FANTINI, 2014).

O sistema de manejo praticado nas comunidades de Biguaçu encontra dificuldades para continuar, visto que uma série de restrições legais ao manejo da floresta têm tornado cada vez mais difícil o exercício da atividade, colocando-a na clandestinidade ou acarretando no abandono da prática pelos agricultores e agricultoras tradicionais destas áreas (ARAÚJO *et al*, 2013; VICENTE & FANTINI, 2014; FANTINI *et al.*, 2010).

O embate com os órgãos de legislação e fiscalização ambientais inicia-se no momento da retirada da vegetação reintroduzida. Quando a floresta nativa reinserida pelos responsáveis agrícolas nas propriedades rurais atingem o “ponto de corte” necessário para nova lavoura ou produção de lenha, esta enquadra-se em momento considerado área em estágio médio ou avançado de regeneração, tornando o/a autor/a pela supressão passível de autuação (FANTINI *et al.*, 2010).

Como aponta Zuchiwschi *et al* (2010, p. 279), no estado de Santa Catarina a autorização para o corte seletivo de até 20 unidades (indivíduos) de árvores nativas ou até 15 m³ de galhada de árvores para lenha, permitida em unidades de produção com até 30 ha, exige uma série de procedimentos (averbação de Reserva Legal na escritura do imóvel, apresentação de projeto elaborado por um técnico, planta topográfica georreferenciada do imóvel, entre outros documentos).

A Lei Municipal nº 3166/2011, promulgada em 14 de dezembro de 2011, dispõe sobre autorização para atividades consideradas de baixo impacto ambiental no município de Biguaçu. Dentre as ações consideradas de baixo impacto e que é solicitada autorização para serem praticadas encontram-se,

- a coleta de produtos para fins de subsistência e produção de mudas, como sementes, castanhas e frutos, exceto madeira, desde que eventual e respeitada à legislação específica a respeito do acesso a recursos genéticos;

- o plantio de espécies nativas produtoras de frutos, sementes, castanhas e outros produtos vegetais em áreas alteradas, plantados junto ou de modo misto;
- a poda, corte ou extração de espécimes florestais nativas ou exóticas, em situação de risco de

queda, que possam ameaçar a vida, patrimônio ou meio ambiente.

O art. 9º, parágrafo IV da Lei em questão esclarece ainda o que a prefeitura entende como recuperação ambiental, disposto adiante,

constitui toda e qualquer ação que vise mitigar os danos ambientais causados e dependendo das peculiaridades do dano e do bem atingido, as seguintes modalidades: recomposição ambiental, recuperação *in natura*, ou restauração que consiste na restituição do bem lesado ao estado em que se encontrava antes de sofrer a agressão, por meio de adoção de procedimentos e técnicas de imitação da natureza;

Há indícios de que a saída encontrada pela população que trabalha com sistema agroflorestal nas comunidades seja a substituição da reintrodução das espécies nativas por espécies exóticas, principalmente eucalipto, por não possuir a mesma restrição legal que as matas nativas (ULLER-GÓMEZ *et al*, 2013; ULLER-GÓMEZ *et al*, 2014, CARRIERI *et al*, 2014; VICENTE, 2014), o que gera uma série de consequências negativas para os recursos hídricos, o solo, a flora e a fauna locais.

Além da plantação de produtos agrícolas, a madeira retirada destas áreas é a matéria-prima que abastece os fornos de alvenaria para a produção de carvão vegetal, utilizado como complementação de renda das famílias e/ou destinado ao uso doméstico.

Mesmo considerada nula a atividade de produção do carvão vegetal na região, aproximadamente 30% das famílias (um valor próximo de 117 famílias) inseridas nas comunidades agrícolas de Três Riachos possuem esta atividade como sua principal fonte de renda (ULLER-GÓMEZ *et al*, 2014). Entretanto, o sistema utilizado por estas famílias também está envolvido em conflitos, devido aplicação da legislação ambiental que condena a prática (ZUCHIWSCHI *et al.*, 2010).

O panorama exposto representa algumas das principais características que incentivaram a elaboração do objetivo principal da pesquisa em questão. Inserindo a realidade local em um contexto político global, cabe destacar a importância de algumas convenções e tratados internacionais, no que tange ao reconhecimento das populações tradicionais. Nesse sentido, a Conferência das Nações Unidas para o

Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio-92, possui um papel importante no reconhecimento das práticas dos povos tradicionais, visto que a partir de uma demanda cada vez mais crescente de proteção ambiental, estes tornaram-se sinônimos de atores/as responsáveis pela proteção do ambiente natural do qual subsistem, atrelados as possibilidades de preservação dos recursos *in situ*¹⁸.

Uma mudança paradigmática também proporcionou tal destaque, visto que ocorre um aumento de correntes ambientalistas cada vez mais distantes do pensamento preservacionista e mais próximos do conservacionismo¹⁹. Estas correntes ideológicas primam pela relação dos humanos e do meio, contudo, esta última parte do princípio que as populações humanas são parte inerente da natureza, uma vez que consideram os manejos a partir de técnicas e saberes tradicionais como sustentáveis e viáveis na conservação dos recursos (DIEGUES, 2008a, p. 25).

O termo estadunidense *Wilderness* surgiu no final do século XIX caracterizado como natureza selvagem e intocada. A partir deste termo fundamenta-se a corrente preservacionista, pregando a favor dos valores estéticos, frente aos “distúrbios” que o ambiente poderia vir a sofrer por interações humanas. Destarte, inicia-se as primeiras discussões de proteção integral do meio natural, com viés prático, onde o ponto central torna-se a separação natureza x cultura.

Conforme a visão brasileira sobre o debate das correntes ambientalistas, a abordagem preservacionista emprega a proteção das áreas naturais dependente *et al* do isolamento de toda a forma de interferência humana, visto a natureza destrutiva das atividades realizadas (DIEGUES, 2000). A partir deste modelo de pensamento foram fundamentadas as políticas de gestão das unidades de preservação sobretudo, com aprofundamento a partir da década de 70²⁰ do século

¹⁸ A conservação *in situ* se refere a “conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas” (MMA, 2011).

¹⁹ Como expõe Nash (1989), a estruturação do pensamento conservacionista amadurece a partir dos postulados de Gifford Pinchot, no século XIX, fundamentado no ethos da Idade do Progresso, uma vez que o desenvolvimento é compreendido pelo autor como a primeira forma de conservação, prevenindo desperdícios e maximizando benefícios para “maioria da população”.

²⁰ Conforme demonstra Diegues (2008a), a criação do primeiro Parque Nacional no Brasil (Itatiaia) data do ano de 1937, cujo objetivo esteve associado a realização de pesquisas científicas e ações lúdicas das populações urbanas.

passado (momento de implementação dos governos autoritários na América Latina). O Brasil não foi exceção, onde um grande número de unidades de preservação de uso restrito foi gerado, acarretando, por outro lado, a retirada (sem as devidas indenizações e, em grande parte, de forma coercitiva) de uma vasta quantidade de populações tradicionais que sobreviviam destas/nestas áreas, e nelas empenhavam seus modos de vida.

A sobreposição de áreas ambientalmente protegidas e territórios ocupados tradicionalmente é uma constante no Brasil, bem como a visão de obstáculo que isso oferece às políticas de conservação do meio natural. O caminho a seguir, como destaca Diegues (2008b), na maior parte das vezes, foi a expropriação²¹ da população residente, impactando diretamente seus modos de vida.

A dicotomia entre natureza e cultura, na qual o meio natural apresenta-se separado da cultura, está no imaginário ocidental. Muitos são os relatos em que os povos originários são inferiorizados e a natureza compreendida como uma assimetria particular e exótica. Fundamentadas no pensamento onde os povos tradicionais são compreendidos como empecilho à preservação natural, algumas práticas de gestão ambiental acabam não trabalhando questões fulcrais voltadas às “fundações da cosmologia ocidental” (PHILIPPE DESCOLA, 1999, p.122).

Torna-se importante citar as dimensões estéticas e materialistas da natureza associadas às políticas de preservação pautadas nestas escolas de pensamento, ou seja, a conservação da biodiversidade para fins estéticos. Assim como o preservacionismo possui resistência e considera as populações tradicionais como um obstáculo à preservação ambiental, o conservacionismo também apresenta, levando em consideração suas devidas diferenças, determinada oposição às comunidades.

Todavia, foi a partir da década de 1970, que esta política se acentuou, extrapolando as fronteiras Sudeste-Sul e tornando-se praticamente temporal a expansão da fronteira agrícola, que alcançou a região amazônica entre 1973-1974. Não por acaso, sob o controle do governo militar, demonstrativo da dificuldade de dialogar com as populações que habitavam estas regiões. Termos do tipo posseiros, população rústica e degradadores, são recorrentes em documentos e discursos oficiais da época, referindo-se aos povos tradicionais.

²¹ São vários os exemplos de conflitos, para maior aprofundamento sobre o assunto consultar Medeiros e Araújo (2011); Silva (2013) e Diegues (2008a, 2008b, 2010).

A mesma autora enxerga como saída para tal situação a colaboração mútua entre a ciência e os conhecimentos, os saberes e as técnicas tradicionais, através de estratégias complementares e alternativas, com objetivo potencial de ultrapassar a conservação ou preservação mercadológica.

Por outro lado, o fato das comunidades suscitarem questões relacionadas a tradicionalidade nos remete a possíveis interlocuções com a área da preservação do patrimônio cultural, uma vez que, através da gama de instrumentos de preservação (tombamento, registro, salvaguarda, paisagem cultural).

Nesse sentido, busquei aproximar as temáticas das técnicas e saberes utilizados pelos agricultores e agricultoras familiares, da conservação e do sistema manejo florestal e do campo do patrimônio cultural, através da categoria da paisagem cultural.

A reflexão que unifica as temáticas refere-se em pensar em que medida o modo de fazer associado às pessoas envolvidas com a agricultura familiar nas comunidades de São Marcos, São Mateus, Canudos, em Três Riachos, no Município de Biguaçu-SC se configuram em práticas importantes para a preservação da floresta e estão inseridas em uma lógica cultural própria, relacionadas às práticas locais?

Por conseguinte, como no caso em questão, as conexões ocorrem entre as áreas da cultura e do meio ambiente optamos por uma análise pautada na paisagem cultural, cujo um dos principais interesses se apresenta na relação homem/mulher-natureza. Como e quais destas relações são contempladas com as políticas de preservação? As reflexões ora apresentadas serviram de base para elaboração das problemáticas de pesquisa que serão discutidas mais adiante. Na tentativa de localizar e descrever melhor os locais pesquisados trabalho a seguir, brevemente, a formação socioterritorial do município de Biguaçu.

3. MARCO TEÓRICO

3.1 Paisagem cultural enquanto instrumento de preservação

Com o aumento gradativo por parte dos Estados e dos gestores culturais do entendimento da necessidade das ações preservacionistas, ocorre também uma inserção cada vez mais profunda da paisagem (enquanto instrumento) no campo do patrimônio. A relevância do processo de preservação vai além dos elementos que envolvem questões mnemônicas, seja da memória social e coletiva ou da própria memória individual. Não que estes elementos estejam em uma esfera menor, porém, os processos de decisão da conservação perpassam pela própria sobrevivência ou não de espécies ou sociedades. Nesse sentido, buscamos neste capítulo compreender a categoria de paisagem cultural, enquanto instrumento das políticas de preservação. Para tanto, discutiremos sobre a origem do conceito, tentando relacioná-lo com discussões relevantes ao objeto em questão, como o debate homem/natureza, o surgimento de termos e conceitos como sustentabilidade e resiliência e o conceito de patrimônio vivo, além da incorporação e reconhecimento das técnicas e saberes tradicionais aos debates de preservação.

A lista de Patrimônio Mundial da Humanidade engloba uma série de categorias onde um bem considerado de valor excepcional e universal passa por algumas análises, necessitando encaixar-se em critérios específicos para ingressá-la. A paisagem cultural, enquanto categoria voltada para a preservação do Patrimônio Mundial da Humanidade foi institucionalizada na década de 1990 pela UNESCO e conforme as palavras de um dos diretores da instituição, Francesco Bandarin, em entrevista conduzida por Jared Green, publicada no periódico *American Society of Landscape Architects*²², ela representa a “relação entre o homem e a natureza, e sobretudo, o produto dessa relação, quando se alcança o chamado valor universal”.

A trajetória até a institucionalização da paisagem enquanto instrumento jurídico e reconhecimento na década de 1990, se originou algumas décadas anteriores. Para fins de uma análise voltada à aproximação entre as práticas de preservação do patrimônio cultural e à paisagem, cabe realizar uma breve análise historiográfica das cartas

²² Mais informações em <https://www.asla.org/>.

patrimoniais²³, uma vez que representam as primeiras iniciativas de delimitações e proposições dos elementos que envolvem as conjecturas do campo.

A Carta de Atenas divide-se em duas. Uma considerada como primeira carta patrimonial, resultado da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos que ocorreu em 1931. Teve o valor de ser a primeira reunião realizada sob a égide de uma organização supranacional, o Instituto de Cooperação Intelectual, a Liga das Nações, representada principalmente pelo Escritório Internacional de Museus (ICOM)²⁴. Em 1933, elaborou-se outro documento com o mesmo nome, resultado da Assembleia do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM).

O destaque maior destes documentos se deve a dois fatores. O primeiro por ressaltar a visibilidade dos monumentos. Nesse sentido, o documento incorpora um fato inédito. Tratar o patrimônio artístico e cultural, no mesmo sentido de um monumento histórico. Como explica Choay (2003), patrimônio compreendia entre os séculos XIX e XX monumentos nacionais voltados aos valores históricos e/ou estéticos, portanto, a ênfase era fornecida à materialidade do bem, e os exemplares eram, em geral, edificações e monumentos. Contudo, a categoria de patrimônio altera-se ao longo do século XX no ocidente. Esta transformação também significa uma ampliação do termo, onde o mesmo passa a ser denominado como patrimônio cultural. A mudança garante o englobamento de um conjunto maior de bens e expressões culturais, ou seja, o valor não se concentra somente na materialidade

²³ As cartas patrimoniais são documentos cujo caráter é indicativo ou, no máximo, prescritivo. Não possuem a função de legislar, mas de fornecer embasamento filosófico para que os órgãos competentes possam legislar. Constituem base ontológica para as várias profissões envolvidas na preservação, mas não são receituário de simples aplicação. Servem, dessa forma, de referência mundial para que os diversos países adotem métodos e ações convergentes para a preservação do patrimônio. Para elaborar uma leitura fundamentada do documento, suas formulações devem ser entendidas em relação aos postulados teóricos da época em que foi produzida e aos desdobramentos do campo (KÜHL, 2010, p. 285). Encontram-se na íntegra no endereço <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>.

²⁴ Como aponta Françoise Choay (2003, p. 185), esta comissão, presidida por Henri Bergson, e composta por membros como Marie Curie, Sigmund Freud, Albert Einstein, Aldous Huxley, entre outros e outras, militavam a favor da proteção internacional do patrimônio, a partir de uma visão essencialmente representada por valores europeus.

(inclusive muito específica, como significava anteriormente), mas passa a abarcar elementos artísticos, tradições, particularidades gastronômicas, múltiplas paisagens.

O segundo fator considerado de grande importância da Carta de Atenas encontra-se na alteração do patrimônio urbano que passa a inserir a relação entre o monumento e seus arredores (GÓMEZ-MENDOZA, 2013, p. 15). Portanto, a preocupação com a visibilidade dos monumentos e sua vizinhança não está distante do pensamento de preservação da paisagem. Destarte, a compreensão e significado da categoria patrimônio estava se transformando.

Apesar destes apontamentos, alguns autores (RUFINONI, 2004; CHIURATTO, 2015) identificam a ineficiência prática relacionada às teorias preconizadas na Carta de Atenas, visto que esta incentivava a neutralidade dos/das arquitetos/as frente ao monumento. Rufinoni (2004) destaca a importância de compreender e valorizar a paisagem existente como “evidência histórica e cultural” como forma de conjugar tais desvios e permanências práticas que acarretavam na falta de questionamentos com relação a algumas práticas atreladas ao patrimônio.

Como colocam alguns pesquisadores da área do Patrimônio (CHOAY, 2001; BABELON e CHASTEL, 1994; FONSECA, 2005), a Revolução Francesa, especificamente a destruição (material e simbólica) causada em seu decorrer, proporcionou um ambiente favorável a discussão de questões relacionadas ao tema. O mesmo ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial, atrelado a questões outras, como por exemplo, a pilhagem²⁵ de obras de artes praticada pelos nazistas, durante este período. Este panorama gerou espaço para criação da Carta do Atlântico, a partir da criação da Organização das Nações Unidas²⁶ – ONU, em 1945. A assinatura da Carta tinha como propósito maior favorecer o diálogo em um espaço de neutralidade e a cooperação do Países-membros em pautas relacionadas a questões como direitos humanos, desenvolvimento socioeconômico, direito internacional e manutenção da paz mundial.

Outro documento importante são as Recomendações de Paris, resultado da 12ª sessão da Conferência Geral da Organização das

²⁵ A película *The Monuments Men*, lançada em 2014, dirigido por George Clooney, retrata a criação de um esquadrão contendo historiadores, especialistas em obras de arte, atuando na tentativa de frear a prática da pilhagem.

²⁶ Ou *United Nations*.

Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura realizada em 1962²⁷ em Paris. O objetivo do encontro foi levantar propostas relativas à Salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e dos sítios.

A recomendação aos Estados-membros era a aplicação das disposições discutidas e formuladas, sob a forma de lei nacional ou de alguma outra maneira, medidas que pusessem em efeito, nos territórios sob sua jurisdição, as normas e os princípios formulados. Para tanto, definiu-se por salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios a preservação e, quando possível, a restituição do aspecto das paisagens e sítios, naturais, rurais ou urbanos, devidos à natureza ou obra do homem, que apresentam um interesse cultural ou estético, ou que constituem meios naturais característicos.

As recomendações também visavam complementar as medidas de salvaguarda da natureza. Nesse sentido, algumas medidas no tocante à salvaguarda foram levantadas: a) Controle geral por parte das autoridades competentes; b) Inserção de restrições nos planos de urbanização e no planejamento em todos os níveis: regionais, rurais ou urbanos; c) Proteção legal por zonas, das paisagens extensas; d) Proteção legal dos sítios isolados; e) Criação e manutenção de reservas naturais e parques nacionais; f) Aquisição de sítios pelas coletividades públicas. Além disso, um controle geral deveria ser exercido sobre os trabalhos e as atividades susceptíveis de causar danos às paisagens e aos sítios, em toda a extensão do território do país.

Este documento foi um avanço para ampliação no debate da conservação das paisagens culturais. Contudo, até aquele momento, a grande preocupação técnica voltava-se para a paisagem urbana. Em virtude principalmente da deterioração da mesma frente aos processos de crescimento das cidades. Nesse sentido, nota-se que a ideia de

²⁷ O documento gerado na Convenção de Washington, Conferência para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, conhecida como “Convenção Panamericana”, que ocorreu em 1940, não é considerado uma carta patrimonial. Todavia, foi um importante encontro internacional, no tocante ao tratamento da paisagem. Neste nota-se a preocupação em conservar as paisagens de beleza rara, principalmente as naturais. Como resultado, ocorre definições de cunho ecológico utilizado em tempos atuais, ou que fomentou as categorias em uso, como os conceitos de Reserva Silvestre, Monumento Nacional e Reserva Nacional. Outrossim, os Parques Nacionais são considerados como de proteção e conservação das belezas cênicas naturais da fauna e flora. Medida esta que coloca a paisagem natural como algo a ser desfrutada pelo público visitante (BRITO, 2003).

paisagem sustentada pelos Estados-membros era algo engessado, como uma moldura que deveria ser pregada na parede da sala. Entretanto, é importante destacar a apreensão que o documento demonstra com as transformações derivadas por mudanças econômicas e sociais, algo que reverberou diretamente nos bens tangíveis e nas paisagens naturais.

Dois anos depois, exatamente em 1964, foi realizado o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos – ICOMOS, resultando no documento-base chamado de Carta de Veneza, declaração internacional de princípios de todas as ações de restauro. O texto tem como principal característica a definição do que passou a ser considerado como bem cultural. Antagonicamente, como coloca Gómez-Mendoza (2013, p. 15), “mantém o espírito de Atenas, mais de 30 anos antes, insistindo na ideia de um monumento histórico”. Todavia, amplia esta noção monumento, ultrapassando a criação arquitetônica isolada para um sítio urbano ou rural, com arquitetura modesta, e enfoca a noção de entorno e visibilidade dos monumentos. Neste sentido, acaba tocando indiretamente na ideia de paisagem. Este avanço na abordagem dos conjuntos urbanos, torna o documento referência no campo da conservação dos bens culturais.

Entretanto, corroboramos com Rolim (2014) quando afirma que algumas passagens da Carta de Veneza (como no artigo 1º, que aponta os sítios urbanos e rurais como testemunho da civilização, ou no artigo 6º apresentando a necessidade de o monumento ser preservado em um esquema escalar), indicam os “preceitos da paisagem cultural de integração entre as diferentes manifestações do patrimônio”.

Outro resultado direto da Carta de Veneza foi a criação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (*International Council of Monuments and Sites* – ICOMOS), um ano após a redação da Carta. Esta associação civil, não-governamental propõe e analisa os bens culturais que são inseridos na lista de Patrimônio Mundial da Humanidade da UNESCO.

Ainda na década de 1960, mais especificamente em 1967, a Organização dos Estados Americanos (OEA) elabora uma reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico, resultando nas Normas de Quito. Diferentemente do que foi priorizado na Carta de Veneza, ou seja, reavaliar e debater as categorias de sítios e monumentos, dialogando com questão como a contemporaneidade, memória e autenticidade, a OEA consegue inserir nas normas de Quito questões que atravessam as políticas de preservação do patrimônio, como a questão do desenvolvimento econômico e a função social dos monumentos (elementos estes que

geraram críticas à Carta de Veneza, visto a não inserção de discussões como a escassez de recursos humanos ou a questão da falta de subsídios no campo do patrimônio, pontos em pauta nas Normas de Quito). Portanto, uma nova ideologia estava aparecendo e influenciando as políticas de preservação, agregar valor econômico aos bens preservados, utilizando-os como instrumentos turísticos.

O estabelecimento da correlação entre patrimônio cultural e desenvolvimento, estimulado pela OEA, presente em diversos momentos nas Normas, estimulou diversas políticas em alguns países da América Latina. Os casos de Cuba e da República Dominicana são os mais icônicos, devido ao trabalho realizado com a questão legislativa local atrelando a recuperação de áreas históricas ao desenvolvimento econômico (MENICUCCI, 2000).

Podemos considerar as Normas de Quito como uma continuação e aprofundamento das ideias que circulavam e foram debatidas durante o evento em Veneza. Entretanto, a partir de Quito, as premissas trabalhadas obtiveram maior abertura e divulgação, refletindo diretamente na realidade local.

A preocupação com a paisagem torna-se mais evidente na reunião de 1967 da OEA. Em vários trechos do documento a palavra é citada, incluindo em sua parte final, a relação entre o conceito de paisagem e instrumentos de valorização. A paisagem é abordada como portadora de marcas e expressões do passado, testemunhos de uma tradição histórica de inestimável valor, encontrando no turismo finalidade prática, ou seja, a combinação da preservação do patrimônio e o desenvolvimento econômico local.

As alterações advindas a partir da década de 1970 (aumento da urbanização mundial, bem como mudanças nos processos industriais e todas as consequências atreladas a estes fenômenos) acabam por proporcionar transformações também na forma como são apregoadas as políticas de proteção do patrimônio na UNESCO. A Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural²⁸, que aconteceu em Paris, adotada pela Conferência Geral da UNESCO em 1972, é um exemplo. A partir dela ocorreu a fusão entre monumento, monumento histórico e monumento artístico. Além disso, instituiu-se como instrumento internacional o reconhecimento e proteção do patrimônio cultural e natural de valor universal excepcional.

²⁸ As recomendações discutidas e elaboradas nesta convenção foram aprovadas na Reunião de Paris em 16 de novembro de 1972.

A Convenção teve como objetivo traçar diretrizes comuns aos países-membros fornecendo subsídios para realização de inventários, almejando identificar possíveis bens com valor significativo para ingressar na lista do Patrimônio Mundial da Humanidade. Ao mesmo tempo, os países signatários estariam comprometidos com a proteção interna e totalitária destes bens.

Ficou estipulada, ainda, a criação de um Comitê do Patrimônio Mundial, instituído em 1976, composto por 21 representantes dos Estados-membros²⁹, responsável pela gestão e inscrição dos sítios na lista. O Comitê tornou-se responsável por administrar também o Fundo do Patrimônio Mundial, apresentando como função aplicar em que, como e onde os determinados recursos. Possui uma reunião ordinária por ano e encontra-se na 39ª sessão do grupo. Os primeiros sítios foram inscritos na lista de Patrimônio Mundial da Humanidade em 1978³⁰ (UNESCO, 2013).

Na constituição da Convenção os bens eram divididos em Patrimônio Mundial Cultural e Patrimônio Mundial Natural. A definição destes bens, encontra-se abaixo na íntegra.

O patrimônio cultural e o patrimônio natural estão definidos nos artigos 1º e 2º da Convenção do Patrimônio Mundial.

Artigo 1º

Para fins da presente Convenção são considerados como patrimônio cultural:

- Os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com Valor Universal Excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- Os conjuntos: grupos de construções isolados ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, têm Valor Universal Excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

²⁹ Os representantes em 2017 são Argélia, Colômbia, Croácia, Finlândia, Alemanha, Índia, Jamaica, Japão, Cazaquistão, Líbano, Malásia, Peru, Filipinas, Portugal, Qatar, Coreia do Sul, Servia, Turquia e Vietnã. O mandato é de 4 anos, e vai variar pela data de entrada de cada representante.

³⁰ Ver <http://whc.unesco.org/en/list/>. Acessado em 30/10/2017.

- Os sítios: obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os sítios arqueológicos, com um Valor Universal Excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Artigo 2º

Para fins da presente Convenção serão considerados como patrimônio natural:

- Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com Valor Universal Excepcional do ponto de vista estético ou científico;

- As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com Valor Universal Excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

- Os sítios naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com Valor Universal Excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural.

Fica claro que a separação entre cultural e natural se fazia presente no ideário da Convenção de 1972, incentivado, principalmente, por toda a efervescência dos movimentos ambientalistas naquele período, materializando-se em encontros e convenções internacionais³¹. Destarte, a panaceia encontrada para solucionar o problema da degradação dos recursos encontrava-se na minimização da interferência humana e expansão do espaço “natural”. Esta ideologia persistiu por longo período dentro dos organismos internacionais.

Dois documentos importantes devem receber destaque na década de 1980. O primeiro é a Carta de Florença, em 1981, visto o tratamento fornecido aos jardins históricos que, por seus valores historiográficos e artísticos, passam a ser considerados monumentos. O segundo foi a

³¹ Como a Conferência de Estocolmo, que ocorreu em junho de 1972, considerada como a primeira grande convenção sobre meio ambiente internacional, alterando o ideário infinito dos recursos naturais. Neste mesmo período a Organização das Nações Unidas – ONU, elabora a Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, conhecida como MAB (*Men and Biosphere*), tornando-se incentivo fundamental não somente para a criação da Convenção de 1972, como também foi elemento chave na instituição da paisagem cultural.

Carta de Washington, que ocorreu em 1986, visto que o ponto fundamental deste documento foi a relação entre a cidade e o entorno, a partir do patrimônio. Neste momento, na perspectiva do campo do patrimônio, a cidade era entendida como um documento a ser resguardado, como uma fonte, que se torna fundamental para os interessados e as interessadas no estudo do tempo. Apesar desta discussão envolver a paisagem cultural, a mesma é tocada levemente. Ainda faltava trazer a noção para o bojo do debate, de forma a sistematizar e fortalecer enquanto instrumento de políticas públicas.

Com o passar dos anos este antagonismo entre cultura e natureza se tornou cada vez mais anacrônico e a UNESCO aprofunda a noção de paisagem cultural criando critérios para operacionalização da categoria. Esta mudança se concretiza na década de 1990, com a visão da “valorização harmoniosa entre os homens e o meio ambiente” (RIBEIRO, 2007). Esta relativização e transformação no modo de visualizar as relações homem-natureza, foram incentivadas novamente pelos eventos internacionais que discutiram pautas relacionadas ao tema de meio ambiente, patrimônio e preservação. Um exemplo é a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento ou RIO-92, realizada no Brasil.

Portanto, somente a partir da década de 90 que a paisagem se converte, de fato, instrumento jurídico internacional de proteção, entendida como “manifestações da interação entre o homem e seu ambiente natural”. Neste mesmo período, houve uma reunião dos peritos internacionais (La Petite Pierre, França, outubro de 1992) advindos dos países signatários com o objetivo de revisar as Diretrizes Operacionais da Convenção de 72 (*Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*³²), onde consideraram a necessidade de reconhecer os valores associativos e características das paisagens para os povos tradicionais e na importância de proteger a diversidade biológica através da diversidade cultural a partir das paisagens culturais. Além disso, a noção incorpora a proteção das técnicas tradicionais empregadas, principalmente no uso da terra, destacando-se a manutenção da diversidade biológica (UNESCO, 1992).

³² A assinatura da Convenção de 72, ocorreu em 1975. Dois anos depois, a UNESCO elaborou as *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*, com objetivo de ordenar e criar critérios que facilitassem a implementação das diretrizes acordadas na Convenção. Este Guia Operacional é atualizado e revisado com frequência.

Na visão de alguns especialistas (FOWLER, 2002; MITCHELL E BUGGEY, 2000; RÖSSLER, 2002) os pontos positivos destas decisões podem ser resumidos em:

- Reconhecimento da diversidade de manifestações da interação entre o homem e seu ambiente natural;
- Introdução do termo "sustentabilidade" nas Diretrizes Operacionais através de técnicas específicas de uso sustentável da terra;
- Reconhecimento e aprofundamento do debate sobre patrimônio vivo;
- Introdução de mecanismos tradicionais de gestão para as Diretrizes Operacionais;
- O reconhecimento das formas tradicionais de uso da terra;
- Manutenção da diversidade biológica através da diversidade cultural;
- Consideração das relações espirituais com a natureza;
- Abertura da Convenção em outras regiões do mundo (Pacífico, África);
- Abertura de estratégia global para uma Lista do Patrimônio Mundial Representante aprovada em 1994.

O documento ainda sistematizou a inscrição de bens culturais na Lista do Patrimônio Mundial da Humanidade, através de alguns critérios. As paisagens também adquirem contornos melhor definidos e passam a ser compreendidas como ilustrativas da evolução da sociedade humana ao longo do tempo, sob a influência das restrições e/ou oportunidades físicas apresentadas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, tanto externas como internas.

O Guia Operacional apresenta os critérios separando em Patrimônio Cultural e Patrimônio Natural. Segue abaixo a lista de critérios.

3.2 Patrimônio Cultural

I. Representar uma obra-prima de genialidade criativa do ponto de vista artístico e humano;

II. Demonstrar um importante intercâmbio de valores humanos num dado período ou numa zona cultural do mundo, progressos na

arquitetura e tecnologia, artes monumentais, planejamento urbanístico e design paisagístico;

III. Representar um testemunho único, ou pelo menos excepcional, de uma tradição cultural ou de uma civilização, ainda viva ou já desaparecida;

IV. Ser um exemplo extraordinário de um tipo de edifício, conjunto arquitetônico e tecnológico ou paisagem que ilustre uma ou várias fases significativas na história da Humanidade;

V. Ser um exemplo extraordinário de ocupação humana tradicional ou utilização de terras que represente uma cultura ou culturas, especialmente quando se tornou vulnerável ao impacto de uma alteração irreversível;

VI. Ser direta ou tangivelmente associado a eventos ou tradições vivas, a ideias ou crenças ou a obras literárias ou artísticas de importância universal incalculável (um critério apenas utilizado em circunstâncias excepcionais e em conjunto com outros critérios).

3.3 Patrimônio Natural

VII. (I) Ser exemplo extraordinário representativo dos principais períodos da história do planeta, incluindo o registo da vida, os importantes processos geológicos contínuos no desenvolvimento das formas terrestres ou importantes características geomórficas e fisiográficas;

VIII. (II) Ser exemplo extraordinário representativo de importantes processos ecológicos e biológicos contínuos na evolução e desenvolvimento de ecossistemas terrestres, fluviais, costeiros e marítimos, bem como comunidades animais e vegetais;

IX. (III) Conter fenômenos naturais fantásticos ou áreas de excepcional beleza natural e interesse estético;

X. (IV) Conter habitats naturais de extrema importância para a conservação *in situ* da diversidade biológica, incluindo os que dizem respeito a espécies em risco de valor universal incalculável do ponto de vista da ciência ou da conservação.

Ainda existe outra categoria denominada de Patrimônio Misto, caracterizada na 37ª reunião do Conselho para revisar a *Operational Guidelines*, em maio de 2013³³ como bens que satisfazem em parte ou à

³³ A 39ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, que ocorreu em 2015, foi a reunião mais atual visando a revisão da *Operational Guidelines*. Contudo, não foi alterado nenhum elemento do conceito aqui esboçado.

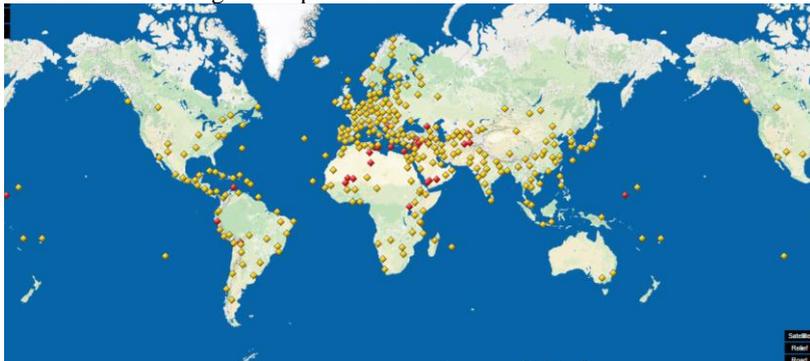
totalidade as definições de patrimônio cultural e natural conforme os artigos 1º e 2º, acima apresentados e que encontram-se na Convenção de 72.

Atualmente a lista de Patrimônio Mundial da Humanidade concentra um total de 1052 bens inscritos. Destes 814 estão inscritos na categoria de patrimônio cultural, enquanto 203 como patrimônio natural. Encontram-se 35 bens na categoria mista. 55 bens estão cotados como em risco de desaparecimento, seja por fenômenos humanos ou naturais. Destes, 37 estão classificados como patrimônio cultural e o restante como natural. Dois sítios foram retirados da lista.

Os elementos que oferecem riscos aos bens variam. Como o caso do sítio arqueológico de Bamyán, no Afeganistão, ou Bam, no Irã, que sofrem ameaças tanto humanas como naturais. Contudo, percebe-se que em alguns casos, há uma clara noção de paisagem que estaria congelada no tempo e no espaço. Novamente a ideia pictórica de paisagem. Paralisar as paisagens culturais, não imobilizaram a dinâmica que faz parte delas. Como o caso do Jardim de Shamilar, no Paquistão, que também se encontra no grupo de bens em risco, e, neste caso específico, devido a um crescimento urbano em seu entorno, praticamente ilhando o bem. Outro fator que apresenta constante risco e descaracterização dos bens é a influência socioeconômica, como no caso dos terraços de arroz nas cordilheiras Filipinas.

Localização dos bens inseridos na lista de Patrimônio Mundial da Humanidade na categoria de patrimônio cultural (Figura 7). Os pontos vermelhos representam os bens que estão correndo risco de desaparecimento.

Figura 7 – Localização dos bens inseridos na lista de Patrimônio Mundial da Humanidade na categoria de patrimônio mundial.



Fonte: <http://whc.unesco.org/en/list/?&type=cultural>

Imagem similar abaixo (Figura 8), porém, para os bens inscritos na categoria de patrimônio natural.

Figura 8 – Localização dos bens inseridos na lista de Patrimônio Mundial da Humanidade na categoria de patrimônio natural.



Fonte: <http://whc.unesco.org/en/list/?&type=natural>

A imagem que segue (Figura 9), trata-se da categoria mista dos bens representados.

Figura 9 – Localização dos bens inseridos na lista de Patrimônio Mundial da Humanidade na categoria de bens mistos.



Fonte: <http://whc.unesco.org/en/list/?&type=mixed>

Além dos critérios acima mencionados, a inscrição de um bem na lista do Patrimônio Mundial da Humanidade ocorre a partir da corroboração do valor universal excepcional. O valor excepcional significa que o bem transcende as fronteiras nacionais e é de importância comum para as gerações presentes e futuras de toda a humanidade. Como tal, a proteção permanente desse patrimônio é da

maior importância para a comunidade internacional como um todo. O Comitê define os critérios para a inscrição de bens na Lista do Patrimônio Mundial.

Um bem é considerado de valor universal caso consiga atingir os requisitos de autenticidade e/ou integridade, beneficiando um sistema de proteção e gestão (*Operational Guidelines*, p. 11, 2015).

Os Estados-membros são convidados a apresentar candidaturas de bens de valor cultural e/ou natural considerados de valor universal excepcional para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial. No momento da inscrição de um bem na Lista do Patrimônio Mundial, o Comitê fornece uma Declaração de Valor Universal Excepcional, que será a referência fundamental para a efetiva proteção e gestão do bem inscrito.

A Convenção do Patrimônio Mundial é um tratado internacional, e atualmente conta com a participação de 186 Estados-membros. Um estado tem o direito, uma vez que tenha ratificado a Convenção do Patrimônio Mundial, a apresentar uma proposta para inscrição na lista do Patrimônio Mundial e da UNESCO e de outras instituições.

Sob a égide da paisagem cultural, a UNESCO entende que os bens inseridos na lista do Patrimônio Mundial da Humanidade se dividiria em 3 categorias. Na primeira, os bens são categorizados como paisagens claramente definidas, ao seja, aquelas que são projetadas e criadas intencionalmente pelos homens e pelas mulheres. Nestas paisagens estão englobados os jardins e parques construídos por razões estéticas, que são muitas vezes (mas nem sempre) associadas a edifícios e conjuntos monumentais religiosos ou outras.

A segunda é denominada como paisagens orgânicas ou que evoluíram organicamente, resultando inicialmente de imperativos sociais, econômicos, administrativos e/ou religiosos, desenvolvendo-se morfológicamente por associação com e em resposta ao seu ambiente natural. As formas e as características de seus componentes refletem seu processo de evolução. Elas possuem duas subdivisões, denominadas de paisagem fóssil ou relíquia e de paisagem contínua. A primeira relacionada ao rompimento do processo evolutivo, seja de forma abrupta ou ao longo de um período de tempo, entretanto, suas características são ainda visíveis na forma material. A segunda conserva um papel social ativo na sociedade contemporânea intimamente associada com o modo de vida tradicional e, em que o processo evolutivo ainda está em andamento. Ao mesmo tempo, mostra provas manifestas da sua evolução.

A terceira categoria são as paisagens culturais associativas, que estão relacionadas às manifestações e associações religiosas, artísticas ou culturais conectadas aos elementos naturais.

O documento insere em suas reflexões e recomendações ainda outras duas categorias, a de canais/corredores históricos e sítios fósseis, traçando diretrizes para a aplicação das mesmas.

Corroborando com os autores Ribeiro (2007) e Araújo (2009), que analisaram as categorias, as diferenças entre os critérios é uma tentativa de englobar a multiplicidade de bens que se encaixam em concepções de paisagens múltiplas. Destarte, a primeira apresenta uma abordagem relacionada à tradição do paisagismo. A segunda categoria busca concentrar os bens que possuem uma perspectiva histórica e evolucionista, com ênfase nos elementos que resultam da relação dos homens e das mulheres e o meio, materializada na paisagem. A paisagem associativa, como o nome expressa, busca salvaguardar bens que representam paisagens associadas a expressões culturais variadas.

Para fins deste estudo, a última categoria possui papel de grande importância, visto que é ela que garante a proteção de práticas tradicionais, muitas vezes relacionadas a práticas agrícolas ancestrais, com o espaço vivido, originando paisagens culturais significativas. Estas associações são muitas vezes traçadas como “relações cosmológicas” dos povos locais com o território. Neste sentido, a importância de se investigar as narrativas históricas dos povos originários aos lugares torna-se uma ferramenta metodológica quase que obrigatória, visto a possibilidade de compreensão que somente estas pessoas podem demonstrar, sob lugares praticamente insignificantes aos olhares de outros grupos.

Outro elemento que se percebe na noção de paisagem que estava se constituindo e se institucionalizando é que havia uma clara incorporação das técnicas tradicionais e de uso da terra, envolvidas diretamente com as características do meio. Isso fica mais nítido com a incorporação do critério V, para inscrição na lista como patrimônio cultural. Como ressalta Araújo (p. 33, 2009)

Dessa forma, reforça-se a ideia de que a existência contínua de formas tradicionais de uso da terra seria um suporte da diversidade biológica de muitas regiões do mundo. Assim, conclui-se que a proteção das paisagens culturais tradicionais poderia garantir a manutenção da diversidade biológica.

Outro ponto que confirma o exposto são os encontros³⁴ dos especialistas em Paisagem Cultural que ocorreu ao longo dos anos. Muitos destes encontros foram voltados para a discussão de bens específicos, vinculados à temática da atividade agrícola tradicional. Como o encontro nas Filipinas, em 1995, onde discutiu-se os terraços de arroz³⁵, que cobrem 19.500 hectares ocupados por cinco terraços de arroz e seus templos de água. Os templos são o foco de um sistema de gestão cooperativa da água de canais e açudes, chamado subak, que data do século IX. O subak reflete o conceito filosófico de Tri Hita Karana, que reúne os reinos do espírito, do mundo humano e da natureza. No encontro na Áustria no ano seguinte, foi ressaltado pelos especialistas a importância das “paisagens culturais vivas”. Nesse sentido, a atividade rural foi destacada por concentrar um grande número destes bens culturais (RÖSSLER, 2002, p. 13).

O Conselho Europeu também se reuniu na década de 1990 para discutir e elaborar diretrizes a respeito da paisagem cultural. Primeiramente, ocorre o lançamento da Recomendação sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas, em 1995. A publicação fornece subsídios para a Convenção Europeia de Paisagem, no ano 2000, em Florença, que tinha por objetivo promover a proteção, a gestão e o ordenamento da paisagem na União Europeia.

O artigo primeiro, que trata das definições, caracteriza a paisagem cultural e se aproxima da significação fornecida pela UNESCO, entendendo-a como “parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e/ou humanos” (CONVENÇÃO EUROPEIA DE PAISAGEM, 2000). Por outro lado, o âmbito da Convenção, tratado no artigo segundo, fornece ao encontro europeu certa especificidade. Primeiro pelo reconhecimento da incidência da paisagem cultural sobre várias áreas, com destaque para os naturais, rurais, urbanas e

³⁴ Segundo Rossler (2002), entre 1992 e 2001 aconteceram um total de 14 encontros específicos sobre o tema das paisagens culturais. Nestes foram desenvolvidas e sugeridas metodologias de classificação e avaliação das paisagens culturais, assim como foram discutidos exemplos e questões relacionadas a instrumentos legais de gestão e de conservação.

³⁵ Para mais informações ver: <http://whc.unesco.org/en/list/1194>.

periurbanas, elemento que até o momento não havia sido mencionado nos documentos oficiais do gênero. Conjugado a isso, o documento explicita que não se aplica somente a paisagens com características de excepcionalidade, como ocorre com as áreas que são inseridas na lista da UNESCO. As paisagens cotidianas e as paisagens degradadas também devem, conforme aponta o resultado da Convenção, ser contempladas com políticas da paisagem.

Todo esse processo de valorização da paisagem cultural como instrumento de preservação reverbera no Brasil a partir da primeira década do século XXI. Ela torna-se o mais recente instrumento de preservação do patrimônio nacional através da instauração da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Instrumento este que se diferencia, tanto do tombamento, utilizado para os bens culturais materiais ou tangíveis, como do registro, instrumento aplicado à salvaguarda dos bens imateriais ou intangíveis. A principal diferença encontra-se na flexibilidade, visto que a chancela é um instrumento legal mais “frágil”, se comparado aos demais.

A portaria 127, de 30 de abril de 2009 define a chancela da Paisagem Cultural como “porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural ao qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009).

Até o momento a grande experiência de bens chancelados na categoria de paisagem cultural brasileira está relacionada ao Projeto Roteiro Nacional de Imigração em Santa Catarina, no qual foram inseridos, em duas etapas, sessenta e um bens culturais materiais. O pioneirismo do projeto não o protege de críticas, principalmente pela forma como foi colocada em prática. De certo modo, o Roteiro Nacional de Imigração trabalha numa perspectiva redentora, reconhecendo que estas etnias³⁶ não tiveram seu devido reconhecimento em um passado próximo, porém, foram de extrema importância para formação social brasileira. Porém, o ponto de estruturação do Projeto está ancorado na apropriação das identidades étnicas pelo turismo. A passagem adiante expressa a relação de forma direta como a atividade turística está presente e atuante no Projeto.

³⁶ Foi realizado um inventário dos bens culturais marcados por referências culturais relacionadas à imigração de italianos, alemães, poloneses e ucranianos em Santa Catarina.

A descoberta do patrimônio cultural como fonte de conhecimento e rentabilidade financeira vem transformando essas áreas em polos culturais, incentivando a economia por meio do incremento do turismo cultural e geração de empregos. (DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DOS ROTEIROS NACIONAIS DE IMIGRAÇÃO SANTA CATARINA, VOL. I, 2007, p.15).

De qualquer forma, colocar a imigração como lugar de destaque na identificação do patrimônio cultural nacional, configura-se como uma estratégia do Estado, que resulta na valorização de regiões que até então detinham pouca visibilidade no próprio Estado de Santa Catarina e no resto do Brasil.

A utilização da chancela aos bens elencados pelo Projeto do Roteiro de Imigração indica que o IPHAN visualiza a paisagem cultural como um instrumento complementar na política de preservação do patrimônio nacional. Não somente pela aplicação conjunta com o instrumento de tombamento, que vem sendo utilizado desde a fundação do IPHAN, mas, também, por explorar a própria categoria de paisagem cultural de forma diferenciada da prevista pela UNESCO e pela Convenção Europeia, que vai muito além da preservação de bens materiais isolados.

Diante do exposto, como pensar a preservação como um instrumento para áreas rurais tradicionais, que tanto a mecanização como a concentração e especulação fundiária acarretam consequências de grandes transformações no modo de vida das populações tradicionais que se constituem a partir da terra como base? Nesse sentido, a paisagem cultural possui um papel importante como ferramenta de manutenção de práticas socioculturais em vias de extinção, mas também nas ações políticas socioterritoriais, uma vez que fornece a possibilidade de preservação de práticas e de grupos em determinados territórios.

3.4 Paisagem cultural e políticas de preservação no Brasil

O termo paisagem possui uma grande variedade de acepções, bem como é utilizado amplamente nas mais vastas áreas do conhecimento. Este fato contribui para as problematizações que a categoria de paisagem cultural enfrenta no campo do patrimônio, especialmente na interpretação e prática. Neste campo, a forma mais

usual do termo na atualidade está relacionada à “obra conjugada do homem e da natureza” (UNESCO, 2005).

A compreensão que os condicionantes físicos estão atrelados aos elementos históricos fornece novas bases para utilização e organização do espaço. O conceito de unidade derivado desta relação é o que garante entender que a natureza é constituída de processos e a cultura de objetos. Este processo conjuga-se ao fato da relevância da perspectiva do observador.

Um resgate histórico breve da categoria de paisagem nas políticas de preservação no Brasil nos remete a promulgação do Decreto-Lei nº 25, em 1937, o qual deu origem ao SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional³⁷. O artigo 1º do Decreto-Lei aponta que:

Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (DECRETO LEI nº 25/1937, Art.1º,§2,).

Naquele momento não existia um instrumento específico para preservação de paisagens, entretanto, reconhecia-se a importância da manutenção das mesmas. Entendiam-se como paisagens, sobretudo, os bens naturais ou jardins e a natureza como contemplação e/ou investigação científica. A partir do aumento da dimensão do imaterial no campo da preservação do patrimônio cultural, a paisagem passa a ser considerada também em seus aspectos simbólicos, nas muitas possibilidades de relação que se estabelece com a natureza. Portanto, a patrimonialização e a institucionalização da paisagem ocorrem a partir da compreensão que nela está inserida um conjunto simbólico, de signos, de significados.

Apesar de toda a transformação que vinha passando a categoria de patrimônio, cultura e natureza ainda eram vistos separadamente. No plano internacional as duas concepções também norteavam as

³⁷ Instituição subordinada ao Ministério da Educação, criada pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937 e regulamentada pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro do mesmo ano. Foi dirigida por Rodrigo Melo Franco de Andrade de 1937 até 1969, nomeado pelo Ministro da Educação à época, Gustavo Capanema.

discussões, materializadas, principalmente, na convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural de 1972, organizada pela UNESCO.

A convenção foi o primeiro instrumento legal internacional a reconhecer e proteger o patrimônio a partir da interação entre natureza e cultura e, ao mesmo tempo, ligado também intimamente às maneiras tradicionais de viver (FOWLER, 2003; RIBEIRO, 2007; CASTRIOTA, 2009). As paisagens culturais, na visão da instituição, resultam do “trabalho combinado da natureza e do homem” (UNESCO, 2005). Tanto para o Comitê do Patrimônio Mundial, quanto para a UNESCO, esta alteração na política de preservação e a incorporação da paisagem cultural enquanto instrumento, representa uma importante contribuição no tocante a questão do desenvolvimento sustentável, uma vez que se insere de forma mais direta as comunidades (BANDARIN, 2003).

No Brasil, as diretrizes elaboradas a partir das discussões da convenção começam a ser internalizadas através da Carta de Bagé, instituída em 2007. Com base nesta carta de princípios é institucionalizada em 2009 a chancela da paisagem cultural brasileira através da Portaria nº 127, que define:

Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores (CARTA DE BAGÉ, Art. 1º).

A aplicabilidade do instrumento de preservação recém-criado, bem como outros instrumentos utilizados pelo órgão máximo de políticas de preservação cultural no Brasil, está associada aos critérios de exemplaridade, excepcionalidade e singularidade (IPHAN, 2011). Como aponta o documento, no caso da chancela da paisagem cultural brasileira estes critérios são aplicados considerando a classificação dos bens e a relação homem-natureza.

Se os fatores preponderantes que singularizam o sítio forem materiais é possível que o tombamento seja o instrumento de proteção mais adequado. Se os elementos materiais forem secundários ou acessórios, o registro será possivelmente o instrumento indicado. Nos sítios onde são constatadas as singularidades materiais de

determinada área, somadas à sua relação intrínseca com a natureza e ao caráter dinâmico no convívio com o elemento humano, aí então caberá a chancela da Paisagem Cultural (IPHAN, 2011, p. 3).

Refletindo sobre o objeto de estudo que nos propomos analisar e nos critérios apontado pelo órgão máximo de preservação do patrimônio cultural brasileiro, surgem algumas questões: seriam os resultados das técnicas e saberes das pessoas que trabalham na agricultura familiar nas comunidades de Três Riachos, em Biguaçu, representantes de uma materialidade singular? Constatando-se o fato de que ocorram relações intrínsecas com a natureza nas áreas citadas, seria possível aplicar o instrumento da paisagem cultural nas áreas citadas?

Uma das premissas do instrumento é a preservação da diversidade, materializada nos cenários, tanto urbanos, como rurais. A diversidade, portanto, ganha destaque como um elemento importante,

(...) tendo em vista que os processos de massificação da vida e das paisagens têm colocado em risco e mesmo provocado o desaparecimento de contextos de vida e tradições culturais que, a rigor, não deveriam ser perdidas, sob pena do empobrecimento do próprio espírito e da ciência humana. Em tempos de “globalização” e pasteurização das culturas, é saudável que possamos resguardar e valorizar contextos de vida singulares, que se traduzam na relação harmônica do homem com a natureza e, conseqüentemente, em maior qualidade de vida (IPHAN, 2011, p4).

Mesmo não especificando como se caracteriza a “relação harmônica”, o objetivo do IPHAN é destacar que o foco destas relações contempladas pela preservação da paisagem cultural e ameaçadas pelas pasteurizações está pautada na valorização da relação entre homens/mulheres-natureza, o que torna possível assumir sua relação com uma perspectiva de ecologia ligada a outros projetos de desenvolvimento possíveis, já que o documento critica o caráter homogeneizador e concentrador do modelo de desenvolvimento vigente.

Não podemos deixar de destacar que a valorização da diversidade é um grande avanço no campo e uma abertura importante para inserção de bens e sistemas culturais até então excluídos das políticas de

preservação. Através deste critério torna-se possível valorizar socialmente os saberes e modos de vida de grupos periféricos economicamente e a abertura para um novo campo importante, ainda em construção. Se não há (ou não deveria haver) hierarquias entre culturas, todas devem (ou deveriam) ser valorizadas.

Contudo, cabe refletir quem ou quais sujeitos e locais estão no bojo das políticas de preservação institucionalizadas e amparadas pela chancela da paisagem cultural no Brasil. Como ela está posta em prática pelos órgãos de preservação? Quais os bens e sistemas culturais que estão na pauta da política preservacionista brasileira? Como as políticas de preservação podem atuar em um contexto complexo como o identificado em Três Riachos, permeado de ambiguidades?

A inclusão, no decorrer do século XX, de biomas que não estão associados puramente aos critérios de excepcionalidade e estética, emprega novos pensamentos³⁸ no campo do patrimônio e, conseqüentemente, a preservação de bens culturais anteriormente sem espaço. Os conceitos de “excepcional” e “belo” clássicos passam a conviver com o entendimento de que essas categorias/valores sempre serão relativas aos grupos sociais onde são usados.

Na prática, ainda há uma grande dificuldade de utilizar a noção de paisagem cultural como elemento de proteção, como defendida pelos órgãos internacionais, ou seja, considerando o conteúdo histórico da relação homem\mulher e ambiente (PIMENTA & PIMENTA, 2010). O cerne desta dificuldade encontra-se em conjugar na conservação destas paisagens a dimensão estética, que muitas vezes é priorizada, com a funcional e a etnoecológica.

Este é o ponto fulcral que buscamos abordar em nosso trabalho de tese, partindo da relação que se estabelece entre os agricultores e as agricultoras familiares que se utilizam da agricultura itinerante nas comunidades localizadas em Três Riachos. Pautada nesta relação histórica entre a população e o ambiente no qual estão inseridas, buscamos conjecturar sobre o papel que possui o instrumento da paisagem cultural, como foi e é utilizado pelos órgãos de preservação, principalmente o IPHAN, e, sobretudo, qual seu potencial como elemento de construção social aplicado à realidade em questão.

Este contexto se complexifica quando articulado com a questão da conservação de paisagens culturais agrícolas, associadas aos usos

³⁸ Essa abertura é reflexo dos movimentos políticos do século XX e da inserção de um maior número de agentes sociais na área da preservação, agentes que trouxeram outras lógicas a esse campo.

tradicionais da terra, visto a grande pressão sofrida por estes, derivado das transformações sociais e econômicas. Dentre estes podemos destacar a industrialização dos produtos agrícolas, a especulação imobiliária, alterações demográficas, legislação ambiental e sanitária, alteração do preço da terra, entre outros (FERREIRA *et al*, 2013). Consequentemente torna-se importante pensar em políticas de preservação que culminem em planos de preservação da paisagem cultural, nos moldes de inserção das comunidades tradicionais que considerem tais elementos.

Portanto, a opção pela área a ser estudada está centrada nas relações que os grupos que ali se instalaram possuem com a natureza. O que torna o conjunto de relações estabelecidas no local singular é o resultado de formas, materiais e imateriais, inscritas naquele espaço. Isto confere identidade aos grupos, compondo uma unidade orgânica (RIBEIRO, 2007; BRITO & SCIFONI, 2010). Acreditamos que são as relações etnoambientais que se estabeleceram ao longo do tempo nas comunidades localizadas em Biguaçu que fornecem peculiaridades aos sujeitos das comunidades. Por conseguinte, todo este processo acaba expresso e materializado na paisagem do local.

Mas pensar a paisagem cultural a partir dos termos apresentados nos remete a algumas questões. Qual e quanto de influência os saberes e técnicas agrícolas possuem na dinâmica das paisagens culturais? Como estas relações se estabelecem no Brasil e, principalmente, no Estado de Santa Catarina? Como ocorrem as vivências agrícolas em Três Riachos e quais são os elementos envolvidos que constituem e transformam/preservam a paisagem cultural estabelecida naquela região.

3.5 A paisagem cultural como categoria analítica - O que toca a paisagem ou o que é tocado por ela?

Iniciar um texto sobre paisagem requer mais do que elementos de precisão acadêmicas e pontualizações, ou seja, artifícios científicos utilizados na busca de definições. Lidar com algo tão mutável e ao mesmo tempo repleto de antagonismos e tensões (WYLIE, 2007), nos convida a andar por caminhos permeados por sensibilidades, de forma minimamente diferente de outros conceitos ou categorias comumente utilizadas nas ciências humanas – apesar de ser o conceito em questão utilizado em grande número de pesquisas não somente nas humanas - partindo principalmente das geográficas³⁹. Visto que esta (geografia)

³⁹ A apropriação das ciências que utilizam do termo paisagem, seja em forma de categoria analítica, ou em forma de noção, mais voltada a aplicação cotidiana é

sente-se na obrigação de lutar (por), se não um sentimento paterno por ela (paisagem), um reconhecimento de uso e de reflexões históricas do termo.

O sentido léxico de paisagem está relacionado a extensão de território que o olhar alcança em um lance; vista, panorama (HOUAISS, 2009, s/n). Apresenta ainda mais duas significações, conjunto de componentes naturais ou não de um espaço externo que pode ser apreendido pelo olhar, e espaço geográfico de um determinado tipo (HOUAISS, 2009, s/n).

A forma como se construiu a polissemia, a sistematização e a difusão do termo são pontos que garantem a dificuldade de “padronização” do mesmo. Ao mesmo tempo, estes três elementos originariamente remetem a paisagem a uma apreciação estética e à perspectiva de contemplação ou de observação, mesmo que posteriormente, outras noções/funções tenham sido também atreladas ao conceito (BERQUE, 2009; BESSE, 2006).

Historicamente, pesquisadores e pesquisadoras que optam ou são conduzidos(as) a trilhar este caminho, iniciam suas reflexões partindo das artes. Aqui sigo os mesmos passos, uma vez que acredito ser a arte (e não somente as plásticas, porém, será a que utilizarei como exemplo), ou a ciência correspondente, esteja envolta em sentimentos imprescindíveis para tais interpretações. Além disso, foi a partir dela as primeiras formas de retratação da paisagem, mesmo que em determinado momento inserida em elementos apenas morfológicos.

Assim como destacaram Merleau-Ponty (1969) e John Wylie (2007), as obras de Paul Cezanne⁴⁰, são bons exemplos para iniciar reflexões acerca do tema. Destaco duas de suas pinturas, “Auvers” (1874) e “Mont Saint-Victoire” (1902-04) (Figuras 10 e 11).

um elemento importante para análise. Nas duas formas, paisagem é incorporada à ciência geográfica, entretanto, não é uma exclusividade da geografia pensar o conceito. Alguns filósofos e filósofas (como Jean-Marc Besse e Anne Cauquelin), assim como antropólogos e antropólogas (como Isabelle Stengers, Tim Ingold, e Alfred Gell), ou mesmo psicólogos como James J. Gibson, que mesmo não denominando como paisagem seus objetos de estudo, auxiliaram na reflexão do termo.

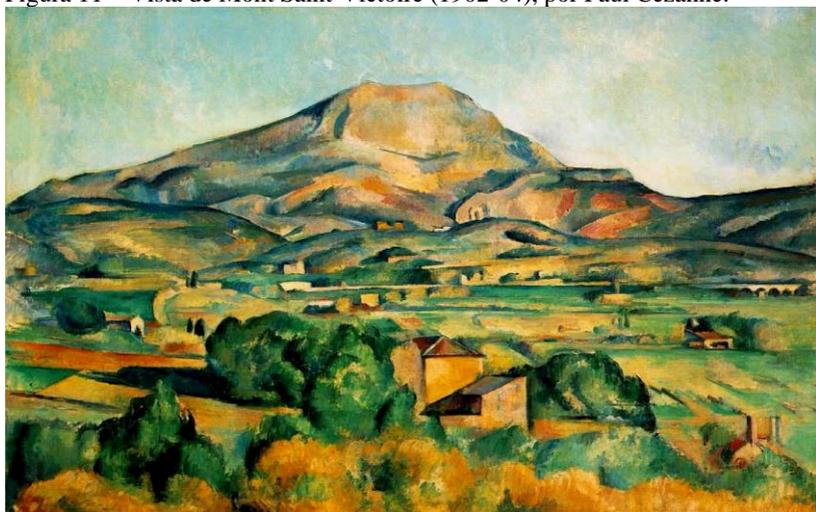
⁴⁰ Pintor francês, (nascido em 19 de janeiro de 1839, Aix-en-Provence, França - morreu em 22 de outubro de 1906, Aix-en-Provence), representante do pós-impressionismo. Suas obras e ideias foram influentes no desenvolvimento estético de muitos artistas e movimentos de arte do século XX, especialmente do cubismo.

Figura 10 – Vista de Auvers (1874), por Paul Cezanne.



Fonte: www.paulcezanne.com

Figura 11 – Vista de Mont Saint-Victoire (1902-04), por Paul Cezanne.



Fonte: www.paulcezanne.com

As duas pinturas retratam vistas de vilas francesas. Auvers é uma vila próxima à Paris e Mont Saint-Victoire, localiza-se em Provença, sul da França, local onde o pintor cresceu. Vista essa que Cezanne retratou mais de sessenta vezes em telas, principalmente, em seus últimos anos de vida.

As duas imagens - cada uma com suas especificidades - ressaltam padrões vívidos, o diálogo de cores e as perspectivas. Em muitas de suas obras o pintor destacou a intensidade do sentimento, em imagens que refletiam a violência e os desejos humanos. Contudo, as obras aqui destacadas não parecem fugir este intuito, apesar de não conterem rostos e pessoas. Conjugam em escalas variadas, a terra, a montanha, o céu, e as vilas (ou a casa) em um plano que se unifica, com um aumento de cor e diversidade de tons. Percebe-se uma intencionalidade enquanto busca a compreensão destes elementos e suas lutas; não obstante, todos dialogam em um espaço comum, em um plano comum e, portanto, fazem parte de um todo, mas possuem suas individualidades e disputam espaços. Esta intenção apresenta-se nas pinceladas e traços dos elementos em destaque, alguns verticais e horizontais (como a Terra), outros em diagonais (como a montanha) e curvos (céu).

A tensão (WYLIE, 2007) está representada nas imagens. Tensão esta que caracteriza também as paisagens ou as pesquisas e estudos que a possuem como objeto/instrumento. Isto é representado de diversas formas, seja na dicotomia entre espaço vivido ou representação, entre o ser atuante ou o expectador, a natureza e a cultura, o distanciamento e a observação isolada ou a proximidade e a construção e realização do lugar.

O filósofo Maurice Merleau-Ponty (1969), destaca em uma passagem de seu estudo fenomenológico, que certa vez, em uma carta a um amigo, Cezanne escreveu, "a paisagem pensa em mim... E eu sou a sua consciência". Utilizando-se destas palavras, o autor argumenta que Paul, através de suas obras, está mergulhado na paisagem, fundindo-se com a mesma. Um é tocado pelo outro e vice-versa.

Neste caso, a expressão "*being-in-the-world*" ou ser-no-mundo (tradução do autor), (WYLIE, 2007, p. 03), torna-se condição da paisagem, devido ao entrelaçamento do eu e a mesma, do observador e do observado, precedendo as condições de racionalidade e objetividade.

Na visão de Merleau-Ponty (1969, p. 244), Cezanne com sua arte "torna visível como o mundo nos toca". Nesse sentido, ele demonstra que a paisagem também está imersa em uma percepção tátil, designando uma percepção com o mundo.

Por outro lado, discussões centradas na teoria visual rejeitam esta tese. Para Crary (2000), por exemplo, a arte de Cezanne, bem como análises pautadas em obras de arte que a colocam com a característica de “atemporal”, são visões equivocadas, pois a busca da compreensão destas necessitam de contextualizações a partir de movimentos e agendas históricas e culturais específicas.

Em nossa visão, uma argumentação não exclui, necessariamente, a outra. Entendemos que a narrativa histórica não deve ser desprezada, seja na utilização da paisagem nas obras de arte, aqui em específica a de Cezanne, ou seja em quaisquer elementos estéticos/políticos. Não descartamos que estes elementos estão mergulhados em questões que envolvem poder, ordem ou controle. Como também não que estes elementos estão representados na paisagem. A visualização envolve o entendimento destas condições, assim como uma dose de afastamento. Contudo, estes apontamentos nos conduzem a outras questões. Habitar o mundo nos faz construtores de paisagens ou apenas expectadores delas? Paisagens se constituem como cenas que estão em nossos entornos ou e nossas frentes; ou estamos nelas mergulhados(as) e delas fazemos parte? Somos paisagem ou somente estamos nela?

Se aceitarmos que a palavra paisagem surge na cultura ocidental⁴¹ como um termo “pictórico”, originando um gênero que ganha força a partir do século XVII, alcançando sua máxima expressão durante o século XIX, no período que vai do romantismo até o impressionismo, entendemos que a paisagem, em sua origem, é uma construção cultural e não apenas um elemento físico. Portanto, estamos diante de um conjunto de ideias, sensações e sentimentos que elaboramos a partir do lugar e seus elementos constituintes (CAUQUELIN, 2007).

Tim Ingold faz reflexões que contribuem com este debate. Primeiro sobre as características constitutivas. A linha de pensamento do autor a respeito da construção material do/no mundo perpassa pela constante reconstrução. Ou seja, a exploração das “condições de possibilidade em um mundo povoado por seres cujas identidades são estabelecidas, em primeiro lugar, não por atributos recebidos,

⁴¹ Conforme aponta Maderuelo (2006, p. 16), a primeira cultura que parece dispor de um termo específico para a paisagem, em que alguns poetas descrevem suas maravilhas, artistas que pintam e cultivam jardins para o prazer, é a China, desde o século V. Entretanto, no mundo ocidental o termo paisagem é uma palavra moderna e deve ser tratada com certo cuidado quando encontrada em textos, transcrições ou traduções anteriores ao século XVII (NAVARRO BELLO, 2003).

específicos de uma espécie ou de uma cultura, mas por realização produtiva” (INGOLD, 2011, p. 31). Nesse sentido, conjecturando que a paisagem está em constante construção e reconstrução, considerando sua estrutura morfológica, isto é, o fato dela está em constante *pro-dução*, torna-se o elemento constitutivo da mesma, fornece o sentido da sua existência.

Entretanto, tocar em paisagem, traduz-se convencionalmente em transformação histórica da natureza. Destarte, esta superfície material, constantemente alterada ao longo do tempo é representada muitas vezes como um palimpsesto, onde nele imprime-se a forma cultural. O autor avança esta ideia e afirma que as formas da paisagem representadas como as capacidades dos habitantes humanos (e não-humanos) e suas identidades, não estão impressas em um substrato material. Em sua visão, estas formas estão condensadas em atividades dentro de um campo relacional (INGOLD, 2011, p. 90). O autor materializa seu pensamento através da exemplificação da caminhada. Conforme caminha-se (ele trata especificamente dos humanos, porém, uma série de não-humanos também se encaixa na situação descrita), ao longo da vida, deixamos marcas. Nas palavras do autor,

Conforme as pessoas, no curso de suas vidas cotidianas, fazem o seu caminhar a pé por um terreno familiar, assim os seus caminhos, texturas e contornos, variáveis através das estações do ano, são incorporadas em suas próprias capacidades corporificadas de movimento, consciência e resposta (INGOLD, 2011, p. 90).

Esses movimentos (ou trilhas que costuram as malhas como coloca o autor), são personalizadas pela paisagem, ou seja, através do andar as paisagens constroem-se em vida e estas mesmas vidas são tecidas na paisagem. Significa dizer que estas são superfícies *no* mundo e não a superfície *do* mundo, que as relações se estabelecem *em* e não *sobre* e as “transformações históricas que acarretam são parte integrante da autotransformação do mundo” (INGOLD, 2011, p. 92).

Por ser constituída de relações e influências mútuas entre a terra e seus habitantes um sobre o outro, e decorrente de processos históricos, políticos, sociais e ambientais, a ocupação de um território é um processo sempre em construção. Nesse sentido, a perspectiva Ingoldiana (2000) de “habitar” também é importante para refletir as questões

colocadas, visto a noção de engajamento dos organismos com os ambientes.

“Habitar” na visão do autor, envolve pessoas que são assim influenciadas por suas relações com o ambiente, ao mesmo tempo em que o ambiente e seus outros habitantes o influenciam. Trata-se, portanto, de uma malha de relações, onde os ambientes estão sempre em construção, a partir dos caminhos de vida que os organismos traçam por meio de trocas e do movimento em determinado ambiente.

Porém, os ambientes estão imersos nas histórias de ambos os seus habitantes, humanos e não humanos, e são constituídos nas relações que seus habitantes constroem entre si e o local onde vivem. Habitar ultrapassa a ideia de permanecer, pois o centro está voltado para as relações mútuas entre os ambientes e todos os seres, humanos e não humanos. Como identifica Oliveira (2012, p. 235), o ser “habitante” é “aquele que participa de dentro, deixando sempre sua trilha de vida, contribuindo para a tessitura da sua realidade ambientalmente situada e buscando seguir as trilhas deixadas por seus antepassados”.

A ideia central pode traduzir-se como engajamento dos organismos com o ambiente, visto a constituição mútua entre os envolvidos neste processo que está em constante construção, em um misto de elementos ambientais e sociais, portanto, também históricos e políticos.

Mesmo que as construções dos ambientes ocorram de forma contínua, não anula o fato de possuírem histórias. A reflexão de Ingold (2003, p. 21) é elucidatória, pois “a criação de formas sociais não acontece em um vácuo, mas na experiência das realizações das pessoas, e também no passado, ao dar forma nas condições de desenvolvimento para as gerações seguintes”. Portanto, a compreensão de elementos passados, principalmente relacionados a ocupação, modos de viver, técnicas utilizadas, permite analisar as relações entre os habitantes e os ambientes.

As proposições ingoldianas fornece elementos para refletir sobre as questões apresentadas. Afinal, a paisagem é uma imagem que estamos olhando, de fora? Ou a palavra se refere a um mundo em que vivemos, uma casa ou moradia?

John Brinckerhoff Jackson (1909 – 1996), possui uma posição próxima a Ingold, porém, fornecendo outras perspectivas, que se complementam. Como expressa Jackson, (1997, p. 2), não possuímos o papel de expectadores do mundo e sim de participantes ativos nele. Nesse sentido, a paisagem, na visão do autor, não se configura como um espaço natural, ou puritanamente natural. Em suas palavras,

Uma paisagem não é uma característica natural do meio ambiente, mas um espaço sintético, um sistema de espaços criado pelo homem sobreposto à terra, funcionando e evoluindo não de acordo com as leis naturais (...). Uma paisagem é, portanto, um espaço deliberadamente criado para acelerar ou abrandar o processo da natureza, (JACKSON, 1984, p. 8)

Assim surge o conceito de paisagem "vernacular", ou seja, algo constantemente trabalhado pelas pessoas que habitam. A paisagem para o autor diz respeito ao mundo material da vida cotidiana, ou seja, o mundo do espaço habitado por pessoas, e como o próprio autor reforça, das pessoas comuns, produto temporário de muito suor, pensamento e dificuldades (JACKSON, 1997, p.343).

Mesmo seguindo em direção ao campo da preservação, Pimenta (2016), apresenta elementos que contribuem para refletir a respeito da *paisagem cultural* e as dificuldades em delimitação conceitual, atrelada às políticas públicas de preservação. Na visão da autora, a maior dificuldade reside no fato do conceito em questão englobar, além de bens tangíveis, as relações historicamente estabelecidas entre os homens e as mulheres, com os ambientes. Nesse sentido, aproximando-se da perspectiva Ingoldiana, Pimenta afirma que entender as paisagens, como “formas resultantes da ação humana”, assim como considerar a relação humana-natureza, não conseguem abarcar a complexidade existente no processo, bem como, das ações preservacionistas.

Para tanto, em sua visão a questão perpassa pela especulação dos múltiplos sentidos atribuídos à cultura (PIMENTA, 2016, p. 2). Utilizando-se das obras de Virgile (1819) e Cícéron (1841), a autora demonstra que a cultura nasce como um elemento voltado ao espírito humano, ou seja, na filosofia e com o decorrer do tempo histórico se transforma em um elemento da agricultura, do trato com a terra. Entretanto, esse sentido original modifica-se, incorporando uma série de outros elementos. Esse sentido ampliado do conceito de cultura também é incorporado pelos órgãos que atuam no campo das políticas públicas, como a UNESCO, que propõe valorizar “as artes e as letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças”. Estes estão inseridos em um “conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos, que

caracterizam uma sociedade ou um grupo social”, denominado cultura (UNESCO, 1982).

O ponto relevante para a pesquisa em questão, talvez seja o reconhecimento dos saberes e das técnicas como parte da paisagem. Uma visão mais instrumental desta expressão, remete-se a algo próximo do que esboçou Santos (2002, p. 66) como sendo paisagem, “o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”. Algo que aparentemente é senso comum, principalmente, pela constante repetição, torna-se de grande importância para entendermos o funcionamento das políticas públicas que possuem como meta a preservação por meio das paisagens.

Apesar de ainda enxergar categorias separadamente, esta definição ajuda a refletir o quanto devemos pensar os hábitos, as práticas, as ações e os eventos em processos em curso de relacionar e não relacionar que vêm antes de qualquer separação de “natureza” e “cultura”, por exemplo, visando a fuga do equívoco de resumir o conceito em práticas paisagísticas. Entretanto, torna-se importante pensar como isso definitivamente se aplica na prática da preservação. Como pensar políticas públicas relacionadas à paisagem que considerem os homens e as mulheres como parte da natureza? Talvez esse seja o começo.

Uma breve análise histórica do conceito na área das ciências geográficas, partindo de Alexander Von Humboldt (1769 - 1859), passando pela escola estadunidense de Berkeley, tomando como ícone Carl Ortwin Sauer (1889 - 1975), porém, inserindo outros pensadores como W. G. Hoskins (1908 - 1992) ou J. B. Jackson⁴², percebemos que a paisagem resumia-se ao mundo das características físicas. Não por ser algo puro e simples atrelado a natureza, mas por somente conseguir ser

⁴² Embora com certas distinções das ideias de Sauer e Hoskins, em primeiro momento, com reconhecimento mais nítido da função cultural, como guardião de signos, valores e significado simbólico, conseqüentemente, complementada com uma análise mais crítica das relações de poder e identidade; e, por defender, mesmo que não nos termos fenomenológicos atuais, uma paisagem a partir das experiências e das práticas incorporadas (algo atrelado ao período, USA pós-guerra, localizado em suas análises, uma vez que o movimento prevalecia ao enquadramento), ainda assim, as concepções artefactual e empírica estão presentes em sua forma de enxergar a paisagem, como foi apresentado anteriormente. Para uma abordagem mais aprofundada ver Meinig, 1979; Cresswell, 2003 e Wylie, 2007.

acessado através do toque, do correr o mundo, das experiências, do empirismo, e apresentando como principal método a descrição. Ou seja, a morfologia e, por consequência, a ideia da paisagem ser algo estético e tocável, enquadrado, está vivo e presente, muito em virtude do pensamento “tradicional” atrelada as pesquisas iniciais de tentativa de definição do conceito.

Humbolt, em sua obra *Kosmos* (1845 - 1862), ressalta a “natureza”, como a unidade máxima onde os fenômenos acontecem. Faz questão de colocá-la como um elemento à parte, acima dos demais. Nesse sentido, põe em destaque as questões físicas, frente a outras. Por conseguinte, a paisagem também se encontra nela, mesmo considerando-a parte da “simultaneidade de ideias e de sentimentos que suscita no observador” (Volume V do *Kosmos*, 1862).

Mesmo com pontos que contrastam de Humbolt, Sauer, baseando-se também em geógrafos do século XIX/XX, como Otto Schlüter (1872-1959) e Siegfried Passarge (1867-1958), principalmente, para ressaltar a importância do método descritivo, transmitindo ao expectador uma imagem “adequada” da paisagem. Contudo, não demonstram a relevância dos valores imateriais atribuídos pelos indivíduos ao processo, considerando somente padrões mensuráveis.

A aproximação maior do pensamento destes autores pode ser exemplificada pela distinção, realizada por Sauer, entre a “paisagem natural” e a “paisagem cultural”, que mesmo com fins metodológicos, demonstra a visão dualista sobre o conceito. Algumas críticas são consolidadas sobre as abordagens em questão. Uma delas é a compreensão “superorgânica” da cultura (DUNCAN, 1980). Ou seja, a inclinação clara por evidências visíveis e não no “funcionamento interno” e elementos que o conjugam, como os valores, as ideologias, as crenças e assim por diante, (WAGNER E MIKESELL, 1962). Portanto, o conceito de cultura passa por um processo de reificação, entendendo-a como um “superorganismo” que possui seu funcionamento individual, independente dos seres humanos. O resultado é a inabilidade de análises que envolvam relações sociais, políticas e econômicas, impedindo antecipadamente qualquer consideração crítica sobre questões de conflitos, (DUNCAN, 1980).

Nesse sentido, a perspectiva de análise Saueriana é considerada por alguns pesquisadores da área (WAGNER E MIKESELL, 1962; DUNCAN, 1980; JACKSON, 1989; WYLIE, 2007), como uma abordagem emoldurada, pouco dinâmica, excessivamente estática e

artefactual. Não por coincidência, possui grande influência nos ramos da arqueologia da paisagem ou “arqueo-geografia” (DONALD⁴³, 1932) e na história da paisagem (JOHANNESSEN, 1963), apontado inclusive como o precursor da história ambiental (MATHEWSON & SEEMANN, 2008).

Portanto, apesar das críticas, as ideias e reflexões de Sauer sobre o conceito de paisagem, advindas do aprofundamento na área, possui grande importância, com contribuições tanto para geografia, como para diversas outras ciências que possuem como termo cardinal estudos paisagísticos, principalmente, arquitetura, arte e antropologia. Além disso, influenciou uma nova geração de geógrafos culturais, bem como na biogeografia, principalmente na América do Norte (NORTON, 2000).

Não podemos deixar de destacar, ainda, que uma grande quantidade de pesquisas realizadas por pesquisadores da paisagem do início do Século XX, (como Sauer e Hoskins) foram criticadas por especialistas contemporâneos por entender que estes estudos se voltavam obsessivamente para áreas rurais.

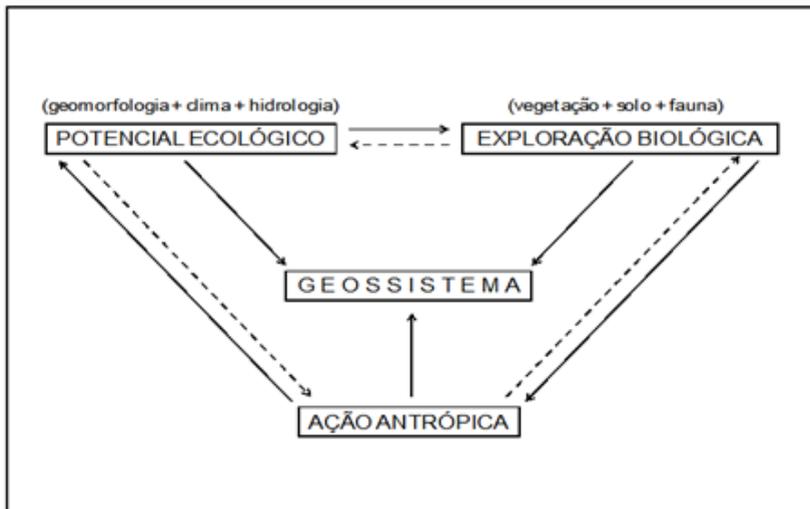
Essas abordagens eram entendidas como históricas, localistas, temporais. No caso de Hoskins, historiador inglês, que concentrou esforços em compreender a paisagem inglesa, buscou entendê-la, sobretudo, como herança cultural e intelectual, através de análises cronológicas (HOSKINS, 1985). Nesse sentido, a paisagem possui uma funcionalidade mais arqueológica do que cênica. Muito das críticas ao seu método encontra-se no fato de utilizar, basicamente, elementos individuais, como casas, igrejas, campos, entre outros, para estabelecer comparações. Como demonstram alguns autores (MATLESS, 1993; WYLIE, 2007), este fato acaba por transformar a paisagem em sinônimo de localização e de lugar, consequentemente, acarretando no aprisionamento temporal.

Não seria exagero aproximar a visão geossistêmica da proposta de Hoskins, tomando as devidas proporções. Esta corrente é representada nas figuras de George Bertrand, com reconhecimento de maior peso internacional, sob influência da escola francesa e Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, com seu campo de pesquisa voltado

⁴³ Ex-aluno de Carl Sauer, que durante a década de 40 do século passado explorou em conjunto com ele parte do México, revelando uma série de testemunhos materiais arqueológicos de povos indígenas (trincheiras), que auxiliaram a revelar que a população nativa pré-colombiana era maior do que se imaginava na época (MATHEWSON & SEEMANN, 2008).

ao contexto nacional. Bertrand elabora um quadro de classificação, com objetivo de categorizar os tipos de unidades de paisagens, considerando escalas espaço-temporais (BERTRAND, 2004); entretanto, a maior parte delas, está sob a égide de unidades geofísicas e geobiológicas. O geossistema, portanto, seria o resultado do potencial ecológico, da exploração biológica e da ação antrópica, como demonstra o fluxograma que segue (Figura 12).

Figura 12 – Fluxograma esquemático do conceito de geossistema.



Fonte: Bertrand (2004, p. 146).

O ponto de similaridade com Hoskins está no fator temporal, uma vez que os dois, um caminhando pelo viés historiográfico, enquanto o outro pelo geofísico/biológico, dialogam ao concentrar as análises sob o ponto de vista do espaço-tempo, com efeitos locais. Similitudes também são apresentadas por Milton Santos, quando afirma que a paisagem é “o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” (SANTOS, 2002, p. 66).

Apesar das críticas apresentadas a estes métodos de análises, não enxergamos como problema utilizá-lo, na medida que houver a conjugação do mesmo com técnicas de pesquisa que considerarão elementos de convergência e diálogo com a totalidade. Os escritos do Hoskins foram bem aproveitados e aplicados aos estudos de preservação

cultural, por exemplo. No entanto, deve-se tomar as devidas precauções para não cair na armadilha de uma preservação radical, sem a preocupação de integrar a vida cotidiana, encarando a paisagem como algo pitoresco, romantizando-a, ou ser envolto pela capa da *nostalgia* (WYLIE, 2007).

Aplicado o cuidado necessário, estas ideias auxiliam refletir sobre o papel da paisagem enquanto instrumento importante para contribuir com a manutenção de técnicas e saberes atreladas a povos originários e ou populações locais. Contudo, outras demandas surgem a partir destas colocações. O que deve ser preservado? Quais paisagens são dignas de preservação? Isto posto, Pimenta (2016) chama atenção para pontos importantes, como a dificuldade dos órgãos de preservação em desvencilhar de possíveis ações preservacionistas considerando paisagens no sentido puramente pictórico ou morfológico. Como destaca a autora,

Pode-se resvalar, facilmente, para a preservação imaterial ou material, definindo-se as técnicas a serem preservadas sem proteger as paisagens ou, por outro lado, chamando a atenção para locais de interesse, mas sem atentar para medidas efetivas de proteção dos pequenos grupos vulneráveis, que utilizam, ainda, técnicas e modos de produção tradicionais (PIMENTA, 2016, p. 18).

Pensar um conceito de paisagem – na tentativa de conciliar tanto o acadêmico quanto o ferramental, utilizado em políticas públicas – que incorpore uma funcionalidade que ultrapasse a estética e agregue os saberes e técnicas e vice-versa, torna-se de suma importância. Pensando na “nova” geografia cultural (onde Denis E. Cosgrover⁴⁴ é considerado

⁴⁴ Denis Cosgrove possui pesquisas na área do significado da paisagem na área da geografia cultural e humana. Estudou a paisagem europeia a partir do século XV, principalmente, na perspectiva das artes e das imagens, preocupando-se com a paisagem e o espaço, meio ambiente, cultura e seus significados. Busca compreender, em geral, como os grupos se aproximam e transformam seus ambientes materiais, concentrando especial atenção às forças intelectuais e às sensibilidades que capacitam esses grupos, bem como às restrições econômicas, sociais e ambientais com o qual eles têm que lutar. Um dos principais autores que o influenciou, tanto na forma da escrita como fonte de pesquisa, foi o John Ruskin e seus escritos sobre paisagem. Para maior aprofundamento, ver Cosgrove (1993 e 1998).

um dos principais expoentes), pós-Sauer, percebemos uma consolidação do movimento e uma preocupação maior nesse sentido.

Na tentativa de sintetizar as informações que embasaram as discussões esboçadas, conjugando com o objeto de análise e os objetivos que subsidiam a pesquisa, destacamos que apesar das divergências de ideias dos estudiosos da paisagem e da ecologia da paisagem aqui apresentados, muitas delas percorrem o mesmo trajeto, dialogando ou complementando-se. Todos reforçam (de forma mais sutil ou mais explícita, seja atuando mais empiricamente ou na busca por conceitos e categorias) a importância de evitar uma noção puramente estética de paisagem, como se estabeleceu de certa maneira em estudos da paisagem arte.

Na visão de alguns dos autores, como Sauer e Hoskins por exemplo, a história da arte apresenta-se como um espaço distintamente metropolitano, influenciando no modo de pensar as paisagens que se colocam por este viés. Muitas das tensões encontram-se entre elementos como, o estético e o prático, o morfológico e o material, o físico e o simbólico. J.B. Jackson vai além, utilizando em vários dos seus escritos a palavra “workaday”, visto que a paisagem para o autor se “constrói por grupos que modificam o ambiente natural para sobreviver, criar ordem e produzir uma sociedade justa e duradoura” (1995, p. 43). Além disso, Jackson, assim como Ingold e alguns autores da nova geografia cultural (como Cosgrove) reforçam o importante papel da paisagem como um recurso simbólico e material, fonte de imaginação de significado cultural e repositório de mitos. O mito, o significado e a memória acaba invadindo a existência material da paisagem. Ou seja, esta ideia inicia, além do mapeamento das diferenças culturais, a análise do movimento de como as diferenças visíveis nas paisagens iluminam diferenças de crenças e valores em relação a organização social, econômica e nos próprios valores culturais.

O resultado do acoplamento do “comum”, do vernáculo e do simbólico é o que buscamos alcançar. Entendemos que o estudo da paisagem cultural que possui este foco, tem como objetivo a compreensão do modo de vida das pessoas. A experiência cotidiana da paisagem remete-nos a uma essência humanística.

3.6 Técnicas e saberes tradicionais e a relação com a paisagem cultural historicamente construída

A relação entre as técnicas tradicionais e a paisagem cultural historicamente construída é praticamente a mesma que possui a conservação de um patrimônio histórico/cultural e as técnicas tradicionais. São elas, por estarem vivas, que garantem a manutenção e asseguram a permanência dos bens culturais tangíveis ou intangíveis.

A forma primeira para entender estas práticas perpassa pela compreensão do significado de tradição. Recorrendo novamente ao sentido léxico da palavra, o Houaiss (2009), nos remete a

ato ou efeito de transmitir ou entregar; transferência; comunicação oral de fatos, lendas, ritos, usos, costumes etc. de geração para geração; herança cultural, legado de crenças, técnicas etc. de uma geração para outra; tudo o que se pratica por hábito ou costume adquirido.

Assim, no âmbito do patrimônio cultural, as técnicas e os saberes tradicionais são os processos e procedimentos de utilização de ferramentas, de materiais, de formas, transmitidos pelos costumes e práticas passados de geração em geração.

A noção de valor do patrimônio, neste caso, auxiliaria minimizar a submissão dos homens e das mulheres, bem como do meio ambiente, às políticas voltadas ao mercado, visto a natureza de transmissão (didática, mnemônica, histórica), que possui a categoria.

A transmissão transporta situações do plano liberal-individual, para o contexto coletivo. Desloca o sujeito pertinente e revela a constituição de um sujeito coletivo. O nascimento deste sujeito coletivo fornece bases para perpetuação de elementos culturais e para a transmissão (praticamente imbricados), papéis que representam fortemente a funcionalidade da categoria do patrimônio.

Conforme os dados adquiridos através do levantamento das narrativas dos sujeitos da pesquisa, percebe-se que o sistema de manejo itinerante utilizado pela população agrícola residente das comunidades rurais de Três Riachos, em Biguaçu, estão inseridos nesta realidade. As relações que se estabelecem naquela área, possuem muitos elementos geracionais, com peculiaridades nas formas aplicadas, que as diferenciam de outros sistemas de manejo, baseando-se, sobretudo, no conhecimento etnobotânico local.

Percebemos a intrínseca relação que os saberes e técnicas tradicionais possuem com a noção de cultura. Na visão de Claval (2007) a cultura pode ser entendida como,

[...] conjunto de gestos, práticas, comportamentos, técnicas, conhecimentos, regras, normas e valores que são herdados dos pais e da vizinhança e adaptados através da experiência a realidades sempre mutáveis [...] A cultura é herança e experiência (CLAVAL, 2007, p. 163).

Nesse sentido, o fator inter-geracional atua como uma espécie de amálgama, fazendo com que os saberes e técnicas se consolidem no processo cultural. Ainda assim, qual papel possui a tradicionalidade envolto neste processo?

Alguns elementos podem definir o processo de conhecimento tradicional. Na visão de Diegues (2000), a transmissão oral de geração em geração dos saberes, sobretudo do saber-fazer sobre o mundo natural, constituído no bojo da sociedade não urbana/industrial, pode ser traduzida como conhecimento tradicional.

Pensando em nosso foco de pesquisa e em como ocorrem as relações que se estabelecem nas comunidades agrícolas localizadas em Três Riachos, levantamos alguns questionamentos. Qual o papel que os signos “novo”, “avançado” ou “evoluído”, possuem na noção de técnicas e saberes? Em que medida o papel da técnica, que possui um caráter simbólico de “novo”, não estaria dissimulando uma padronização espacial, fruto de uma racionalidade hegemônica? Podemos pensar que existe um embate entres os saberes e as técnicas em contextos históricos diferenciados? Em que medida estes processos influenciam na constituição das práticas espacialmente construída?

Optamos por buscar entender, como a técnica é trabalhada nas ciências geográficas. Alguns geógrafos ressaltam a importância que a técnica possui como um componente importante para se compreender a sociedade. Como aponta Claval (2007)

O ambiente só tem existência social através da maneira como os grupos humanos o concebem, analisam e percebem suas possibilidades, e através das técnicas que permitem explorá-lo: a mediação tecnológica é essencial nas relações dos grupos humanos com o mundo que os rodeia (CLAVAL, 2007, p. 219).

Alguns nomes importantes da ciência geográfica como Vidal de La Blache, Lucien Febvre, Albert Demangeon, Pierre George, Philip Wagner, entre outros, reservaram parte de sua atenção, de alguma maneira, para entender o papel da técnica. Porém, nos deteremos neste momento ao papel que a categoria técnica possui no pensamento de Milton Santos, devido à importância que o pesquisador imprime a estas, chegando a afirmar em entrevista que entende a geografia como a filosofia das técnicas (SANTOS, 1999, p. 5).

Santos entende técnica como “conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (2002, p. 29). Neste sentido, a técnica se apresenta como um elemento fundamental para as pesquisas geográficas, pelo fato que é ela que materializa a(s) mudança(s). Considerar o espaço geográfico, operacionalizá-lo e sistematizá-lo através da técnica como categoria espacial, requer uma abrangência na relação entre espaço e fenômeno técnico, incluindo a própria ação, como técnica, ou em outras palavras, “considerar a própria técnica como meio” (SANTOS, 2002, p. 38).

Na medida em que entendemos a técnica como elemento capaz de gerar espaços, estamos inserindo também, em um contexto específico, o fator tempo, visto que estamos considerando a coexistência de técnicas com diferentes momentos históricos. Logo, também ocorre uma coexistência de espaços, ou lugares, com tempos diferenciados em um mesmo contexto. O reflexo deste processo vai se fazer presente, morfologicamente na paisagem, através das formas-objeto ou rugosidades do espaço (SANTOS, 1978, 2004).

A paisagem, portanto, caracteriza-se como um acúmulo de tempos diferenciados da relação entre o meio e homem/mulher e vice-versa. Deste processo derivam-se a produção material e imaterial da vida. Realizar um esforço metodológico de aproximar os processos apresentados e o instrumento da paisagem cultural traduz-se em considerar, a partir desta relação (natureza-sociedade), as técnicas e saberes que forneceram subsídios, em diferentes momentos históricos, para a constituição social.

Nesse sentido, torna-se importante refletir sobre a carga simbólica que está atrelada a técnicas e saberes, uma vez que este elemento também vai influenciar a dinâmica espacial. Se é possível afirmar a coexistência de técnicas em momentos historicamente diferentes, em um determinado espaço, também é possível pensar na

pressão exercida de um conjunto de técnicas e saberes sob outro. Contextos históricos diferenciados remetem a velocidades diferenciadas.

O termo agricultura familiar não é necessariamente recente, porém, adquire significações variadas ao longo do tempo e conforme é utilizado em espaços diferenciados como as políticas públicas, os movimentos sociais e a academia.

Quando empregada em políticas públicas, como é o caso no Brasil do PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado em 1996, no qual apresenta caráter muito mais operacional, o que acarreta em deficiências, visto a heterogeneidade⁴⁵ presente na agricultura familiar.

Corroborando com Wanderley (1996) o termo agricultura familiar se constitui em um conceito genérico, que agrupa uma grande variedade de situações particulares, incluindo o campesinato. Nesse sentido, cabe pensar como estes se constituem e configuram-se na atualidade.

A importância destas reflexões no contexto da pesquisa, advém da diferença existente entre as técnicas e saberes atreladas aos modelos agrícolas. Inclusive, associadas às pautas levantadas pelos diferentes modelos estão relacionadas também aos modelos diferenciados de técnicas e conhecimentos. Ou seja, o sistema de manejo analisado neste trabalho está correlacionado a um modelo agrícola fundamentado em bases que se diferem do modelo agrícola agroexportador. A sobrevivência das práticas culturais atreladas ao modelo de agricultura familiar depende, em grande parte, da própria manutenção do sistema agrofamiliar, com incentivo de políticas públicas voltadas ao setor.

Como aponta Henri Mendras (1982) é possível entender o campesinato em duas dimensões. A primeira diz respeito a constituição histórica e cultural da civilização camponesa, pelo qual os elementos que nascem no bojo deste processo, como as dimensões sociais, as relações econômicas, as práticas culturais e políticas, estão entrelaçadas e formam o tecido social.

Uma segunda forma de enxergar e entender o campesinato está atrelada ao processo social particular de organização da produção, ou

⁴⁵ De acordo com os números oficiais, um milhão de agricultores são contemplados com o PRONAF, dos mais de 4 milhões de agricultores no Brasil. Ver <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-02-17/stedile-anuncia-urbanizacao-do-mst-nao-adianta-so-ocupar-terras.html>. Acessado em 21/11/2014.

seja, pela gestão da produção familiar, expressando-se nas práticas sociais que acarreta na relação entre trabalho, consumo e patrimônio.

Em se tratando do caso específico do campesinato brasileiro, Wanderley (1996, p. 07), considera que ele continua forte, mesmo no âmbito da agricultura familiar. As características camponesas que estão presentes no setor da agricultura familiar não dizem respeito somente a origem, mas, sobretudo a uma diferenciação, dos empreendimentos agrícolas patronais ou das empresas agrícolas capitalistas. Estas características do campesinato brasileiro se materializam em 3 aspectos mais específicos: aos objetivos da atividade econômica, as experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global.

No mesmo sentido, Ploeg (2006, 2008) afirma que está presente na agricultura familiar algo que o autor denomina de *condição camponesa*, ou seja, uma articulação estreita entre a produção e as relações sociais mais globais, processo que estabelece a posição do campesinato na sociedade. Esta condição camponesa é definida através de seis elementos: um projeto de sobrevivência e de resistência ligado à reprodução da unidade familiar; a pluriatividade; a cooperação e as relações de reciprocidade; uma relação de co-produção com a natureza; a construção e autogestão de uma base autônoma de recursos próprios (terra, fertilidade, trabalho, capital) e uma relação diferenciada com mercados diversificados autorizando certa autonomia.

Nesta perspectiva, caberia pensar os trabalhadores e as trabalhadoras agrícolas das comunidades de Três Riachos como possuidores de uma condição camponesa. Em que medida o indicativo da relação que estes possuem de co-produção com a natureza, não os garante estratégias associadas a esta categoria.

Por outro lado, não podemos esquecer que a questão agrícola atual está imersa em uma série de dificuldades e incertezas como insegurança alimentar, industrialização e esvaziamento do campo, hereditariedade, entre outros. Nesse sentido, visualizar como estas questões se aplicam e como se relacionam nas populações agrícolas que utilizam o manejo itinerante roça de toco, nas comunidades de Três Riachos, se torna de grande importância para compreensão das permanências ou não das práticas culturais construídas socialmente naquela região.

4. O CASO DA PAISAGEM CULTURAL DE TRÊS RIACHOS E OS SABERES E TÉCNICAS TRADICIONAIS ENVOLVIDOS NO PROCESSO

4.1 O grupo de agricultores e agricultoras da roça de toco em Biguaçu

As áreas de florestas são espaços de importância ímpar na história da humanidade em virtude de fatores que transitam do ecológico ao climático. Em primeiro momento, saltam aos olhos os elementos físicos, porém, o fator social constitui-se como um elemento de forte influência para estes espaços, bem como o contrário também é verdadeiro, ou seja, grupos que sobrevivem destes/nestes biomas. Exemplos materializados desta relação definem-se por meio do abastecimento de comunidades, que dela extraem uma vasta quantidade de recursos, como na transformação de alguns destes elementos em produtos, que garantem a renda de um número grande de famílias (SOARES *et al.*, 2008; FAO, 2010; PNUMA, 2011). Portanto, além da importância ambiental, apresentando-se com funções elementares na proteção e fortalecimento do meio biodiverso, as florestas desempenham papéis consideráveis na redução da pobreza e inclusão social, geração de empregos, diversificação e dinamização de economias locais e regionais, como na inserção de pequenos e médios produtores (GARLIPP E FOELKEL, 2009).

Por um longo tempo (percepção que vigora até o presente por alguns grupos), a floresta foi percebida como um mundo inabitado por humanos, ou, ao menos, de pessoas com devidos direitos de posse da terra para fins produtivos. Como resultado dessas pressões, a recuperação espontânea da Mata Atlântica mediante projetos de manejo florestal tornou-se pouco expressiva, face ao ritmo acelerado de destruição. Além disso, sua proteção ficou atrelada a organismos estatais norteados por princípios no mínimo contraditórios, além de coercitivos e avessos a uma ótica de prevenção de danos no longo prazo (DALMORA, 2004).

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2015), as áreas florestais ocupam uma área de aproximadamente 3,99 bilhões de hectares no espaço mundial. A mesma organização define a existência de plantações florestais como “florestas predominantemente compostas de árvores estabelecidas através de plantação e/ou semeadura deliberada de espécies nativas ou introduzidas”, (FAO, 2010, p. 13). As plantações

florestais representam atualmente 7% da área florestal mundial (290 milhões de hectares) (FAO, 2015).

O Brasil possui a segunda maior extensão territorial florestal do mundo com 493, 538 milhões de hectares (FAO, 2015). Tratando especificamente do domínio da Mata Atlântica (MA), possuía extensão originária de aproximadamente 1,3 milhões de km², correspondente a cerca de 15% do território do Brasil. Aproximadamente 120 milhões de brasileiros e brasileiras vivem em áreas que são ou foram representantes deste bioma, bem como 3.200 municípios, 17 estados e as maiores cidades do Brasil, estão em áreas originalmente contempladas por ela. Tratando-se da Mata Atlântica, atualmente, algo em torno de 22% de sua área ainda está coberta com as formas originárias de vegetação. Fragmentos florestais bem conservados e maiores do que 100ha correspondem a 7,5% deste total, perfazendo cerca de 98.000 km² (APREMAVI, SOS Mata Atlântica, Ministério do Meio Ambiente Brasileiro)⁴⁶.

Um número grande de famílias ainda vive em áreas sob o aspecto legal da MA, bem como sobrevivem a partir de produtos extraídos da floresta. As técnicas extrativistas destas comunidades e os recursos retirados são os mais variados: desde alimentos, aos derivados de madeira, que abastecem os processos construtivos ou produção de energia. Cada qual demanda uma determinada técnica e uma gama variada de saberes envolvidos, algo que se reproduz em um sistema geracional.

A agricultura é uma destas atividades que ocorrem na/da MA, se estabelecendo por meio da ação dos homens e das mulheres em parceria com o meio e com intuito de suprir suas demandas materiais, ou seja, exercem o seu trabalho. Na concepção marxista, este último define-se enquanto um processo do qual participam pessoas e natureza, pelo qual os seres humanos impulsionam, regulam e controlam, por força de sua ação, seu intercâmbio material com a natureza (MARX, 1867, p. 297).

Apesar da atividade agrícola se fazer presente em determinadas áreas onde a MA ainda se encontra em prática, esta passou por transformações em seu funcionamento e ordenamento, ao longo do tempo, inclusive, desaparecendo em grande parte. Estas características intrínsecas da atividade agrícola fornecem implicações sociais que lhe imprimem marcas. Nesse sentido, analisar a história agrária da região de

⁴⁶ Ver <http://www.apremavi.org.br/mata-atlantica/entrando-na-mata/moradores-da-mata/>.

Três Riachos e entender como constitui-se a organização e o funcionamento da atividade em parceria com o ambiente, torna-se um fator importante para a compreensão dos sistemas agrícolas, além de mais especificamente, os sistemas agrícolas que ocorrem nas áreas de florestas, bem como as relações socioambientais que estão neles imbricados. Portanto, iremos, a partir deste momento, esboçar as principais propriedades do sistema que se configurou na região supracitada a partir dos dados que foram levantados em campo.

4.2 O Sistema da Roça de toco em Três Riachos: Características e conceituações

Na região de Três Riachos, que conta com presença de área representativa da MA, a agricultura ainda se faz presente. Nesta região, entre 50 a 60 famílias⁴⁷ “sobrevivem” e se sustentam a partir da técnica da roça de toco. Esta técnica recebe outras nomenclaturas em regiões variadas do espaço terrestre, como corte-e-queima, agricultura itinerante, agricultura cabocla, agricultura indígena, coivara. Além destas nomenclaturas no Brasil, podem aparecer com os nomes que seguem, em outros países: slash-and-burn, swidden cultivation, shifting cultivation, swidden fallow agriculture, etc. Está presente em mais de 40 países, nas regiões tropicais e subtropicais, em florestas nativas e secundárias (MERTZ *et al*, 2009).

Em síntese, a base do modo de funcionamento deste sistema de produção agrícola está na existência e no uso florestal. Neste sistema uma área florestada é suprimida. Nesta clareira ocorrerá o plantio das culturas, após a limpeza do terreno que ocorre a partir da utilização de fogo da vegetação que foi desbastada. Esta técnica garantirá a fertilidade do solo durante o tempo do cultivo. Simultaneamente, crescem novamente espécies florestais (capoeira⁴⁸), que garantirão a regeneração

⁴⁷ O público levantado nesta tese envolveu participantes da Associação Valor da Roça, atuantes há mais de um ano no coletivo, como também familiares destes participantes, praticantes do sistema roça de toco. Contudo, de acordo com as referências de pesquisas que atuavam na mesma região, as famílias que atuam na mesma prática encontram-se neste número. Entretanto, nas narrativas aparecem cifras maiores que não ultrapassam 100 famílias.

⁴⁸ Conforme o parágrafo 5º da Lei nº 13.977 de 2007 do Estado de Santa Catarina, entende-se por capoeira a "formação vegetal sucessora, em estágio inicial ou médio, constituída principalmente por espécies pioneiras nativas da região, provenientes de florestas nativas primárias ou de sucessoras, em

e a continuidade do sistema. Derrubar e queimar a vegetação que irá se decompor como consequência deste processo, são formas de preparar o solo para receber por alguns anos as culturas agrícolas. Quando há diminuição da fertilidade do solo, paralisa-se a produção na área, técnica denominada de pousio, conseqüentemente ocorre o retorno da vegetação no mesmo espaço (SIMINSKI e FANTINI, 2007). Portanto, a roça de toco é classificada como um sistema consorciado, pois combina o sistema florestal com o sistema de culturas agrícolas, o que permite uma diversificação da produção e melhor aproveitamento da área utilizada.

Nesse sentido, a floresta e a capoeira possuem uma relação simbiótica com este sistema de produção agrícola, exercendo função elementar para sua manutenção e para a organização de sua economia, bem como, para o modo de vida dos agricultores e das agricultoras que estão envolvidos neste sistema. Corroboramos com Abramovay (1981, p. 13), quando aponta que é na floresta e não nos campos que os agricultores e as agricultoras inseridos/as em sistemas tradicionais de produção agrícola possuem condições adequadas para a sobrevivência.

O autor destaca três elementos que justificam esta afirmação. Vamos ao encontro de dois destes elementos. A abundância e a diversidade de elementos da floresta que a torna mais propícia para a vivência de famílias camponesas do que os campos agrícolas. E isto se expande para muitas esferas, como a caça, a pesca e o extrativismo como um todo. Bem como o fator itinerante desta agricultura, que ainda compreende suas áreas de descanso ou pousio, encaixando-se enquanto uma técnica dentro deste sistema de produção, auxiliando na regeneração do solo, sem a utilização de fertilizantes, por tanto, esta área a qual se encontra em descanso, deve ser compreendida como elementar na dinâmica do sistema. Entretanto, surgem dúvidas quanto ao último ponto, referente a rusticidade das condições técnicas. Segundo sugere Abramovay (1981, p. 15), devido à rusticidade da técnica agrícola, as florestas, em virtude de suas condições, seriam um espaço mais favorável que o campo para estabelecerem-se, ou seja, devido suas técnicas estarem mais apropriadas. Contudo, mesmo tratando-se de técnicas mais rústicas, estas não deixam de estar imbuídas de

formação ou adulta, submetidas ao corte raso e nas quais, pelo menos cinquenta por cento da população arbórea ainda não tenham alcançado um Diâmetro à Altura do Peito - DAP de doze centímetros”. Esta Lei foi revogada pela Lei 14.675 de 2009, entretanto, não possui alteração na definição do termo.

complexidade, assim como requerem de habilidades específicas em sua aplicabilidade, principalmente em regiões elevadas, onde acontece quantidade grande de roças, ao menos na região em estudo. De qualquer forma, os pontos abordados pelo autor são de grande importância para a reflexão sobre os sistemas agrícolas.

A descaracterização deste sistema de produção agrícola passa, portanto, pela eliminação de algumas destas etapas. O que vem ocorrendo de forma mais visível e identificado por pesquisadores da temática é a diminuição drástica ou eliminação do pousio. Alguns autores (BOSERUP, 1987; ABRAMOVAY, 1981; MAZOYER & ROUDART, 2001; ANDRADE, 2003) afirmam ser este um elemento importante da transição da agricultura extensiva para intensiva.

A vegetação que retorna a partir das práticas de pousio, compreendida como regeneração secundária ou floresta secundária, é apontada por pesquisadores da área⁴⁹ como uma fonte importante para suprir a demanda das sociedades por produtos madeireiros ou não-madeireiros (entretanto, que tenha relação direta com a floresta), como também, gerar renda para as famílias que sobrevivem direta ou indiretamente deste meio, com isso, reduzindo “a pressão de exploração em áreas de floresta madura”. Dados apresentados por Buongiorno e Zhu (2014), apontam que as plantações florestais minimizaram em 816 milhões de m³ (26%) a utilização de florestas maduras. Esta utilização encontra-se, principalmente, no setor de produção de carvão vegetal e construção civil.

Mesmo identificando estes usos, alguns fatores influenciam diretamente a mudança do regimento extensivo para o intensivo. No caso do abandono ou diminuição do elemento de itinerância da área, que sofre grande interferência de pressões econômicas, da extensão fundiária, derivado, fundamentalmente no aumento da quantidade populacional. Porém, o ponto fulcral na manutenção ou alteração do sistema, presente na literatura pesquisada, como também constitui corpo nas narrativas das famílias agricultoras que expuseram seus modos de vida, foi a influência que a legislação ambiental apresenta na prática de pousio.

Alguns pesquisadores e pesquisadoras da temática identificam conflitos existentes entre órgãos de legislação, e, fundamentalmente entre os órgãos de fiscalização ambiental e das famílias agricultoras e

⁴⁹ Principalmente das ciências agrárias e da biologia, como Siminski, 2004; Coradin, Siminski & Reis, 2011.

extratoras florestais. Concordando com Resende (2000) e Andrade (2003), que identificaram alguns destes conflitos no Vale do Ribeira, em São Paulo, (área de mata atlântica com uma grande quantidade de famílias agricultoras que utilizam do sistema de produção agrícola itinerante), estes são construídos socialmente, de forma que os segmentos mais desprovidos da população rural estão mais vulneráveis em enfrentá-los, ou seja, em superar a dicotomia existente entre a preservação ambiental e o exercício de suas atividades.

4.3 Saberes e técnicas a partir da narrativa dos agricultores e das agricultoras da roça de toco em Biguaçu – SC

Conforme consta nas narrativas dos agricultores e das agricultoras que praticam roça de toco em Biguaçu – SC, este tipo de agricultura se desenvolve na região, aplicando as mesmas técnicas, há pelo menos dois séculos, quando ali instalaram-se seus antepassados. Apesar de conviverem mais diretamente com seus avós, as lembranças de infância dos agricultores mais antigos no local (como o agricultor F, 81 anos, o agricultor I, 71 anos e a agricultora G, 71 anos), remetem aos pais de seus avós. Estas memórias são transcritas através das narrativas destas famílias, onde está muito presente seus familiares (desde a família primária, até os parentes mais afastados) “botando⁵⁰” roça. Em suas falas, estes agricultores e estas agricultoras auxiliavam, já a partir dos 7 anos, seus pais e seus avós na realização das roças, o que também acontecia com os antepassados ao ingressarem na região de Três Riachos.

Como apontam, “naquele tempo”, a prática de corte e queima era comum, e a sobrevivência a partir do sustento da terra requeria uma agricultura com as características da roça de toco. As principais circunstâncias para a prática do corte e queima apontados são: a agricultura ser praticada em locais íngremes, a dificuldade de utilização de tecnologia, seja na logística de transporte (algumas famílias utilizam o carro de boi e/ou tobata⁵¹ como transporte até os dias atuais), ou para

⁵⁰ Os trabalhos de Luca (2011, 2014 e 2015) abordam com clareza sobre o termo “botar a roça”, expressão comumente utilizada pelos agricultores e pelas agricultoras daquela região, significando o estabelecimento da prática de roça de toco a partir do manejo das espécies florestais. Luca (2011), aprofunda a questão a partir do manejo da bracinga.

⁵¹ Trator de pequeno porte e mínima potência, adequado para serviços leves, transporte de materiais e/ou poucas pessoas e preparo superficial do solo.

utilização de insumos e a afinidade que possuem com a prática. A maior parte das famílias que utilizam a técnica do corte e queima possuem suas terras em áreas de morros. São poucas famílias que possuem terras em áreas de várzea, onde a principal cultura é o arroz.

A partir da coleta da narrativa dos/das agricultores/agricultoras e de representantes de instituições envolvidas naquela realidade (como EPAGRI/Florianópolis e EPAGRI/Biguaçu, FATMA, FAMABI, Polícia Militar Ambiental) e de materiais impressos (matérias de jornais da época), entendemos que durante a década de 1980 e 1990, a prática de agricultura de corte e queima foi restringida com fiscalizações periódicas realizada pela Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina. Conforme é narrado por algumas famílias, a situação em meados dos anos 1990 estava praticamente insustentável, pois muitos agricultores foram autuados, mas não sabiam como agir para continuar o trabalho de forma legalizada, algo que se agravava visto o baixo grau de escolaridade das famílias envolvidas no conflito. Materiais⁵² impressos da época refletiam o clima de tensão, como o apresentado a seguir (Figuras 13 e 14). Consequentemente, muitas famílias abandonaram a região, deslocando-se para o centro de Biguaçu ou das cidades vizinhas, para empregarem-se, principalmente, no terceiro setor.

As narrativas que seguem ilustram bem o clima de tensão que se estabeleceu no período destacado.

Na verdade sempre existiu muito uma relação de cão e gato, o agricultor correndo da polícia e a polícia correndo atrás do agricultor. A polícia militar ambiental e o IBAMA. Essa fiscalização era exercida pela polícia ambiental estadual e pelo IBAMA.

Secretário de Agricultura do município de Biguaçu.

(...) havia sempre um medo deles fazerem uma roça, fazerem alguma coisa que poderiam ser autuados tanto pela fiscalização da polícia municipal, como pela polícia ambiental que comumente fazia giros com helicóptero pelas

⁵² O aparecimento frequente das situações narradas nos levou a levantar relatos dos conflitos nas fontes midiáticas. Encontramos documentados em jornais locais (principalmente em jornais que circulavam por espaços religiosos, sobretudo, durante as décadas de 1980-1990).

propriedades. Daí eles tiravam o ponto, pelo GPS, no ar e informavam a equipe interna para atuar. Então não são poucos os agricultores da associação que foram atuados.

Representante da FAMABI.

Figura 13 – Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina realizando fiscalização em Três Riachos.

Nossos Trabalhadores (as)

Dentre todas as vocações e tarefas que escolhemos ou optamos, está aquela que desde os primórdios sempre fizeram, que é cultivar a terra. "Enquanto durar a terra, jamais faltarão semeadura e colheita, frio e calor, verão e inverno, dia e noite" (Gn 8,22).

Nossos irmãos e irmãs que lutam na terra para tirarem o sustento para suas famílias e para as populações, está na verdade enfrentando um grande problema. Se não bastasse a falta de incentivo para os filhos (as) que já não querem mais permanecer na terra de seus pais, enfrentam a luta contra o IBAMA + FATMA + POLÍCIA FLORESTAL.

Bem sabemos que muitos agricultores terão que buscar alternativas diferentes daquelas já existentes (por vezes a mais de 50 anos).

No entanto, é incabível que na terra cultivada as pessoas não possam trabalhar.

O que esses organismos do Governo tem feito em benefício dessas pessoas? Foram poucas as tentativas de trazer alternativas, se muito a Polícia Florestal nos veio numa noite expor seu trabalho. Nos faltam pessoas bem intencionadas que nos ajudem nessa luta. "O povo de Deus será todo formado de justos e serão proprietários da terra para sempre: é a muda que eu plantei, trabalho de minhas mãos, para minha glória". (Is 60,21).

Não podemos imaginar que



A Polícia Florestal multando na comunidade da fazenda.

continue o êxodo rural. Para onde irão essas famílias, sem profissão diferente de cultivar a terra?

É chegada a hora de buscarmos juntos trabalhadores, sindicatos, vereadores, prefeito, deputados estaduais e federais, Igreja e todos os homens e mulheres de boa vontade.

Se a terra é sagrada, devemos permanecer nela. Todos somos filhos e filhas de agricultores.

Nossos antepassados cultivaram a terra. "Obedecei a Javé meu Deus agi conforme tudo o que me ordenaste. Inclina-te da tua morada santa, a do céu, e abençoa o teu povo Israel, como também a terra que nos destes, como jurastes aos nossos antepassados, uma terra onde corre leite e mel". (Dt 26,15).

Nosso Deus quer que todos seus filhos e filhas tem direitos e deveres iguais. Não podemos

considerar com abusos daqueles que tiram o sustento dos pobres, muito menos daqueles que cultivam na mãe terra os alimentos que chegam as nossas mesas. Também é verdade que não podemos correr o risco de tornar nossa terra um deserto, sem vida. É preciso que os orgulhos competentes dêem as alternativas e formas de trabalho na terra.

Pe. Eloi Prim

Fonte: Jornal Paroquial São José Evangelista – Biguaçu, Santa Catarina, Ano V, Nº 45, 01/1995.

Figura 14 – Operações da Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina em Três Riachos.



Fonte: Jornal Paroquial São José Evangelista – Biguaçu, Santa Catarina, Ano V, Nº 45, 01/1995.

Outro fato importante que decorreu do mesmo contexto, foi um movimento de organização que partiu dos próprios agricultores, como forma de resistência à situação de fiscalização rígida do momento em questão. Algumas narrativas explicitam elementos dos conflitos e do embate a partir da tentativa de oposição que foi gerado. O relato que segue – representante da EPAGRI do Escritório Técnico de Biguaçu – descreve bem o momento abordado. Além disso, esboça o descrédito dos agricultores para com as instituições públicas, tanto ambientais, quanto agrícolas, uma vez que a dificuldade de diálogo com as instituições fiscalizadoras e de apoio técnico, causaram um desânimo nestes atores, a ponto de grande parte deles desistir do ofício tradicionalmente exercido, por consequência de seus modos de vida, para ir em busca de atividades urbanas.

Final da Década de 80. Tem noticiado, inclusive eu tenho, em jornal, aonde os agricultores se reuniram, inclusive como forma de tentar se defender de alguma maneira, já não sabiam para onde correr mais, então eles chamaram a mídia para falar da situação deles e cercaram carro de

polícia para tentar de alguma maneira frear isso. Porque a polícia ambiental percorria as comunidades e tratava eles como criminosos. Então isso ficou marcado. E os pais passam para os filhos e os filhos hoje, inclusive muitas famílias nem preferem procurar os órgãos ambientais hoje, como tem a FAMABI, para saber como faz para cortar uma área de mata de forma legal para cultivar. Eles preferem não fazer isso. Eles afirmam que é muita burocracia. Muitos acham que nem dá. Muitos acham que esses agricultores da roça de toco fazem ainda de forma ilegal e são incrédulos, quando a gente diz que eles vêm a FAMABI e pede uma licença e consegue. Mas a maioria ainda relata que é muita burocracia, é muita papelada e que eles não querem passar por isso.

Extensionista rural – EPAGRI – Escritório
Técnico de Biguaçu.

Aí quando chegou nos anos 90, aí chegou a polícia ambiental. Isso foi a tristeza. Porque se eles viessem com conhecimento e tratando bem o povo. Mas fazia a gente de bandido. E o agricultor não é bandido.

Esse deu conflito. Teve uma vez com um casal de agricultores vizinhos aqui, eles estavam trabalhando, eles chegaram lá (a polícia ambiental estadual) e disseram que em 2 anos eles não queriam ver mais nenhum agricultor na roça. Eles queriam correr com todos.

E a gente dizia para eles (agentes da polícia ambiental e do IBAMA) "E tá cara, e a gente vai fazer o que, vai para cidade?". Porque nós não temos estudo, muitos não sabem nem dirigir um carro, nem nada, vai fazer o quê? Não que qualquer serviço lá não fosse digno, mas nós temos nosso pão aqui e queremos ficar aqui.

Agricultora B - praticante da roça de toco na
região de Três Riachos.

(...) uma boa parte dessa diminuição dos agricultores, nós acreditamos ser também de uma marca que ficou (...), quando os agricultores relataram todo o histórico quando a polícia

começou a perseguir, quando a legislação ambiental ficou mais rígida e transformou ele de agricultores de coivara para criminosos.

Extensionista rural – EPAGRI – Escritório
Técnico de Biguaçu.

Outra passagem que merece destaque é a visão dos agricultores sobre as operações da polícia ambiental estadual realizadas com os madeireiros que atuavam na região. Os próprios agricultores admitem que se não houvessem estas intervenções, provavelmente, pouco sobraria da mata nativa. Entretanto, não se resignam em demonstrar que a força policial os tratavam da mesma forma como lidavam com os madeireiros, enquadrando-os em mesma categoria de práticas.

Se a polícia ambiental não tivesse intervindo, não tinha mais nada. Porque os madeireiros tinham acabado com tudo. Mas a polícia ambiental enquadrava a gente junto com os madeireiros.

Agricultor A - praticante da roça de toco na
região de Três Riachos.

Esta conjuntura gerou um clima de desconfiança. Conforme relata a representante da FATMA, que à época iniciou uma aproximação dos agricultores devido à realização de uma pesquisa de pós-doutorado pela EPAGRI, nos primeiros contatos, quando apresentada de uma família de agricultores para as outras, a mesma era identificada pelo que não representava, ou seja, “ela não é do IBAMA”, “ela não é da FATMA”, “ela não é da polícia”. Este fato demonstra o clima de medo e, de certa maneira, de repressão que pairava na região.

Este processo começou a alterar-se com a entrada de pesquisadores e pesquisadoras que atuavam na Universidade Federal de Santa Catarina, principalmente ligados ao Centro de Ciências Agrárias e representantes da EPAGRI. Academicamente, pouco daquela realidade era conhecida e pesquisada até aquele momento. Como aponta o representante da EPAGRI e a representante da FATMA, o primeiro trabalho surgiu durante o Projeto Microbacias II⁵³, em 2006, visto que a

⁵³ Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (Prapem/Microbacias 2) iniciou em 2004, projeto do Governo do Estado de Santa Catarina cuja objetivo central foi promover o alívio à pobreza rural através de ações integradas que visam ao desenvolvimento econômico, ambiental e social do meio rural catarinense, de forma sustentável e com a

equipe técnica ao realizar um diagnóstico na região da Encosta da Serra, especialmente nos municípios de Palhoça, Biguaçu e Águas Mornas, identificaram que havia resistência dos agricultores (falta de participação, resistência às técnicas e tecnologias apresentadas) a aceitar auxílio dos extensionistas que a equipe técnica dispunha (ULLER-GÓMEZ *et al*, 2014).

Por conta do Projeto Microbacias II, ocorreu um estudo de caso em Biguaçu, mais precisamente nas comunidades de São Mateus, São Marcos, Canudos e Espanha, que constituíram a Associação de Desenvolvimento da Microbacia Hidrográfica de São Mateus (ADM de São Mateus), Fazenda de Dentro, Fazenda de Fora e Fazendinha, Associação de Desenvolvimento da Microbacia das Fazendas (ADM das Fazendas) (ULLER-GÓMEZ *et al*, 2014). A maior dificuldade, era a falta de diálogo entre os extensionistas e os agricultores e as agricultoras. Nas palavras do representante da EPAGRI,

Como não se conversava a língua dos agricultores, eles se restringiam, eles ficavam comedidos em atender. Havia uma assimetria de objetivos. A EPAGRI vinha com um objetivo de implantar modelos tecnológicos que os agricultores não estavam interessados, porque o padrão tecnológico deles eram outros.

Extensionista rural – EPAGRI – Escritório
Técnico Florianópolis.

Em decorrência desta identificação, foi firmada uma parceria entre pesquisadores envolvidos neste estudo preliminar e um laboratório de pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina, na área ecologia e manejo de ecossistemas florestais. Desta parceria foi aprovado um projeto, em 2011, no CNPq, denominado de “Nosso carvão”⁵⁴ para pesquisar a relação entre o processo de integração homem e floresta na região rural do município de Biguaçu - SC.

efetiva participação dos atores envolvidos, abrangendo em torno de 880 microbacias hidrográficas, distribuídas em 293 municípios (<http://www.fatma.sc.gov.br/conteudo/microbacias-ii>).

⁵⁴ O projeto foi coordenado pelo professor Alfredo Celso Fantini, inscrito sob o nº 558703/2009-7 do edital CNPq 33/2009 e contou com recursos do CNPQ. Algumas diretrizes do projeto em questão podem ser acessadas através do sítio <http://nossocarvao.blogspot.com.br/>.

A partir do “Nosso Carvão”, a entrada e a presença dos pesquisadores e das pesquisadoras nas comunidades de Três Riachos, ficou cada vez mais constante e o diálogo entre estes(as) com os agricultores e as agricultoras locais seguiu o mesmo caminho.

Importante destacar a relação dos agricultores com a produção de carvão na região. A produção carvoeira é um tema cerceado por olhares duvidosos, uma vez que a imagem destacada nas grandes mídias sobre a questão envolve locais de trabalho insalubres e trabalho infantil, por vezes, análogos a escravidão. Essa realidade não é condizente com a produção realizada pelos agricultores familiares no Estado de Santa Catarina. Contudo, essa produção é invisibilizada, seja pelos órgãos de informações públicos ou grande mídia, o que dificulta a criação de políticas públicas de fomento ou regulação.

A situação de invisibilidade contribuiu para a clandestinidade⁵⁵ da produção. Esta realidade acarreta uma série de conflitos, desde a dificuldade de operacionalização, devido à falta de assistências técnicas e multas pelos órgãos reguladores, até complicações relacionadas a insalubridade, no processo de produção (carbonização, esforço físico) e comercialização (as embalagens utilizadas eram sacos de cimento) (ULLER-GÓMEZ & GARTNER, 2008; ULLER-GÓMEZ *et al*, 2012).

Uller-Gómez & Gartner (2008) realizou levantamentos de dados junto ao cadastro do Programa Saúde da Família da região e constatou que a atividade econômica principal das famílias cadastradas (para um ou mais membros), naquele período, era a agricultura; entretanto, destas, 35% estavam associadas à produção de carvão.

Conforme dados de pesquisas anteriores (ULLER-GÓMEZ *et al*, 2012)⁵⁶ sobre o carvoejamento agrícola na região, constatou-se que a maioria (68,4%) dos indivíduos que trabalham ou trabalhavam na produção de carvão têm idade entre 41 e 60 anos. Dados semelhantes foram encontrados para os que atuam na venda do carvão: 61,5% têm entre 41 e 60 anos. As famílias agricultoras que foram acompanhadas na

⁵⁵ Através das narrativas foi possível identificar que os principais motivos que contribuíam (e ainda contribuem em outras localidades) para não regularização da atividade são: a utilização da lenha de mata nativa como matéria-prima principal; escassez de recursos, sobretudo financeiro; dificuldade de informações legais e procedimentais.

⁵⁶ Outros trabalhos são importantes para maior aprofundamento sobre o tema: Uller-Gómez & Gartner, (2008); Vicente *et al* (2011); Elias *et al*, (2012); Araujo *et al*, (2013); Fantini *et al*, (2010a).

cadeia produtiva de carvão, condizem com o panorama anteriormente apresentado.

É importante destacar que a produção de carvão é um dos destinos finais pós supressão da lenha. Portanto, a finalidade primeira ainda é a roça, mesmo com grande dificuldade de continuar. Este fato é corroborado por Carrieri-Souza *et al* (2014), que realizou um levantamento de informações referente à produção de carvão em dois municípios de Santa Catarina (Biguaçu e Santa Rosa de Lima) e um do Paraná (Bituruna). Um dos dados apresentados foi sobre o destino final posterior a derrubada da mata nativa (regenerada). Dentre os municípios, somente em Biguaçu (trata do município, mas a atividade está localizada praticamente na região de Três Riachos) ocorre a supressão com a finalidade de realizar roças (36% das famílias entrevistadas pela pesquisadora. Somado a opção de roça e depois plantio de exótica que são 20%, chega-se a 56% das famílias entrevistadas em Biguaçu).

Diferentemente do eucaliptal, o cultivo da bracatinga e da mata nativa no sistema tradicional de roça de toco estão associados aos cultivos agrícolas (BAGGIO *et al.*, 1986; LUCA, 2011; VICENTE, 2014), ou seja, além da produção de madeira para usos diversos também se obtém alimentos para abastecer a família e/ou o mercado como: milho, feijão, mandioca, banana, cana-de-açúcar, mel, etc.

Abordando especificamente as pesquisas na área, inicialmente, estavam voltadas as questões de interesse da engenharia florestal. Alinhado a isto, iniciou-se uma pesquisa pós-doutoral junto ao Grupo de Pesquisa-Extensão e Aprendizagem Participativas (PEAP) da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI no período de 2009 a 2012, na região de Três Riachos. Esta pesquisa apresentava como ponto fulcral aplicar a perspectiva Paulo Freireana em processos de pesquisa participativa com agricultores e agricultoras.

Os levantamentos aprofundaram, por conseguinte, os laços entre os pesquisadores e as famílias, bem como a confiabilidade mútua foi se estabelecendo. Podemos apontar como consolidação deste processo dois elementos: a formação de uma equipe de pesquisadores e pesquisadoras denominada de Rede Sul Florestal⁵⁷. E a criação da Associação dos Agricultores Familiares da Roça de Toco de Biguaçu – Valor da Roça⁵⁸.

⁵⁷ Como descrito no *website* o objetivo deste grupo de pesquisadores e pesquisadoras interdisciplinares é trabalhar em rede e por afinidades, com projetos aplicados a sistemas florestais, agricultura familiar, bioenergia,

As culturas que mais predominam nas áreas de morro são o aipim e a banana. Entretanto, culturas de consumo ainda são praticadas, como feijão e outras em menor quantidade como milho, cana-de-açúcar, e também algumas experiências com juçara. Algumas famílias adquiriram posse da certificação de orgânico⁵⁹ para banana do mato, como denominam os agricultores.

Cada cultivo segue um calendário específico. No período do levantamento dos dados de campo, detive-me a registrar estas informações visando a construção de um calendário agrícola. O quadro a seguir (Quadro 3), expressa uma compilação de elementos relacionados ao calendário agrícola com períodos e elementos específicos. Os dados

socioecológicos no Sul do Brasil. A maior parte das publicações da Rede estão voltadas a área de Biguaçu, direta ou indiretamente. (Fonte: <http://www.redesulflorestal.com.br/>)

⁵⁸ Fundada em 03/08/2013, a entidade reúne – dados de 2017 – 19 famílias da região de Biguaçu e produz culturas agrícolas em consórcio com as espécies florestais.

⁵⁹ Como consta no portal do Ministério de Agricultura, para que possam comercializar seus produtos no Brasil como "Orgânicos", produtores devem se regularizar de uma das formas a seguir: obter certificação por um Organismo da Avaliação da Conformidade Orgânica – OAC, credenciado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; ou organizar-se em grupo e cadastrar-se junto ao MAPA para realizar a venda direta sem certificação. A certificação pode ser obtida pela contratação de uma Certificadora por Auditoria ou se ligando a um Sistema Participativo de Garantia - SPG, que deverá estar sob certificação de um Organismo Participativo de Avaliação da Qualidade Orgânica – OPAC. No caso de contratação da Certificadora por Auditoria, o produtor receberá visitas de inspeção inicial e periódicas e manterá obrigações perante o MAPA e a certificadora, com custo a ser estabelecido em contrato. Se o produtor descumprir as normas, a certificadora retira seu certificado e informa ao MAPA. Procure na lista de Entidades Regularizadas as Certificadoras por Auditoria já credenciadas pelo MAPA. No caso da certificação por OPAC, o produtor deve participar ativamente do grupo ou núcleo a que estiver ligado, comparecendo a reuniões periódicas e o próprio grupo garante a qualidade orgânica de seus produtos, sendo que todos tomam conta de todos e respondem, juntos, se houver fraude ou qualquer irregularidade que não apontarem e corrigirem. Se o produtor não corrigir, o grupo deve excluí-lo, cancelar o certificado e informar ao MAPA. Caso o interesse seja apenas pela venda direta ou institucional, os produtores podem formar uma Organização de Controle Social – OCS. Outras informações disponíveis em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/regularizacao-da-producao>.

apresentados foram comparados e complementados com características trabalhadas por outras pesquisas realizadas na região.

Quadro 3 – Características dos principais cultivos do sistema agrícola da roça de toco de Três Riachos, Biguaçu/SC.

	Mandioca	Cana-de-açúcar⁶⁰	Feijão⁶¹	Milho	Banana
Espécie⁶²	<i>Manihot esculenta</i>	<i>Saccharum officinarum</i>	<i>Phaseolus sp</i>	<i>Zea mayz</i>	<i>Musa sp.</i> ⁶³
Cultivo /Meses	Agosto a novembro	Dois períodos 1. Jan. e abril 2. Ago. e dez.	Dois períodos 1. Jan. a fev. 2. Ago. a nov.	Dois períodos 1. Jan. a fev. 2. Ago. a nov.	Agosto a outubro
Capinas /seleção	2 a 6 por ciclo	1 a 3 por ano	1 por ciclo	1 a 3 por ciclo	Uma roçada a cada 3 anos
Fase lunar	Nova	Qualquer fase	Crescente	Crescente	Cheia
Tempo p/ colheita	1 a 2 anos ⁶⁴	4 a 6 anos	3 meses	4 a 6 meses	1,5 a 2 anos

Fonte: Organizado pelo autor a partir das narrativas dos/das agricultores/as.

⁶⁰ A cana obteve seu ápice na região durante a década de 1980-1990. Conforme aparece nas narrativas, tanto dos agricultores quanto de alguns representantes de instituições, neste período, praticamente, cada família detinha um moinho de açúcar e/ou de farinha, pois a demanda pelo produto era grande. A legislação e o aumento da fiscalização sanitária influenciaram o fechamento (ou abandono) da maior parte destes moinhos, restando poucos em atividade. A finalidade atual da produção canavieira é a alimentação de animais.

⁶¹ O feijão e o milho eram plantados em formato consorciado com a floresta. Atualmente poucas famílias permanecem cultivando-os, pois o custo em adquirir no mercado é menor do que o custo para produção.

⁶² Estas espécies são as que mais aparecem no decorrer da pesquisa através das narrativas, nas referências e nas pesquisas desenvolvidas nas mesmas atividades e área, (STEENBOCK et al., 2011; VICENTE, 2014). Entretanto, há possibilidade de a variedade ser maior do que as destacadas, uma vez que ocorrem uma tradição de cultivos múltiplos na mata atlântica (MARTINS, 2005; CAVECHIA, 2011, VICENTE, 2014).

⁶³ Durante o acompanhamento de campo algumas famílias possuíam selo de orgânico para produção de banana, aumentando o valor agregado do produto. Além disso, haviam discussões sobre pôr em prática experiências com outras espécies, com possíveis adaptações positivas no solo da região. A proposição derivava da parceria com a EPAGRI Local.

⁶⁴ Depende da destinação da produção. Um ano para consumo *in natura* e dois anos para manufaturação de farinha.

O preparo da roça ocorre desde a supressão da floresta, até a limpeza total do terreno, onde é utilizado motosserras, foices e enxadas. Grande parte das áreas possuem difícil acesso e impossibilidade empregar maquinário e tecnologia mais robusta.

As fases lunares possuem importante papel no sistema de produção agrícola da roça de toco em Biguaçu. Várias vezes são destacados nas narrativas das famílias, como os que seguem quando perguntados sobre porque a escolha do período de plantio.

Porque é a época de plantar. Porque desde quando a gente se criou todo mundo plantava nesta época e a gente planta também. O certo de plantar é no vazante⁶⁵. Tem planta que é do vazante e tem planta que é do enchente. São fases da lua. Tem o vazante, enchente, cheia e a minguante. Aí a gente planta sempre no vazante. Que são 15 dias de vazante e 15 dias de enchente. Ai tem gente que prefere plantar na vazante, outros no enchente. Que é como dizem, que tem plantas, como o feijão tem que plantar no enchente que é para encher. Aí o aipim e essas coisas já é melhor plantar no vazante. Isso vem dos mais antigos, que a gente se acostumou, meu pai, meu avô. Eles plantavam nestas épocas assim. Aí a gente continua essa tradição deles de plantar no vazante. Agora como a gente não tem mais tempo, a gente nem está mais escolhendo essa época, quando dá a gente planta. Mas tem gente que diz "Tu plantar aipim numa enchente, ele dá o fiapo para depois dar a raiz, perto da cepa. E se plantar no vazante ela dá agarradinha na cepa", aí dá um aipim melhor. Aí a gente vai confiando no que eles falavam e vai plantando assim.

Agricultora C - praticante da roça de toco na região de Três Riachos.

As áreas que fornecem origem às roças são escolhidas com base no conhecimento etnoecológicos dos agricultores. No bojo do

⁶⁵ Vazante e enchente são fases lunares de acordo a visão das famílias e presentes suas narrativas. Vazante corresponde à fase da lua minguante convexa ou minguante gibosa e a enchente significa a lua cheia.

conhecimento está a maior facilidade de acesso ao local e as características estruturais da floresta. Estas características são abordadas a seguir conforme presente nas narrativas dos agricultores: 1. Capoeirinha – Compõe a vegetação em estágio inicial – vassouras são as principais espécies; 2. Capoeira – Estágio de sucessão com formação botânica de árvores de pequeno porte; 3. Capoeirão – Árvores de porte maior; 4. Mata secundária – Os agricultores denominam de mato.

A importância desta nomenclatura está na determinação da supressão e de sua destinação, uma vez que é o diâmetro da lenha que vai definir sua finalidade.

De acordo com as narrativas dos agricultores e das agricultoras envolvidos(as) na pesquisa, algumas áreas, como a de Fazendas de Dentro e Fazendas de Fora, começaram a ser vistas como um local de interesse para os(as) agricultores(as), a partir da década de 50, em virtude de dificuldades no plantio e colheita, principalmente do aipim, nos locais de residência de origem. Como aponta um dos informantes (Agricultor A – Presidente da Associação):

Vieram algumas pessoas de Três Riachos para cá (Fazenda de Dentro). E outros vieram de Sorocaba e outros vieram até de fora, como o caso da família de minha esposa que vieram de Poço Redondo. Mas já era colonizado aqui, eles compraram a propriedade e vieram de Poço Redondo porque lá eles já não conseguiam produzir o aipim, porque estava dando uma doença. Então eles procuraram outra atividade e vieram plantar arroz aqui. Isso faz 50 anos, foi em 1960 ou 65, que eles vieram trabalhar aqui, porque lá já não tinha como sobreviver da agricultura. Porque lá só tinha uma atividade, que era plantar aipim, então como começou a apodrecer tudo, eles venderam a propriedade e procuraram outra atividade.

Agricultor A - praticante da roça de toco na região de Três Riachos.

Um dos agricultores mais velhos e que não trabalha mais com agricultura explica a diferença entre as roças realizadas em períodos passados e as que estão ocorrendo na atualidade,

A gente planta em novembro e dezembro. Mas eu tenho um cunhado, que deu uma chuva e ele plantou em janeiro. Às vezes está fazendo uma roça virada para o sul, o bom é virada para o norte. Tem que fazer a limpeza, para vir a mandioca. Mas o importante é plantar na enchente e colher no vazante.

Agricultor F - praticante da roça de toco na região de Três Riachos.

O sistema agrícola era utilizado, porém, como ressalta o entrevistado a seguir, havia diferenças entre a prática agrícola realizada em Biguaçu. Dentre estas, destacam-se o tempo de pousio e a rotação de culturas praticadas pelos agricultores e pelas agricultoras localizados/as nas comunidades de Três Riachos. Nas palavras dos agricultores:

Porque lá era a mata virgem. Lá tinha madeira de metro de toco e de topo. Eles colocavam a coivara, como a nona e nono diziam, que era a coivara e plantavam. Dava aipim que era uma loucura. Aí a terra foi indo e sempre a mesma cultura na mesma área, aí tem uma hora que não dá mais. Tem que fazer a diversificação, um ano planta uma coisa, depois tira e planta outra e daí depois de 2 ou 3 anos tu volta aquela cultura que tu tavas, porque se plantar sempre a mesma coisa chega uma hora que não dá mais, a terra cansa. Acaba esgotando a terra. O que eu faço aqui é não deixar esgotar a terra. Eu planto o aipim, planto a batata doce e o milho. Depois volto para o aipim, depois a batata e assim sucessivamente.

Agricultora B - praticante da roça de toco na região de Três Riachos.

Portanto, mesmo que os sistemas agrícolas apresentem a mesma nomenclatura e possuam a mesma derivação e origem, existem diferenças entre elas, com a incorporação de novas técnicas ou abandono de outras. Nesse sentido, faz-se necessário entender a lógica e a forma como as práticas e os saberes se estabelecem e são praticadas.

A região em questão é formada por pequenas propriedades agrícolas. No Brasil, as propriedades são medidas por módulos fiscais. Instituídos pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979, representam unidades de cálculo agrário que visam estabelecer uma área mínima

necessária para as propriedades rurais serem consideradas viáveis economicamente (BRASIL, 2012). Para tanto, a elaboração de tal medida leva em consideração o tipo de exploração predominante no município; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, fossem expressivas em função da renda ou da área utilizada e o conceito de propriedade familiar.

O tamanho do módulo fiscal vai variar conforme o município, em geral, alternando entre 5 a 110 hectares dependendo do Estado. Em Biguaçu o módulo fiscal corresponde a 12 hectares. Em Santa Catarina o módulo varia entre 12 e 24 hectares (INCRA, 2013⁶⁶). Conforme classificação do INCRA, as propriedades rurais variam de acordo com a quantidade de módulos fiscais:

- minifúndios: com tamanho de até um módulo fiscal;
- pequenas propriedades: com área entre um e quatro módulos fiscais;
- médias propriedades: com dimensão superior a quatro até 15 módulos fiscais;
- grandes propriedades: com área maior do que 15 módulos fiscais.

Portanto, na região de Três Riachos, a maior parte das propriedades estão entre 1 e 15 módulos fiscais. Como afirmam os próprios agricultores,

Aqui as propriedades são pequenas. Devo conhecer uma ou duas de 1000 hectares aqui. No máximo. São propriedades com no máximo 5 hectares. Uma propriedade igual àquela minha lá em cima de 12 hectares, toda plantada é rara de encontrar aqui.

Agricultor A - praticante da roça de toco na região de Três Riachos.

A chegada dos antepassados de algumas famílias de agricultores e agricultoras que trabalham com o sistema de agricultura itinerante em Três Riachos, principalmente os de origem alemã, ocorreu na ocupação de São Pedro de Alcântara. O alto Biguaçu, como é denominada a

⁶⁶

http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf

região que contempla Três Riachos (onde também originou o município de Antônio Carlos), foi ocupada também, por migrantes alemães advindos da colônia de São Pedro de Alcântara, considerada uma das maiores colônias alemãs do Brasil, apresentando como data “oficial” de fundação o ano de 1829 (SCHETZ, 2013). Como aponta a historiadora, havia neste momento o interesse do governo alemão de efetivar contato com a América Espanhola. A opção foi a ocupação do território, com a imigração da população oriundas da região sudeste da Alemanha, onde havia “estrutura agrícola combinada com o artesanato rural” (SCHETZ, 2013).

O excesso populacional da colônia de São Pedro de Alcântara, combinado com o solo pobre em nutrientes e o terreno montanhoso, apresentam-se como dificuldades enfrentadas pelos imigrantes, acarretando em principais elementos na ocupação do Alto Biguaçu e redondezas (SEYFERTH, 1974). Este fato é corroborado pelos entrevistados e entrevistadas e se apresenta na memória através da narrativa dos agricultores e das agricultoras fontes da pesquisa em questão.

Nossos ancestrais vieram da Alemanha, da Áustria e de Portugal. Esses são meus tataravôs, porque meus bisavôs já foram nascidos aqui.

Agricultora B - praticante da roça de toco na região de Três Riachos.

Igual o meu caso, meu tataravô chegou aqui no Brasil com 8 anos. A chegada deles foi em São Pedro de Alcântara, em 1828. Lá formou a colônia e depois vieram colonizar Antônio Carlos. Daí desceram, porque era perto, para Antônio Carlos, que pertencia a Biguaçu. O meu bisavô veio para Três Riachos, a terra era pobre e ruim, tinha muita geadada, a cana dava pequena (um toquinho assim), não produzia. Meu avô comprou um terreno lá em Três Riachos, em São Marcos, porque o meu bisavô veio para São Mateus, em cima, aí o meu avô que era filho do meu bisavô foi para São Marcos e lá comprou uma terra boa. A cana dava de 12 metros.

Agricultor A - praticante da roça de toco na região de Três Riachos.

Portanto, a ocupação de Três Riachos, pelo menos por uma parte dos agricultores e das agricultoras que trabalham de modo itinerante, ocorreu devido à procura por terras de melhor qualidade e por preços mais acessíveis. Está muito presente na narrativa dos entrevistados e entrevistadas a questão do valor da terra naquele momento. Em suas palavras, a terra “tinha valor de boi”, pois muitas vezes era trocada por animais.

A lenha é algo também muito presente em suas falas e vivenciando o cotidiano das famílias percebe-se o quanto ainda é utilizada em suas práticas e caracteriza-se como um elemento chave para a sobrevivência. Conforme apontam as famílias de agricultores da região, a lenha foi (e ainda é) a base de sustento e estruturação das pessoas que iniciaram a ocupação do território. A lenha era utilizada nas construções, na realização das refeições e na aquisição de renda. Os processos de vivência (em termos tecnológicos e de práticas cotidianas) se transformaram em alguns elementos (como a relação com o forno a lenha ou os instrumentos utilizados para fazer a roça). Entretanto, em um tempo diferenciado do tempo urbano. Como relatam os entrevistados e as entrevistadas, seus antepassados trabalhavam na roça com machado, carregavam as madeiras com carros de boi, não detinham (conforme apontam até recentemente)⁶⁷ de eletroeletrônicos como geladeiras e/ou freezers para conserva de alimentos.

Na chegada e fixação dos antepassados destes agricultores e agricultoras, praticamente cada família tinha um engenho de farinha e de açúcar. Este fato é apontado como um dos elementos que acarretou a quase extinção da lenha na região. Como este relato de um dos agricultores que aparece na sequência e que como ele, muitos outros seguem ao encontro desta fala,

Meu pai teve 3 filhos e todos trabalhavam com roça de toco. Eu vou te dizer uma coisa que chegou a um ponto, quando o pai e mãe casaram, a vó disse "triste vocês, onde é que vocês vão arrumar lenha para cozinhar o feijão". Porque não tinha mais. O pessoal usava muito. Hoje, tu não vê mais o engenho. Naquele tempo cada casa tinha

⁶⁷ De acordo com os moradores da região a eletricidade chegou no final da década de 1970 em Três Riachos. Em algumas propriedades mais afastadas e localizadas nos morros (expressão dos/das agricultores/as), como nas comunidades de fazendas, demorou dez anos a mais.

um engenho e todo mundo consumia lenha. Então, Três Riachos, Fazendas, isso aqui, era tudo desmatado. Era só capim melado. Hoje tu tem lenha dentro da porta. E dizem que está ruim. Ruim era naquela época.

Agricultor A - praticante da roça de toco na região de Três Riachos.

Com a diminuição do contingente populacional, visto que muitas pessoas estavam deixando a região para “tentar a vida na cidade”, principalmente no setor de serviços, as que ficaram preocupadas com a quantidade de lenha remanescente, começaram o plantio em algumas propriedades da região. Então, a possibilidade de extinção da lenha gerou a necessidade de reflorestamento e, por consequência, plantio de mudas que, baseados nos conhecimentos etnobotânicos dos agricultores e das agricultoras, eram voltadas a subsistência deste grupo.

Para tu ter uma ideia, veio dentro da caixinha de fósforo da África do Sul, a lenha de espinho, o Silva. Diziam que era uma lenha que vinha rápido e que era boa para ferver açúcar, para ferver melado. Era uma baita de uma lenha. Então o vô plantou e quando nasceu era espinheiro. Naquele tempo não tinha um sapato para pôr nos pés, não tinha uma bota, não tinha uma luva. Tu imaginas o sacrilégio que foi aquela lenha? E dali para cá, o que eles faziam aos domingos, eles iam a igreja, almoçavam e depois de tarde eles iam longe nos capoeirões, onde tinha uma ponta de capoeirão ainda, as vezes andavam quase uma tarde toda para chegar lá, para arrancar uma mudinha para trazer para plantar. Foram tirando de onde tinha uma mudinha ainda, para trazer para cá para plantar de novo. Aí começou o reflorestamento, por necessidade, porque não tinha mais lenha.

Agricultor A - praticante da roça de toco na região de Três Riachos.

Em outra passagem o mesmo agricultor relata o processo de reflorestamento e plantio de mudas.

O pai pegou o terreno do vô pelado igual essa mesa. Daí ele mandava eu e o filho do vizinho ir

onde tinha um pé de ingá, aquele ingá cabeludo, ingá macaco. Nós íamos lá à tarde, com um ganchinho com bambu, nós pedíamos se poderíamos tirar as bagas (sementes) e o vizinho dava. Trazia para casa, descascávamos tudo, tirava aquela pelinha branca, alguns eles comiam, outros colocavam fora. Aí nós tirávamos aquela sementinha e depois o pai ia plantar. Tirávamos para plantar. Para começar o reflorestamento.

Agricultor A - praticante da roça de toco na região de Três Riachos.

O processo de realização das roças também apresenta pequenas mudanças. A principal delas encontra-se no número de pessoas que auxiliavam nas várias etapas da concretização da atividade. Em tempos passados, o número de pessoas era maior. As famílias eram maiores, bem como os filhos e filhas auxiliavam nas roças. A questão de sucessão agrícola é um elemento que se faz presente entre as famílias de agricultores e agricultoras também na região pesquisada.

Quanto aos saberes envolvidos nestas etapas e as técnicas subsequentes, todos são unânimes em afirmar que advém do “dia-a-dia” da prática, “vendo os outros eles aprendiam”. Este aprendizado decorre já na iniciação dos futuros agricultores nas roças. A média da idade de iniciação destes agricultores e agricultoras nas roças é de 8 anos, apesar de alguns agricultores, quando perguntados sobre o assunto, ressaltarem que estavam na roça ainda “nas barrigas”, visto que as suas mães grávidas não deixavam de “botar” roças.

Desde oito aninhos a gente ia para escola de manhã, quando era 10:30 a professora soltava a gente e nós tínhamos que subir mil e cem metros, onde os nossos pais estavam trabalhando, na roça de toco. Lá estavam o pai, a mãe, as irmãs dele, do pai, todos nós trabalhávamos juntos. Botava uma baita de uma roça, mas lenha dava pouca, porque quase não tinha. Tu fazia uma roça grande no meio dia, porque era só quase abrir o aceiro só, para fazer, para não passar fogo para o mato, era só fazer o aceiro, porque só tinha vassoura carniceira, não tinha quase lenha. Vassoura carniceira é uma lenha baixinha, não produz nada. Só dá vassoura carniceira quando a terra é pobre.

Agricultor A - praticante da roça de toco na região de Três Riachos.

O acúmulo de conhecimento adquirido se transforma em saberes. Estes saberes representam identificar os melhores lugares para o plantio, as melhores lenhas para determinada ação (construir galpão, construir casa, utilizar em cozimentos, fazer carvão), os períodos de plantios, etc. Assim como o calendário para realização das roças, que segundo os agricultores e as agricultoras, se baseiam em fases lunares que influenciam as estações do ano.

A principal cultura é o aipim. Conforme os agricultores e as agricultoras, esta cultura deve ser semeada entre início de agosto ao final de novembro, pois este deve ser plantado no “vazante” e nunca no “enchente”.

Deve-se sempre plantar o aipim na vazante, nunca na enchente. Se plantar o aipim na vazante, ele vai dar tudo agarrado na cepa, no pauzinho da rama que tu plantou. E se tu plantar na enchente, ele vai dar um cordão umbilical, vamos dizer assim, ali vai se formar madeira, para depois dar raiz. Ele não dá a raiz agarrada na cepa, dá um fiapo para depois dar raiz. Se plantar no dia de lua (lua cheia) também dá problema, não dá tão bom. Isso nós fomos aprendendo com o pessoal mais antigo. Vai passando de geração em geração. Porque é um conhecimento que vem lá de trás.

Agricultor A - praticante da roça de toco na região de Três Riachos.

A produção de carvão também pode ser encarada da mesma forma. Uma série de técnicas para a produção de carvão artesanal foram se acumulando até o ponto que se encontra atualmente na região. Esta produção começou a ser realizada por estes agricultores visando alcançar uma renda extra com a sobra da lenha da roça de toco. A venda do excedente de lenha já era comercializada pelos agricultores anteriormente, em um período que não existia fornos a gás. Como se identifica nas falas que seguem, muito do excedente da lenha culminava no abastecimento dos fornos à lenha de famílias em Florianópolis e cidades vizinhas. Uma das agricultoras relata

Eu nem me lembro de onde veio a ideia de começar a queimar carvão, porque eles vendiam sempre a lenha amarradinha. Não fazia carvão. Quando meus pais vieram para cá, quase há cinquenta anos atrás, o pessoal não fazia carvão, a lenha se fazia rachadinha. Vendia madeira de lenha, não fazia carvão. E eu nem sei como começou o carvão. De onde veio essa ideia de fazer o carvão.

Agricultora B - praticante da roça de toco na região de Três Riachos.

As primeiras produções de carvão são apontadas pelos agricultores e pelas agricultoras como sendo realizadas em fornos cavados na terra. Como apontam alguns agricultores, até meados da década de 1980 não se produzia carvão na região. A escassez de lenha e a comercialização da madeira *in natura* não gerava esta necessidade. Entretanto, durante o decorrer da década de 80, iniciou-se na região o plantio de espécies exóticas, que tem o processo de crescimento mais rápido do que as nativas. Foi o caso da produção de eucalipto, que segundo os relatos, foi incentivado pelo próprio governo estadual, inclusive com remuneração extra para os agricultores que adotassem o programa. E também, do plantio da bracatinga. O aumento na produção lenhosa somou-se ao abandono dos fornos à lenha residenciais, condicionantes para o aparecimento dos primeiros fornos de carvão na região. Segue relato das primeiras técnicas de produção de carvão:

Primeiro forno que eles fizeram eles cavaram em um barranco. Abafava com feite, jogava um feite verde em cima e foi aprimorando. Ai começou a fazer, fazia pequenininho, depois caía a copada. Mas os primeiros foram cavados no barranco.

Agricultora B - praticante da roça de toco na região de Três Riachos.

Conforme aponta Bauer (2012), que pesquisou sobre a cadeia produtiva carvoeira na região, a produção de carvão em Três Riachos ganhou corpo com a fundação da empresa de revestimento cerâmico Portobello S.A, localizada em Tijucas – Santa Catarina, em 1979.

Conforme informações sobre a empresa⁶⁸, em 2012 torna-se a maior empresa de revestimento cerâmico da América Latina, entretanto, já em 1981 iniciam as primeiras exportações. Fato que influenciou na demanda por carvão e no crescimento e amadurecimento da produção em Três Riachos.

Na visão dos agricultores e de alguns dos representantes das instituições entrevistados na pesquisa, o carvão se traduz para estas famílias de agricultores em uma renda de garantia, visto toda a imprevisibilidade que as roças proporcionam. Na linguagem dos agricultores da região, “tirar um forninho” significa conseguir uma renda para despesas que aparecem e demandam mais velocidade. A regularidade que o carvão proporciona a estas famílias, não se conquista na realização das roças.

O carvão foi dos anos 1985 para cá. Foi a necessidade do povo fazer um dinheirinho. Porque não tinha mais de onde tirar. Aí começou a aparecer lenha, o pessoal foi e fizeram um forninho. Começou a vender, começou a entrar um dinheirinho. Então foi onde o pessoal conseguiu fazer um dinheirinho para se manter. Porque antes ou era a cana ou era o aipim. Só tinha essas culturas. E no restante do ano fazia o que, ia viver de que? Fazer dinheiro de onde? Aí fizeram um forno de carvão para todo o mês fazer um dinheirinho.

Agricultora A - praticante da roça de toco na região de Três Riachos.

Apesar disso, a valoração da produção destas famílias, seja dos produtos cultivados nas roças, seja do carvão, foi muito baixa, até os últimos dez anos. A mudança ocorreu, principalmente, a partir da criação e consolidação da Associação. A cadeia pela qual passava a produção, desde a realização até o consumidor final, não proporcionava agregação de valor adequada ao esforço empenhado na realização das tarefas. Além disso, a situação de clandestinidade demandava a inserção de atravessadores nesta cadeia. Apesar dos atravessadores serem vistos com bons olhos pelos agricultores e agricultoras (uma vez que estes se arriscavam em distribuir a produção), a presença destes atores diminuía

⁶⁸ Ver página <https://www.portobello.com.br>.

significativamente a renda adquirida através da comercialização para o produtor.

Na narrativa dos representantes das instituições envolvidas no processo de criação da Associação, aparecem as cifras de comercialização antes e depois da organização destas famílias como grupo social. Conforme aponta o representante da EPAGRI regional, antes do projeto ser colocado em prática, o saco de carvão era comercializado por quatro reais com as famílias produtoras, ou seja, esse era o valor pago pelos atravessadores aos produtores. Atualmente, as famílias produtoras comercializam o saco, em média, por doze reais (em feiras, como a feira da EPAGRI que ocorre toda sexta-feira em sua sede na cidade de Florianópolis, o saco grande chega a custar até mais de doze reais).

Algo unânime na visão dos entrevistados e entrevistadas é atrelar esta realidade à criação e consolidação da Associação. O percurso para a sua criação também foi longo. Em 2016, o coletivo completou dois anos, mas as discussões que culminaram na elaboração legal de tal junção iniciam-se em 2006, com as primeiras pesquisas realizadas na região pelas instituições entrevistadas nesta tese. É importante frisar que a realidade em questão neste trabalho será entendida como processo histórico, portanto, também este processo de adaptação do grupo encaixa-se nesta categoria, uma vez que esta adaptação foi se consolidando a partir de uma série de atores/as envolvidos/as (entre elas as várias instituições no processo) e colaborações e acordos mútuos, em um amplo diálogo que influenciou a transformação do cotidiano dos/das presentes. Os elementos em questão perpassam desde a compreensão de mudanças legais das práticas, o que acarreta em adequações nas estruturas e regulamentações técnicas, consolidando-se em sentimentos viventes, como fortalecimento da coletividade e empoderamento das famílias. Contudo, não somente as famílias envolvidas se transformaram, mas o meio político, que muitas vezes era responsável ou corresponsável pela fiscalização das práticas (e conseqüentemente dos praticantes), iniciou participação e abriu-se ao diálogo, o que garantiu espaço para sobrevivência de técnicas que estavam à beira da extinção, naquela região, bem como a sobrevivência das famílias. Portanto, a criação da Associação é fruto de um processo de adaptação, tanto das famílias, como das instituições, visto que estes agricultores estavam à margem das políticas públicas voltadas aos trabalhadores e trabalhadoras do campo, bem como da esfera política local, pois não estava, até aquele momento, tão presente no processo.

O que estava por trás da criação da Associação de agricultores e agricultoras da roça de toco foi a tentativa de inserir a prática realizada pelas famílias de agricultores na legalidade. Podemos pôr a Associação como a ação que faltava para tal feito, pois anteriormente o fluxo de demandas que apareciam, ditavam o ritmo do processo. Este processo consistia de regularização ambiental, fundiária e fiscal, das propriedades e das famílias; planejamentos em grupo; elaboração das embalagens e da logo, que seria futuramente a marca do grupo; e a gestão coletiva.

Em 2012 foi realizada a confecção da marca, emblema para as embalagens (Figura 15). Como é notável no mosaico, existe dois tipos de embalagens que estão distintas por cores. A vermelha contém a produção de carvão vegetal de origem nativa e a verde de espécies exóticas.

Figura 15: Mosaico de embalagens de carvão vegetal utilizadas pela associação valor da roça



Fonte: Imagens capturadas e montadas pelo autor.

A embalagem é coletiva, então a gestão teria que ser coletiva. Isto necessitava de regras claras para seu manuseio. Estas regras foram adquirindo formato ao longo das reuniões com os técnicos e pesquisadores e pesquisadoras envolvidos/as no processo. Um exemplo destas regras foi a criação de um pedágio de tempo que alguém que queira ingressar na Associação tem que pagar, ou seja, um novo ou uma

nova integrante precisa participar (através de eventos, organizações, etc), durante seis meses, para enfim se tornar membro. Isto significa dizer algo que vai além da questão monetária para manutenção do coletivo.

Uma saída para viabilizar a comercialização e a legalização dos produtos florestais é a certificação. Portanto, abordo a seguir de forma breve a contextualização do processo de certificação florestal na esfera internacional e como foi reverberada no Brasil. As primeiras discussões sobre certificação florestal iniciaram no final dos anos 1980. Derivam dos movimentos ambientalistas que questionavam o consumo exacerbado de recursos fomentado pela industrialização e a crescente onda de degradação, impulsionada por grandes desastres ambientais ao longo das décadas posteriores, sobretudo na década de 1950. O questionamento do modo de produção estimulou a elaboração de convenções e conferências⁶⁹, acarretando em tratados e acordos⁷⁰ internacionais.

Neste momento, havia uma pressão de países consumidores propondo boicotes comerciais madeireiros. Nesse sentido, a certificação surgiu como alternativa a esta estratégia, visando a identificação de

⁶⁹ Não abordaremos aqui de forma mais aprofundada esta questão visto a quantidade de referências sobre o assunto, porém, destacamos como importantes as conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano ou Conferência de Estocolmo, em 1972 na Suécia; a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente ou Rio-92 ou ECO-92, no Brasil; as Conferências Ministeriais FOREST EUROPE, iniciadas também na década de 1990, que são a Conferência de Estrasburgo, 1990; Conferência de Helsink, 1993; Conferência de Lisboa, 1998; Conferência de Viena, 2003; Conferência de Varsóvia, 2007; Conferência de Oslo, 2011. Para mais informações consultar: Shigunov Neto, Campos e Shigunov (2009); Comissão Europeia (2015) e Bonfim (2016).

⁷⁰ Assim como as conferências não trataremos de maneira mais esmiuçada estes dados, mas destacamos o Relatório Brundtland (chama atenção para o modelo de desenvolvimento adotado pelos países ricos e desenvolvidos, que colocavam em risco os recursos naturais); Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; Agenda 21; Princípios para a Administração Sustentável das Florestas (primeiro documento a universalizar a questão florestal, iniciando processos regionais decisivos para a criação de critérios e indicadores, precursores de programas de certificação florestal regionais); Convenção da Biodiversidade e Convenção sobre Mudança do Clima. Ver COMISSÃO EUROPEIA (2015); Bonfim (2016); AGENDA 21 (disponível em <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>).

produtos derivados das florestas, manejados de forma “ecológica” e socialmente sustentáveis. Para tanto, estabeleceu-se indicadores e critérios, através de compromissos políticos nacionais e internacionais, gerando documentos internacionais.

No Brasil, movimentos regionais fomentaram o debate, sobretudo, o movimento dos seringueiros da Amazônia, que adquiriu destaque internacional com a morte de Chico Mendes, no final da década de 80 do século passado, alertando que a manutenção da floresta obrigatoriamente deve ser pautada em discussões no âmbito sociocultural. Estes movimentos e/ou povos tradicionais (muitos povos tradicionais que vivem das/nas florestas não estão organizados sob a égide de movimentos sociais), como quebradeiras de coco, quilombolas, caiçaras, ribeirinhos, agricultores familiares, índios, seringueiros, entre outros, chamaram a atenção internacional para diferença de seus modos de vida com interesses econômicos pautados em práticas culturais e sociais, aproximando políticas públicas de reforma agrária e preservação do meio ambiente (ALLEGRETTI, 2008). Neste contexto, se diferenciam de outros grupos que também utilizam da floresta como os grandes fazendeiros, madeireiros, garimpeiros, grileiros, principalmente na aquisição de lucratividades.

Estes fatos corroboraram para desmistificação do mito da natureza intocada, presente em grande parte dos movimentos ambientalistas pautados em correntes preservacionistas. Os homens e as mulheres também fazem parte desta natureza, portanto, a sustentabilidade das florestas depende dos manejos, pois elas também proporcionam a sustentabilidade de diversos grupos. A partir desta forma de agir e pensar a floresta (que não possui caráter de novo, pois está presente no âmago dos diversos grupos citados) surgem táticas de contraposição ao seu esgotamento, como os empates⁷¹, contudo, “não o fazem por uma concepção abstrata sobre a natureza, e, sim, porque a utilizam como fator de produção e meio de vida” (ALLEGRETTI, 2008, p. 42).

A partir da aliança para a proteção das florestas tropicais, a Woodworker’s Alliance for Rainforest Protection (WARP), surgiu em 1993, com representantes de fornecedores de madeiras e ONGs, o conselho “Forest Stewardship Council” (Conselho de Manejo Florestal -

⁷¹ Ações que visam evitar ou equilibrar o desmatamento em áreas de conflito (ALLEGRETTI, 2008).

FSC) que certifica e fornece um selo verde em mais de setenta e cinco países em todos os continentes.

Entretanto, apesar deste selo abarcar agroindústrias familiares e comunitárias, em geral, o perfil das empresas que adotam os critérios estabelecidos são empresas grandes e médias, já consolidadas no mercado. A participação de agentes locais ainda é um dos grandes desafios para a promoção da certificação florestal, bem como o custo do processo. Na visão dos autores Heimann, Pires e Posonski (2015) este debate público, assim como outras discussões sobre o meio ambiente se encontram capturados e monopolizados por experts.

Portanto, um objetivo importante da associação foi a auto-certificação. Para tanto, realizam-se visitas anuais as propriedades para averiguar se os responsáveis estão praticando a roça de acordo com as normas estabelecidas (principalmente, respeitando o pousio), produzindo o carvão da forma como foi acordado, além de trocarem experiências e técnicas de produção.

Esta forma de organização estimulou entre as famílias autonomia necessária para garantir voz e estabelecer o diálogo tanto com poder político local e estadual, como com as instituições que orbitam ao redor do cotidiano deste grupo. Uma passagem que representa bem este elemento agregador, a partir da criação do coletivo, foi quando o grupo entrou em contato com a Gerência da EPAGRI buscando maiores informações sobre formas de associativismos e cooperativismos. Destaco a narrativa da representante da FATMA que estava presente na situação em questão.

A agricultora C ligou para o Gerente da EPAGRI dizendo “Nós queremos saber uma palestra sobre cooperativa”. Aí foi um rebuliço isso, porque como é que um agricultor liga para o gerente da EPAGRI, não é comum. Então com isso eles vão se acostumando assim a ter essa liderança de não precisar do técnico para fazer tudo, ou até mesmo chegar no técnico para dizer “Nós precisamos saber disso”, “Queremos aprender aquilo”. Então começou depois da associação formada e que já estava legalizado, começou a participar um extensionista da EPAGRI, que acho que foi em 2013. Sei que já estava a associação formada. E o que que tem nessa história, hoje ela faz carvão, porque ela tem um custo associado, ela tem um selo para colocar, ela paga quase 25 reais

por mês para se manter na associação e a gente colocou para eles que eles pagam para ter vantagem e uso de marca, isso foi um conceito que a gente construiu com eles para mostrar que quem valoriza o que usa, do valor.

Representante da FATMA

É de comum acordo entre os entrevistados quais foram os avanços na constituição da Associação e no percorrer do processo de organização social, no qual as pesquisas e os levantamentos realizados na região contibuíram. Após toda a apresentação e análise dos dados e fatos passamos as conclusões que alcançamos a partir das reflexões produzidas.

5. CONCLUSÕES

Conforme a construção do instrumento de paisagem cultural, discutidos através dos dados normativos e legislativos (capítulo 3), percebemos que o sistema agrícola da roça de toco em Três Riachos, Biguaçu, se encaixa em tal modelo, uma vez que possui elementos inseridos em uma cadeia cultural, com a produção das roças, da produção e venda do aipim e da banana e seus derivados (farinha de vários tipos, sendo a mais comum a fina; polvilhos; beiju, doces em compota), das festas que ocorrem na região e são abastecidas com os produtos cultivados nas roças (incluindo os churrascos de confraternização, onde o fruto do trabalho, o carvão, é utilizado); da estrutura morfológica que está envolvida na dinâmica do cotidiano e do tempo da vida das famílias agricultoras.

Como refletido ao longo do texto, o instrumento da paisagem cultural é aplicado de forma diferenciada entre os países signatários da UNESCO. Alguns utilizam o instrumento considerando-o como um aliado na manutenção de técnicas e saberes tradicionais, entendendo que os mesmos são responsáveis pela manutenção da paisagem, e vice-versa. Contudo, ao analisar casos de aplicabilidade do instrumento no Brasil, percebemos a dificuldade de relacionar os grupos que constroem a paisagem e ela se imbricam. Um dos casos que mais repercutiu, o título do Rio de Janeiro como Patrimônio Mundial da Humanidade expressa bem o ponto de vista levantado. Apesar dos argumentos utilizados para propor a candidatura do município, uma série de elementos não são condizentes com o entendimento do órgão para com o instrumento. Um fato importante a ser destacado é a gentrificação ocorrida na zona portuária do Rio de Janeiro, principalmente no morro da Conceição e entorno.

A caracterização e a análise da relação entre a paisagem e as práticas, que envolve os saberes e as técnicas tradicionais utilizadas pelos agricultores no sistema agrícola da roça de toco em Três Riachos, demonstraram que os principais pontos estão atrelados aos cultivos consorciados, as policulturas, a utilização da madeira e ao próprio trabalho agrícola familiar. A prática de manejo que fornece a base para a criação das roças é considerada uma das mais antigas, onde a supressão da vegetação de uma área específica, escolhida por fatores baseados no conhecimento local e etnobotânico dos agricultores. Após a limpeza do terreno as roças são geradas, em geral, com policultivo de cultivares. Com aproximadamente a utilização de 3 a 4 anos de uso, as áreas são

deixadas em pousio, que dura de 10 a 15 anos, com objetivo de recuperar a fertilidade do solo e a vegetação.

A compreensão do sistema de cultivo demonstra uma vasta gama de saberes e técnicas atrelado na sua realização. Os produtores necessitam possuir conhecimentos da área para a escolha dos locais onde serão implementadas as roças. Além disso, o plantio e a colheita envolvem uma série de saberes ambientais, climáticos e lunares. A utilização da madeira também é acessada por conhecimentos necessários, tanto na construção, quanto para produção de carvão. Neste caso, as técnicas são complexas e requerem um envolvimento com o processo que demanda tempo e experiência. Cabe destacar que todo esse conhecimento é geracional.

Portanto, toda cadeia produtiva associada ao sistema agrícola da roça de toco relaciona-se, na prática, ao *know how* das famílias agricultoras da região. Ou seja, as escolhas dos locais favoráveis para supressão, regeneração e cultivo das culturas; a necessidade do saber relacionado à administração da segurança, tanto física, quanto econômica, visto a prática agrícola estar cercada de por elementos que proporcionam incertezas, principalmente o fator climático; e, como destacado, todo o saber etnobotânico local, utilizado em todo o sistema (elemento que o mantém), desde o momento da retirada da lenha (em função de múltiplos usos), até o momento de reflorestamento, saber da produção.

Ao mesmo tempo, estes saberes, e mesmo as técnicas aplicadas, estão simbioticamente conjugadas, formando uma rede de conhecimentos que se entrelaçam, subsidiadas pelo tripé: oralidade, empirismo e transmissão geracional. Isto direciona para denominação de um sistema agrícola, pautado em complexas sabedorias campesinas, visto as estratégias de sobrevivências presentes, que garantem a renovação dos recursos, fornecendo sustentação do equilíbrio ambiental e da biodiversidade local.

As comunidades rurais, em geral, sofrem com uma série de forças (econômicas, urbanas e estruturais), transformando-as, grande parte das vezes. A área estudada não está fora deste contexto. Pensar alternativas de políticas públicas pautadas no viés da paisagem cultural torna-se uma alternativa plausível para a manutenção do modo de vida das famílias de pequenos agricultores. Entretanto, estas ações necessitam estarem desvinculadas das demais práticas condizentes com a realidade local e ao fortalecimento de técnicas produtivas e resilientes. Nesse sentido, cabe um aumento de parcerias, principalmente, de instituições culturais, ambientais e agrícolas (que já atuam na área), na busca de minimizar

uma das questões que mais assolam as áreas rurais, na atualidade, a sucessão familiar.

No contexto da pesquisa isto é ainda mais relevante, uma vez que a grande parte das famílias que estão envolvidas no sistema possuem entre 40 a 70 anos. Contudo, percebemos uma leve alteração no ponto destacado. Com a criação de alternativas de sobrevivência, aumento da autoestima e valorização da produção e atividade, que acarretou, conseqüentemente, em um sentimento mútuo por parte das famílias, de ampliação de dignidade entre os agricultores, ocorreu suavemente, um retorno de alguns de seus filhos e suas filhas ao campo. Este fato se corrobora com a inserção de alguns filhos mais jovens duas famílias de agricultores na associação.

Mesmo com instrumentos de políticas públicas que possuem em seu âmago o entendimento que não existe dicotomia entre homem x natureza, e/ou, cultura x natureza, na prática, há uma grande dificuldade dos órgãos públicos, principalmente ambientais, de propor estratégias de pensar ações integradas com visões pautadas no fim desta separação.

Outro fator que cabe destaque é a forma de funcionamento do sistema na região. Devido às restrições ambientais, alguns gatilhos legais foram acionados para fornecer subsídios para que as práticas dos agricultores pudessem continuar em atuação. Um deles foi a autorização legal do órgão ambiental (FAMABI), que garante o direito de realização da roça de toco em áreas em estágios iniciais de regeneração. Contudo, este elemento vai de encontro com a lógica do pousio, característica fundamental para viabilidade do sistema, que necessita de um tempo mais longo. Outro ponto fundamental de alteração na região, derivado destas transformações é o aumento do cultivo de espécies exóticas na região.

Como, no momento presente, atuam na área uma quantidade menor de famílias do que 20 ou 30 anos atrás e, as áreas de plantio serem pequenas (cerca de 0,5 ha), o sistema continua ativo. Ou seja, estas adequações requerem uma maior aproximação das realidades vivenciadas pelas famílias agrícolas, incluindo o caso de implementação de políticas públicas que considerem outras áreas, pois, mesmo que o sistema seja similar em outras regiões, as especificidades locais determinam as necessidades de adaptações.

Por último, cabe ressaltar o papel de destaque que a associação desenvolveu na vida destas famílias. O nascimento da associação dos agricultores da roça de toco em Três Riachos é decorrência do processo de reconhecimento pelas instituições de uma realidade de abandono e clandestinidade do grupo em questão, realidade que se aplica a muitos

grupos similares, como demonstrado ao longo do texto em pesquisas que tiveram como temática a agricultura itinerante.

Os pontos que seguem tratam-se das principais transformações com a incorporação da associação: 1 – deixar de estar à margem do processo de legalidade; 2 – crescimento da autoestima e da dignidade das famílias agricultoras, visto a possibilidade de exercer suas atividades em situação de legalidade; 3 – fortalecimento dos laços de confiança, tanto entre as famílias agricultoras, quanto delas com as instituições locais e estaduais; 4 – passar a ser reconhecido pelo seu ofício, incluindo a produção de um documentário abordando as técnicas e os saberes envolvidos; 5 – aumento do valor agregado dos produtos comercializados; 6 – maior disponibilidade de locais para realização de comercialização, a partir da criação da marca Valor da Roça, incluindo fortalecimento da identidade do grupo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na Vida Camponesa: o Sudoeste Paranaense**, São Paulo: USP, 1981.

ADAMS, C. As roças e o manejo da Mata Atlântica pelos caiçaras: Uma revisão. **Interciência**, 25, 03: 143-150, 2000.

AGENDA 21, disponível em
<<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>>, acesso em 12 de dezembro de 2015.

ALLEGRETTI, Mary. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [s.l.], v. 18, p.39-59, 18 dez. 2008. Universidade Federal do Paraná. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v18i0.13423>. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/made/article/view/13423>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

ANDRADE, D. **Pobreza rural e conservação da Mata Atlântica no processo de transformação do sistema de produção agrícola caboclo**: História agrária do município de Iguape, Vale do Ribeira - SP. 2003. 209 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

ARAUJO, G. M. Paisagem Cultural: um conceito inovador. In: Leonardo Barci Castriota. (Org.). **Paisagem cultural e sustentabilidade**. Belo Horizonte: IEDS/UFMG, 2009, v., p. 25-45.

ARAUJO, L. A.; BAUER, E.; TORESAN, L.; MONDARDO, M.; ELIAS, L. P. Atividades invisíveis na agricultura familiar: o caso da produção de carvão vegetal no município de Biguaçu-SC. In: **51º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER**, 2013, Belém-PA. Anais do 51º Congresso da SOBER, 2013.

BABELON, J.-P. e CHASTEL, A. **La notion de patrimoine**. Paris, Liana Levi, 1994.

BAGGIO, A.J.; CARPANEZZI, A.A.; GRAÇA, L.R.; CECCON, E. Sistema agroflorestal tradicional da bracatinga com culturas anuais. **Boletim de Pesquisa Florestal**, n.12, p.73-82, 1986.

BANDARIN, Francesco. Foreword. In: FOWLER, P.J. World Heritage Cultural Landscapes: 1992-2002. Paris: **Unesco World Heritage Center**, 2003.

BAUER, E. **Mudanças no uso da terra em Biguaçu-SC**: Agricultores em permanente processo de adaptação. Dissertação (mestrado em Agroecossistemas) Universidade Federal de Santa Catarina. 96p., 2012.

BERQUE, Augustin. **El Pensamiento Paisajero**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2009.

BERTRAND, G. **Paisagem e geografia física global - esboço metodológico**. Ra´e Ga, n.8, p.144-152, 2004.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra: Seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BONFIM, Mayra de Souza. **Análise do atendimento aos princípios da certificação de manejo florestal FSC e perspectivas de aplicação dos Indicadores Genéricos Internacionais**. 2016. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Ambientais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

BORN, J.N. **Biguaçu**: Notícia Estatístico-Descritiva. IBGE, 24:57, 1941.

BOSERUP, E. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo: Hucitec; Polis, 1987.

BRASIL. Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. **Institui o Novo Código Florestal**. Disponível em: Acesso em: 20 out. 2012.

BRITO, F. N.; SCIFONI, S. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira - SP. **Revista CPC (USP)**, v. 10, p. 1-12, 2010.

BRITO, Maria Cecília Wey de. **Unidades de conservação** – intenções e resultados. 2ª ed. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

BUONGIORNO, J., ZHU, S. Assessing the impact of planted forests on the global forest economy. *NZ J. Forest Sci.* 44 (Suppl 1), S2, 2014.

CARRIÉRRE, S.M.; LETOURMY, P.; MCKEY, D.B.. Effects of remnant tree in fallows on diversity and structure of forest regrowth in a slash-and-burn agricultural system in southern Cameroon. *Journal of Tropical Ecology*, 18: 375-396, 2002.

CARRIERI-SOUZA, M. **Cadeias produtivas do carvão vegetal na agricultura familiar no Sul do Brasil**. 2013. 193f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

CARRIERI, M.; FANTINI, A.C.; ULLER-GÓMEZ, C.; DOROW, R. Cadeias produtivas do carvão vegetal na agricultura familiar no Sul do Brasil. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 31, p. 97-110, 2014.

CARTA DE BAGÉ, Bagé: 2007. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=895>. Acessado em 10/10/2014.

CARTAS PATRIMONIAIS. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

CASAGRANDE, W.A. **Causas da migração rural-urbana na região da Grande Florianópolis; relatos de pesquisa** – Síntese regional. Florianópolis: Epagri: CEPA. 53p., 2006.

CASTRIOTA, L. B. **Paisagem cultural e sustentabilidade**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG / IEDS, 2009. 220p.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. São Paulo, Martins, 2007.

CAVECHIA, L. A. **Manejo da paisagem por populações litorâneas e conservação da agrobiodiversidade**. (Dissertação de mestrado), Florianópolis, UFSC, 348 p., 2011.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3.ed. - São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2003.

CHIURATTO, A. H. **Paisagem cultural e a experiência urbana latino-americana Buenos Aires/Rio de Janeiro**. Universidade de São Paulo, 263 p, 2015.

CICERON. Oeuvres Complètes. Collection des Auteurs latins publiés sous la direction de M. Nisard. Tomo 1. Paris, Dubochet, 1841, 554p.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. 3. ed. – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

COLFER, C. J. P.; PELUSO, N.; CHUNG, C.S. **Beyond slash and burn: Building on indigenous management of Borneo's Tropical rain forests**. Advances in economic Botany, vol. II. Peters, c. M. (Ed.). New York Botanical Garden. 236p., 1997.

CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM. 2000. Disponível em <http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/landscape/versiononconvention/portuguese.pdf>. Acessado em 10/10/2014.

COMISSÃO EUROPEIA. **Comunicação da Comissão ao Conselho: Participação da União Europeia na 7.ª Conferência Ministerial FOREST EUROPE** (Madrid, 20-21 de outubro de 2015). 2015. Disponível em <https://ec.europa.eu/transparency/regdoc/rep/1/2015/PT/1-2015-414-PT-F1-1.PDF>. Acesso em: 19 out, 2015.

CORADIN, Lidio; SIMINSKI, Alexandre; REIS, Ademir (Ed.). **Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial: plantas para o futuro** – Região Sul. Brasília: MMA, 2011. 934 p.

CRARY, J. **Suspensions of Perception: Attention, Spectacle and Modern Culture**, Cambridge MA: MIT Press, 2000.

COSGROVE, D. **The palladian landscape. Geographical change and its cultural representations in sixteenth century Italy**. University Park, Pennsylvania State University Press, 1993.

_____. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: **Paisagem, Tempo e Cultura**. CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

DALMORA, E. **O papel da agricultura familiar no processo de conservação da mata atlântica em Santa Catarina. Modos de apropriação e transformações no sistema de gestão ambiental na década de 1990**. Florianópolis, UFSC, 2004. 132 p. (Tese de doutorado). Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30368376.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2015.

DEAN, W. A ferro e fogo: A história e a devastação da mata atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DESCOLA, P. A selvageria culta. In: NOVAES, A. (org). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 107-124 p., 1999.

DIEGUES, A. C. A etnoconservação da natureza. In: _____. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: Hucitec e NUPAUB, p. 1-46, 2000

_____. **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais na Mata Atlântica**. São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2008a.

_____. **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas**. São Paulo: Nupaub-USP, 2008b.

DUNCAN, J. The superorganic in American cultural geography. **Annals of the Association of American Geographers**, Vol. 70, n. 2, p. 181–198, Junho, 1980.

ELIAS, L. P.; STERN, I. L.; BAUER, E.; MOURA, C. M. M.; ULLER-GOMEZ, C. Os melindres na coleta de dados acerca da produção de carvão vegetal na agricultura familiar no Sul do Brasil. In: **II Jornada de Extensão do Mercosul, 2012**, Passo Fundo.

EMBRAPA. **Manual técnico da bracinga**. PDFI/CNPQ/ FAO/ EMBRAPA. 170 p, 1988.

FANTINI, A.C. & SIMINSKI, A. De agricultor a “agricultor silvicultor”: um novo paradigma para a conservação e uso de recursos florestais no Sul do Brasil. **Agropecuária Catarinense** 20(1):16-18, 2007.

FANTINI, A. C.; ULLER-GOMEZ, C.; GARTNER, C.; VICENTE, N. R.; SCHLINDWEIN, S. L.; BAUER, E.; MENEZES, G.T.C. Produção de carvão e de saberes na agricultura familiar de SC. **Agropecuária Catarinense**, v. 23, p. 13-15, 2010a.

FANTINI, A. C.; ULLER-GOMEZ, C.; VICENTE, N. R.; BAUER, E.; MENEZES, G.T.C. Produção de carvão e de saberes na agricultura familiar de SC. In: **VI Congresso Brasileiro de Sistemas**, 2010, Foz do Iguaçu-Paraná. Anais do VI Congresso Brasileiro de Sistemas, 2010b.

FANTINI, A. C.; SCHLINDWEIN, S. L. Learning to run a business: transforming charcoal production of family farmers in Santa Catarina, Brazil. In: **2014 IFSA Europe Group Symposium**, Berlin. Proceedings, 2014.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. **FAO Statistical Yearbook 2010: World food and agriculture**. Rome: Fao, 2010. 307 p. Disponível em: <<http://www.fao.org/home/en/>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

FAO. **Shifting Cultivation, Livelihood and Food Security - New and Old Challenges for Indigenous Peoples in Asia**. Asia Indigenous Peoples Pact Bangkok, 2015. 434 p.

FARIAS, V. F. **Dos Açores ao Brasil Meridional: uma viagem no tempo**. Florianópolis: Ed. Do Autor, 1998.

FERGUSON, B.G.; VANDERMEER, J.; MORALES, H.; GRIFFITH, D.M. Post-Agricultural succession in El Petén, Guatemala. **Conservation Biology**, v.17, n.3, 818-828, 2003.

FERREIRA, Alvaro (Org.); RUA, João (Org.); MARAFON, Glaucio José (Org.); SILVA, Augusto César Pinheiro da (Org.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. 552p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** 2ª Edição. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2005. 296p.

FOWLER, P. J., (edited by), **World Heritage Cultural Landscapes 1992-2002**, World Heritage Paper No. 6, UNESCO, World Heritage Centre, Paris 2003.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA - INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica Período: 2015-2016.** SOS: São Paulo, 2017. Disponível em: <http://mapas.sosma.org.br/dados/>. Acesso em: 19 jan., 2017.

GARLIPP, R.; FOELKEL, C. **O papel das florestas plantadas para atendimento das demandas futuras da sociedade.** Paper da Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS) apresentado no XIII Congresso Florestal Mundial/FAO. Buenos Aires, Argentina. Out/2009.

GARNOTEL, François, LAIDET, Myriam. Analyse des politiques existantes, des plans de gestion et du réseau des porteurs de projet des vignobles européens du patrimoine mondial de l'UNESCO. **Contribution du Val de Loire 1er séminaire technique Ile de Pico.** Du 26 au 28 avril 2010.

GUARIGUATA, M. R.; OSTERTAG, R. Neotropical secondary forest succession: changes in structural and functional characteristics. *Forest Ecology and Management*, 148: 185-206. 2001.

GÓMEZ-MENDOZA, Josefina. Del patrimonio paisaje a los paisajes patrimônio. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**, vol. 59/1, p.p. 5-20, 2013.

GREIS-MILLS, Jessica. **The category of the Associative Cultural Landscape as a means to preserve Intangible Heritage.** Master thesis World Heritage Studies. Brandenburg University of Technology. 2007.

HEIMANN, Jaqueline de Paula; PIRES, Paulo de Tarso de Lara; POSONSKI, Marcelo. Novos desafios da certificação ambiental na América Latina. **Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito**

Ambiental e Políticas Públicas, Macapá, v. 1, n. 7, p.115-127, nov. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/planeta/issue/view/98>>. Acesso em: 13 dez. 2015.

HOSKINS, W.G. **The Making of the English Landscape**. London: Penguin, 1985.

HOUAISS, Antônio. **Novo Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**: Brasil, grandes regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, IBGE, 2009.

_____. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. (Santa Catarina). Rio de Janeiro, v.32, 1959.

_____. **Produção agrícola municipal 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/1VFH>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2015.

INGOLD, T. **The perception of the environment: essays in livelihood, dwelling and skill**. London: Routledge, Taylor & Francis Group, 2000. p. 13-26.

_____. A evolução da sociedade. In: FABIAN, A. C. (Org.). **Evolução: sociedade, ciência e universo**. Bauru: Edusc, 2003. p. 107-131.

_____. **Being Alive: essays on movement, knowledge and description**. Londres: Routledge, 2011.

IPHAN. **Coletânea de leis sobre a preservação do patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

_____. **Estudos de tombamento**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, 1995. IPHAN.

_____. **DEPAM. Paisagem Cultural.** Brasília: 2009.

_____. **Portaria nº 27, de 30 de abril de 2009.** Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 maio. 2009. p. 17.

_____. **Sistema Nacional do Patrimônio Cultural:** Desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. In I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL. Brasília: 2009.

_____. **Reflexões sobre a chancela da paisagem cultural brasileira.** Coordenação de Paisagem Cultural. Brasília: IPHAN, 2011.

_____. **Roteiros Nacionais de Imigração - Santa Catarina:** Preservação do Patrimônio Cultural. - Florianópolis, SC: IPHAN / 11ª Superintendência Regional, 2008.

JACKSON, J.B. **Discovering the Vernacular Landscape.** New Haven: Yale University Press, 1984.

_____. **Maps of Meaning: An Introduction to Cultural Geography.** London: Unwin Hyman, 1989.

_____. **Landscape in sight: Looking at America.** Nova York: Yale University Press, 1997.

JOHANNESSEN, Carl. **The Savannas of Interior Honduras.** Berkeley: University of California Press, IberoAmericana no .46, 1963.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Notas sobre a Carta de Veneza.** Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.18. n.2. p. 287-320. jul.- dez. 2010.

LUCA, Fernando Vieira de. **“Botar a roça”: agricultura de corte e queima e manejo de bracatingais em Biguaçu/SC.** 2011. 76 f. TCC (Graduação) - Curso de Agronomia, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

_____. **Produção de carvão vegetal e agricultura de corte e queima como estratégias de meios de vida rurais sustentáveis em Biguaçu/sc.** 2014. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de

Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

LUCA, Fernando Vieira de; KUBO, Rumi Regina. Meios de vida rurais sustentáveis em um contexto de agricultura de pouso associada à produção de carvão vegetal em comunidades rurais de Biguaçu/SC. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [s.l.], v. 35, p.367-383, 24 dez. 2015. Universidade Federal do Paraná. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v35i0.39868>.

MADERUELO, Javier. **El paisaje, génesis de un concepto**, Madrid: Abada editores, 2006, 344 p.

MARTINS, P. S. Dinâmica evolutiva em rocas de caboclos amazônicos. **Estudos Avançados**, 19 (53), 2005.

MARX, Karl, (1867). **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I. (Coleção Os Economistas) São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MATHEWSON, K. & SEEMANN, J.. The Berkeley School's cultural-historical Geography: a precursor to Environmental History's emergence. **Rev. VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 24, nº 39: p.71-85, jan/jun 2008

MATLESS, D. One man's England: W.G. Hoskins and the English culture of landscape, **Rural History** 4(2): 187–207, 1993.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

MEDEIROS, R; ARAÚJO, F. F. S. Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações do presente e perspectivas para o futuro. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MEINIG, D. Reading the landscape: an appreciation of W.G. Hoskins and J.B. Jackson In Meinig, D. **The Interpretation of Ordinary Landscapes**, Oxford: Oxford University Press, 1979.

MENDRAS, Henri. La fin des paysans, 2. ed. Paris, Actes Sud, 1984.
Rambaud, Placide. “L’apport des travailleurs de la terra à la société industrielle”. **Sociologia Ruralis**, 22, 2:108-121, 1982.

MENICUCCI, Rosina C. N. **The origins of the preservation movement in the Spanish Antilles**. Thesis, University of Pennsylvania, 2000. Disponível em <https://archive.org/details/originsofpreserv00meni>. Acesso em: 16 ago.2016.

MERLEAU-PONTY, M. **The Essential Writings of Merleau-Ponty**. New York: Harcourt, Brace and World, 1969.

MERTZ, O., C. PADOCH, J. FOX, R. A. CRAMB, S. J. LEISZ, N. T. LAM, and T. D. Vien. 2009. **Swidden change in Southeast Asia: Understanding causes and consequences**. *Hum. Ecol.* 37(3):259–264.

MITCHELL, N.; BUGGEY, S. 2000. **Protected landscapes and cultural landscapes: taking advantage of diverse approaches**. *The George Wright Forum*, Vol. 17, No. 1, pp. 35–46.

MMA (Ministério do Meio Ambiente). 2008. Instrução Normativa nº 6, de 23 de setembro de 2008. **Lista oficial das espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, Df, 24 set. 2008. Seção 1. Pp. 75-83.

NAVARRO BELLO, Galit. Una aproximación al paisaje como patrimonio cultural, identidad y constructo mental de una sociedad. Apuntes para la búsqueda de invariantes que determinen la patrimonialidad de un paisaje, **Revista Electrónica DU & P Revista de Diseño Urbano y Paisaje**, vol. 1, nº 1, 2004.

NASH, R. **The Rights of Nature: a History of Environmental Ethics**. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1989.

NORTON, W. **Cultural Geography: Themes, Concepts, Analyses**, Oxford: Oxford University Press, 2000.

OLIVEIRA, R.R. **Ação antrópica e resultantes sobre a estrutura e composição da Mata Atlântica na Ilha Grande, RJ**. *Rodriguesia*, 53, 82:33-58, 2002.

PASQUIS, R.; BOUAMRAINE, M. Desflorestamento e impactos sobre a diversidade biológica: uma questão de escalas. In: THEODORO, S. H. (Org.). **Conflitos de uso sustentável dos recursos naturais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002, p.279 – 300.

PIAZZA, W. F. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

_____. **São Miguel: e o seu Patrimônio Histórico**. São Miguel: Prefeitura Municipal, 1970.

PIMENTA, Margareth de C. A. **A paisagem cultural: multiplicidade interpretativa e políticas de preservação**. Revista Ateliê Geográfico (UFG), v. 10, p. 97-114, 2016.

PIMENTA, Margareth de C. A.; PIMENTA, Luís Fugazzola. Paisagem e diversidade culturais como perspectiva de construção social. In: 1o Colóquio Ibero-Americano de Paisagem Cultural, 2010, Belo Horizonte. **Anais Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto**. Belo Horizonte: UFMG, 2010

PIMENTA, Margareth de C. A.; PIMENTA, Luís Fugazzola; BIELSCHOWSKY, B. B.; SERRAGLIO, J. P.. **Mestres Artífices em Santa Catarina**. 1. ed. Brasília: IPHAN/CEDIT, 2012. v. 1. 196p.

PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 13-54, 2006.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Editora da UFRGS: Porto Alegre – RS (Coleção Estudos Rurais). 372p., 2008.

PNUMA. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza: Síntese para Tomadores de Decisão**. Brasília: Pnuma, 2011. 52 p. Disponível em: <http://www.pnuma.org.br/admin/publicacoes/texto/1101-GREENECONOMY-synthesis_PT_online.pdf>. Acesso em: 25 maio 2014.

PORTELLI, Alessandro. **Forma e significado na história oral: a pesquisa como uma experiência de igualdade.** Projeto História. São Paulo: EDUC, n. 14, fev/1997a, p. 7-24.

_____. **O que faz a história oral diferente.** Projeto História. São Paulo: EDUC, n. 14, fev/1997b, p. 25-39.

REIS, A. **Manejo e conservação das florestas catarinenses.** Florianópolis: UFSC, 1993. 67p

REITZ, R. **Alto-Biguaçu: Narrativa Cultural Tetrarracial.** Florianópolis: Ed. Lunardelli; Ed. da UFSC, 1988.

RESENDE, R. U. **As Regras do Jogo: legislação florestal e desenvolvimento sustentável no Vale do Ribeira.** São Paulo: Annablume, 2000.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio.** Brasília, Iphan, 2007.

ROCHA-SANTOS, L. & TALORA, D.C. Recovery of Atlantic Rainforest areas altered by distinct land-use histories in Northeastern Brazil. **Tropical Conservation Science**, 05 (4): 475-494, 2012.

ROLIM, M. S.. Paisagem cultural: a circulação de ideias por trás da Carta de Veneza e das Normas de Quito. In: III Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto - Desafios e Perspectivas, 2014, Belo Horizonte. **III Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto - Desafios e Perspectivas (Anais)**. Belo Horizonte: IEDS, 2014. v. 1. p. 1-13.

RÖSSLER, Mechtild. **Linking nature and culture: World heritage cultural landscapes.** In: _____. Cultural landscapes: The challenges of conservation. Paris: UNESCO, 2002.

ROTEIROS NACIONAIS DE IMIGRAÇÃO SANTA CATARINA. **Dossiê de Tombamento.** Anexo III. Índices e Fichas: Norte, Nordeste e Sul do estado. 2007. Acervo do IPHAN-SC.

RUFINONI, M. R. **Preservação do patrimônio industrial na cidade de São Paulo: o bairro da Móoca**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. Entrevista. **Revista Teoria & Debate**, fev./abr. 1999.

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **Por Uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SCHAMA, Simon; FEIST, Hildegard. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 645 p., 1996.

SCHETZ, Dayanne. Política(s) de Nacionalização e Integralismo em Antônio Carlos: abasileiramento?. **Revista Santa Catarina em História** - Florianópolis - UFSC – Brasil ISSN 1984-3968, v.7, n.2, 2013.

SEYFERTH, Giralda. **A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-mirim: um estudo de desenvolvimento econômico**. Porto Alegre: Movimento, 1974

SHIGUNOV NETO, A.; CAMPOS, L. M. S.; SHIGUNOV, T. **Fundamentos da gestão ambiental**. São Paulo: Ciência Moderna, 2009.

SILVA, Ana Tereza Reis da. A conservação da biodiversidade entre os saberes da tradição e a ciência. **Estud. av., São Paulo, v. 29, n. 83, p. 233-259, Apr. 2015.**

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000100233&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 26 May 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-4014201500010001>

SIMINSKI, A.; FANTINI, A.C. Classificação da Mata atlântica do litoral catarinense em estádios sucessionais: ajustando a lei ao ecossistema. **Floresta e Ambiente**, 11, 02: 20-25, 2004.

_____. Roca-de-toco: uso de recursos florestais e dinâmica da paisagem rural no litoral de Santa Catarina. **Ciência Rural**, 37, 03: 690-696, 2007.

SIMINSKI, A.; FANTINI, A.C.; GURIES, R.P.; RUSHEL, A.R.; REIS, M.S. **Secondary forest Sucession in the Mata Atlantica, Brazil: Floristic and Phytosociological Trends**. ISRN Ecology, 2011.

SOARES, I. **História do Município de Biguaçu**. Florianópolis: Assoc. de Amigos do Arquivo Público 1988.

STEENBOCK, W.; SIMINSKI, A.; FANTINI, A.C.; REIS, M.S. Ocorrência de bracatinga (*Mimosa scabrella* Benth.) em bracatingais manejados e em florestas secundárias na região do planalto catarinense. **Rev. Árvore**, 35, 4: 845-857, 2011.

TAYLOR, Ken. Reconciling aesthetic value and social value: Dilemmas of interpretation and application. **APT Bulletin**, v. 30, n. 1, p. 51-55, 1999.

ULLER-GÓMEZ, C.; DOROW, R.; ELIAS, L. P.; GARTNER, C. Abordagens educativas, extensão rural e agricultura familiar em Biguaçu-SC. **INTERthesis** (Florianópolis), v. 10, p. 287-321, 2013.

ULLER-GÓMEZ, C.; GARTNER, C. Um caminho para conhecer e transformar nossa comunidade. **Relatório final de pesquisa vinculada ao TOR 23/2006. Florianópolis: EPAGRI/MB2, 2008**. 111p. Disponível em: <<http://www.pergamum.udesc.br/dados-bu/000000/000000000015/000015CF.pdf>>. Acesso em: 10/07/2015

ULLER-GÓMEZ, C.; GARTNER, C.; PINHEIRO, S.L.G. **Pesquisa participativa e extensão rural como processos educativos**. Florianópolis: Epagri, 2014, 92p. (Epagri. Documentos, 246).

UNESCO. **Documento Conceptual. Reunión de Expertos sobre Paisajes Culturales en El Caribe: Estrategias de identificación y salvaguardia**. Santiago de Cuba, Nov. 2005, p. 7-10.

_____. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention**. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation, Intergovernmental Committee for the Protection of the World Cultural and Natural Heritage, Julho 2013.

Disponível em <http://whc.unesco.org/archive/opguide13-en.pdf>. Acessado em 30 de nov. de 2014.

_____. **Convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage**. World Heritage Committee, 17^a session (Paris, 17 de outubro à 21 de novembro de 1972).

_____. **Cultural Landscape**. World Heritage Center, 1992. Disponível em <http://whc.unesco.org/en/culturallandscape/>. Acessado em 31 de nov. de 2014.

_____. **Convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage**. World Heritage Committee, Sixteenth session (Santa Fe, United States of America, 7-14 Dec. 1992). Disponível em [http://whc.unesco.org/ar chi ve/rep com92.htm](http://whc.unesco.org/archi ve/rep com92.htm)

VICENTE, N. R. **O manejo tradicional de roça itinerante em florestas secundárias: um sistema que conserva a biodiversidade?**. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em recursos genéticos vegetais. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

VICENTE, N. R.; FANTINI, A. Transformações no sistema tradicional de roça itinerante na mata atlântica do litoral sul brasileiro. **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v.11, n.2, p.183-203, Jul./Dez. 2014.

VICENTE, N. R.; FANTINI, A. C.; BAUER, E ; CHUCH, C.; LUCA, F. V. . Populações florestais sob manejo tradicional em Biguaçu-SC: estudos preliminares. In: **II Seminário sobre Inventário Florestal**, 2011, Blumenau-SC. II Seminário sobre Inventário Florestal, 2011.

VIRGILE. Géorgiques. Tradução para o francês de Jacques Delille. Paris, L. G. Michaud, 1819, 64p.

WYLIE, J. **Landscape**. Nova York e Londres: Routledge, 2007.

WAGNER, P.L. & MIKESELL, M. **Readings in Cultural Geography**. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1962.

WANDERLEY, M. N. de B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ANAIS XX **Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS)**, GT 17 Processos sociais agrários, Caxambu-MG, 17p, 1996.

ZUCHIWSCHI, E.; FANTINI, A. C.; ALVES, A. C.; PERONI, N. Limitações ao uso de espécies florestais pode contribuir com a erosão do conhecimento ecológico tradicional e local de agricultores familiares. **Acta Botânica Brasílica (Impresso)**, v. 24, p. 270-282, 2010.

APÊNDICE

Apêndice A – Transcrições dos depoimentos

Entrevistada A – Representante institucional – FATMA

Nasci em 04/10/1975, atuo na FATMA faz 3 anos, entrei em julho de 2012 na gerência de licenciamento agrícola e florestal – GELAF

Gostaria que você contasse sobre a sua experiência com os agricultores e agricultoras de Três Riachos.

Eu conhecia aquelas pessoas quando em 2005 eu fiz um curso na EPAGRI sobre pesquisa participativa, posteriormente, no âmbito do projeto microbacias abriu um edital do projeto microbacias para pesquisa participativa. Uma contratação. O tema, o objeto da pesquisa era entender porque os agricultores de 3 municípios da Grande Florianópolis, Biguaçu, Palhoça e Antônio Carlos, não participavam daquilo que a extensão rural propunha, ou seja, daquilo que a extensão queria que eles fizessem. Como uma amiga minha, Carolina, que mora em Biguaçu, e eu conheci ela no mestrado que fizéssemos juntas em agrossistemas. O pessoal da EPAGRI que coordenava esse projeto de pesquisa participativa junto do MBII sabia que a gente tinha feito o curso de pesquisa participativa e nos alertaram para o edital para pesquisa participativa na Grande Florianópolis. Nós nos candidatamos ao edital e conseguimos. Então foi uma pesquisa que realizamos de 2006 (mais ou menos depois de setembro, que me lembro que terminei minha tese em setembro) até final de 2007 (entregamos o relatório em janeiro de 2008). Assim, realizamos a pesquisa e vimos, utilizando a proposta de Paulo Freire de investigação temática e o que a gente entendeu, que eles não participavam porque a extensão não trabalhava os temas daquele povo. Eles não tinham interesse naquilo que a extensão queria que eles fizessem. Os grandes temas não eram trabalhados. Então a gente apresentou os temas para a EPAGRI e com sugestão de como trabalhar os temas, mas a EPAGRI tinha uma cara de desinteresse pelo trabalho, mas também, a gente entende e hoje eu entendo mais que eles estavam amarrados, eles não podiam fazer nada. Na época o extensionista local, que não é o mesmo de hoje disse “o carvão é um problema que a gente faz que não vê”, porque o carvão não foi um tema. Nós colocamos como temas floresta e área de preservação permanente e dentro do tema floresta estava carvão. E tinha outros temas, um era assistência técnica; segurança alimentar e o outro uso de agrotóxicos e conservação do solo. Então a EPAGRI não teve como trabalhar o assunto. Ou não quis ou não teve, ou não teve ou não quis, as duas coisas, também não se esforçou. Eu falo da EPAGRI local, EPAGRI escritório local. Porque a EPAGRI é uma estrutura muito rígida e eles estão subordinados a uma hierarquia muito rígida, então não pode, não pode. Então nós apresentamos os resultados a um professor da UFSC,

que tinha sido meu professor e também da Carolina e ele se entusiasmou, porque ele é professor da área florestal e tal e ele resolveu submeter um projeto ao CNPq. Depois de várias tentativas ele conseguiu. Quando ele conseguiu aprovar este projeto no CNPq, eu aprovei um projeto Pós-Doc na EPAGRI, em 2009. Então eu tinha meu projeto que era com pesquisa participativa na EPAGRI, com o coordenador que era o Sérgio Pinheiro, mas não era em Biguaçu, era no Estado todo, um programa institucional dentro da EPAGRI. E o Fantini então aprovou esse projeto que ele chamou de Nosso Carvão. E eu trabalhei muito no projeto do Fantini, até porque o recurso de contrapartida da EPAGRI não vinha para o meu projeto, não vinha, não vinha, então eu acabei trabalhando muito no projeto coordenado pelo Fantini. Todas as reuniões (com os agricultores) no começo eu é que ia convidar, porque eles me conheciam do trabalho anterior. Então assim, nós íamos com o agricultor D e com a agricultora C, as vezes o agricultor D e o seu Agricultor I, que é outro líder, mais da igreja, ele não faz carvão, aí eles nos levavam na casa dos outros e diziam “elas não são do IBAMA, elas não são da FATMA, elas não são da polícia”, assim, era uma identificação do que não sou, porque eles tinham muito medo. Então foi assim que começou o trabalho. Então eu tinha bolsa na EPAGRI e um primeiro trabalho de conclusão de curso dentro do projeto Nosso Carvão foi o da Marina, que foi sobre comércio do carvão, comercialização do carvão, e eu que orientei a Marina, assim extraoficialmente, eu coorientei, mas na verdade eu que orientei. Ela era orientada do Fantini. Neste primeiro trabalho da Marina, em 2010, nós começamos uma aproximação com o Centro de Socioeconomia da EPAGRI – CEPA, para buscar com eles que tinham mais ferramentas e referencial teórico para entender a comercialização. E começamos um trabalho bem bonito de aproximação do projeto da UFSC com a EPAGRI. Quando chegou em setembro o rapaz da EPAGRI, ele era gerente do CEPA na época, ele disse “olha, surgiu um edital do CNPq, porque tu e o Fantini não propõem um projeto”, na época eu estava com a bolsa do pós-doc, era o edital “repensa”, neste período. Então pensei, só eu e o Fantini não, vamos juntar, porque o sonho era, porque era gerente de pesquisa dentro da EPAGRI e ele levou o projeto do professor da UFSC várias vezes para o diretor de pesquisa, para o outro gerente e todos diziam “não”, “Carvão não”, “Não pode, não pode”. Então quando ele (representante da EPAGRI) pode fazer alguma coisa, então ele abriu as portas. Então ele como gerente, quer dizer, na época não chamavam de gerente, chamavam de chefe, no outro ano que mudou para gerente, abriu as portas para colocar um projeto de pesquisa dentro da EPAGRI sobre o carvão. Na primeira reunião foram eu, o professor da UFSC, o representante da EPAGRI, o Márcio Melo e o o diretor de planejamento, que sugeriu o Tássio como coordenador, depois o Tássio chamou a professora Marta, chamou a professor de Curitiba que é a Graciela, o Fantini chamou Simiski, depois chamaram o Walter e assim foi crescendo. Então no início foi com 5 instituições, a UFPR, UDESC, UFSC, EPAGRI como coordenadora e o ICMBio, onde o Walter trabalha. Isso em 2010. Então nós aprovamos o projeto da rede para estudar a produção de carvão na agricultura familiar no sul do

Brasil em Três estudos de caso e Biguaçu seria um deles. Então o trabalho da Marina foi de comercialização, onde eu mais trabalhei, foi ampliado para Bituruna no Paraná e Santa Rosa de Lima e em Biguaçu ela repetiu algum e aprofundou mais. Isso em 2010. Em 2011 o que nós estávamos vendo, neste ano os agricultores conseguiram a regularização fundiária e ambiental da produção de carvão. Eles ganharam a primeira licença, que não é licença porque é um porte pequeno, então é certidão de conformidade ambiental para produção de carvão, isso fornecido pela FAMABI. Então o que era importante em primeiro momento, realizar a regularização fundiária, porque eles tinham a terra, eles são os donos das suas terras, mas alguns tinham a terra no nome do pai, outros não estavam regularizados no cartório, eu não sei explicar com detalhes, mas alguns tiveram que contratar topógrafos, enfim. Como o representante da EPAGRI estava ocupando este cargo ele fez uma carta, pediu para o Secretário de Agricultura emprestar o topógrafo, que era o Max, que ele é funcionário público, mas ele iria com os equipamentos da Secretaria, mas fazer para os agricultores de graça. Não sei qual a encrenca que deu que o Secretário de Agricultura mandou o Max de volta para EPAGRI, porque eles tem essa coisa de emprestar gente, então o Max disse “agora eu posso fazer, mas aqui no CIRAM eu não tenho os equipamentos”, “faço de graça mas não tenho os equipamentos”, mas ele tem uma empresa de topografia que ele trabalha pela manhã, aí o projeto, uma parte do projeto que era inicialmente do Fantini, outra parte do projeto coordenado pelo Tássio e a Rede, porque os dois andaram juntos em um momento, pagou pelos equipamentos, aqueles equipamentos de precisão para fazer topografia. Então em 2011 estava regularizada a terra e com licença para produção de carvão em 10 propriedades. Porque tem muito mais gente para realização de carvão mais alguns desconfiam muito, o que é normal porque eles sempre foram muito perseguidos pela polícia.

Eu conversava muito com esse rapaz da EPAGRI e nós pensávamos, bom, vai acabar os projetos, a Rede começou mesmo em janeiro de 2011, aprovado em outubro de 2010 e começou em fevereiro de 2011. E assim, pensávamos, vai acabar a Rede, vai acabar o projeto Nosso Carvão, e os agricultores vão continuar na mesma. Porque eles terem a licença é ótimo, funciona lá dentro da casa deles, mas eles não podem vender, eles têm que estarem apropriados para vender, adequados para vender. Então bolamos outro projeto chamado de Valor da Roça. Esse foi com meu nome no CNPq, porque eu ainda era bolsista e como bolsista pós-doc nós podemos aprovar. Era um projeto pequeno, de 20 mil reais, o da Rede era bem grande, o do Fantini era menor, mas era bem maior que o meu. E o objetivo deste projeto era desenvolver estratégias para agregar valor a roça de toco, porque no primeiro trabalho, lá no início nós já sabíamos da roça de toco, mas o que foi ficando cada vez mais claro era que o legal deles era a roça de toco, mais do que o carvão, mais do que o aipim.

Mas vocês identificaram em primeiro momento o carvão, certo? Tudo foi caminhando pelo carvão até chegarem na Roça de Toco?

Não. Se tu olhar no primeiro trabalho já tem lá as maneiras tradicionais de uso da terra que é a roça de toco. Então o que eles faziam, como eles não podiam fazer a roça de toco, porque eles tinham que derrubar o mato, então eles pegavam e derrubavam o mato de qualquer forma e colocavam eucalipto. Então estavam transformando de nativas para eucalipto. Então no projeto do Fantini ele tinha previsto 4 maneiras para produzir lenha para fazer o carvão, mais um forno novo para ser mais ergonômico. Então as técnicas previstas eram enriquecimento do manejo florestal, a outra era plantar exóticas, a outra era SAFIS e a outra eu esqueci, não me lembro, mas eu sei que em 2011 nós submetemos, em maio de 2012 nós começamos com a ideia de valorizar os produtos da roça de toco, e não só o carvão. Então nós fizemos oficinas com eles para identificar, quais os produtos que eles tinham, quais as características e quais eram as qualidades, aí eles disseram “Nossa farinha é assim, é fresquinha, é branquinha, é feita com carinho, é artesanal, é feita toda semana, é vendida quentinha”, enfim, eram várias as coisas que eles falavam, “O carvão é assim, é peneirado, não tem farelo”, eles chamam de outro nome, é cinzas, acho, aquelas sujeiras que ficam no fundo, porque eles pegam com a mão. Então nós perguntamos, o que tem isso em comum com aquilo? O que vocês possuem em comum? E foi a agricultora C que disse “tem sim, a roça de toco. Todos vêm da roça de toco”. Nessa época eu tinha bolsa na EPAGRI, porque eu entrei aqui em 2012, e o projeto começou em maio de 2012, um pouco antes de eu entrar aqui, esse valor da roça. Então eu tinha recursos de custeio que eu recebia da CAPES para comprar livros. Eram 1000 reais por mês. Então com esse recurso nós fizemos uma bolsa extra-oficial para um guri do designer, que foi 3 meses de 400 reais, que era a bolsa do CNPq, mais ou menos. Então o compromisso era que ele tinha que ir lá, fazer com eles (os/as agricultores/as) as embalagens. E ele foi algumas vezes lá, escutou, participou das oficinas, ele sugeriu um primeiro layout, aí foi e voltou e deu certo, lançaram as embalagens, que são estas que estão aí. Isso foi em 2012, daí tá “E como é que vamos fazer as embalagens”, isso o representante da EPAGRI tinha muito claro, isso eu não tinha muito claro. Que era um grupo grande o Valor da Roça, mas quem tocou mais era eu e o representante da EPAGRI, a gente ia mais junto, o Fantini já tinha o projeto em Maçaramduba, estava mais envolvido, o Tássio em Lages. Então, assim, quem ia mais era sempre eu e ele. Tinha sim os bolsistas da Rede, porque nosso projetinho pequeno, era de 20 mil, então não tinha bolsista, então eram os bolsistas da Rede que participavam. Então, a gente começou assim, a parte de elaboração das embalagens o Designer estava no mestrado. Então estava começando e nós dizemos “Vamos fazer”. Um dia a agricultora C ligou lá em casa e disse “quando é que nós vamos fazer as embalagens? ”, ela ligou no celular, porque nós temos o celular uma da outra. Só que o Lucas (bolsista de Designer) já tinha ido, só que tinha que por na prática, tinha que terminar, então começamos a negociar a história de “vamos comprar quantos?”, “Como vamos fazer o primeiro lote?”, “Temos que fazer o clichê? ” (que é aquele negócio da gráfica, que tem de plástico, tem de um jeito, não sei o que) e tudo isso foi sendo construído com eles. “Vamos pedir para o prefeito”, aí o prefeito disse

que ia dar. O primeiro lote de embalagens ele ia dar, junto com os clichês. Mas depois ele deu para trás e disse que não ia mais dar. Então, disse “e agora, vamos fazer o que”, o representante da EPAGRI neste momento já tinha voltado do mestrado e nós já estávamos em um processo de planejamento com eles, planejamento bem certinho, primeiros nós trabalhamos as características da roça de toco e seus produtos, depois com base nisso nós iríamos planejar o que iríamos fazer com estas características, daí chegamos nas embalagens. E pensamos “Então vamos desistir agora que o prefeito não vai dar? ”, e dissemos, “não, não vamos desistir”. Neste período a Rede ainda estava atuante, e tinha recurso na Rede, então fizemos uma justificativa para a FAPESC para fazer um remanejamento de recursos de 18 mil que tinha para fazer o primeiro lote de embalagens, com a justificativa que seria a primeira vez que um grupo de agricultores de carvão estava saindo da clandestinidade, iria por em embalagens regularizadas e seria possível ver essa transição, do clandestino para o regular, para o mercado formal. Ver como é que eles iriam melhorar, ou se não iriam melhorar. Ai a FAPESC aceitou e nós fizemos então a Rede, o valor da Roça e esse novo projeto da Rede, tudo misturado. Nós conseguimos então em agosto de 2013 chegaram os primeiros lotes de embalagens que eles compraram. Eles ganharam, mas cada um precisou por 500 reais para completar, porque era 23 mil, uma coisa assim. O que eu queria dizer que o representante da EPAGRI tinha mais clareza era que ele dizia assim “Esse grupo não vai conseguir fazer a gestão das embalagens sozinhos, sem uma coisa formal”, porque eles não eram, no planejamento que nós estávamos fazendo, porque nós se reuníamos a cada 15 dias, nas sextas a noite, então eles se denominaram o grupo de agricultores da roça de toco de Biguaçu. Aí foi, eles fizeram com o prefeito a reunião, já dentro do planejamento “O que vamos fazer? Vamos resolver”, com o prefeito não deu, como vamos fazer, remanejamos o recurso, a FAPESC aceitou e aí o representante da EPAGRI dizia “Não pode ser informal, as regras têm que ser claras”, aí isso foi conversado com eles e alguns resistiam em fazer a associação, o professor da UFSC era um que resistia, no começo a fazer a associação. Ai o representante da EPAGRI dizia “eu não posso continuar trabalhando com eles assim, porque eu também sou funcionário público”, ele explicava. E os agricultores tinham assim um medo, um medo, então a gente explicou, muito bem explicado, foram várias reuniões e perguntávamos porque o medo da associação e tinha o agricultor I que é uma pessoa mais de idade. Então a gente foi um dia pela manhã na casa dele para explicar o que era uma associação, porque as vezes eles têm vergonha de perguntar, então explicamos que a associação não iria tirar a autonomia de cada um na sua casa, mas que era necessário porque eles teriam que fazer a gestão, pois aquela marca não era dele só, de um ou do outro, mas era de todos, porque a roça de toco é uma coisa de todos. Embora seja feito na casa dele ou na casa de outro é uma coisa coletiva, a embalagem é coletiva, então a gestão tem que ser coletiva e tem que ter regras claras porque senão daqui a pouco o agricultor A pode emprestar a sua embalagem para o vizinho que não está legalizado e aí acabou tudo, porque na hora em que um deles pisar fora da linha todos vão se comprometer, então isso

tinha que ter regras bem claras. Aí eles aceitaram, chegou um dia que a agricultora C chegou e disse assim “quem quer fazer a associação, vamos fazer. Porque eles dois (representante da FATMA e da EPAGRI), vem lá do centro (Florianópolis), e se nós aqui não se mexer então melhor acabar com tudo aqui porque é uma palhaçada”. Daí então eles falaram “Então vamos fazer”. Então eles decidiram fazer a associação e se passou a se construir o Estatuto da Associação. Tinha um modelo, mas foi discutido linha por linha, parágrafo por parágrafo e eles construíram regras deles, por exemplo, a regra de entrar na associação só depois de seis meses de pedágio, que foi a agricultora C que inventou isso. Eu mesmo disse “isso ai é demais né, seis meses”.

O que seria esse pedágio?

Quem quer entrar na associação, um interessado, tem um vizinho lá que faz carvão e está interessado, então ele tem que vir seis meses de reunião, ele vê se gostou da forma como a gente trabalha e aí pode entrar. Não é vai entrar hoje, porque tem que pagar 500 reais, porque foi o que cada um pagou, e com isso eles fazem uma caixinha, se tem festa se tem alguma coisinha eles têm lá o fundo deles e também eles pagam 25 reais por mês, para ter essa caixinha. A pouco tempo eles fizeram uma festa porque foi o Secretário da agricultura foi lá então eles não precisam ficar arrecadando dinheiro em cima da hora.

Então esse novo associado teria direito a este selo?

É, assim, ele tem direito ao selo se: ele for agricultor familiar, se ele tiver a propriedade regularizada ambientalmente. Então eles olham os documentos e tem uma fichinha que eles veem se eles possuem os documentos e eles fazem vistoria nas propriedades, de quem vai ser novo associado e de quem já está associado. Eles fazem uma vistoria por ano que eles chamam de auto-certificação, cocertificação, que esse grupo de agricultores verifica se os seus próprios membros estão de acordo com aquilo que eles mesmos estabeleceram. E a principal coisa que eles olham quando eles vão é se a roça está nascendo de novo, se o mato está nascendo de novo. Esse é o compromisso deles, porque eles possuem autorização para agricultura para corte e queima então o compromisso deles é deixar o mato nascer de novo, eles usam um ou dois anos e aí o mato tem que regenerar. Então o que eu quero dizer com isso é que a associação ela é resultado da necessidade de se fazer a gestão coletivas das embalagens, não foi feita primeiro a associação e depois as embalagens, foi feito primeiro as embalagens. Foi um problema atrás do outro, tem que ser bem certinho, bem formalizado para que não se diga “ah, não”, aqui o senhor assinou, está escrito, o senhor concordou, que é assim. A ideia de que outra pessoa não possa se apropriar das embalagens deles, porque eles são ingênuos as vezes “ah, meu vizinho, da ai uma embalagem”, não pode. Eles sabem que se eles pisarem fora do trilho eles mesmos vão se policiar, essa é a ideia. Esse é o compromisso que eles dizem que fazem.

Então, o selo, cada um vende individualmente, porque a associação não tem fins econômicos. Ela não pode comercializar. Então cada um vende com a sua nota

de produtor. Isso foi outro trabalho que foi feito durante o planejamento com eles, “como vender? Precisa ter a nota do produtor”. A nota de produtor tem que prever os produtos que eles vendem, por exemplo, carvão nem todos tinham na sua nota, no seu cadastro lá na exatoria da prefeitura que vendia carvão, aí não colocava porque é clandestino. Então veio uma moça da prefeitura explicar como é que eles tinham que fazer, foi bem bacana, uma moça bem atenciosa. Ela passou uma noite lá explicando como é que devia ser, então eles tiveram que ir à prefeitura se regularizar quanto a questão fiscal também da produção, porque aí o município também recolhe impostos sobre aquilo. Então foi a regularização ambiental, fundiária e fiscal que teve que acontecer. E como resultado disso para fazer a gestão disso tudo é que foi feita a associação. Não foi antes, foi resultado disso. Isso foi em 2013. Agora eles completaram 2 anos de associação e fizeram uma eleição agora na reunião passada e uma pessoa da diretoria, que era tesoureiro decidiu sair da diretoria e entrou outro. Então isso é o que eles estão demandando agora. É um aprendizado e agora eles estão indo sozinhos. Até 2013 nós íamos toda vida, de 15 em 15 dias. Quer dizer, até ele terminar em 2014 foi de 15 em 15 dias. No processo de planejamento que foi de abril a junho nós íamos de 15 em 15 dias. Depois nós fizemos um novo levantamento de temas em novembro de 2013, mas aí para a associação, quais as coisas que eles precisam aprender agora para seguir em frente. Eram dois, um era aprender as vendas coletivas e o outro era aprender a fazer a gestão coletiva. Ai nós dizemos para eles “você concordam com isso?” porque nós lá como técnicos, estávamos enxergando esses dois temas que eles tinham que destrinchar e aprender esse novo conhecimento para ir em frente. Fazer a gestão. Dizíamos, “Temos um ano de projeto, neste um ano teremos que ir aprendendo e exercitando para quando acabar o projeto vocês sigam sozinhos”. Porque a ideia era criar autonomia e não que sempre tenha que ter um técnico lá, como vou dizer, assim, dando suporte. Para que eles possam criar autonomia até para chamar um técnico. Como a agricultora C, quando teve lá uma reunião durante o tempo de planejamento, eles queriam saber o que era uma associação, o que era uma cooperativa, então demos o telefone para ela e disse “Liga lá para o gerente da EPAGRI”. Então a agricultora C ligou para o Gerente da EPAGRI dizendo “Nós queremos saber uma palestra sobre cooperativa”. Aí foi um rebuliço isso, porque como é que um agricultor liga para o gerente da EPAGRI, não é comum. Então com isso eles vão se acostumando assim a ter essa liderança de não precisar do técnico para fazer tudo, ou até mesmo chegar no técnico para dizer “Nós precisamos saber disso”, “Queremos aprender aquilo”. Então começou depois da associação formada e que já estava legalizado, começou a participar um extensionista da EPAGRI, que acho que foi em 2013. Sei que já estava a associação formada. Ele começou a participar para auxiliar nas vendas coletivas, no negócio da merenda escolar (PNAE). O que eu estava dizendo assim, é que chegou no período de eleição (da associação) “E aí, fizeram?”, “Não”, “Como não? Vocês tem que fazer.” Mas assim, claro, eles não estão no dia a dia em cima dos papéis. Não é comum para eles fazerem o

planejamento, nem da propriedade, muito menos de uma associação. Então isso tudo é novo, então tem que lembrar, pelo menos.

Pela sua experiência com eles o que você pode me dizer dos pais ou dos avós destes agricultores? Dos antepassados deles.

O que eu sei é que, por exemplo, tinha muito engenho de farinha ali, segundo eles tinham uns 40 engenhos de farinha e hoje tem 4 ou 5. Então se fazia agricultura de corte e queima e teve uma época que teve uma superpopulação, isso tu vais encontrar na dissertação da Eliane, daí aconteceu uma superexploração. Pouco tempo de pousio e aí ficava tudo capim melado, não tinha mais lenha, isso lá em 2006 a mãe do presidente da associação já disse para mim “A minha mãe me disse, coitada de ti que vai morar lá embaixo, porque não tem nem lenha para fazer um feijão”. Então eles tinham que buscar lenha bem longe para poder cozinhar a comida. Então aí eles começaram a plantar, para regenerar a floresta para que eles tivessem lenha. E isso ou é uma mentira coletiva bem-feita, ou é verdade, porque todos contam a mesma história. A mãe do agricultor A conta das mudas que eles plantavam. Plantavam de muda e também de semente, por exemplo o Ingá. O espinheiro também plantavam, mas não deu muito certo devido os espinhos. E depois a bracatinga. E a bracatinga veio da serra.

Você sabe como eles conseguiram essas mudas?

Eles dizem que tiravam do banhando e levavam para lá. De ingá eles chupavam o ingá e plantavam. A Bracatinga vinha na igreja em uma caixinha de fósforos. Mas não sei quem é que trouxe. Não sei se eles vão saber dizer também.

Eles faziam carvão também nesta época?

Não. Que eu saiba não. Tinha até alguns que faziam que eles falavam que é um carvão em um buraco no chão, tipo um balão, não me lembro como eles chamavam, mas não era assim. Isso é algo que para mim não está muito claro, como é que começou a produção de carvão. A Eliane descobriu que era por causa da Porto Belo, que começou a demandar carvão. Porto Belo Cerâmica de Tijucas. Mas ninguém sabia dizer como. Talvez tivesse que conversar com alguém da Porto Belo.

O que você pode me dizer das técnicas e dos saberes que estão envolvidas no processo da roça de toco?

O que chama atenção é que principalmente os mais velhos sabem muito de floresta. Tu não pode deixar de conhecer o agricultor I. Ele sabe muito de mato. E eles tem assim um conhecimento empírico de dizer “Esta terra está boa”, porque tem o tempo, tem a exposição solar, é para o Norte, é para o Sul, tem as características que eu não sei avaliar mas que eles sabem. Ai que entra o problema, porque isso passa dos 10 anos de pousio. Eles sempre querem fazer roça com mais de 10 anos de pousio. Os agricultores sabem que 10 anos de

pousio é pouco tempo, porque a terra não está recuperada, a floresta não está boa, tem que deixar mais tempo a floresta se regenerar.

Esse “não está boa” é não está boa para que?

Não está boa para plantar. E quando eles dizem “Estão em ponto de lenha”, que aí já não podem mais cortar, que já atingiu o estágio médio. Mas a lenha não está boa e a terra não está boa. Isso é um problema porque a legislação não respeita os critérios dos saberes dos agricultores de saber quando a terra está boa. Tem que parar o pousio com 10 anos. Isso é uma aberração. Um pecado. Porque a legislação prevê o pousio de 10 anos, então eles tem que se adequar a legislação para poder fazer a agricultura de pousio, mas o correto ecologicamente seria permitir mais tempo, mas eles não podem fazer nada, eles precisam cortar antes para não serem ilegais. Isso que é bacana assim, em 2013 quando eles fizeram a associação eles vieram aqui na FATMA, na FAPESC, na FAMABI, na Secretaria de Agricultura para agradecer as entidades que participaram de alguma forma, e foi uma estratégia na verdade, ai entregaram uma carta ao presidente da FATMA, que era o Jean Oleiro e para a minha surpresa, que depois que ele deixou de ser presidente da FATMA, ele virou deputado e ele entrou com um pedido, um projeto de lei na assembleia para que a agricultura de roça de toco fosse considerada atividade de interesse social. E isso abre a possibilidade para cortar em estágio médio. Então, a Assembleia não se sentiu competente para dar um parecer ai mandaram para STS, e a STS mandou para FATMA e na FATMA chegou em mim, para eu fazer o parecer, ai eu pedi ajuda para a Rede, fiz a maior parte mas pedi para eles darem uns pitacos, daí o Fantini ajudou, a professora de São Paulo (Cristina Adams) também, um doutorando também ajudou com dados, que é importante, pousio mais longo, etc. Isso é resultado da iniciativa deles, eles vieram, eles entraram com um saco de carvão embaixo dos braços para entregar ao presidente da FATMA. Isso foi inédito, porque antes quem entraria com um saco de carvão na porta da FATMA de lenha nativa. Então isso foi muito legal e teve resultado.

Agora eles são gente que aparece, antes eles eram gente que não existia. O pessoal da EPAGRI me dizia em 2006 “Com o MBII nos somos obrigados a trabalhar com aqueles que já não são agricultores”, mas não é verdade, isso aí não é agricultura? Porque tem uma coisa assim, se dizia que lá (Três Riachos) era uma cidade dormitório, porque? Se tu olhar acho que tinha aproximadamente 402 famílias. 402 famílias para aquele espaço é muito. Então claro, tem gente que mora lá e que não trabalha na agricultura, mas assim, tem muita gente que mora lá e que vive da agricultura. Então assim, claro que eles são agricultores. Tem também os que não são, mas se tu tirar os que não são, fica muito agricultor ainda, muito mais do que em outros municípios rurais. Então é errado dizer, porque assim alguns vão para lá para dormir, por isso o bairro dormitório, mas tem aqueles que vivem, moram e trabalham lá. Tem até gente, dois pelo menos que são da associação que as mulheres trabalham de empregada no centro, mas os maridos trabalham na roça.

Outra coisa que sempre escutamos “São só os velhos, são só os velhos”, na última reunião vieram 3 agricultores, onde 2 não tinham nem 30 anos. Eu não perguntei, mas fisicamente não aparentavam ter e que querem entrar e estão na fase do “pedágio”, nos seis meses do “pedágio”. Um deve ter por volta de quase 40, mas os outros não chegam a 30 anos.

Você acredita que todo este processo esteja fomentando um retorno?

Talvez eles já trabalhem lá. Acho que são jovens que gostam da agricultura. Não sei se retorno, ainda não sei. São doze famílias hoje associadas, vão entrar mais 3. Nós fizemos uma reunião, com os resultados do TCC do Fernando, porque ele identificou 4 sistemas de roça de toco lá, um de nativa; o outro de eucalipto, que não era roça de toco, mas eles misturam, eles tem o negócio do consórcio junto, plantam o aipim no meio do eucalipto; o outro é o sistema de roça de toco com bracinga, só que não deixar a bracinga crescer no primeiro ano, cortar tudo, deixar crescer só no segundo ano, quem fazia assim era o pai do agricultor A e quando a gente apresentou eles disseram “isso ai não existe, isso ai a gente não faz”, ai o seu Paulo Petry, o pai do agricultor A, disse para o Fernando “eu faço assim”, porque o Fernando tinha pego dele, mas como só ele fazia ele se sentiu envergonhado de falar auto e disse “eu faço assim, eles estão dizendo que não, mas eu faço”, ai a gente conversou e validamos, é um sistema que menos pessoas fazem, mas fazem.

Neste dia tinha 26 pessoas na reunião, 23 faziam roça de toco. Então, é bastante. Daquela comunidade, porque quase nunca vinha gente das Fazendas. Porque ali são São Mateus, Espanha, São Marcos e Canudos. Agricultor I vem de Fazendas, ele está em outra microbacia. E tem coisas assim interessantes, tem um agricultor que era muito tímido. Eu me lembro que o pai dele foi quem trouxe ele para a associação e ele dizia “Porque eu quero que meu filho participe”, porque geralmente o pai é muito autoritário e não quer. E eu me lembro que o representante da EPAGRI falou para ele “Aproveita que é um grupo de amigos que tu vai ter, tu não é casado e se um dia o teu pai venha a faltar tu tens esse grupo”. Um ano depois o pai dele faleceu. E ele continua vindo. Agora comprou uma Kombi, parece que tem mais clientes que carvão. E o que é bacana do carvão legalizado é que eles podem estocar, porque antes uma das coisas que eles valorizavam no atravessador era que eles buscavam o carvão imediatamente que eles tiravam do forno, porque não podia ficar estocado, se passasse a polícia era tudo apreendido. Então o bom atravessador era esse. Porque não estacavam pelo risco de ser pego. Então agora, a agricultora J foi uma que relatou assim “Agora a gente está guardando. Não quer pagar o que a gente quer deixa lá”. Porque no meu primeiro trabalho eu enxergava os atravessadores como uma coisa ruim. Com o trabalho da Marina nós vimos que não era assim, porque eles eram a maioria da mesma comunidade e eles valorizavam muito o atravessador falando “Eles se arriscam por mim. Ele me paga em dia. Se o IBAMA pegar, ele vai perder a carga mas ele vai me pagar.” Então eles não se sentiam na condição de explorados. E hoje participam da associação dois atravessadores, que também produzem. E o que é legal do

coletivo e a gente presta muita atenção, isso não é por acaso, porque o que a gente faz quando está coordenando a reunião é intencional, por exemplo, u dos agricultores vende para outro e a gente queria exercitar uma coisa que ainda não consegui de vender coletivamente por exemplo em uma churrascaria, para eles venderem coletivamente, cada um da um pouquinho e faz um monte para vender para um lugar que precisa bastante. No coletivo eles diziam “ah, mas eu não posso vender porque eu já vendo tudo para o fulano” e esse fulano estava ali, o atravessador. Só que ele vende para o fulano só que ensacado, com a etiqueta dele, esse é o combinado, ele vende ensacado. Daí a gente diz “Pois é Orivaldo, e se a gente combinar de vender todo mundo para tentar ganhar um preço melhor todo mundo. O que que tu acha?”, “Ah, não, pode, pode”, aí assim, como é que ele vai dizer que não. Aí o outro diz, na frente de todo mundo “Posso vender?”. Aí é legal porque não fica escondido. O outro não pode fazer pressão se ele tiver vontade, porque está na frente dos outros, então fica muito chato.

E outra coisa muito legal que aconteceu foi que a agricultora C e o agriculto D foram os que mais ganharam em preço, conseguiram deslanchar no preço. Eles aumentaram eu acho que em 240% a comercialização, o preço que eles vendiam, no carvão.

E isso depende de uma negociação individual?

Cada um vai arranjando seus lugares para vender. E o que que aconteceu, a gente fez um dia um exercício assim, quanto cada um está ganhando e cada um falou o que estava ganhando, para que eles vissem que era possível ganhar mais, porque a gente começava a ficar com pena, porque alguns vão, outros ficam lá naqueles seis reais que podiam ganhar dez. O carvão é bom, tem a embalagem é legalizado.

E varia assim de seis a dez?

Varia ainda. Tem locais onde a agricultora C consegue vender por 12.

Teve agricultor que disse “Não me interessa vender mais caro. Para mim está bom. O que eu quero é dormir em paz”. É isso que ele fala “Não tendo a polícia na minha cola me basta”. E a Agricultora J, a nora dela é que levava o carvão para vender e ele dizia que o fulano lá do mercado não queria pagar mais do que 7 reais ou 8, não sei. Aí quando ela ouviu que a agricultora C, vendia assim por mais na outra reunião ela veio “oh, meu fulaninho também está pagando tanto para mim. Eu disse, se ele não quiser pagar eu não vendo mais, porque eu sei que agora eu tenho valor”. Foi muito bacana isso porque ela viu como a amiga que ela podia também ganhar mais. Se a gente não tivesse feito essa discussão do preço, se cada um ficasse escondendo quanto estava ganhando ela não iria aprender que ela podia aumentar o preço. Então foi muito bacana. Primeiro ela disse “Agora eu estoco”, a agricultora J “Não preciso mais sair correndo para vender” e depois não “Agora eu quero o preço que vale. Não quero qualquer coisa”. E eles vão conseguindo. Elias é outro que estoca também. Ele vendia de

eucalipto e estava guardando o outro como se fosse uma reserva, uma poupancinha assim. Então na economia pequenininha deles isso faz diferença.

Como que ocorre a divulgação destes saberes?

Eles sempre falam que eles iam para a roça com o pai.

Porque agora, como você falou tem agricultores mais novos neste processo. Estas pessoas devem ter aprendido com alguém. Mas ao mesmo tempo, o Paulo realizava a roça de uma maneira, diferente dos demais.

Mas, por exemplo, o agricultor A aprendeu com o pai dele. Eu não sei lhe dizer muito, mas a agricultora C diz “Eu ia para a feira com o meu pai”, então tem o aprendizado da comercialização também. O aprendizado vem dos pais, só que mais do que isso eu não sei lhe dizer. Estes jovens que estão entrando agora, certamente vem dos pais também, mas é um lado legal de saber.

O que que a gente está fazendo agora um processo que, não sei se vou usar um bom termo, mas “artificial” de transferência entre eles, é que eles sempre precisavam de um agrônomo ou biólogo florestal para fazer um inventário das roças. Sempre tinha alguém do projeto. E o que estamos fazendo agora, um processo de capacitação dos agricultores para estimativa de estoque de lenha. Isso é o que está andando agora. O Alexandre Siminski foi lá, ele é professor em Curitiba, é umas das pessoas mais capacitadas na área de inventários, então ele foi lá e preparou com eles a capacitação de como montar as parcelas em campo, fazer o 90° lá no mato, coletar o diâmetro na altura do peito, medir a altura e fazer os cálculos. Para que? Para que eles possam fazer a sua estimativa de volume quando eles forem fazer as roças. E aí como é que é a ideia, que a gente, com recursos da rede pagou em 2014, um rapaz que é até doutor lá no Programa de recursos genéticos para fazer dez parcelas de roça, aí eles vão medir, nem todas vão dar a mesma parcela, mas a ideia é que os agricultores fossem lá na mesma parcela que o Alexandre Mariota deixou marcado no campo, medir as mesmas árvores, para fazerem os mesmos cálculos que o Alexandre fez e eles apresentarem na FAMABI, como forma de demonstrar “Nós sabemos medir as nossas árvores”. Só que por exemplo, o agricultor não vai fazer o dele, ele pode até acompanhar, só que quem vai fazer são outros dois ou três, eles vão fazer sempre no coletivo quem foi capacitado. Essa é a proposta e a ideia é que vire uma lei municipal. Assim, quem foi capacitado pode participar da construção de inventários. Um vai fazer na casa do outro e o outro vai fazer na casa dele. Em dupla, ele poderia ser o terceiro. Dois amigos mais ele, e aí esses dois assinam e entregam para o órgão ambiental para fazer a autorização de corte e aí a gente vai comparar, o que eles mediram, o que o engenheiro mediu e depois eles vão cortar e medir cortado, que é o mais preciso de tudo, depois que está abatido, medir. Então aí nós vamos fazer a comparação.

E o que eles estão achando desta proposta, visto que vai ser a primeira experiência destes agricultores com este processo?

Eles acham que fazer no campo é muito fácil, ir lá e medir, o negócio difícil é as contas né. Mas o Simiski fez uma planilha com as formulas de um jeito que é fácil, assim, não é tão fácil, para eles é difícil porque tem uns que nunca tinham pego numa calculadora. Então para eles o bicho é as contas. Ir para o mato e dizer “Essa é a árvore tal, essa é a outra”, isso eles sabem. Então, na última reunião nós pegamos no pé deles, porque a Gisele estava indo e o compromisso, como ela precisa dos dados para o doutorado, a ideia era ela ajudar no gps, aí eles se folgaram e ela acabou fazendo os cálculos para eles, daí eu disse, mas como assim, e eles “Não, mas nós que medimos”, daí eu disse “Tá, mas e as contas?”, “A conta nós não conseguimos”, “Vocês conseguem sim”, porque, daí eu disse “Se vocês não vão fazer a parte de vocês então não vou fazer a minha também”, porque aqui (FATMA) eu tenho dificuldade as vezes para trabalhar com isso. Então falei “Vocês têm que fazer a parte de vocês, senão não vou fazer a minha. Não é para a Gisele fazer. A Gisele vem aqui ajudar, não é para fazer para vocês.” Aí eles dizem “Ah, mas as contas são difíceis”, eu falei “Não precisa fazer todos os cálculos em um dia só. Vamos supor que a parcela é de 60 árvores. Faz um pouquinho num dia, um pouquinho no outro”. Porque é um saco para quem não está acostumado sentar e ficar fazendo cálculo. Mas não precisa ficar fazendo tudo em um dia só. Não tem problema se vocês não quiserem fazer, é sempre uma opção, outra opção é vocês pagarem um engenheiro para fazer. É uma opção continuar porque não tem mais gente para fazer os projetos. A Sofia não está mais na FAMABI, ela foi para outro setor da prefeitura. Então é a possibilidade de demonstrar para a FAMABI que vocês podem fazer, mas tem que ser vocês. Daí eles “Ah, mas ela não assinou”. Daí eu disse “Ah, mas então é uma fraude. Vocês têm que fazer direito. Tem que ser honestos.”

Tem um senhor que é engenheiro mecânico aposentado e se associou lá. Mas ele virou agricultor agora. E ele sabe mexer no excel.

Mas ele não era agricultor antes?

Talvez quando criança. Eu não sei informar. Eu não conhecia ele. Ele foi morar para lá depois. Então, na casa do agricultor I foi ele, mais o agricultor A. Ai o seu agricultor I sabe todas as árvores, o agricultor A também e ele fez as contas, daí fechou. Então eu disse “Olha o seu Éldio sabe fazer no computador. O agricultor A sabe as árvores. Eu estava dando só um exemplo para mostrar para eles, que eles poderiam se resolver entre eles. Se ele aceitar ele pode fazer no computador para vocês. Vocês podem pedir de repente para a filha da agricultora C fazer, mas é entre vocês e não com um técnico de fora. Vocês têm que se resolver aqui. Ai eles ficaram assim, porque eu fiquei brava com eles, porque como eu os conheço a muito tempo eu falei “Eu não vou falar de vocês pelas costas, eu vou dizer aqui na frente de vocês o que eu quero dizer.” Daí veio o seu Alberto e disse “Me deu uma tremedeira, porque eu não tinha entendido que ela não podia fazer.

Mas então está nisso assim, a dificuldades deles é as contas. Eu falei, vocês têm nosso telefone, não está conseguindo, liga, pede ajuda, mas não pode mandar a

Gisele fazer para vocês. Ela está para ajudar, ela pode levar os dados e usar como ela quiser, mas vocês é que tem que fazer, ela pode fazer para ela, mas o de vocês é vocês que tem que fazer. Porque senão não acaba nunca, vai ficar sempre dependendo dos outros.

Qual ou quanto as localizações das áreas das roças influenciam na produção ou em elementos econômicos, paisagísticos ou outros?

Penso que tem a ver com o deslocamento deles. O quanto é mais longe, tem mais lama. Mas não sei lhe dizer mais do que isso.

E como são realizadas as escolhas das áreas?

Eles utilizam vários conhecimentos empíricos, mas eu não sei precisar quais são.

Mas como ocorre o processo legal para a escolha das áreas? Como você narrou, as propriedades estão regularizadas ambientalmente. Você saberia me descrever este processo?

Tem a reserva legal, tem a app preservada. E sempre as roças ocorrem nas propriedades dos agricultores.

O que é a produção de carvão para estes agricultores e estas agricultoras?

É uma importante fonte de renda, mas eles não dizem “Vou fazer carvão”, eles dizem “Vou botar uma roça”. Então, na concepção deles o carvão é um produto da roça. Eles fazem a roça, eles não fazem carvão. Uma vez o agricultor D tinha dito isso e eu não tinha entendido até então, eles fazem a roça de um tamanho que eles precisam para cultivar, mas que a lenha também não vá apodrecer, porque assim eles dão conta de fazer o carvão durante o ano. Porque eles não são só produtores de carvão, eles são agricultores, eles têm que cuidar da banana, eles têm que fazer a capina no aipim e fazer o carvão. Então, se eles tirarem um negócio muito grande a lenha vai apodrecer na enleirada e se perder, então a roça também é limitada pela condição da mão de obra que eles têm. Isso é uma característica da agricultura familiar, pois eles determinam a produção em função do consumo e da quantidade de mão de obra. A área é em média de 1 hectare, mas em sua maioria menor que isso. Essa coisa que eles não são produtores de carvão o Andres falou bem claro sobre isso quando o forno que ele propôs não funcionou, devido eles terem que ficar abastecendo o forno do lado de fora e eles não tem tempo para isso, porque eles têm que trabalhar na roça. Então isso é uma prova que eles não são só produtores de carvão.

Esta é uma condição de todos e todas que estão na associação, certo?

Eu acredito que sim, porque tem alguns, por exemplo, o agricultor A faz a farinha, ele não faz carvão e o seu Nilton faz carvão, mas ele também planta arroz, então ele tem outra atividade também. Eles são mais diferentes dos outros, o agricultor A e o outro agricultor. Eles são o ponto fora da curva dentro dos associados.

Qual seria a diferença do modo de produção de carvão destes agricultores e agricultoras para outros produtores? Qual a diferença entre o carvão produzido em Três Riachos e o produzido em outros locais?

Dos agricultores que conhecemos, pelo menos esses eles deixam a roça crescer de novo. O mato crescer de novo. Isto é uma característica que se viu em outros lugares que fazem de mata nativa, mas não deixam o mato crescer de novo. Como eles estavam fazendo antes da associação. Porque, não é porque são ruins, é porque eles querem usar a terra de novo, então se eu deixo o mato crescer novamente, eu não posso usar a terra de novo. E o que que eu faço, eu pego e planto eucalipto, vou plantar pastagem. E isso é o que acontece em outros lugares. Então essa é uma característica do carvão produzido ali, fazem de mata nativa, mas deixam o mato vai nascer de novo. Porque, tem muito carvão, se tu olhar no mercado, tem carvão escrito acácia negra, e do ladinho está assim, licenças florestais diversas. Não sei como é que passa isso. Na frente tem acácia negra, deste tamanho. A gente tem coletado carvão no mercado e como a Marta falou em outro dia “É carvão de acácia negra, mas só não tinha acácia negra dentro. Tinha um monte de outra coisa”.

E acácia negra é o que é permitido pela lei ambiental, certo?

É exótica. É exótica do Rio Grande do Sul, porque ela é para produção de tanino. É um negócio que sai da casca para produção de couro e a madeira é subproduto. O que eles querem é a casca e o que sobra da madeira eles produzem carvão. E é uma madeira boa. Deve ser parente da bracatinga até. É leguminosa e tem fama de madeira boa, só que a maioria, não posso comprovar ainda, porque estamos fazendo o levantamento, mas o que tudo indica é que tem muita acácia negra aí que são acácia negra de espécies diversas.

Então seria um instrumento para burlar a legislação?

Isso. Para burlar a lei.

E outra característica mais do que do processo de produção, mas do processo de comercialização é que o selo deles contém autorização de corte, certidão de conformidade ambiental, nome do produtor. Tu pode voltar lá e saber onde que ele cortou aquela lenha. Os outros carvões se perdem, porque, por exemplo, tem o boi da brasa, tem o bom de brasa, mas tu não consegue voltar na roça daquele carvão, porque está tudo embalado, mas tu não sabe de onde vem.

Porque você sempre fala mato?

Porque é o jeito deles, eu acho. Bom, eu também nasci falando mato. Mas estou falando da floresta.

E como ocorreu esse processo de certificação e de criação deste selo?

São eles que certificam. Não é o Ministério, não é a Secretaria de Agricultura, não é ecocert. São eles. Porque é assim, mais ou menos, quem quer usar a marca do Mc Donalds, eles devem ter um procedimento para quem quer abrir uma franquia e quem não pode. Eu não sei bem, mas sei que a acolhida da colônia

tem um processo parecido. Tem uns pré-requisitos que as pessoas cumprem para poderem usar a marca. É mais ou menos isso. O agricultor vizinho que quer usar as embalagens ele tem que está regularizado, o carvão dele tem que ser produzido em um forno registrado, tem que deixar o mato crescer de novo, não pode colocar carvão que não seja da roça de toco ali dentro. Ele pode até comercializar, mas com uma embalagem diferente.

As discussões da associação não passaram em nenhum momento pela denominação de origem ou indicação geográfica?

Entre nós a gente falou, mas não chegamos ainda neste nível não. Uma vez eu assisti um seminário sobre indicação geográfica e que me chamou bastante atenção, até peguei o telefone e endereço, mas não acabamos indo atrás porque a gente não da conta. Mas acho que talvez tivesse a possibilidade de fazer algo neste sentido, mas não fui atrás. Talvez seu trabalho consiga apontar para isso. Para as atribuições da associação tu pode pegar o estatuto e o caderno de normas. Eles fazem atas no caderno. A agricultora B ou a agricultora C fica com esse caderno.

O que mudou com a instauração da associação?

Como com a associação eles passaram a usar as embalagens, então mudou muito. Mudou por exemplo, como eles relatam, o agricultor D comprou um carro, por ter garantia de como pagar. Ele conseguiu financiamento do PRONAF e assim comprou um carro. Para ele particularmente foi um ganho, como família.

Outra coisa que eles dizem “Somos tratados como gente”. Não correm mais, como eles corriam. Outro dia a agricultora C passou pelo carro da ambiental e eles estavam cheio de carvão e ela disse “Agora eles podem passar”. Porque antes eles tinham muito medo. O estresse que eles viviam, acho que nós não conseguimos imaginar. Porque eles tinham uma rede de contatos, eles levavam o telefone pra roça, porque lá no morro funciona. Então passava o carro da polícia, alguém de lá avisava para eles se esconderem, deixava a motosserra, jogava tudo e ia embora. Então viver assim, sabendo que tu está trabalhando, ainda mais em um sistema que é ecologicamente interessante e vem um pessoal te ar multa ou prender, a gente não consegue imaginar o que que é. Teve um agricultor que eu entrevistei, mas que acabou não ficando na associação, que ele disse que se escondia dentro do rio. Teve um outro que quando viu, eu e a Carolina, pela primeira vez que nós fomos, ele chorou de soluçar quando ele viu que nós não éramos do órgão ambiental. Então não passar mais por este tipo de estresse acredito que valha muito. Como diz um dos agricultores “Eu posso dormir sossegado, então para mim já chega. Não preciso ganhar mais dinheiro”. Outra coisa, como grupo, que eu noto que assim, no começo, enquanto era o primeiro projeto do Fantini, eu ia levava um bilhetinho, depois ia de novo e levava outro bilhetinho, “Olha, semana que vem, nós vamos fazer a reunião”. Tinha que lembrar. Então agora eles tem o compromisso, toda última segunda-feira do mês eles vão. Claro que não são as 50 famílias, porque no primeiro

levantamento nós constatamos pelo menos 50 famílias que fazem carvão. E eu acredito que tenha ainda. Só que tinham 12, agora vão entrar mais 3, então aos porquinhos eles vão indo. E uma coisa que eu acho muito importante é não afrouxar as regras. Tinham outros colegas do grupo que achavam que tinha que afrouxar as regras para entrar mais gente, para crescer em número. Eu gostaria que todos estivessem lá, mas acho que se afrouxar as regras se perde. As regras internas da associação. Você pensa comigo, foram eles que deram e até eu defendi contra. O que que a agricultora C me disse “Quantas vezes você faltou nestes 4 anos que a gente está aqui?”. Daí eu disse “A vez que eu fiz uma cirurgia”. E ela disse “Então, eu não faltei nenhuma. Porque que eles não podem vir seis meses sem faltar?”. O que ela defendia, que a pessoa vai, pega a embalagem e não volta mais. Então por isso que uma das regras é faltar 3 vezes seguidas perde o direito de uso da embalagem. Eles inventaram isso também. Para que não comecem a fazer bagunça.

Mas tem alguém responsável pela distribuição da embalagem?

Eles encomendam juntos, pedem juntos. Não tem um fiscal, mas eles possuem o controle do negócio. Eles sabem quem está com a marca ou não.

Qual a relação da FATMA com os agricultores e as agricultoras de Três Riachos?

Meu trabalho aqui na FATMA não tem nada a ver com isso. Estou trabalhando aqui com licenciamento. Quer dizer, agora eu dei um tiro no pé. Para mim tem tudo a ver com isso, quando eu penso que o que a gente faz subsidia licenciamento. Subsidia novas formas de pensar o licenciamento. Quando eu penso que essa Rede que eu trabalho que é da EPAGRI e do ICMbio me ajuda, por exemplo, na normativa que estamos construindo de cadastro de nativas plantadas. Eles possuem muito conhecimento (os pesquisadores) sobre nativas, sobre como acontece em outros lugares, então assim, eu sugo muito deles. Mas qual é o nosso ponto de encontro, nosso ponto de encontro é Biguaçu, é Bituruna. Ponto de encontro teórico. Porque a gente se encontra, porque temos um caso concreto para discutir que é Biguaçu. O tema do carvão na agricultura familiar e os sistemas florestais é nosso tema em comum, mas quando eu preciso para algo aqui dentro eu vou atrás deles e eles prontamente me ajudam. Como aquele parecer que eu tive que fazer da roça de toco, eu fui fazendo, mas eu pedi ajuda. E uma coisa que foi muito legal, agora eu vou fazer licenciamento de agrotóxicos, eu penso, poxa, não nasci para fazer licenciamento de agrotóxicos, mas eu tenho que fazer só que por eu ter entrado aqui, eu sempre tive muita dificuldade com a legislação, não gosto, mas é um mal necessário e eu tive que aprender, sei pouco ainda, mas tive que aprender. E quando comecei aqui e consegui ajudar a Marina a fazer a dissertação. Eu comecei a entender como funcionava o licenciamento, o transporte, então parece que eu entrei na FATMA na hora certa, porque eu tenho dúvidas lá com eles e eu venho aqui e pesquiso, pergunto. É mais uma coisa pessoal do que institucional o vínculo com eles. Muitas vezes eu viro para meu gerente e digo

“Eu preciso ir a Biguaçu. ” “A gente faz banco de horas”. Assim, eu tenho permissão do presidente para fazer, mas me sinto meio clandestina, porque dentro da gerência de licenciamento isso é pesquisa e não é bem visto por alguns colegas, talvez pela não formação em pesquisa que alguns colegas tem, alguns enxergam como não sendo lugar de pesquisa dentro da FATMA. Não é o único trabalho de pesquisa que tem, dentro do setor, mas ele está intimamente ligado com o licenciamento, mas ele não gera licença e isso parece que é um pecado. Porque fazer licenciamento na cabeça de alguns é gerar licença e isso não gera licença, isso gera dados, gera conhecimento, gera subsídios, mas não gera uma licença direta. Gera muito conhecimento para fazer, por exemplo, a normativa que eu estava te falando das nativas plantadas, que a gente vai fazer o cadastro das nativas plantadas. Se eu não tivesse neste trabalho eu não teria nem noção do que fazer. Mas eu posso ajudar porque tenho esse trabalho de pesquisa e que tem esse grupo que trabalha junto. Mas o trabalho do ecocarvão eu tenho autorização para fazer, o trabalho da Rede eu tenho autorização para fazer, esse trabalho de estimativa de estoque de lenha eu tenho autorização do presidente, mas, assim, eu não faço só isso. Isso para mim é o mais importante, mas isso aqui é o menos importante. É o que mais eu gosto de fazer, mas aqui é o menos importante, então tenho que fazer o resto e isso muitas vezes eu faço em casa.

Como você teve uma experiência com a EPAGRI e começou sua experiência em Três Riachos não estando vinculado a FATMA, você poderia falar um pouco da relação de outras instituições com os agricultores e as agricultoras de Três Riachos?

Ainda é um tema polêmico dentro da EPAGRI. Por mais que a gente tenha ido no congresso mundial e tenha sido reconhecido e tudo. Não sei se é inveja. O carvão é coisa do fim do mundo. No começo, quando a gente fez a Rede, qual foi o acordo, o representante da EPAGRI como gerente do CEPA acordou lá com o diretor dele que iria ser só um projeto de diagnóstico, deus me livre de vocês mexerem com aqueles agricultores de lá. Só olhar de esquina e bem de longe. Aí foi isso que nós colocamos, o projeto da Rede como um projeto de diagnóstico da situação de produção de carvão no Sul do país. Assim. Porque nós tínhamos vontade de já mexer, tentar regularizar. E eu me lembro como hoje, quando nós estávamos fazendo o resumo, no dia 30 de setembro, que tínhamos que fazer o resumo do projeto e a professora Marta até tinha colocado “capacitar os agricultores”, aí o representante da EPAGRI virou e disse “Vocês querem minha cabeça? Não pode colocar isso”. Porque eles não iriam deixar. E a gente teve que arrumar lá porque seria somente um projeto diagnóstico. Agora o valor da roça não. O do Fantini não. Esse já era projeto de pesquisa-ação. Embora o valor da roça eu tivesse dentro da EPAGRI na época, eles já estavam legalizados. Eles já caminhavam para a legalização. Eu também não foquei no carvão, foquei na roça. Então assim, camuflado assim tu vai. E eles também não davam muita bola para mim, porque eu era bolsista. O único medo que eles tinham é que eu pedisse emprego lá. Direitos trabalhistas.

Você considera que houve uma mudança na legislação ou na aplicação destas leis que influenciou nas práticas destes agricultores?

Assim, a agricultura de pousio está prevista na lei e até 10 anos, pode fazer. Eles estão em uma brecha que já está prevista. Isso eu lembro bem no começo do projeto do Fantini, que sempre diziam “Não podem fazer carvão, não podem fazer carvão” e o Fantini virou e disse “Pode. Não pode é fazer cocaína”. Porque se a lei prevê, senão não tinha carvão no supermercado. Pode fazer carvão, mas temos que ver como pode ser produzido o carvão. Então isso foi o que aprendi aqui dentro da FATMA. Para mim esse negócio de relação das atividades potencialmente poluidoras, para mim isso não existia. Então tem uma lista das relações que são potencialmente poluidoras. Carvão é uma delas, o carvão está lá. Se ela está lá ela é prevista em lei, ele pode ser feito. Mas tem que ver como e esse como é o que fomos conseguindo e a autorização de corte deles é baseada na Lei da Mata Atlântica de 10 anos de pousio. E o que acontece, muitas vezes é que, um dia desses estávamos no campo e o seu Alberto disse “Essa aqui tem tanto tempo”, e o pessoal disse “Ah é que só tem 10 anos essa aí”, e ele falou, “Essa tem 10 anos”. E já estava um mato gigante. As vezes com 10 anos já está muito grande. E como era o Seu Alberto que estava dizendo eu acredito, porque para que que ele iria mentir para mim. Porque depende de várias condicionantes e isso pode fazer com que aparentemente passe de 10 anos, a gleba que eles escolhem. Deveria poder passar mesmo, isso para mim é o principal problema. Não só aqui, no congresso africano nós vimos que o negócio é o pousio curto. As pessoas questionam o pousio curto, tem que aumento o pousio, senão o sistema colapsa.

Como você avalia a prática dos agricultores e das agricultoras em Três Riachos?

O único medo que eu tenho é em relação ao pousio curto, porque como eles estão legalizados no pousio curto venha a dar algum problema, ecologicamente. Esse para mim é o grande problema. De resto acho que eles fazem direitinho. Meu doutorado é em ciências humanas, então eu não tenho esse olhar. Acredito que se fosse possível respeitar o que eles sabem, está ok. O problema é que a lei não permite respeitar o que eles sabem.

Outra coisa do ponto de vista agrônômico que pudesse melhorar, seria melhorar o cuidado com as ramas de aipim, não deixar elas jogadas, melhorar a produtividade. Isso eu ainda quero fazer. Tem um pesquisador da EPAGRI que é renomado na questão do aipim e que já fez experimento com eles de trabalhar aipim ao longo do ano, qualidades diferentes para que sempre se tenha aipim molinho ao longo do ano para colher. Porque eles têm que ter aipim sempre da roça de toco para poder vender. A agricultora C compra, mas o combinado é sempre ser da roça de toco. Pode ser do vizinho, mas tem que ser da roça de toco, para por naquela embalagem. Ela até andou comprando de fora, mas vai ter que fazer uma embalagem separada. Para colocar só na embalagem o que for da roça de toco.

E quando você diz que a legislação não permite respeitar o que eles sabem você está tocando somente na questão do pouso?

Mais isso sim. Porque a Lei da Mata Atlântica dia que tem que ser no máximo 10 e na minha concepção teria que ser no mínimo 10 anos.

De que maneira você enxerga a maneira como são tratados os agricultores e as agricultoras?

Eles têm hoje acesso a extensão rural. Uma coisa também era o acesso que eles tinham, que antes era negado. O rapaz da assistência técnica vai às reuniões. Antes não ia. Também porque mudou também a pessoa, as vezes tem a condição, daquele momento em que eles não eram regularizados e outra porque também mudou a pessoa, as vezes tem uma visão diferente. Mas eles hoje são reconhecidos pela extensão. São reconhecidos pelo secretário de agricultura.

Agora tem uma coisa que a gente percebe é que os políticos locais querem começar a se apropriar daquilo. E eles também estão sabendo, eles estão ligados nisso. Porque agora eles estão meio famosos, ai o pessoal está querendo começar a se aproximar e ficar amigo para na hora da eleição, pedirem votos, ou sei lá o que eles estão pensando. Mas eles estão ligados. Eles mesmos falaram na última reunião “Que a gente sabe, porque ano que vem tem eleição”, eles falaram. “Como a gente está aparecendo eles querem nos usar depois”, eles falaram. Isso é uma coisa que eu acho chata, mas acho que de modo geral eles, antes eles não apareciam e hoje eles estão reconhecidos como grupo e por serem grupo que eles são reconhecidos, isso eu acho muito bacana.

Você gostaria de deixar alguma consideração sobre a história do grupo?

A minha ideia é que sempre eles pudessem continuar sozinhos. Porque é difícil a gente ir lá, de noite, eu chego em casa meia noite, mas eu gosto. Parece que para mim é uma diversão. Mas assim, também tenho filhas, também tenho marido. Então eu queria que eles pudessem continuar sozinhos, mas eu percebo que é preciso um acompanhamento ainda de algumas coisas, como essa coisa da embalagem. Tem que ser só da roça de toco. Eles sabem, não é para enganar ninguém, mas assim, eles precisam ter alguém para lembrar, para dar esse ajuste. “Olha vocês têm que olhar o estatuto. Tem que fazer a eleição”. Então são coisas que eu acho que para um grupo que não se reunia, não tinha pratica de associação, alguns são analfabetos, eles se renuem, sozinhos, mensalmente. Eles organizaram uma festa linda. Sozinhos. Então esse movimento todo, de saber se organizar, de comprar as embalagens, de pedir a toalha de mesa, de um faz a comida, de um varre e outro limpa, foi muito legal. Acho que esse crescimento do grupo em dois anos, se tu pensar que só dois anos para um grupo que não existia, acho bacana. E o que é mais bacana é que aquilo que era o pecado deles, agora é o que chama atenção. Porque o que condenava eles eram a roça de toco, e agora é o mote da associação. E é uma coisa que eles não percebem. Eles ainda acham que eles vendem aipim e vendem carvão. Aí eu disse “Vocês não vedem aipim. Vocês vendem roça de toco”. Porque para eles é uma coisa tão simples e tão comum que acho que eles não conseguem perceber

isso ainda. Porque esse trabalho agora de a gente ir lá e trabalhar a floresta com eles de novo é novamente para autonomia. Então é isso e aumentar o tempo de pousio. Mas as coisas vão andando e a gente vai fazendo, porque esperar mudar a lei, então fecha tudo e volta só daqui a duzentos anos. Demonstrar que eles também são participantes da constituição da lei. Isso é muito legal.

Entrevistada B – Representante institucional da Secretaria de agricultura – Biguaçu - SC

Transcrição do depoimento do Secretário de Agricultura – Biguaçu - SC

Sou natural de Biguaçu, da região do Alto Biguaçu, nas margens da SC 407, ao lado de Antônio Carlos, tenho 54 anos. Sou funcionário efetivo do município de Biguaçu desde janeiro de 2009 ao qual assumi a pasta da Secretaria de Agricultura como Secretário. Na verdade, estou deixando a pasta agora no mês de abril. Sou hoje o Secretário que estive presente na Secretaria de Agricultura durante os dois mandatos da gestão, da primeira gestão e da segunda gestão, porque foi uma continuidade. Me orgulho muito por isso, de ter recebido a confiança do gestor público municipal e estar fazendo parte do quadro de colaboradores e também do quadro de comissionados como Secretário. Sou filho de agricultor, meus pais, minha mãe e meus avós, todos nasceram aqui na região de Alto Biguaçu. Meus irmãos continuam na atividade agrícola, mais precisamente na área da gramicultura, foram os pioneiros na área da gramicultura aqui no município de Biguaçu, como eu também. Fui uns dos pioneiros nesta atividade rural do município e em 2009 tive outras atividades profissionais, fui funcionário também da extinta Telesc, trabalhei por 6 anos na Telesc - Telecomunicações de Santa Catarina, hoje Oi. Sempre na lida comunitária, sempre engajado nos movimentos sociais, movimentos religiosos. Isso me deu uma gama de estar sempre em contato com as pessoas e o que eu faço e faço muito bem. Gosta desta situação e por isso mesmo além de estar fazendo aquilo que está na pasta, que é a agricultura, é também me dar a oportunidade de vivenciar também com a sociedade, estar em contato com as pessoas, o que me deixa muito bem. Então eu me sinto muito bem na Secretaria da Agricultura e aqui chegando a gente teve diversas dificuldades de gestão, advento das cobranças ambientais, no início de 2000 que começou a surgir essa situação e quando eu assumi em 2009 a cobrança era maior ainda, com esse advento das cobranças ambientais e dos procedimentos corretos. E os gestores anteriores não se preocupavam muito com essa situação, não falavam, na verdade, aquilo que tinha que falar, aquilo que tinha que transmitir, que era possível fazer diante da legislação ambiental e isso trouxe um ônus muito pesado para quem assumiu e quis fazer uma gestão diferenciada. Mas

conseguimos unir as forças, juntamente com o sindicato dos trabalhadores rurais, com a Empresa de Extensão Rural - EPAGRI, trouxemos outras instituições ligadas ao meio rural, isso facilitou esse nosso avanço significativo que a gente hoje tem a oportunidade de vivenciar e de comemorar, vamos dizer assim. Então com essa expansão a gente criou a Fundação do Meio Ambiente do Município, ao qual muitos acharam que era para prejudicar ainda mais o agricultor. Tivemos que reverter esse pensamento dos nossos agricultores e dos gestores anteriores também que faziam uma propaganda contrária. Que a FAMABI seria feita para notificar, para marcar presença, para não deixar, para acabar com o nosso agricultor e isso foi o que o outro lado fomentava e a gente teve que provar o contrário. Foram várias reuniões que a gente fez no interior, em todas as regiões, colocando aquilo que a FAMABI foi criada para facilitar, para orientar, juntamente com os demais órgãos para que a gente pudesse avançar e a agricultora familiar do município tivesse um avanço diferenciado e foi o que aconteceu. Foram várias barreiras e no município criamos o Programa da Infraestrutura Rural e do Empreendedorismo Rural, criamos o Serviço de Inspeção, na verdade a Secretaria de Agricultura era uma Secretaria, dentro do quadro governamental, de pouca significância. Na verdade, eu deva ter sido colocado na Secretaria de Agricultura, porque ninguém queria a Secretaria de Agricultura e a gente conseguiu aqui fazer um diferencial, hoje a Secretaria está entre a terceira e a quarta secretaria mais importante no contexto da administração pública municipal, pelo foco que a gente conseguiu, o start que conseguimos dar na Secretaria. Fizemos várias capacitações com os nossos agricultores, em parceria com o Senar/SC (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Estado - <http://www.senar.com.br/portal/senar/portal.php>), conseguimos unir as forças, foram várias viagens que a gente fez por toda a Santa Catarina, em busca de trocas de experiências, obtendo novas tecnologias, fazendo o produtor entender que dava para fazer e fazer melhor, fazer diferenciado daquilo que ele estava acostumado a fazer, dentro de agregação de valor, dentro da melhoria da tecnologia, dentro do respeito ao meio ambiente, então foram várias situações que a gente conseguiu tirar Biguaçu do anonimato, em termos de produção primária e fazer com que despertasse a atenção de outras intuições voltada também ao desenvolvimento rural e sustentável e aí vieram a Universidade, veio o Cnpq, veio outras associações que vislumbraram Biguaçu como potencial para ser desenvolvido e pessoas que comprometidas com o município, criando mecanismos possíveis para que isso pudesse acontecer e esse contato foi feito paulatinamente, ano a ano, e a gente dentro da possibilidade do poder público municipal a gente foi apoiando, SEBRAE, Senar, diversas instituições que aqui vieram apostar e conseguimos mudar todo um cenário agrícola restritivo, em termos de situação ambiental, para que hoje a gente esteja aí vislumbrando aquilo que todas as instituições, poder público e entidades privadas puderam fazer em torno de desenvolvimento rural do município e com a produção sustentável. Sempre digo que saímos do zero ao mil, mostrando que é possível fazer, até chegando a exportação de carvão de lenha nativa, que não é fácil chegar a esse patamar. Então é mostrar que da para

fazer e que da para fazer diferenciado, na legalização da produção, na legalização do produto, isso a gente agradece e se sente satisfeito com o trabalho que aqui foi realizado. Quando eu assumi a Secretaria da Agricultura, nós pegamos em 2009 a produção primária do município de Biguaçu representava 1,8% do PIB do município. O município tem um PIB de 1 Bilhão 122 milhões e o PIB da produção primária representava 12 milhões. Dentro dos programas, das ações e dos projetos que a gente desenvolveu a gente projetou um crescimento para que no final dos 12 anos a gente avançasse significativamente na produção primária. Hoje estou entregando a Secretaria da Agricultura com um PIB de crescimento de 3%, o PIB do município hoje é de 1 bilhão 550 milhões de reais e pulamos de 12 para 46 milhões de reais, passamos de 1,8 para 3% do PIB. Cada 1% do PIB representa hoje 15,5 milhões em termos de arrecadação de impostos para o município. Se colocarmos de 12 milhões para 46 milhões, nós conseguimos avançar de 2009 para 2015, que são os números que temos já apurados, em torno de 383%, que foi a avaliação de 2009 para 2015. Então a gente fica satisfeítíssimo com o trabalho da Secretaria de Agricultura, com o trabalho do governo municipal, com o trabalho de todas as entidades que se envolveram e apostaram no município de Biguaçu e no nosso agricultor, com esses polos que foram criados, com a roça de toco, com a banana do mato, o pessoal da merenda escolar, para fornecer os produtos da agricultura familiar para a merenda escolar, criando as associações, criamos as cooperativas, então são números, e números a gente não se discute, são números confiáveis, fornecidos para nós pela GRANFPOLIS (<http://www.granfpolis.org.br/>). O município do Biguaçu hoje, no k47, que são as vendas do produtor direto para os estabelecimentos comerciais, Biguaçu ocupa o primeiro lugar na Grande Florianópolis. No PPO, que é de produtor para produtor, nós tivemos um diferencial. Quando nós entramos o nosso PPO era maior que o K47, isso significa que o nosso produtor vendia para o atravessador, isso é menos renda para o produtor. Nós invertemos esse quadro, hoje nós temos um k47 que é uma venda do produtor direto para os estabelecimentos comerciais de 36 milhões de reais e só 9 milhões e alguma coisa de produtor para produtor, então aumentou a renda do produtor e tirou o atravessador do seu caminho, mas isso aconteceu porque nós pulamos de 380 produtores cadastrados no município em 2009 para quase 1000 em 2015, quer dizer que essas pessoas se legalizaram com o nosso incentivo, o pessoal está legalizando a sua produção, que faz com que eles conseguem agregar valor e conseguem tirar o atravessador de seu caminho e agregando mais venda para a agricultura familiar, então foi todo um processo evolutivo e que hoje a gente comemora os resultados aí. Você que acompanhou algumas situações em termos da roça de toco sabe que o caminho foi árduo, mas foi vitorioso e continua sendo promissor.

Gostaria que você falasse um pouco de como ocorreu seu primeiro contato com a roça de toco e um pouco de como você enxerga as técnicas e os saberes que estão atrelados a este processo.

Na verdade, meus pais e meus avós praticavam a roça de toco. Se dizia que era coivara. O município de Biguaçu, principalmente as regiões de várzea do interior tem bastante rizicultura. Porque o pessoal usou a rizicultura? Porque era impossível ter outro tipo de cultivo nessa região, porque era uma região alagadiça. O rio Biguaçu foi dragado no final da década de 60. O extinto DNOS, de saneamento, pegou da ponte, hoje Br 101 e fez um canal até o município de Antônio Carlos, eliminou praticamente o leito do Rio, que hoje é um Rio já obsoleto, que é o Rio velho como dizem, e praticamente deixou de existir, isso fez com que as áreas que não eram agricultáveis, passaram a ser agricultáveis, tanto na região do Alto Biguaçu, como na região de Três Riachos. A dragagem do Rio fez com que essas terras ficassem férteis e ficassem agricultáveis. Antes disso, os agricultores da região eles cultivavam apenas nos morros, nas partes mais altas, tanto que os engenhos de farinha e os engenhos de cana de açúcar eram todos nos morros. No meu tempo, estou com 54 anos, os meus avós, os meus pais, ainda tinham engenho no morro. Hoje ainda existem alguns engenhos nas encostas. O pessoal fazia roça de toco, fazia coivara, fazia supressão, deixava em pousio, e dentro de 7, 8, 10 anos, dependendo da área que o produtor tinha o ciclo era maior, se o produtor tinha uma área menor, o pousio era menor. Mas este é o cultivo tradicional dos avós, dos bisavós, aqui da região. Com o advento da dragagem do Rio Biguaçu, as pessoas começaram a praticar agricultura nas várzeas. No mês de janeiro e no mês de agosto, você olhava para estas serras, que hoje você vê com vegetação, você via roças, você via roças, você via queimadas, por toda essa região. Na década de 20, década de 40, era bem frequente, até meados de 70 e 80.

Isso era contato por seus avós?

Sim. Mas eu vivenciei também. Eu já fui um agricultor da roça de toco. Então até o final dos anos 70, essa era uma prática aqui da região de Alto Biguaçu e de outras regiões também, que tem forte agricultura de subsistência. O pessoal plantava a cana de açúcar e o aipim, para fazer a farinha e praticamente era isso que tinha. Não existia o mercado consumidor de hortaliças, como tem hoje. Então era praticamente cana de açúcar e a mandioca, como se dizia na época. Então esses morros aí eram tudo cheio de coivara. Na década de 70, com o advento das áreas agricultáveis nas várzeas, depois da dragagem do rio, passou-se a deixar de usar mais essa prática. O pessoal fazia uma coivarinha para ter uso da lenha diária no fogão a lenha. Porque as áreas agricultáveis de várzea o cultivo é diário e anual e se aproveita sempre a mesma área para produzir, não precisa deixar descansar. Depois algumas pessoas usaram o sistema da roça de toco, o pessoal fazia supressão e começaram a fazer, até com o incentivo do governo do Estado e do governo Federal, de passar a fazer a supressão e depois em vez de deixar a mata se regenerar automaticamente o pessoal passou a fazer o plantio de eucalipto da silvicultura. Não na região de Alto Biguaçu, mas na região de Sorocaba, na região das Fazendas, na região de São Mateus, aconteceu esse processo. O pessoal fazia a supressão, fazia o plantio e

paralelamente já plantava o cultivo de eucalipto, que foi até apoiado pelo governo Federal, pela empresa de extensão na época. Tudo é um ciclo. Era um programa do governo Federal. Hoje você vê um pessoal que ainda tem eucalipto na região de Três Riachos, é fruto disso. Fazendas e Sorocaba que são os polos da silvicultura aqui no município. Alto Biguaçu não acampou essa ideia. Se você olhar para a parte sul do município ninguém mais faz supressão para carvão vegetal. Essa região aqui é mais com plantas ornamentais e gramicultura. Você não vê roça de toco nessa região. O pessoal não pratica mais a roça de toco, praticamente está voltada para a região de Fazendas, para a região de São Marcos, São Mateus e Canudos. São produtores que pela impossibilidade de ter áreas de várzeas, eles tiveram que se adequar e continuar produzindo nos morros. As áreas íngremes não permitem a utilização de uma tecnologia para produzir. O que não aconteceu aqui em Alto Biguaçu, que hoje nossos gramicultores estão todos mecanizados. Usam muita mecanização, na área da gramicultura e na área de hortaliças também, o que não permite fazer esta mesma mecanização na área íngreme e na impossibilidade de ter uma área de várzea, só tem área de morro tem que subsistir nesta região e por isso mesmo eles continuam com a roça de toco. Então com o advento das Instituições, da universidade em desenvolver esse trabalho aqui, isso foi um diferencial. Passou a ter uma legalização. O produtor também correu atrás disso, hoje ele está legalizado. Então não sei o quanto que a gente vai sobreviver ainda com a roça de toco aqui no município. Porque existem algumas pessoas de idade avançadas e acho que vai ser um ciclo que não vai ser muito duradouro, porque as famílias vão crescendo, as áreas vão diminuindo e aí a supressão vai ter que ser retida e o produtor vai ficar na inércia de querer produzir mais e não vai conseguir porque aquela área ainda está protegida para fazer a supressão. Então eu creio que vai mais aí uns 30 anos, 20 ou 30 anos nessa situação. Mas foi o que aguentou a agricultura familiar no município durante esses 200 anos, 183 anos que o município tem de vivência. Desde 1747 que o município existe, essa era a prática realizada aqui no município de Biguaçu, em Antônio Carlos e até em Governador Celso Ramos.

Na sua visão é algo que está em extinção?

Acho que vai se extinguir porque nós temos a situação hoje do anel viário, que dentro de no máximo 4 anos vai cortar toda a área rural do município. Hoje a expansão urbana e a pressão por áreas nobres para construir empreendimentos, tanto imobiliários, quanto industriais é grande. Biguaçu está em um ponto estratégico aqui, porque o anel viário vai ficar um corredor de exportação, onde vão ter acesso trevos ao longo da área do município, isso vai fazer com que as pessoas, comercializem suas áreas. E a área que vai ficar restrita, praticamente a área de São Mateus, São Marcos, Fazenda e a parte de Sorocaba, mas que não pratica a roça de toco, hoje nós temos mais a pecuária e a silvicultura, roça de toco lá ninguém pratica. Tanto Sorocaba de Dentro, como Sorocaba de Fora nós não temos produtores que praticam roça de toco, só tem a pecuária na várzea, quem trabalha com hortifruti também é na várzea e o que tem no morro é só

silvicultura. As áreas de várzea são praticamente consolidadas com pastagens, então o pessoal planta, mas não tem a necessidade da roça de toco, então isso vai ficar preso aos produtores que hoje estão na associação e devem ter mais alguns incrementos de algumas famílias, mas que são pessoas que não vão ter um ciclo de renovação de jovens para continuar nessa atividade. Então eu creio que vai aí de uns 30 ou 40 anos. E se não fosse esse trabalho das Instituições, do poder público municipal, da EPAGRI e Sindicato, se não houvesse esse trabalho de conscientização, de unir as forças em prol do que se pode fazer, do que é possível fazer e do que não dá para fazer, acho que o ciclo seria muito mais curto, porque essas pessoas que estão na atividade hoje desenvolvendo a roça de toco seriam pressionadas pelos meios ambientais, pela legalização de seus produtos, não iriam ter esse suporte que nós estamos conseguindo dar hoje. Com certeza eles seriam banidos muito mais rápido das atividades que eles exercem hoje, caso não tivessem essa ajuda de todas essas Instituições voltadas ao desenvolvimento as ações sustentáveis no município.

De quantas famílias estamos falando?

Estão presas a associação, que hoje estão em 17 famílias. Mas tem alguns produtores que ainda não migraram para a associação. Mas ao todo da roça de toco uns 35 ou 40 famílias subsistindo da prática hoje em Biguaçu. Em torno de 40 famílias.

Qual a origem da sua família? E porque você parou de trabalhar com a roça?

São todos açorianos. Meu avô, como meu bisavô eram proprietários de grandes áreas aqui na região de Alto Biguaçu, foi na verdade um dos desbravadores aqui da região de Alto Biguaçu. Na verdade, só eu hoje de irmão, eu tenho 10 irmãos, 5 homens e 5 mulheres, e um é falecido, então só tenho 3 irmãos entre homens e mulheres que não continuam na agricultura. Os demais 7 continuam na produção primária no município. Continuam no mesmo local, não venderam a propriedade. Eu ainda sou produtor rural, porque ainda tenho minhas áreas, não exerço a função lá, mas minhas áreas estão arrendadas com a produção de gramicultura. Mas isso foi passando de pai para filho, dos meus bisavós para meus avós, dos meus avós para meus pais, e dos meus pais para meus irmãos e com certeza vão passar para nossos filhos e na medida que as gerações vão se perpetuando, as áreas vão diminuindo. O quantitativo que eu tenho na região e que meus irmãos, a gente adquiriu outras áreas lá, mas se fosse só com a quantidade deixada pelos nossos bisavós e avós, em termos de herança, muitas famílias já não estariam mais praticando a atividade rural por falta de área. Hoje a região ali é muito cara. É praticamente o triplo da região de Três Riachos.

Três Riachos é uma periferia da área rural de Biguaçu?

O PIB da produção primária de Biguaçu está na região de Alto Biguaçu na produção grameira. Até pelo valor agregado que ela tem. Na rizicultura por exemplo nós temos 1000 hectares de arroz. Isso está na faixa de 130, 140 sacos

por hectare. Isso vai vender na faixa de 30, 35 reais a saca. Vai se fazer por hectare 4500 reais. Isso só se cultiva uma vez por ano. Correndo todos os riscos de intempéries. Vai fazer a colheita, da um granizo, você perde toda a produção. Um hectare de gramicultura hoje, vendendo a 3,50, 4 reais o metro da grama, tu faz 45, 50 mil reais, isso se não quiser agregar valor e dar o jardim pronto, para fazer o produto final. Quer dizer, você agrega 10 vezes mais e você ainda consegue cultivar e tirar 2 produções anuais. Gera muito mais renda. Se você for para Alto Biguaçu, o que não é hortaliça é gramicultura. Deve ter praticamente uns 1000 hectares de gramicultura na região, pelo valor agregado que ela fornece, menos risco, a gramicultura não tem risco, se cair um pouco as vendas você dá uma relaxada, depois a venda melhorou você vai lá e dá um tapinha nela e ela já está prontinha novamente para vender. Então hoje o açoriano ficou mais com a gramicultura, os alemães que desceram de Antônio Carlos ficaram mais com as hortaliças, alguns já estão migrando mais da hortaliça para a gramicultura e a produção de aipim, de cana de açúcar e milho e feijão que era o forte aqui na região, porque Antônio Carlos já teve uma usina de açúcar e na época de 60 fomentou muito a produção e cana aqui na região. Com a extinção da usina que tinha em Antônio Carlos os agricultores tiveram que partir para outra produção. Aí partiram para o aipim, partiram para o hortifruti na região de Antônio Carlos.

Então a prática da roça de toco e os cultivos que estão atrelados a ela se modificaram devido a essa situação?

Sim. Se instalou a usina de açúcar em Antônio Carlos, isso incentivou todos os agricultores porque tinha venda garantida para a usina. O cultivo de Antônio Carlos nem era hortifruti. Eram cultivos tradicionais, feijão, açúcar, era o milho, era o aipim, era a cana de açúcar para fazer o meladinho, para fazer o açúcar caseirinho. Com o fechamento da usina na década de 60, forçou os produtores de Antônio Carlos e região a fomentar outra produção. A hortaliça do município de Biguaçu veio migrada de Antônio Carlos, dos alemães que vieram de lá para cá é que trouxeram o cultivo das hortaliças. O pessoal que produz hortaliças hoje no município de Biguaçu, 80 ou 90 % são de origem do município de Antônio Carlos. E os açorianos que subiram o Rio Biguaçu, que foram até a divisa de Antônio Carlos, estão no cultivo tradicional, cultivo do índio, o feijão, o milho, a cana de açúcar, a mandioca.

Essa prática da roça de toco aqui no município tem relação com os indígenas?

Os índios já praticavam. Era no mesmo sistema. Não com tanto volume de coisas, porque o índio era depredador da natureza também. Mas no cultivo deles eram no mesmo sistema da roça de toco. Ai os açorianos, que embrearam São Miguel e que depois subiram o vale do Rio Biguaçu também usaram o mesmo sistema. Eles aprenderam com os índios. Os alemães também já praticavam a roça de toco, se pegarmos São Pedro de Alcântara eles faziam no mesmo sistema. Como a nossa geografia é muito íngreme e as áreas de planície eram

muito alagadiças o pessoal eram obrigados a produzir nas encostas. Nas encostas você consegue produzir no máximo 1 ou 2 vezes. Plantar e replantar, depois você já tem que abandonar a área, se não a terra fica fraca, a não ser que faça uma boa adubação, mas naquele tempo era difícil transportar adubação. Adubação naquele tempo era praticamente os dejetos de animais, que tem que fazer uma mão de obra muito complicada para transportar. Somente com carro de boi, quem não tinha era nas costas de balaio para fazer uma adubação na área íngreme, na área de encostas e que a erosão tirava toda a força da terra, sendo obrigado a abandonar a área. Então essa também foi uma situação da geografia, no impedimento de produzir na planície, que eram áreas alagadiças, por isso surgiu a rizicultura, aproveitaram essas áreas para a rizicultura e tinham áreas que nem davam, porque eram tão alagadiças que nem dava, tanto que as dragagens do rio aqui foram feitas todas em cima de estivas e eucaliptos, para a draga poder fazer um novo canal. Só conseguia andar em cima de estivas. Isso forçou também o produtor a fazer seus cultivos nas encostas. Ele tinha que ter a rotatividade porque ele não conseguia produzir mais do que duas vezes na mesma roça. Foi esse o ciclo que aconteceu e que vai durar aí mais uns 30 ou 40 anos no máximo.

O caminho hoje é você maximizar a produção, produzir mais em menos espaço, cultivo protegido. Não tem mais espaço para a agricultura familiar extrativista. Não tem mais espaço. Isso foi uma situação localizada na região de São Mateus, São Marcos, Canudos e Fazendinha. Foi ótimo, até porque nunca teve essa exportação de carvão, estava até conversando com o professor Fantini, é possível fazer, mas que não vai ter espaço para esse tipo de cultivo daqui a 20 ou 30 anos, até porque neste período a situação urbana do município já vai ter tomado praticamente todas as áreas rurais do município de Biguaçu. Essa é uma realidade que não vai ter volta.

Gostaria que você comentasse sobre a questão do carvão. Pode me contar a respeito do surgimento do carvão na região a partir da roça de toco?

O carvão na verdade já virou um subproduto da roça de toco. Biguaçu teve no século XX, onde não existia outros tipos de energia como o gás, como energia elétrica, Biguaçu exportou muita lenha rachada, e muito picolé, para Florianópolis. No Rio Biguaçu, aqui no portinho que temos aqui, o pessoal embarcava muita lenha aqui para levar de barco para o mercadinho público de Florianópolis em todo o século XX. Principalmente em 40 e 50. Depois passou levar de carroça. Levava lenha rachada para o mercado de Florianópolis, para o mercado do Estreito. E fora os que passavam com a carrocinha de casa em casa. O pessoal não tinha outro tipo de energia para fazer comida, para colocar nos fogões. Então antes do carvão, existia a lenha rachada, depois o picolé. E tudo isso saía da roça.

A lenha rachada tinha um tamanho de meio metro, mais ou menos, o pessoal rachava a lenha, fazia um feixo. Então a lenha rachada era maior, picolé já era menor. Picolé foi quando surgiu os fogões econômicos, é um fogão a gás, só que movido a lenha. E ele tinha uma tampinha onde colocava a lenha e ali dava

para por 2 ou 3 pauzinhos com menos espessura e tapava a boca. Por isso picolé, sou lenhas menores para se adaptar ao fogão econômico. A lenha rachada já era para fogões feitos de alvenaria, que já cabia uma lenha maior. O picolé vendia-se por metro linear. Eu também cortei picolé. Fazia um dinheirinho. Tinha uns 30 cm.

Tudo de mata nativa, que saía da supressão onde o pessoal fazia o cultivo. Fazia o cultivo do milho, do feijão, da farinha, do amendoim, do abacaxi. Os cultivos da época, que não eram hortifruti, eram praticamente feijão, amendoim, abacaxi, o milho, a mandioca e a cana de açúcar. A cana também era cultivada para o trato dos animais. Galinha, porco, bovino. Não tinha muito para quem vender, era mais para subsistência, matava o porco, já tinha banha, já tinha carne. O agricultor comprava praticamente o pé de anogueira para fazer o sabão de anós. Vendia praticamente um saco de farinha, vendia um saco de 45 quilos. Vendia praticamente para comprar o vestuário. No meu tempo ainda era assim. Até os anos 80, final de 70. Não precisava comprar muita coisa. Começou a chegar a modernização, o urbano avançando, o pessoal começou a estudar, começou a chegar energia no campo. Em Alto Biguaçu a energia chegou em 78. A luz a gás chegou em 74. Chegou a geladeira. A televisão chegou lá na década de 80. Isso tudo foi mudando o conceito de agricultura e de consumo do interior que antes não existia.

Essa mudança tecnológica influenciou a transformação da venda da lenha para a produção de carvão?

Exatamente. Com a extinção do fogão a lenha e chagada do fogão a gás foi eliminando essa necessidade da grande Florianópolis em adquirir dos produtores e foi perdendo comércio e aí entrou o advento do carvão. O pessoal que tradicionalmente fazia lenha rachada e fazia o picolé, começaram a vislumbrar que o carvão iria substituir a comercialização de lenha. Ao invés de venderem a lenha e o picolé que já não tinha mais mercado, o mercado então passou a ser do carvão vegetal. Isso prosperou até hoje, sempre na clandestinidade, ensacado em sacos de cimento. Agora com o advento das Instituições e das organizações ambientais e legalização da produção, colocando em embalagens adequadas, até pelas exigências ambientais e de comercialização, mas foi essa a escala da lenha rachada, do picolé e do carvão. Tudo originando do sistema da roça de toco. O pessoal da roça de toco também usava a lenha para fornecer, como se diz, para fazer a farinha, para fazer o melado, para fazer o açúcar. Tudo gira em torno, os fornos, da lenha vegetal. Para fazer o açúcar, fornos a lenha, para fazer a farinha, fornos a lenha, tudo da supressão que o pessoal usava para fazer seus cultivos e a sobra o pessoal vendia.

Porque isso aconteceu aqui e em outros lugares isso não acontece? Porque existe impasses em outros lugares, até próximos de Biguaçu, e aqui consegue.

Na verdade, tudo é gestão, vai das pessoas quererem fazer. Quando a gente assumiu aqui, o propósito era a legalização da produção, era dizer para o produtor como ele deve fazer. Jamais um produtor de Biguaçu entrou pelas minhas portas, que estavam sempre abertas, e disse assim "O Secretário porque não falou que era assim que deveria fazer?". Jamais eles me cobraram por eu ter escondido informações deles. A função da Secretaria de Agricultura, dos nossos técnicos, da nossa orientação é sempre cursos de capacitação que a gente fez, seminários que a gente fez, viagens que a gente fez, foi sempre na orientação do produtor fazer correto. Com a criação da Fundação do Meio Ambiente, que era o maior entrave, nós fizemos várias viagens mostrando em alguns municípios, onde foram feitas associações, cooperativas, da legalização de sua produção. Quem sabe hoje e mais amanhã, e o amanhã já está bem próximo, as exigências de mercado se não estiverem adequados aos meios, não vai conseguir comercializar. Com isso vai ter que usar o atravessador para comercializar o seu produto. E isso não era o nosso interesse. O nosso interesse era que o produtor agregasse valor ao seu produto, para que ele pudesse produzir menos e ganhar mais. Essa foi sempre a visão que a gente passou para o nosso produtor. A gente nunca enganou o nosso produtor, de como ele tinha que ser feito, como podia ser feito e quando podia ser feito. A gente sentou, nosso planejamento foi sempre feito com a EPAGRI, com as parcerias, sempre com sindicato, EPAGRI, com as parcerias, para que a gente pudesse dar um diferencial para o nosso agricultor no município de Biguaçu. Tem sido um diferencial em diversos municípios da grande Florianópolis e até fora da Grande Florianópolis. Nós recebemos diversos Secretário de Agricultura no gabinete da prefeitura, pedindo informações do nosso projeto do SIM. Hoje por incrível que pareça, estamos no século XXI e nosso SIM está implantado deste 2010, Serviço de Inspeção Municipal. Florianópolis agora com o advento ai da pressão da vigilância sanitária sob o pescado, por força do Ministério Público, está fazendo o Serviço de Inspeção Municipal agora. Nós temos desde 2010. Instrumentos públicos que nós estamos oferecendo para nossos produtores para eles poderem se legalizar. Não pode exigir do produtor ou do municípe que ele se legalize, que ele esteja em conformidade com as legislações ambientais, fiscais e produtivas se o município não oferece instrumento. Imagina se nós não tivéssemos o Serviço de Inspeção, se não tivéssemos criado o Programa de Empreendedorismo Rural e Infraestrutura Rural, que disponibilizasse melhoria nas vias rurais, melhoria na comunicação, melhoria na iluminação pública, melhoria na identificação das áreas rurais do município. Hoje o município é servido praticamente com um bom sistema de comunicação em toda a área rural, nós temos internet via rádio, internet via satélite, acabamos de implantar agora, está entrando em operação, a telefonia móvel na região de Três Riachos, estão colocando torres na região de Sorocaba, telefonia fixa, melhoria no acesso, na pavimentação. Criou-se os instrumentos para que os produtores pudessem se legalizar. Se não nós estaríamos na mesma deriva que outros municípios ainda estão. Recebemos vários Secretários aqui "Como você conseguiu fazer isso? Como conseguiu fazer aquilo". Nós temos SIM desde 2010. Temos pessoas que vendem frango

recheado legalizado pelo Serviço de Inspeção. A nossa ostra aqui de produto artesanal, foi a primeira ostra do Brasil a ser legalizada pelo Serviço de Inspeção. Quer dizer, foram várias ações envolvidas que conscientizaram o agricultor que a gente estava certo. E isso prosperou. Nós emplacamos aqui uns 3, 4 globos rurais. Eu tenho desde 2009 até 2015, eu tenho mais de 600 inserções e matérias referente a produção agrária do município. Revistas e matérias televisivas, matérias de jornais, e nosso serviço de jornais locais, mais de 600. As pessoas procuram o município de Biguaçu pela diferencial que a gente faz hoje na produção primária do município.

Falando especificamente da associação, existem outras associações de produtores que praticam roça de toco?

Não existe. Nem no Brasil.

O papel da criação da associação tem influência neste contexto?

Sim. Acho que o agricultor para enfrentar essa demanda de exigências hoje, ninguém consegue enfrentar o mercado sozinho. O que seria do gestor público também se não tivesse todas essas instituições, que buscam, que correm atrás de editais, que vem contemplar o município. Não é atoa que as pessoas estão vindo para o município de Biguaçu, porque sabe que somos parceiros nestas situações. Você vai em outros municípios, onde as entidades vão querer desenvolver um projeto, as pessoas ainda possuem medo de desenvolver essa situação porque vai expor o agricultor. São pessoas que estão muito fechadas para esse advento destas novas tecnologias, destes novos processos que temos vivido. Eles tratam os agricultores como se fossem arcaicos. Como se os agricultores não tivessem a capacidade de evoluir na sua produção. Biguaçu por exemplo foi escolhido para ser o município polo do lançamento de nota de adesão do produtor, porque, quando nós tínhamos pessoas que eram comissionados. Cada ano saía um governo, o que acontecia, ficava tudo jogado as traças. O que eu fiz, coloquei um bacharel em direito e uma contadora, que são funcionários efetivos, na exatoria. Entra governo e sai governo, já deu um diferencial, deu um start. Você liga para o pessoal da Secretaria da Fazenda, liga para o datafox, o pessoal tinha nossa exatoria aqui como ponta. Então quer dizer, a gente valorizou as pessoas que trabalham diretamente com o agricultor, não fica aquela rotatividade. Tanto que aumentamos os ingressos para quase 1000 produtores. Porque demos um tratamento diferenciado. Os outros municípios aí ainda não descentralizaram as ações. Tem município aí que os gestores não ligam para EPAGRI, não liga para o sindicato, cada um trabalha separadamente.

Gostaria que você comentasse sobre o surgimento da FAMABI e como era a relação entre a FAMABI e os agricultores. Dessa pressão maior dos órgãos ambientais. Falar um pouco desse panorama.

Na verdade, sempre existiu muito uma relação de cão e gato, o agricultor correndo da polícia e a polícia correndo atrás do agricultor. A polícia militar ambiental e o IBAMA. Essa fiscalização era exercida pela polícia ambiental

estadual e pelo IBAMA. A Secretaria do Meio Ambiente do Município foi criada em 2007, desvinculou a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. Era Secretaria de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente. Em 2007 virou somente meio ambiente. Eles não tinham nenhuma estrutura, técnicos. Não era uma fundação. Depois veio a operação Dríade, prenderam o Secretário. E quando a gente entrou existia muito esse estigma entre produtor, agricultor e prefeitura, prisão. Um monte de gente com um monte de multa para pagar (Aplicadas pela polícia ambiental), desde 2000 e equipamentos presos. O pessoal não podia fazer uma supressão que o meio ambiente estava em cima. Era um clima pesadíssimo. Os caras (A polícia ambiental) estavam direto aí. O pessoal denunciava muito. Muito sitiante vinha para o interior, da década de 90 para cá, e esse pessoal as vezes não entende muito a atividade e denuncia, as vezes tem uma máquina trabalhando. Esse pessoal vinha de São José, de Florianópolis, queriam pegar um cantinho no interior para passar o final de semana e as vezes denunciava o agricultor que estava fazendo uma supressão. Além disso, eles também não tinham um órgão que liberassem a supressão para eles, você sabe muito bem a dificuldade que o agricultor tem até de se expressar, de se locomover, de chegar em uma repartição. Imagina você para poder fazer uma supressão ter que ir protocolar na FATMA. Se quisesse fazer tinha que ser assim. Então o agricultor não ia nunca. Eles nem sabiam o que era a FATMA. Os caras chegavam lá e iam no protocolo e dava uma relação documental de tudo que precisaria, e eles ficam pensando "onde é que eu vou conseguir isso". Não tinha ninguém para dar esse suporte para eles (Os agricultores). Então estávamos passando essa dificuldade toda, o prefeito Castelo na época, visionário, vamos criar uma Fundação. E assim nos reunimos com o Superintendente na época, Paulo Henrique Azevedo, que assumiu a Secretaria de Meio Ambiente e depois foi transformada em Fundação, para dar mais autonomia. E continua aquele rito em 2009 da polícia ambiental intervindo, do IBAMA intervindo, e prendendo motosserra, os agricultores correndo para lá e para cá, prendendo lenha, multando. Foi quando sentou todo mundo, e a FAMABI se estruturou com técnicos, com agrônomos também, fizemos essa parceria com a Secretaria da Agricultura, EPAGRI e Sindicato. A gente começou a auxiliar o agricultor. Ele vem aqui e quer fazer uma supressão, a gente auxilia, ele não para nem as taxas de protocolo, tem uma declaração que ele é produtor cadastrado. Eles não eram cadastrados na Secretaria de Agricultura como produtor rural. Não tinha nem como definir como produtor rural porque não eram cadastrados. Tem muito produtor por exemplo que não está conseguindo se aposentar, a partir de 2000, 2000 e pouco, o sindicato também, na época, tinha alguma resistência de não alertar o produtor para ele fazer a nota do produtor, não falava para o produtor que o documento específico para ele conseguir a questão previdenciária era a nota do produtor. O sindicato também não falava isso para o produtor, para ele não deixar de pagar o sindicato. Entende como é que é, era todo uma contextualização. Não precisa ser nem sindicalizado hoje, basta ter a nota do produtor para ele ter sua previdência, mas sem a nota do produtor ele não consegue sua previdência.

Teve uma vez que fui ao sindicato e conversei com o seu Leonídio "Você sabe que com a nota do produtor eles aposentam?". Então, teve que passar por todo esse clima com o sindicato, com medo de perder a contribuição sindical, se não o pessoal também não iria pagar lá. Mas o trabalho foi em conjunto. Para legalizar a supressão, fizemos uma lei específica "Lei da Sustentabilidade" do município, para facilitar a terraplanagem, para o agricultor fazer um galpão, para o filho do produtor poder fazer sua casinha. Hoje a equipe da FAMABI, com menos de 1000 metros quadrados, você não apresentar projeto, é uma declaração simplificada, para facilitar a vida do agricultor, mas ele tem que ser produtor, ele tem que legalizar a questão fundiária no município. Nós conseguimos cadastrar 38, conseguimos deixar em dia, mas também é muito enrolado. Fomos fazer um contrato de comodato com a nota do produtor, essa situação toda. Foi todo um trabalho árduo para fazer esse negócio todo, para ele poder se legalizar, para poder ter os benefícios. Colocamos os técnicos à disposição, o pessoal vem aqui hoje, nós temos os cadastros das motosserras, o cadastro dos fornos nós fazemos aqui, toda documentação eles vem aqui primeiro, ele traz toda documentação, vai a campo, vê a área suprimida, marca com gps, entrega prontinho para a FAMABI para eles darem o aval. Foi um facilitador, o município está sendo facilitador para o produtor. Por isso mesmo, hoje que está legalizado, não querem mais trabalhar na clandestinidade.

Como acontecia antes deste processo?

Antes teria que passar tudo pelo IBAMA. Temos um cadastro direto no site do IBAMA. Hoje temos um técnico aqui que apresenta relatórios anuais, quem conseguiu fazer cadastros desde 2000, de motosserras, não pode entrar no relatório e hoje está travando. O sistema trava hoje se você não apresenta relatório. E tem um técnico aqui que está cadastrado no IBAMA para fazer este trabalho. Mas é um trabalho que o produtor teria que fazer lá. E daí não ia. Tem agricultor que nunca saiu de Três Riachos. Então isso foi um facilitador.

Na sua opinião se houver uma troca de gestão pode dificultar essa intermediação?

Uma das promessas do prefeito anterior, que está inclusive com o mandato cassado, vai ter que recorrer a segunda instância para poder concorrer. Mas uma das promessas dele é acabar com a FAMABI. Então vai ser um retrocesso fantástico. E a gente tem alertado o pessoal da roça de toco, da associação, da cooperativa para fornecer merenda escolar, dependendo do gestor é capaz de parar tudo. Seria uma pena este trabalho ser interrompido essa altura do campeonato. Torço que quem fique aqui e que vai administrar consiga dar continuidade a esse trabalho. Por isso que eu digo sempre que se deve fortalecer as cooperativas, fortalecer as associações, para que eles tenham força para vir e cobrar do gestor público a continuidade deste trabalho que está sendo feito, porque se não vai tudo por água a baixo.

Ainda existe a Secretaria de Meio ambiente?

Não, não existe mais. Existe a Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a Secretaria de Pesca e Maricultura e a Fundação do Meio Ambiente. Ela foi extinta quando foi formada a FAMABI, 2009, 2010. Tem a Lei de Sustentabilidade que foi criada pela FAMABI, a partir das leis federais e estaduais.

Entrevistado C – Representante institucional da Fundação Municipal de Meio Ambiente – FAMABI

Sou formada em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Santa Maria, fez mestrado em Ciências do Solo pela UDESC-Lages, entrou na FAMABI pelo processo seletivo em junho de 2015, assumindo a parte de licenciamento para supressão de vegetação.

Qual a sua experiência com o pessoal de Três Riachos?

Pelo curto período de tempo, a experiência que tenho, o que eu vejo lá, é quando vem uma solicitação deles e querem que eu entre em contato com eles. Então vem solicitação de supressão de vegetação para roça de toco ou outra atividade - mas nesse caso, a roça de toco - e eles abrem um processo aqui, a gente vai lá, faz a vistoria, conversa com eles, vê a área, vê se não tá em área de preservação permanente, enfim, vê todos os parâmetros legais e aí faz a análise do processo. Então pode ser que seja em APP, então a gente vê para reduzir "o toco" na área, vamos colocar mais para lá, assim.

E essas solicitações vêm só do pessoal que está na Associação?

Não, existe o pessoal que é da roça de toco, associado à roça de toco que faz o pedido e existe as pessoas que não são, né, que querem fazer. Ou de repente até para exótica entram alguns processos porque se é em APP tem que ser licenciado. Então eu trabalho não só em específico com o pessoal da roça de toco, eu atendo todo mundo.

Então chegam pedidos de agricultores que não são de Três Riachos?

Assim, tudo que for de Biguaçu é a gente que faz o licenciamento. Então tem de outras localidades, mas não fazem a roça de toco. De roça de toco, todos que eu tenho até agora, são de Três Riachos. Acredito que não tenha, não recebi nenhum que seja de fora.

E o que você sabe sobre a origem das famílias desses agricultores?

Então, eu não sou daqui. Eu sou do Rio Grande do Sul e vim para cá em função do processo seletivo, mas durante a vistoria que eu faço, procuro conhecer, conversar com eles. Claro, eu não conheço, estou passando a conhecer. Conforme as vistorias que eu vou fazendo, eu vou conhecendo eles cada vez um pouco mais.

O que você poderia me dizer a respeito das técnicas e dos saberes envolvidos nesse processo da roça de toco?

Eu fui apresentada a essa prática aqui. A gente conheceu lá no Rio Grande do Sul também dentro da disciplina da graduação a gente trabalhava, via mais a questão desse sistema agroflorestal, que tem uma associação de cultural, enfim. Mas no que eu vi aqui, eu sou bem favorável a prática, pelo ciclo que ela tem. Tu vai fazer a supressão de vegetação numa área, aí tu vai cultivar naquela área, mas o impacto é bem menor do que se tu fosse usar uma técnica mais "tradicional", vamos dizer assim, no sentido de ir lá suprimir, plantar, tirar a vegetação e só fazer plantio. Então, eu vejo com bons olhos.

Você falou que viu em uma disciplina de sistema agroflorestal. Você enquadraria na mesma categoria em termos de prática? Ou existem elementos que diferenciam?

Tem diferença sim porque, por exemplo, o sistema agroflorestal seria o cultivo, vamos dizer, o plantio de nativas ou exóticas intercalado com cultura agrícola. Então, seria fazer o melhor uso do solo, vamos dizer assim. Então ali seria a questão já seria da supressão da vegetação, a introdução da cultura e depois deixar que ela própria se regenere. Então, em termos de qualidade, eu vejo vantagens nas duas, se comparar com outras técnicas. Eu acho que até, de repente, aqui se enquadre mais pela geografia, pela declividade que a gente tem aqui e até porque já é cultural deles, pelo que eu sei, já faz tempo que eles trabalham assim. Até conversei com eles e a alguns perguntei: "E sobre sistema agroflorestal, o senhor conhece alguma coisa?", "Não, não. Não sei muita coisa". E até eu pensei que talvez fosse interessante, mas eles não têm muito conhecimento. Então eles já estão mais familiarizados com a técnica da roça de toco.

E você saberia me dizer alguma coisa sobre como ocorre a divulgação desses saberes entre eles?

Então, eu não sei te dizer ao certo, mas é cultural, né? Ou até mesmo eles vão conversando entre eles. Eu sei que existe a Associação fazem dois anos, que é bem recente. Mas eles já faziam isso desde bem antes. Então eu acredito que antes era mais: "Então, eu fiz assim, deu certo; eu produzi tanto, é mais vantajoso que produzir de um modo convencional e tal". Então, eu acredito que começou assim e agora, com a associação, eles vão divulgando pela associação, eles têm as plaquinhas, têm tudo. Então a pessoa vai vendo. Os produtos têm uma marca, daí vai crescendo. Mas eu acredito que antes era mais por questão de produção e conversando entre eles.

Como ocorre a escolha da localização de onde serão as roças? Por exemplo, eu não sei como isso ocorre aqui, como chega a solicitação para fazer as roças.

Assim, eles vêm aqui, eles abrem um processo, trazem a documentação e eles têm uma área que eles querem. Então, a gente vai lá e faz todo o processo: vê se não está em APP, vê a declividade, se é em área de APP, a gente direciona para uma área que não seja. Ou se ele tem uma área mais plana - como tem bastante declividade aqui - pela questão da vegetação, em que estágio está, é preferencial que esteja em estágio inicial. Mas na maioria das vezes, pelo menos em todos os processos que eu peguei até agora, eram em áreas que já tinham cultivo antes. Então eram áreas que estavam em repouso - por no máximo dez anos - que eles iam lá e trabalhavam de novo.

E naquela região existem áreas bem definidas de onde é e não é APP? Tudo é APP? Como é?

Então, a definição de APP a gente vai fazer in loco. A gente vê o que tem de curso d'água próximo e até temos uma base de dados, mais ou menos. Mas muitas vezes o que aparece ali eles tratam como trecho de drenagem. Mas aí tu vai lá no local e vê que não, é curso d'água. Então a gente até tem essa base de dados, que a gente consulta, mas realmente, o que vale é *in loco*. Tu vai vê: "Não, ó, a área é tem o curso d'água. Ah, trinta metros." Mas se for em área que já teve intervenção, era pousio retroativo a 2008, aí entra toda uma classificação: se é cinco metros, se é em APP... Então a gente considera todos esses elementos para enquadrar a área, além da declividade, quarenta e cinco graus, né.

Mas por que eles escolhem aquela área e qual a influência daquela área em todos os elementos? Por exemplo, econômico, por conta do acesso à área, ou algum outro motivo.

Eu acredito que eles já cheguem com essa área pré-definida em função de eles já trabalharem em cima dela anteriormente. Então, ele já sabe que ali o pai produziu tanto. Então seria mais por já conhecer a área. E por deixarem a aquele tempo de pousio, a vegetação vem de volta, os nutrientes se reciclam. Mas eu não tenho te dizer se ela vai voltar cem por cento, porque cada espécie absorve uma quantidade de nutrientes, mas o solo se recupera em função desse tempo que ele deixa parado. Não fica aquela produção contínua até exaurir o solo. Até porque eles fazem, por exemplo, um ano uma cultura de mandioca, no outro ano eles cultivam outra coisa. Então, eles também têm essa preocupação de fazer essa rotação de cultura até porque eles sabem: "Se eu só produzir isso, uma hora não vai dar mais". Então, eles vão também fazendo essa rotação.

Quanto a questão da produção de carvão, eu te pergunto o que seria a produção de carvão aos agricultores de Três Riachos?

A gente faz a parte do licenciamento do forno de carvão. E essa é uma outra fonte de renda que eles vão ter. Então, eles deixam o tempo do pousio e tem a vegetação de estágio inicial de regeneração, aí eles vão cortar aquela vegetação. Toda aquela lenha, que vai estar licenciada, eles utilizam para fazer o carvão.

Então é mais uma renda. Com aquela lenha eles iam fazer o quê, por exemplo. Seria só para consumo próprio? E até eles comentam que vale a pena.

O que difere o carvão produzido aqui da produção carvoeira de outras regiões? Porque aqui ela acaba acontecendo de maneira artesanal e eu não sei se isso faz com que haja uma diferença para outros tipos de carvão em termos de qualidade ou da própria técnica.

Em termos de qualidade, eu não saberia te dizer. Mas eu acredito que por tu ter uma variedade de espécies, uma diversidade ali no carvão, tu vai ter um poder calorífico maior, uma maior qualidade por essa diversidade. Cada espécie tem um poder calorífico. E aí, se tu pegar um carvão de um monoplantio, de eucalipto ou alguma coisa assim, tu vai ter um "x" poder calorífico, que provavelmente seja inferior por essa diversidade. Mas a vantagem é o mais o que gera aos agricultores. É mais uma coisa que está lá para eles mesmos. Não é uma empresa que está lá coordenando. Eles dirigiram um comércio em torno deles ali.

E como ocorre esse processo de certificação dos produtos - no caso, do carvão? Mas como vocês são responsáveis pelo forno, como acontece esse processo de certificação?

A gente tem uma instrução normativa que aí tem toda a listagem de documentos que precisa, planta de forno, localização, capacidade, etc. Aí a gente faz a análise, vai lá no local, faz a vistoria, vê se não é APP, aonde está localizado, enfim, vê a capacidade do forno e aí emite a licença. E na questão do carvão, para a licença do título, eu não sei te dizer.

E vocês têm um mapeamento de onde estão os fornos?

É, eu estou gerando o meu. Pelos processos que vão entrando eu sei onde que está localizado.

E como ocorre a organização dos agricultores, seus papéis e funções na Associação?

O que eu sei, é assim. Eu até perguntei para eles como é que faz para entrar na Associação, eu sei que eles mesmos se monitoram. Então: "Ah, eu quero entrar para Associação". Vai ter todo o licenciamento que informa da área que quer... E aí eles fazem todo um acompanhamento. A pessoa tem que, por exemplo, frequentar as reuniões - eu acho - que, no mínimo, seis meses. Eles têm todas as regras. Eu não sei te dizer todas, mas eu sei disso: tem quer uma frequência na associação, tem que estar tudo licenciado e eles próprios se monitoram.

E o que mudou antes e depois da constituição da Associação?

Eu acho que a visibilidade deles e do produto. Porque a roça de toco não existe em outros lugares do Brasil, só ali. É algo pioneiro.

Como é a relação da sua instituição com os agricultores? Já que você falou da questão do licenciamento, eles teriam outras relações com a sua instituição? E também um pouco de como era antes e de como é agora?

De como era antes e de como é agora, eu não sei te dizer, porque eu não peguei o processo. Mas assim, o que tiver no nosso alcance que a gente puder ajudar eles em questões de licenciar área, de viabilizar e estando dentro da legislação, a gente procura fazer o máximo possível. A gente sabe até da dificuldade, enfim.

E qual a relação da FAMABI com outros órgãos de legislação ambiental e de desenvolvimento rural? Vocês trabalham em parcerias ao fazer ações específicas na área, como é?

Eu não sei te dizer. Mas o que é de competência do município é a gente que licencia. Aí dependendo do porte, das questões, vai pra FATMA, vai para o IBAMA.

Eu pergunto isso porque por muito tempo, [de acordo com] alguns relatos dos agricultores, aconteceram ações de fiscalização na área a partir do IBAMA.

Eles me falaram disso, mas [isso foi] no início, né, faz tempo. Bem antes da associação, foi o que eles comentaram. Que vinha o pessoal fiscalizar e tal.

É, que isso era mais uma questão de fiscalização do que de licenciamento, todo esse trâmite que está acontecendo agora.

E o que você pode me dizer a respeito da legislação aplicada às práticas dos agricultores e agricultoras lá? Se houve alguma mudança na própria legislação? Em relação a eles e a todas as ações realizadas lá. Enfim, são as mesmas ações ou não? E são baseadas também na mesma legislação?

A gente segue a mesma legislação. O que a gente até fez foi, por exemplo, tem uma portaria nossa que seria a documentação que a gente exige. E a questão, por exemplo, que para eles seria muito burocrático fazer um inventário florestal da área então, na portaria, eles mesmos fazem o levantamento de estoque de lenha. E aí a gente trabalha em cima dos dados que eles apresentam. Por exemplo: o fulano quer fazer de determinada área. Então, vai mais dois ou três agricultores de fora - da Associação, não da propriedade - vão lá e fazem o levantamento. E eles mesmos tão nessa história de fazer o levantamento para não precisar pagar um engenheiro florestal. Aí eles trazem para nós todo o levantamento das espécies, de AP e altura, metro estéreo e aí a gente vai lá na área e fiscaliza, vê se está tudo certo, conforme eles levantaram.

E de qualquer forma esse trabalho anterior iria existir a partir de um profissional que eles iriam pagar?

Sim. E caso eles não tivessem essa questão de eles mesmos fazerem o levantamento, eles talvez teriam que pagar um profissional que fizesse. Então, assim fica mais fácil para eles, mais acessível.

Mais isso também foi uma concessão, vocês colocaram isso na portaria para agilizar o processo?

Isso, foi no conjunto. Até eu não sei te dizer certo, porque eu já peguei o barco andando. Mas, vamos ver como que está aqui: "dados da área a ser suprimida, indicando a dimensão da área a ser suprimida; unidade aproximada de vegetação; caracterização da vegetação; indicação de espécies lenhosas as predominantes; indicação de atividade agrícola...". Tudo isso a gente pede nesse relatório.

E esse seria o processo para, por exemplo, entrar com o pedido de licença para supressão?

É um dos documentos, fazer esse levantamento, o que substitui o inventário florestal. Para os outros casos a gente pega o inventário florestal. E para eles seria um dos documentos, mas têm outros.

Então existe uma legislação específica para a roça de toco? Ou é tudo igual?

Pois é, eu sei que existe essa portaria e a gente trabalha baseado nela, mas eu poderia ver isso para ti. Mas a gente não foge da legislação, a gente tenta se adequar, facilitando para eles também. Eles entram com o processo, têm toda a documentação, a gente vai lá e faz a vistoria, verifica se a área não está em APP, vê qual o estágio de regeneração, vê se existe alguma outra área mais viável, até no sentido de transporte, ou que não seja em APP, caso eles tenham pré-definido que seja. Então a gente tenta ajeitar, ajustar.

E em geral, demanda quanto tempo, todo esse processo?

Depende da demanda que a gente tem aqui. Então, às vezes, eu consigo num tempo mais curto, mas mais ou menos, desde a entrada do processo aqui para eu fazer a vistoria, uns 20 dias. Estou tentando equilibrar. Como eu entrei na metade, estou tentando ajeitar e fazer o mais rápido possível. Até porque eles: "Ah, eu quero plantar tal época". Então eles têm o tempo, né. Às vezes depende do plantio, se é inverno, de verão. Então a gente tem que também pensar nisso, porque não adianta eles pedirem uma licença para uma cultura de inverno e eu conseguir liberar para eles só no verão. Então, eu procuro sempre fazer o mais rápido possível.

Você acha que a aplicação da legislação alterou, de alguma forma, a prática dos agricultores? A realização da roça, o que eles realizam ali. Você acha que essas questões normativas influenciaram na prática ou não?

Eu acho que eles têm mais um cuidado nessa questão de APP. Que agora a gente vai explicando que certas coisas não podem ser feitas por algumas questões, então a gente procura orientar. Então eu acho que eles têm melhorado nessa questão de conscientização de proteção de APP e curso d'água.

Então você entende que foi uma via de mão dupla, tanto eles tão se adequando quanto a própria legislação municipal esteja entendendo a questão?

Sim, pelo pouco tempo de experiência que tenho, acredito que sim.

E existem projetos de desenvolvimento econômico para a região?

Eu não sei te dizer.

Você saberia me dizer se existem comitês de bacias hidrográficas, já que lá são duas bacias hidrográficas: São Mateus e São Marcus. Então, se vocês trabalham também com essa esfera de bacia.

Tem. Só que não comigo. Mas até onde eu sei, parece que a bacia do Rio Biguaçu eles vão integrar a uma outra bacia. Pelo o que eu sei, eles queriam criar para o Rio Biguaçu. Mas eu acho que eles vão integrar ela numa outra maior. Mas ainda não tem um comitê aqui, o que eles tinham era uma ideia de fazer um do Rio Biguaçu, mas eu acho que vai ser integrado a essa maior, que eu não sei te dizer o nome. Essa é uma questão que tu poderias ver com a Andreia.

Como você avalia a prática dos agricultores e agricultoras de Três Riachos, principalmente esses que estão trabalhando na Associação.

A questão da qualidade da prática para a região, eu acredito que seja a que traz mais vantagem para eles, para a comunidade e à questão ambiental, de preservar. Então, eu vejo como a mais funcional para os dois lados saírem ganhando.

Mesmo com essa questão do carvão? Por muitos o carvão não é visto com bons olhos e muitas das instituições, principalmente ambientais.

Mas eu acho que o impacto que ele gera é local. Porque, na verdade, não é uma grande produção. Não são vários fornos. É cada produtor com o seu e forma mais isolada, em termos de distanciamento. Então, é mais impacto local. Não vejo como uma atividade tão devastadora assim. Mas nessa situação, é claro.

Você tem uma ideia de quantos processos da roça de toco você já liberou concessão de corte e tal?

Não sei quantos, mas todos que eu recebi estão na Associação. E os outros casos que vêm para mim, são para outras situações. Como eu te disse, têm questões que é para corte de exótica, tipo, o cara tem o eucalipto e quer vender. Na verdade, ele não precisaria de licença. Se não tiver em APP não precisa de autorização. Mas como muitos não sabem, a gente precisa ir lá e ver se está em APP ou não. Porque antigamente, até conversando com os próprios moradores, tinha muito incentivo para plantar eucalipto na região e até tem muita coisa que está em APP e aí a gente faz esse levantamento de ver se está ou não. Mas tem outras situações, de repente supressão para construir uma residência, alguma

coisa assim. Não é só roça de toco. Mas quem vem com a questão da roça de toco são os associados.

De que maneira você enxerga a forma que são tratados os agricultores e como eles são vistos hoje por instituições ambientais, culturais e pela própria sociedade.

A FAMABI sempre procura auxiliar e tratar da melhor forma possível. Ver a questão ambiental e econômica deles. Pela sociedade, eu não saberia te dizer, mas por parte da Fundação, a gente procura achar a melhor solução.

Entrevistado D – Representante institucional da Fundação Municipal de Meio Ambiente – FAMABI

Sou engenheira florestal da prefeitura de Biguaçu. Nasci na região do Vale do Itajaí, especificamente de Timbó. Trabalha há mais de 20 anos com inventário florestal e perícias ambientais. Trabalhava na FAMAB como engenheira florestal. Há 4 anos trabalha com os agricultores de Biguaçu. Como, de acordo com ela, a agricultura aqui em Biguaçu é mais acentuada em Três Riachos, acabou criando um vínculo maior com os agricultores dessa região.

Então isso acabou envolvendo tua experiência com o pessoal?

Sim, apesar de já estar trabalhando com a Universidade há vários anos, havia uma demanda deles entenderem a legislação. Na leitura deles, eles não podiam fazer nada? Nos dados técnicos da EPAGRI, da FATMA, do CEPA, da Universidade Federal, se estavam passando dizeres para eles, informações, havia sempre um medo deles fazerem uma roça, fazerem alguma coisa que poderiam ser autuados tanto pela fiscalização da polícia municipal, como pela polícia ambiental que comumente fazia giros com helicóptero pelas propriedades. Daí eles tiravam o ponto, pelo GPS, no ar e informavam a equipe interna para autuar? Então não são poucos os agricultores da associação que foram autuadas, né. Então, eu comecei, quando eles iam pedir, na roçada, né. Então eu soube que eles se encontravam uma vez por mês... Eu comecei a frequentar as reuniões deles e fiz a fala. Assim, a minha entrada na vida deles foi no dia em que eu fui na reunião e disse: "olha, a gente tem que entender a legislação para aplicar. Vocês têm que saber o que vocês estavam fazendo que vocês não podem. E para isso nós temos que caminhar juntos, temos que criar um vínculo de confiança. E quando eu for fazer a vistoria na sua roça, vocês têm que me dizer exatamente aonde vai começar a roça e aonde ela vai terminar. E aquilo que vocês me mostrarem não pode passar daquilo. Entende? Menor ainda pode ser, mas não pode ser maior, porque se não, você não precisa pedir autorização para mim, faz sozinho e arca com as consequências. Porque se no papel eu escrever que é um valor e você fizer outro, e a polícia ambiental e a nossa fiscalização bater lá e vê que é outro, você vai ser registrado do mesmo

jeito. Então eu vou confiar em vocês, como técnica, e vocês têm que confiar em mim que eu vou dizer: 'olha, isso é demais... isso aqui não dá... se é perto de um curso d'água, vocês já esqueçam, procurem outra área. Trinta metros do curso d'água, é água do mar, 30 metros não tem menos... Então vocês têm que entender isso.'"

Então foi essa fala que eu fiz com eles? E isso durou 3 anos e meio (que eu trabalhei com eles). E não teve uma atuação, sequer. Não teve nenhum dos associados da associação da roça de toco que é a que eu também... Porque é assim, os agricultores da associação são pessoas que frequentam as reuniões todos os meses. E com o passar dos anos a gente verificou que eles cresceram com o entendimento tanto do uso da terra, quanto da floresta, quanto do produto cultivado e manufaturado? Então houve um crescimento. E foi com esses agricultores que a gente trabalhou, basicamente. Outros agricultores que comumente eles não pedem autorização de fato, são aqueles que trabalham com as hortas, pinças, palitos...

Mas eles trabalham fazendo roça também?

Não. Eles trabalham basicamente com carvão. Se fazem uma roça, é uma rocinha pequena, só. Agora, já os da roça de toco não. Os da roça de toco, eles têm uma certa disciplina, eles manejam a propriedade. Eles fazem a roça do tamanho que eles podem cultivar. Às vezes são 400m², às vezes chega a aumentar... Muito raramente 1 hectare. Só tem um agricultor que eventualmente faz 1 hectare, porque ele é um agricultor que tem um equipamento... e tudo mais.

Você falou que o seu trabalho foi de quase 3 anos e meio e a associação tem 2 anos. Então teu trabalho começou antes da associação.

Sim, eu acompanhei toda a criação da associação.

Um ano antes da associação você já trabalhava lá. E foi também nessa perspectiva de acompanhá-los? Como era?

Na questão da legislação. Porque eu creio que um dos últimos itens era a questão da legislação. Eles sabiam que eles queriam fazer, eles queriam ter a propriedade, queriam vender aipim, aipim descascado, queria vender batata em caixa, queria vender isso, queria vender aquilo. Eles sabiam o que eles queriam e o que eles podiam fazer. Só que sempre acabam na condição de tirar a parte da floresta para fazer a nova roça. - Você já entende o que é a roça de toco? - Então, roça de toco, como o nome diz, você tem uma propriedade, você tem a reserva legal, que tem as suas limitações. Então, a roça de toco é assim: existe a propriedade e existe a floresta. Aí todos eles têm já a reserva legal. Ou pelo cartório ou pelo CAR. Todos eles têm CAR. Então, eles manejam a floresta retirando a vegetação. É uma supressão temporária, na verdade. (...) É bem interessante, porque não é supressão, é um corte temporário porque assim que é feito o plantio, seja de aipim ou de batata, principalmente de aipim, que é o que eles mais cultivam aqui, logo que o aipim alcança uns 47 cm, eles não capinam

mais. E muitas das árvores que eles cortaram, elas nem rebrotam. E outras, com a insolação, as sementes (...) e a regeneração já começa. Então quando o aipim chega a ficar pronto, depois de 1 ano e meio, que é mais ou menos o ciclo do aipim, 1 ano, 1 ano e meio para o aipim de cozinhar, e 2 anos para o aipim de fazer farinha. Então, quando eles vão cortar, seja em 1 ano, ou seja, em 2, a floresta já está se formando. Aí eles deixam abandonado, abandona por uns 15, 20 anos, para isso tem que foi feita uma instituição normativa municipal (...) então eles tiram, vão lá no meio, mas eles não vão com maquinário, só com enxada ou a pá, geralmente eles vão com a enxada, arrancam aquele aipim, retiram aqueles galhos com os quais eles vão fazer brotos (eles tiram os galhos para fazer as galhas) e para a nova roça que eles iniciam lá. E o resto da galhada fica tudo lá. Então, a roça ela fica, eles roçam, inicialmente, e tiram a madeira que dá para fazer carvão, que o máximo que eles fazem é carvão e eventualmente, se tiver uma árvore maior eles usam para fazer sobre a propriedade. Daí, tirada a madeira mais grossa daquela área eles passam um fogo que eles chamam de "limpa de fogo", aonde queimam as folhas e os galhos menores. Aí eles afastam a galhada que sobra e vão plantando o que eles têm no meio. E é isso que acontece. Quando a muda está no primeiro momento, quando está baixinha, 10, 20 cm, eles capinam. Depois, quando ela tiver maior, como eu falei antes, 40, 50 cm, aí eles não roçam e não capinam mais. Por isso que é "roça de toco", porque os tocos das árvores permanecem dentro da roça. Então aqueles que não rebrotam, eles vão ser materiais orgânicos. E a queimada ela é importante por causa do carbono que é devolvido à terra, que a agricultura precisa. O sol é necessário para que aquilo que eles forem plantar possa reviver. Ah, deixa só eu te falar a normativa: a lei fala que leis estaduais e municipais têm que ser mais restritivas que a lei federal. Então, quando a lei federal, a 12561, de 2012, ela diz que "o uso da terra... pelo estado, tem que deixar 7 anos." E acontece que a tradição da roça de toco ela é em média de 15 a 20 anos. Então, na associação foi debatido muito fortemente isso. Que para eles não adianta, porque eles precisam sobreviver da roça. Então, quando eles vão fazer uma roça, eles não podem esperar 2 anos para comer. Então o carvão é uma alternativa de subsistência a curto prazo. Então eles precisam derrubar um fragmento que tenha lenha dura o suficiente para fazerem um pouco de carvão, para poder vender e ter um dinheiro a curto prazo enquanto a cultura cresce. E se eles colherem a floresta em 7 anos, ou ela não está formada ou os caules estão muito moles. Então é só roçar, queimar e plantar. Então como eles têm poucas alternativas na propriedade de culturas, então o carvão é uma alternativa. Então, foi feita uma normativa municipal facultando mais tempo para eles tirarem a floresta novamente. Então, o que acontece: eles vão manejando a propriedade. E como eu trabalhei um bom tempo com eles, eu pude observar que esse ano tiravam aqui, aí no outro ano já faziam a roça do lado, havia um curso d'água, pulava o curso d'água, deixava esse entre aberto, fazia novamente e assim vai. Entendeu? E os técnicos que virão daqui em dez anos eles vão tá novamente naquele primeiro que eu autorizei antes. E essa já é roça. E é

interessante que eles compoem o saber dessa cultura, é que eles entendem como a terra funciona, e eles entendem como a vegetação funciona sobre ela.

Não sei se você sabe sobre isso, mas só para entender o contexto histórico. Eles fazem isso há quantos anos?

De geração em geração.

Antes de você, quem trabalhava lá na FAMABI? Você chegou a conhecer? Como a FAMABI agia em relação a esses agricultores antes da sua entrada na instituição? Você tem ideia?

A FAMABI começou com a Andreia Felipe, a atual superintendente da instituição. Ela que deu as primeiras autorizações.

Por que antes era clandestino?

Sim... continuou clandestino até eu chegar. Que é muitos anos. Mas aí a polícia ambiental começou a firmar um pouco o pé.

Na sua experiência com eles, você sabe alguma coisa da origem das famílias deles? Dos avós, os bisavós desses agricultores?

Biguaçu é basicamente cultura açoriana. Das famílias de açorianos que vieram. Basicamente isso. Existem alguns sobrenomes alemães, mas eles integraram mesmo a cultura açoriana.

E os avós deles, os bisavós deles já faziam a roça de toco?

É, mas a forma como é feita aqui em Biguaçu é sui generis. Ela é muito metódica. Tanto é que assim que, a Cíntia, não sei se ela falou para você do congresso da África do Sul, foi o único grupo do Brasil classificado para apresentar na África do Sul no Congresso Mundial de Florestas. Porque a roça de toco de Biguaçu ela só acontece deste jeito aqui. E sabe porque ela só acontece desse jeito aqui? Porque você não vai encontrar área degradada nessas propriedades. Você não encontra área degradada. Você pode encontrar lá no máximo uma pastagem que tem curso d'água no meio e de um agricultor, só. Porque os outros todos têm os cursos d'água protegidos, todos eles têm a área de reserva legal intocada, apesar de a legislação dizer que se precisar retirar para realizar uma benfeitoria na propriedade, há a possibilidade de tirar árvores isoladas da reserva legal (pela legislação federal). Então, existe a possibilidade de usar, mas não em corte raso na reserva legal, mas uma árvore que esteja passível de corte é possível retirar se estiver isolada.

O que eles chamam de corte raso?

Corte raso é quando você vai num terreno e corta tudo. Por exemplo, para construir uma casa: se tiver grama você tem que passar máquina para tirar até a grama, para que seja em cima de um plano retinho. Isso é corte raso. Quando um agricultor, ou seja, quem for num loteamento, por exemplo, eles cortam tudo, só deixam a área institucional. A APP, a área institucional. Agora, no caso

da roça de toco ele é um corte temporário. Mas na supressão do agricultor da roça de toco nós não estamos no conceito certo, porque na verdade você tem toda uma floresta e você só vai suprimir um pedacinho. Você vai cortar, porque daqui a 6 meses já vai estar rebrotando. Seis meses é a média que aquela área fica sem vegetação.

E essas propriedades têm em média qual tamanho? Das propriedades, não dos cortes ou das áreas onde serão feitos os cortes. Fazer esta pergunta na próxima reunião da associação]

Aí eu não sei.

E nota-se que eles também estão se politizando e que eles estão entendendo que eles têm um peso na comunidade. E inclusive eu creio que vai sair um candidato a vereador deles, porque eles estão crescendo enquanto comunidade. Outros agricultores não estão vindo para a associação, mas eles enquanto cidadãos estão crescendo, estão prosperando. Só não prospera mais quem não quer trabalhar mais, não quer se esforçar um pouquinho mais, esse é um dos motivos, porque o produto deles é muito bom.

Bom no sentido de qualidade?

De qualidade. Tanto o cultivo quanto o carvão. Porque veio um professor do Canadá nas últimas férias de janeiro junto com um empresário e ficaram encantados com a qualidade do carvão.

Como ocorre a divulgação de seus saberes entre eles?

Eles têm um vínculo de um vínculo de confiança entre eles. Porque a associação também foi construída e levou meses para sair. E eu achei isso muito bem conduzido. De um modo que eles periodicamente se visitam. Então o próprio agricultor vai na casa de um para ver a roça que ele fez, para ver a autorização, se tem autorização, como tá a qualidade do carvão dele, como é que tá o forno, como é que tá a roça, como está a propriedade. Então, todos eles vão passar na propriedade de todos. E essa visita, na verdade, criam um vínculo de confiança entre eles. Eles vão se conhecendo e vão confiando um no outro. E eu achei isso muito legal. "Porque daí o que você não sabe, eu sei. Eu te ajudo, vou ver se eu capto alguma que eu possa ficar..."

Você não trabalhou só com agricultores da associação?

Não.

E você nota diferença entre esses agricultores que tão fazendo esse processo para outros?

Sim, eles são mais isolados, eles são mais - os outros tradicionais - individualistas. O que foi uma coisa tipo que quebrada um pouco na associação. O lucro é meu, e é meu e acabou-se. Eles têm isso também, claro, mas os que estão fora da associação justamente não estão dentro porque não concordaram com essa questão de compartilhar as vendas. Não que eles tivessem que

compartilhar lucros, mas compartilhar mercado, compartilhar saberes. Então eles acabam assim, se isolando.

Possui ideia de quantos agricultores fazem a roça de toco, além daqueles da associação?

São só os da associação. Os que estão fora eles praticam a agricultura sempre no mesmo lugar. Eventualmente ou aqui, ou ali, mas é basicamente no mesmo lugar.

Eu estou perguntando isso porque houve um aumento das famílias na associação. Quantos eram na tua época?

Eles falaram aumentou?

Na última reunião que eu estava.

É, isso era um desejo deles quando eu estava. Mas eu não fui mais às reuniões.

Pois é, então existem outros agricultores fazendo também a roça de toco.

Ou aderiram. Porque nós estávamos incentivando para que eles abrissem o leque, porque você pode fazer parte da roça de toco e produzir açúcar mascavo. Você pode fazer parte da roça de toco e produzir melado, mel...

E isso foi um incentivo das instituições (da FAMABI, da EPAGRI e da FATMA)?

É, a gente vê nos supermercados a demanda de alguns produtos que eles não estavam produzindo. "Então, nós temos uma marca e nós fazemos isso em casa. Então por nós não vendemos o excedente?" Então foi onde a gente começou a incentivar que se produzissem outros produtos, como por exemplo, a banana veio depois do aipim e da batata. E a banana do mato ela tem a sua própria marca, a sua própria etiqueta ali. E a cachaça também.

Eles estão fazendo?

Eu não sei se eles tão fazendo, mas eu estou dizendo para você que pode ser que nem todos que fazem parte da roça de toco eles produzem cultura que nem a da terra. Porque por exemplo, o fabricando de mandioca ele mesmo não tem terra para fazer roça. Ele não pode fazer a farinha e plantar o aipim, porque se não teria tempo para fazer a farinha, então o pai dele tem a floresta e o pai dele planta aipim e tira a floresta. Ele tem que fazer o que nos finais de semana? Ele ajuda a roçar, a tirar a floresta, faz a roça e fornece a lenha para o filho, que o pai tem a farinheira. E o Agricultor A, que é o farinheiro, ele é o que vai na associação. Então é um conjunto, um sistema integrado entre os agricultores. Assim como a agricultora C e o agricultor D, eles vendem aipim descascado. Tem o pacote - lindo o pacote, né? -. Aquele pacote foi todo bem trabalhado com eles, eles criaram, fizeram o design, e tudo, né. Tanto da farinha, como o aipim, "o nosso aipim", "a nossa farinha"... E daí quando algum outro agricultor tem excesso de aipim, então eles começam por aí.

E todas as roças são iguais? Ou cada um tem o seu jeito de manejar as roças? E nesse caso, quando eu falo em relação aos saberes é nesse sentido: como que um começou a fazer e os outros começaram a fazer também...

Não, não. Todos eles fazem igual porque essa é uma cultura que vem dos antepassados: é roçar, tirar a madeira grossa, não desfocar, escolher a madeira que serve como lenha lá para o fogão de casa, como alguma estaca que precisa para compor algum concerto na propriedade seja no rancho, seja em casa, a lenha que vai para o forno para fazer carvão e o que sobra é queimado. Esse é o procedimento básico.

O carvão os antepassados também faziam, então. O carvão não é novo nesse processo.

Não. Tanto é que o professor Fantini foi o principal incentivador para que nós começássemos a licenciar os fornos. Então cada propriedade tem um forno de carvão. Há um ou outro que tem dois fornos. Porque a gente percebeu que a partir do momento que eles começaram - principalmente os licenciados - a ganhar lenha que jogavam das construções... E eles poderiam ter muito mais lenha se eles tivessem mais de um caminhão disponível. Porque o que sobra de resíduos da construção civil, na grande parte, é madeira. Então muitos ganham os resíduos da construção civil... Às vezes a própria defesa civil precisa autorizar o corte de alguma árvore em alguma rua que vai ser alterada e precisa tirar essa vegetação... Então a gente acaba doando pra eles fazerem carvão pra não ter que jogar no aterro. Então a fundação de meio ambiente licenciou os fornos dentro do parâmetro da normativa.

E eles não são mais ilegais.

Não, eles não são mais ilegais. E como eles dizem: "eu posso deitar a minha cabeça no travesseiro e dormir".

- Mas vai afetar a prática deles o anel viário?

Não vai afetar a prática deles, mas vai afetar os agricultores que produziam arroz, ali na região da fazenda. Porque tem produtor de arroz que também faz cultura da roça de toco, não necessariamente lá onde são as arrozeiras, mas em outras áreas da propriedade. Então o anel viário não vai afetar a prática da roça de toco, somente a agricultura familiar.

Como ocorre a escolha da localização de onde serão as roças? São eles que escolhem, foi algo que passou desde os pais, desde os avós são os mesmos [lugares]?

É assim: eles sabem quantos anos tem a floresta. Quando você é um técnico com prática... Então no começo eu não sabia que eles estavam, tipo que assim, me "engabelando". Aí: "Ah, isso aqui tem dez anos", então vai medir a circunferência daquilo e tal e você via que aquilo dali tinha mais. Mas depois de um tempo eles já não podiam mais mentir. Mas a gente também muitas vezes entendia que ele precisa fazer a roça, de alguma forma ele tem direito, ele tem

que comer, ele tem direito à prática da agricultura, ele é agricultor, ele precisa, né? Então tem todo um contexto. Então nós como técnicos achamos uma forma pela legislação para poder autorizar. Então é como eu te falei, os nossos agricultores aqui em Biguaçu eles vão fazendo a roça deles uma após outra. Eles não ficam: "Ah, vou fazer que nem índio"; "faço queimada aqui, uma queimada ali, uma queimada lá não, não, não." Eles têm um quadrado ou um retângulo que nesse ano eles vão tirar, tiram realmente e plantam, abandonam, e vão para o lado, vão, vão... Até chegar na reserva legal, até chegar numa APP, que daí eles não tocam.

Mas eles não escolhem assim por uma função tipo: econômica, por ser mais perto, logística... Não tem isso, né? Eles vão lá, tem uma propriedade, escolhem dentro dessa propriedade a área e essa propriedade foi comprada pensando não...

A maioria deles herdou e comprou mais uma parte, acrescentou. E já áreas mais próximas, elas já foram gastas, estão em regeneração. Porque eles não praticam isso de ontem, eles praticam isso há muito mais de 30 anos. Ali, é uma prática que vem há mais de 50 anos. Os avós deles já praticavam isso, os bisavós praticavam. Então, as áreas estão em regeneração, da mesma forma [desde os avós, bisavós]. E com o tempo, se você tiver num setor de licenciamento, como a gente estava, você vai conhecendo: "essa aqui tem 15 anos, essa aqui está com um pouco mais". Você vê um determinado quadrado ele está mais avançado que outro. Então eles seguindo um padrão.

E em relação às árvores, a maioria é exótica ou nativa?

Nativa.

E eles replantam nativas ou exóticas?

Então, a Fundação do Meio Ambiente ela condiciona, principalmente na área urbana, o corte de uma árvore "uma por dez". Você vai cortar uma árvore e vai doar dez unidades. Se você tem um loteamento e vai precisar cortar tantas árvores... Vezes dez. Então quando eu estava na fundação, eu conversei com o superintendente para ele ceder uma parte dessas mudas para os agricultores da roça de toco. Então, quando eles tiravam a cultura de lá, e estava se regenerando, a gente doou muitas mudas pra eles tentarem plantar espécies de uma espécie melhor, como cedro, canela... Porque apesar de a canela ser uma secundária... Então quando ele tira o aipim, às vezes a vegetação já tá alta e dependendo das árvores, as iniciais, as pioneiras, são árvores que elas crescem no primeiro estágio da recuperação ambiental e como as chamadas "espécies pioneiras" já vão estar com 2 a 3 metros, elas vão estar fazendo sombra pra essas mudas que a gente introduziu lá que estão em estágio secundário-inicial. E eu ainda quero ver como foi o comportamento dessas espécies que a gente introduziu lá, que são espécies nativas da região, só que secundárias (e foram várias, várias espécies).

Mas ainda tem uma grande quantidade dessas espécies ali?

Sim. Mas eu acho, empiricamente falando, é que deve diminuir a sociologia da floresta da roça de toco.

Em qual sentido?

Acho que algumas espécies não crescem mais. A diversidade, né? Porque quando eles cortam e abandonam depois, vem uma quantidade. Só que essa diversidade já não é igual à da floresta que foi intocada. Apesar do vendo e dos pássaros trazerem. Então se nós aqui, de posse de conhecimento da floresta nativa introduzirmos mudas que não tem mais aqui, mas que tem lá você mantém a diversidade. Mas se você só plantar a nativa, aí a nativa suprime tudo, aí você diminui a diversidade. Mas tem um agricultor ali em São Mateus que ele faz manejo da bracatinga e no terreno dele, a bracatinga dominou. E ele tem bracatinga de vários anos, sendo que ele trabalhou todo o carvão só com a bracatinga. E assim: ele tira uma parte da bracatinga que está boa, porque a bracatinga tem um ciclo de vida relativamente curto, de 7 a 10 anos, aí já começa a aparecer bracatinga caindo as folhas e tal... Quinze anos no máximo. Então o que ele faz: como a bracatinga precisa de fogo, ele tira o bracingal daquela área, a madeira e tudo, atea fogo e aquele fogo vai fazer ela rebrotar, vir as sementes. Enquanto a bracatinga está pequena, ele planta aipim. Faz o mesmo processo, mas só com a bracatinga.

Então existe uma certa diferença entre as roças de toco pelas espécies.

É. E aqui a bracatinga é considerada exótica. Ela é nativa de altitudes maiores, lá de Lages, essa região aí. E o ciclo dela é curto independentemente de ela ser exótica. Mas por ela ser exótica aqui, não precisa de licença para ser cortada. Embora o agricultor não se agarre muito à licença, porque para ele é bom, porque aí ele vai ter direito ao saco da associação, o saco padrão da roça de toco. Assim como eles têm o saco vermelho para as nativas da roça de toco, eles têm um verde para as exóticas.

O que é a produção de carvão para esses agricultores?

É moeda de subsistência. É moeda a curto prazo.

Então a roça de toco ela é o principal nesse processo. Ou o carvão é o principal? Como que se dá essa relação?

Eu gostaria de ter que roça de toco é o principal, mas quando eu chego numa propriedade que antes não tinha forno nenhum e agora tem três, eu começo a me questionar. Então, para os agricultores, o principal deveria ser a roça, porque é de lá que eles vão tirar o recurso maior da família, o carvão deveria ser só um paliativo, para ir levando. Então eu não sei para onde eles estão para onde que eles estão relevando. Eu alertava já: "olha, na hora que a gente licenciar os fornos e eles começarem a fazer mais carvão do que eles faziam antes, a gente corre o risco de eles depredarem a propriedade. Mas para isso, existem os técnicos da Fundação, para isso existem estudos periódicos...

Então pode estar havendo também uma mudança nesse processo.

Têm agricultores muito sérios e que para eles a roça é a prioridade. Mas em todo lugar tem aquele que não é tão leal ao objetivo. Mas eu não estou mais com eles, como eu estava, enquanto licenciadora. Se eu estivesse, aí eu poderia observar isso. Então é a nova técnica que está lá que tem que ficar de olho, quando ela entra numa propriedade para fazer vistoria de uma roça ela tem que ver o licenciamento anterior e ver se continua aquela lealdade que eles praticavam inicialmente.

Nesse caso, então, o processo para roça de toco ele é algo que demanda muito tempo: tanto de fiscalização, acompanhamento dos órgãos, como da própria prática de cultivo, etc. Porque, e eu não tenho certeza disso, o processo do carvão ele se dá numa velocidade diferente da roça de toco.

Sim, porque ele é uma cultura que demora 1 ano, 2 anos para ficar pronta para colher. O carvão, na medida que você vai tirando a floresta, empilhando a madeira, deixando ela secar um pouco e aí já dá para botar no forno e em 3 ou 4 dias você já tem uma fornada de carvão para empacotar. Em duas semanas você já tem tudo pronto para vender. E agora no natal vende como água. Aqui na nossa região vende muito bem.

Então o comércio desses produtos está acontecendo aqui, Florianópolis e região.

Isso.

O que difere o carvão produzido aqui de outros?

Então, foi na realidade no início por causa da embalagem: a vermelha para carvão de espécie nativa com autorização de corte. Só tem acesso ao pacote quem tem a licença da Fundação do Meio Ambiente. E foi discutido isso para que não houvesse mistura dos materiais. Tanto é que quando chega a última fornada e ali tem um pouco de nativa e um pouco de exótica e com aquela mistura toda eles vão fazer uma fornada... Para outras espécies que não as nativas tem um pacote pra isso. Então eles têm ciência disso. E o comprador... está, existe uma grande variedade de carvão nos mercados. Mas eu to falando especificamente do carvão da roça de toco. O carvão da roça de toco que você comprar e tiver em saco vermelho, você pode comprar que é de nativa. É uma mistura de nativas, mas apenas espécies nativas. E o pacote verde aí diz se é eucalipto, se é bracinga, se é uma mistura...

Então da parte desses agricultores - que eles também se chamam de agricultores?

Sim, claro. Está no sindicato e tudo.

Mas eles têm um trabalho de seleção que outros produtores de carvão não têm?

Isso. Porque eles construíram a marca. E é uma marca coletiva.

E a próxima pergunta seria como ocorre a seleção dos produtos... Mas é isso aí, né?

É, por isso que eles fazem as visitas mensais, todo mês um agricultor é visitado, para ver se ele tá correspondendo ao que o regimento interno da Associação preza, [para ver] se ele não está fugindo ao regimento interno que eles mesmos construíram. Por isso que uma pessoa pra entrar na Associação ela tem que frequentar alguns meses as reuniões, pra interiorizar bem o objetivo da Associação, que não é simplesmente: "Ah, eu vou lá com o meu produto, e já pego a marca e já vou...". Não. Existe todo um saber que tem que ser interiorizado pela pessoa.

Eles têm uma constituição deles onde um dos itens é a quantidade de tempo na associação?

É. Eu não sei se são seis reuniões (seis meses) - tem que conferir no regimento deles -. Aí se eu quero entrar lá, digamos que eu quero vender, por exemplo, açúcar mascavo. Então, eu quero a marca deles, que é produto orgânico, é bom e tal. Então eu tenho que ir a seis reuniões, uma por mês. Nesse tempo a pessoa vai conhecendo o mecanismo da Associação, como é que se construiu isso, como é que o produto dela vai caber naquilo. Será que o meu produto cabe para essa marca? Porque pode ser que não. Eles estão pensando em fazer banana seca, para secar a banana porque tem muita banana que sobra na propriedade. Então, a banana seca vai ter um pacote, uma marca. "Mas então: eu sou produtora de banana. Será que a minha banana cabe? Se eu usar agrotóxicos ela não vai caber e eu não vou receber o selo deles". Mas para pessoa entender porque o produto dela serve ou não serve ela tem que frequentar as reuniões, acompanhar os debates, acompanhar as falas.

Então existe também essa preocupação com a não utilização de agrotóxicos?

Com certeza. Os produtos deles são orgânicos. Só que por causa de uma questão política da associação dos orgânicos acabou que a associação dos orgânicos teria que vir para roça de toco.

Existem outras associações?

Sim, que são dos orgânicos. Mas eles não fazem roça de toco.

Eles produzem outros produtos de outras maneiras, mas orgânicos?

Sim, através da cultura tradicional, sempre no mesmo lugar.

Como ocorreu o processo de constituição da Associação?

A Cíntia faz o trabalho lá desde 2006, há 11 anos. Então foi um processo gradativo. E foi só depois de 10 anos que deu para estabelecer a Associação. A Associação tem dois anos. Então depois de nove anos eles entenderam que

agora eles estavam prontos para trabalhar em comunidade, até então eles trabalhavam sozinhos.

E quais seriam as atribuições da Associação? Existem atribuições, existem objetivos comerciais?

Não, a Associação é sem fins lucrativos. O agricultor que vende o seu produto. Mas eu não sou a pessoa certa para falar sobre isso.

E o que mudou antes e depois da Associação?

Eu acho que eles prosperaram. Olha, o tempo que eu trabalho aqui, o dia que eu mais me alegrei foi quando eu cheguei na casa do agricultor D e da agricultora C e eles estavam com a caminhonete novinha, com plástico em cima, que eles tinham acabado de tirar da concessionária para poder transportar os produtos deles. Então quando eles chegaram num nível de instituir uma Associação, porque eles aprenderam o que é uma cooperativa, o que é uma ONG, o que é isso e aquilo - mas eles optaram por associação - e começaram a colocar os seus produtos na embalagem, os produtos começaram a vender, e eles começaram a entender que eles tinham que cobrar pelo produto. Porque essa foi uma discussão também, "quanto vale o meu produto?". "Ah, eu quero comprar 1kg de aipim", "Ah, pega uns 3, 4kg. Eu te dou". "Não, você está perdendo dinheiro. Tem que aprender que o teu produto tem valor. E você trabalhou para ele". Essas eram discussões entre nós técnicos e eles. E os casais foram entendendo qual dos dois sabia negociar melhor. Porque às vezes o marido ia lá entregar um certo produto: "Ah, não dá de baixar o preço?", "Ah, dá, dá. Para ti eu faço assim". E chegava em casa, cadê o lucro? Lá se foi, porque o marido não sabia negociar. Então, não. "Vamos ver quem é que sabe cobrar: tu sabes cobrar, então vamos lá. Na próxima semana, você vai entregar o produto. O seu marido dirige e você vai entregar". E essas discussões foram também muito interessantes, porque aí eles começaram a se conhecer, a saber seus dons.

Então esse seria o bloco sobre legislação, levando em conta que você não responde mais pela FAMABI. Mas qual seria a relação da FAMAB com esse grupo de agricultores em específico?

A FAMABI faz o papel da FATMA a nível de município. Porque se não, antes eles teriam que pedir autorização da roça na FATMA e isso é uma coisa impraticável. Inclusive estamos discutindo seriamente sobre o licenciamento da propriedade e não por unidade, por parcela. E isso diferencia, se maneja a propriedade toda, eles sabem que tem né? Então, o papel da FAMAB é o de licenciar as áreas para que eles possam produzir. A FAMAB também tem um setor de fiscalização, e obviamente que sempre há denúncias: "Ah, o fulano está tirando mato que não foi licenciado". Vai verifica se está tudo certo.

E qual seria a relação da FAMAB com outros órgãos de legislação ambiental e de desenvolvimento rural? Existe uma parceria entre a FAMAB e outros órgãos, existem ações conjuntas?

Sim, existem parcerias institucionalizadas. Mas assim, eu como órgão licenciador, para mim era interessante conhecer para poder licenciar, senão eu não poderia licenciar. Se eu sou uma mocinha da cidade, eu chego lá: "Oh, vai tirar a floresta! Ah não, que a lei diz que não." Mas aí eu vou ter que aprimorar a minha leitura sobre a legislação em função e buscar ver se existe alguma legislação que diz que o agricultor pode tirar uma área de mata que é para fazer uma cultura. Aí sim, muitas vezes eu precisei do representante da EPAGRO, muitas vezes eu precisei da representante da FATMA (na época pós-doutoranda pela EPAGRI).

Mas era uma questão pessoal de vocês? Porque ela nem estava na FATMA até então?

Não, mas ela era estudante.

Então no caso dela eu sei que foi uma coisa que surgiu, no início, com o intuito de uma pesquisa e isso foi se aprimorando até hoje que ela está na FATMA. Mas no caso de vocês, que representavam uma instituição, era também uma coisa que seria muito mais pessoal.

É que: por que eu vou fazer mais difícil se dá para fazer mais fácil? Eles precisam me conhecer e eu precisava conhecer eles. Porque se não, ia continuar essa história de enganar. De dizer que "ah, eu só vou tirar um pedacinho" e na verdade foi um pedaço. E aí eles iam continuar levando multa.

A multa era pela FAMAB ou pelo IBAMA?

Várias foram pela Polícia Ambiental Estadual.

Como ocorre o processo de autorização de corte?

O agricultor vem aqui, abre um processo na Fundação solicitando autorização de corte para uma roça, aí o técnico vai lá, faz a vistoria. E no começo do ano, foi feita uma normativa onde está o estoque de lenha. Então o agricultor faz o levantamento, mede, faz as parcelas, demarca as parcelas, faz o cálculo de quanta madeira ele tem nas parcelas e projeta sobre a área total. E de posse desse material, desse levantamento todo, ele traz aqui para a técnica do setor florestal que corrige os dados e com o processo na mão ela marca para ir à propriedade fazer a vistoria e ver se os dados correspondem. E com posse de tudo isso ela pode autorizar ou não.

E esse processo de autorização de corte dura aproximadamente quanto tempo?

Isso depende da demanda do setor florestal, mas quando eu estava lá a ordem era que nós fizéssemos primeiro a vistoria dos fornos. Porque eles têm uma época para plantar, então eu sempre dizia para eles que "vocês não devem deixar para fazer o pedido para o corte na última hora, vocês têm que fazer antes. Vocês sabem que esse ano vão fazer tal área de área, você tem que pedir antes, porque eu não vou só atender você. Tem que entender que tem outras

pessoas que também têm necessidade". Daí eles já estavam acostumados a fazer.

Mas tem uma média de tempo em que isso ocorria? Desde o pedido até eles poderem cortar?

Vamos dizer dois meses.

Quais são os modelos e as normas orientadoras para os processos de recuperação de áreas florestais degradadas? Existem normas nas três esferas?

A FATMA tem instituição normativa para recuperação de área degradada. E os municípios se baseiam nessa instituição normativa. É que todos os estados têm a sua secretaria ou fundação de meio ambiente a nível estadual. Então todos têm.

E nesse tempo que você ficou lá existia - e aí já é algo mais da sua experiência - mas como que era o acompanhamento do IBAMA nesse processo? Existia, você via o IBAMA, o IBAMA se aproximava de vocês, como que era?

Sim, a gente teve relações com o IBAMA. Na questão do licenciamento de motosserra, alguns licenciamentos, de tratores, coisas assim.

Mais essas coisas de equipamento?

Eu também participei com um técnico do IBAMA em reuniões e coisas assim.

Mas na associação, vai alguém do IBAMA?

Não, porque não precisa do IBAMA ali. Não é esfera federal, é esfera municipal. E a FATMA está nisso por causa da Cíntia. Mas nós tínhamos o desejo de que a FATMA tivesse a gerencia de agricultura tradicional, no setor rural da FATMA, mas nós queríamos que tivesse uma gerência que atendesse esse público que pratica agricultura tradicional como roça de toco, coleta de pinhão, os cipozeiros. Então nós queríamos que tivesse uma gerência nessa área para criar normativas para essas áreas, porque não tem e, justamente, deu no que deu todo esse êxodo rural e não se pensou na agricultura tradicional. Se tivéssemos criado uma gerencia específica para a agricultura tradicional, muitas famílias tinham ficado na roça. Porque a agricultura tradicional supre uma demanda de alimentos a nível municipal e geralmente essa agricultura não usa agrotóxico ou usa pouquíssimo agrotóxico, que é necessário. E não podemos esperar o Brasil vá produzir tanto alimento que vai suprir todas as demandas. "Ah, o vizinho que vende leite, o vizinho que queijinho, que vende manteiga, outro vende aipim, outro vende batata, outro vende cana para o rapaz que faz caldo de cana na praça". Então, ainda que a agricultura tradicional pareça que produz pouco ou quase nada, ela é necessária nos municípios. Então, não se pensou em valorizar a agricultura tradicional. E agora o que a gente tem? A gente tem municípios cheios de sítios do pessoal da cidade que vai no fim de semana lá e não produz nada e que antes eram áreas agricultáveis.

Em Três Riachos também estão virando segunda moradia, casas de veraneio?

Sim, principalmente. Ah, por exemplo: não pode cortar a araucária. Ok. Mas então pode vender o pinhão. Vamos normatizar, quando é época do pinhão você tem pinhão pequeno e molenga porque foi tirado antes da hora. Não, quando for vender o pinhão tem que ter um tempo, um período, uma data, para isso tem que ter uma normativa, pessoas que se preocupam em buscar a bibliografia, a estudar e criar normativas para que os colonos também possam se proteger. "Ah, e sou coletor de pinhão, mas qual é o meu direito para eu me aposentar ou o que eu posso fazer?"

Não existem essas gerencias e esse tipo de atividade está inserida em qual gerencia?

Em gerencia nenhuma. Que nem os catadores do cipó, os cipozeiros, também não está inserido em lugar nenhum.

Quais as etapas e atividades são necessárias para a concessão de produção de carvão? É só o licenciamento do forno, né? Então existe também um processo que eles entram, com a planta baixa

Sim, a planta baixa do forno com as medidas...

Existe um mapeamento disso, dos fornos, ou não?

Eu estava fazendo, só que com o corte do ministério das bolsas isso ficou meio por ver.

Você considera que a mudança na legislação ou na sua publicação - no caso, dessa normativa que você falou - influenciou de alguma forma na prática deles?

Não, a normativa só veio a legalizar a prática. Porque nós, como técnicos, acabávamos tendo que "mentir" na hora do parecer técnico dizendo que uma área tinha menos de 10 anos quando, na verdade, nós sabíamos que ela tinha mais de 10 anos. Então isso era muito perigoso. É perigoso, claro. Porque se eu botasse que tinha mais de 10 anos eu não podia autorizar. Isso foi motivo de nós - eu, a Cíntia, Nei - de conversarmos muito, de motivo de a Cíntia ficar muito preocupada comigo, principalmente. E os agricultores perceberam isso quando entrou a outra técnica. Então eu não tinha assim muito medo porque eu sabia que eles precisavam produzir, porque eles dependiam daquilo senão eles iam acabar na cidade.

Existem projetos de desenvolvimento e integração econômica pela região? Tipo, a FAMAB trabalha com os órgãos de desenvolvimento econômico ou não?

A EPAGRI e o CEPA estão desenvolvendo alguns projetos sim, mas eu não posso te especificar o quê. Você poderia perguntar ao Rafael da EPAGRI.

E existe algum comitê de bacias - porque no caso são duas bacias: de São Mateus e São Marcos - que tenha gerado algumas ações de planejamento dentro de comitês de bacias?

Não sei sobre isso. Mas eu acho que não existe. Quem pode saber disso pode ser a Ana da FAMABI. Mas a superintendente pode te dizer melhor.

Como você avalia a prática dos agricultores em Três Riachos?

Eu era acostumada com a agricultura tradicional, no Vale do Itajaí, no Alto Vale só se pratica agricultura tradicional, que fazem a roça no mesmo lugar. Então, quando eu cheguei aqui, foi tudo bem diferente, até quando eu observo a qualidade do produto que eles tiram da terra. Não tem igual. Eu acho isso muito legal. Só que a minha preocupação, é que eles não têm sucessores. A maioria daqueles agricultores quando ficarem velhos e deixarem de ir para a roça não vão ter sucessores. Nem o agricultor A, que produz farinha, ele só tem meninas. Nem o agricultor D e a agricultora C, só têm uma menina. Outros também. E isso é preocupante.

E nesse sentido, de que maneira você enxerga forma que são tratados esses agricultores? Como eles são vistos pelas instituições ambientais, culturais e pela sociedade?

Eu tive muita dificuldade dentro da Fundação para licenciar. Eu não posso te falar, essa aí eu vou falar.

Mas falando da questão da sucessão?

Eles lá na comunidade eram discriminados, eram motivo de chacota e isso foi o que mais dificultou a entrada de novos associados durante muito tempo. No tempo em que eu tive na associação não teve associado novo, agora tu dizes que entrou um bocado, mas eles eram discriminados. Porque tu imaginas, eles ficaram ano após ano, nove anos se encontrando todo mês, sexta-feira à noite, cansados, e os amigos lá no boteco, no salão da igreja rindo que os bobocas tão ali. Então eles foram muito discriminados. E os órgãos ambientais também não entendiam isso, porque a Fundação também é nova, não sei se tem 5 anos. A FAMAB é nova. É, agora é a segunda legislatura desse prefeito aqui, [ela surgiu] quando o outro prefeito entrou. Tinha a Secretaria do Meio Ambiente, não tinha era a Fundação. Então deve ter 8 anos que tem a Fundação do Meio Ambiente aqui. Então tudo é muito novo.

E quem fazia a gerencia lá era a Secretaria de Meio Ambiente?

Não, não existia. Têm histórias, quando você entrevistar o agricultor A, o enfrentamento da polícia, esse tipo de coisa. A gente entende, nós sabemos que a polícia recuou para não machucar eles, mas eles contam isso, que tiveram que enfrentar a polícia, tiveram que se unir. Só que essa unidade não continuou com a associação, porque muitos preferiam ir para o boteco que para a reunião, discutir práticas que discutir saberes.

E nesse sentido, observa-se então, uma mudança - como você falou - e, na tua opinião, acha que vai haver, talvez, um regresso? Porque você falou da questão da sucessão - eu estou tentando atrelar as duas coisas - talvez a valorização da prática e eles passarem a ser enxergados não mais como motivo de chacota pode haver um regresso dos mais novos de volta para a prática?

Só se essas moças casarem com rapazes que queiram trabalhar na roça. Mas é muito difícil. Só o tempo vai dizer.

Mas de qualquer maneira, a perspectiva é caminhar para uma diminuição?

É, porque pelo jeito que está. Não sei, não dá para dizer. Mesmo que as moças casem com rapazes da cidade e eles forem para lá, eles não têm a prática, eles vão ter que se submeter ao sogro e toda aquela coisa... E aí você vê a cultura hoje dos jovens... eu não sei, vamos ter que esperar para ver, eu não sou profeta.

Entrevistado E – Representante institucional da EPAGRI Florianópolis.

Sou engenheiro agrônomo, trabalho na EPAGRI desde 2002, de 2003 a 2009 eu estive fora da instituição, pois trabalhei na Secretaria do Estado de Desenvolvimento Regional, na Grande Florianópolis, onde minha área de atuação era a Desenvolvimento Regional e Territorial, onde nós elaboramos junto a uma equipe da UFSC a agenda de desenvolvimento da Grande Florianópolis. Em 2009 eu retornei a EPAGRI, onde atuo desde então, onde trabalho com pesquisa socioeconômica, basicamente. Desde 2010 nós elaboramos um projeto chamado “Rede Sul Florestal” para o desenvolvimento de pesquisa interdisciplinar voltada a produção de carvão vegetal em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Decorrente dele surgiram outros projetos que desenvolveram esse espectro da Roça de Toco de Biguaçu do qual eu também faço parte.

Qual é a sua experiência com os agricultores e as agricultoras de Três Riachos?

Meu primeiro contato com Três Riachos se deu em janeiro de 2011, quando eu fui visitar e conhecer o sistema de produção e conhecer as famílias e o seu mecanismo de trabalho. Isso se deveu por conta dos trabalhos exploratórios desenvolvidos pela doutora Cintia. Eu tinha lido o trabalho dela onde ela identificou uma série de questões relativas a incapacidade da extensão rural de interpretar os problemas dos agricultores locais e trazer, dentro da perspectiva e ótica dos agricultores, uma solução para os seus problemas. Então fui lá conhecer e ao longo de 2011 surgiu um edital do CNPq onde a gente escreveu o projeto, o projeto Rede Sul Florestal já estava iniciando, eu sai para fazer

mestrado, fiquei fora da empresa em 2011 e 2012, mas em 2011 eu ajudei a escrever um projeto voltado ao desenvolvimento de inovações na agricultura de Biguaçu, para tentar carrear neste projeto, todos os levantamentos e apontamentos que o componente de socioeconomia do projeto Rede Sul Florestal fosse levantando. E o projeto “Valor da Roça”, sintetiza o nome dele, ele era um instrumento de atuação na comunidade. O outro só investigativo e o valor da roça era um projeto de pesquisa-ação voltado para construir, poderia dizer intervenção, mas ele não é de intervenção, ele é de construção coletiva. Interpretando o que a gente levantou e os conhecimentos que a gente assimilou no outro projeto e tentar melhorar a qualidade de vida dos agricultores da região.

Em 2013 eu atuei diretamente, semanalmente em reuniões com os agricultores, ao longo de 2013, 2014 e vai até 2015, na construção dessa solução coletiva para questão dos produtos oriundos da roça de toco de Biguaçu.

Você falou do surgimento da Rede Sul Florestal. No caso esse surgimento se deu com o objetivo de pesquisar da cadeia produtiva do carvão?

A coisa é um pouco mais complexa do que isso. O primeiro trabalho surgiu no projeto Micro Bacias II, em 2006, quando o grupo de extensão rural de Santa Catarina identificou que havia uma resistência dos agricultores da região da encosta da serra, que vai mais ou menos desde Santo Amaro da Imperatriz, Paulo Lopes, até a região de Canelinha, mais ao Norte, aquela região, não absorvendo as tecnologias que a EPAGRI trazia pelos métodos tradicionais de extensão rural. A doutora Cintia então fez um estudo de caso, contratado pela Micro Bacias e apontou neste estudo que o problema, como não se conversava a língua dos agricultores, eles se restringiam, eles ficavam acomedidos em atender, havia uma assimetria de objetivos. A EPAGRI vinha com um objetivo de implantar modelos tecnológicos que os agricultores não estavam interessados, porque o padrão tecnológico deles eram outros. E como não havia esse diálogo, em 2009, a Cintia procurou o Professor Fantini, da UFSC, que escreveu e aprovou um projeto pelo CNPq denominado “Nosso carvão” para estudar o processo florestal e o processo de integração homem floresta em Biguaçu. Em 2010, com o surgimento de um edital novo, várias outras universidades foram listadas. E neste projeto do Professor Fantini, ele tentou incluir a extensão da EPAGRI para contribuir neste projeto, e os dois entes se negaram, porque a EPAGRI entendia que como se tratava de um tema delicado e existe um procedimento da empresa de não apoiar o crime ambiental, então alguns interlocutores diziam assim, como isso hoje se trata de um processo não regularizado em lei, o crime ambiental a polícia da conta. E a EPAGRI não pode fazer parte disso, porque alguns dirigentes já sofreram processos por incentivarem, processos tecnológicos, que depois foram interpretados como uma ação criminosa, diante da Lei ambiental. E o exemplo disso é construção de açudes trancando leito de rio, ou córrego. Não pode e a EPAGRI já tinha feito alguns projetos desse, então naquele exemplo ali ela não

atuou. Em 2010 se construiu um projeto de rede significativamente maior, que ele atuou até 2015 e 2011 o outro do valor da roça.

O que você pode me dizer a respeito da família dos agricultores e das agricultoras envolvidos/das neste processo em Três Riachos.

Eu sei da origem por duas fontes. Uma do processo social das mudanças que ocorreram lá, então dos diálogos que foram corroborados. Anteriormente eu corroborei esta informação, que obtive anteriormente em um vídeo institucional que foi produzido em Biguaçu, para tentar entender o processo. Existe uma mistura de raças ali em Biguaçu. Existe imigrantes açorianos, existe imigrantes de origem alemã, especialmente que ascenderam da ocupação de São Pedro de Alcântara. Então eles vieram deste Vale do Rio Biguaçu, onde grande parte deles se estabeleceram em Antônio Carlos e uma pequena parte se estabeleceu em Três Riachos que é um afluente do Rio Biguaçu. Então temos neste caso sobrenomes como Schimdts, temos outros também. Então naquela região nos encontramos, açorianos, negros, que também se estabeleceram ali, inclusive em Antônio Carlos encontramos quilombolas. Inclusive encontramos situações que são raras de se encontrar, como um descendente de negro que se casou com uma descendente de alemão e que processam esse modelo de agricultura de origem indígena até os dias de hoje. É um casal que tem por volta de 90 anos. Então encontramos negros nesta região do período escravagista e também é uma região circundada por territórios indígenas então temos essa origem. Isso foi corroborado por um filme que assisti que conta a história de Biguaçu. Eu tive esse entendimento por conta de como eles exploraram a questão da imigração alemã, um pouco da imigração açoriana, um pouquinho da imigração italiana que existe, mas eu não tenho referência de italianos que trabalhem lá hoje, ainda que um dos nossos associados tenha o sobrenome Crispim, que fico em dúvida se é italiano ou açoriano. Então essa é a origem deste povo, uma parte de açorianos que migraram que migraram do polo de Biguaçu e entraram para Três Riachos e outros alemães que vieram de São Pedro de Alcântara, e os negros pela situação que eles se colocaram ali.

O que você pode me falar a respeito das técnicas e dos saberes atrelados a realização das roças pelos agricultores e as agricultoras em Três Riachos?

Eu visitei as roças, as roças de toco e as roças outras que não são roças de toco. O que eu conheço desde processo ele advém desta questão histórica, do diálogo com os agricultores, do diálogo com os técnicos que realizaram estas pesquisas e do diálogo com um técnico, que é o Fernando de Lucca, que fez o tcc e o mestrado nesta questão relativa a resiliência deste processo em Biguaçu, com uma visão etnobotânica. Então assim, a técnica deles é uma técnica que se utilizava nas comunidades rurais em todo o vale do Itajaí, onde eu na minha infância vivenciei isto também. Eu venho do interior e era a mesma técnica que a gente utilizava na roça no interior, que era muito difundida antes do processo e advento da revolução verde, que é você tem uma área, onde ela descansou um período significativo, para que neste processo de queda de folhas, morte de

raízes e decomposição de restos da floresta, você recompõe minerais de solo, matéria orgânica do solo, ao longo de 10, especialmente 15, 20, 30 anos. A área é delimitada, normalmente são áreas íngremes, que não se prestam ao uso de técnicas modernas de agricultura. Então não entra trator, não entra arado, não entra uma grade. Então ocorre a derrubada, depois se coloca fogo, tudo que é lenha é separado, recolhido para uso posterior, então existe a referência de que a 50, 60 anos atrás, Três Riachos tinha 300 engenhos de farinha que abasteciam Florianópolis e imediações. Então essa lenha era explorada, especialmente para abastecer aquela região, principalmente para o cozimento da farinha. E hoje se sobraram 5 engenhos no local já é muito. Então nesta técnica se separa a lenha, se recolhe e se continua a fazer o plantio de milho consorciado com a floresta, milho e aipim e eventualmente outros cultivos associados. O aipim para consumo direto se colhe no primeiro ano. Ele é macio, ele tem bom cozimento. E o aipim com maior grau de amido se colhe no segundo ano, para fazer farinha. Essa farinha para comercializar no local. Então se colhe a lenha, para fazer carvão e o produto da agricultura para comercialização.

Você falou do Vale do Itajaí e dos agricultores que lá se estabeleceram. Como que é a situação destes agricultores hoje? Eles ainda estão ocupando aquela região?

No Vale do Itajaí, eu venho de uma região chamado Presidente Getúlio, existe um livro de um estudioso alemão que foi visitar as colônias alemãs em 1870 e a Alemanha vinha na época de um processo moderno de agricultura. Eles faziam rotação de cultura, eles tinham o uso dos dejetos animais para fertilizar o solo, e quando não se tinha área para rotação de cultura, fazia-se com os vizinhos. Isso existe na Alemanha até hoje. Então vieram no final do Século XIX. Este estudioso então foi visitar Jaraguá do Sul, na região do vale do Rio Itapocu. E foi descrito, é verbal isso, eu não tive acesso a publicação, que o relatório dizia que eles estavam decepcionados ao vir para o Brasil porque os alemães que aqui aportaram eles se abasileiraram, ao invés deles trazerem e melhorarem as técnicas rudimentares de agricultura no Brasil, eles voltaram a praticar a agricultura rudimentar, que é exatamente esta, cortar, produzir e depois deixar crescer o mato e ir para uma nova área produtora. Hoje nós entendemos o porquê, não se tem insumos naquela época, não e tinha densidade animal para se ter adubo orgânico suficiente para produção. Então existe o registro disto a muito tempo. Então este modelo de agricultura, Jaraguá do Sul, vale do Itapocu, eu sou da década de 70 e na década de 80 eu já não residia naquela região em Presidente Getúlio, no Auto Vale do Itajaí, região de Rio do Sul. A técnica então ela era utilizada ainda por fumicultores, que utilizavam a roça de coivara, que é a mesma que tem aqui, que é a roça de toco, como estratégia para se desvencilhar da *murchadeira*, que é causada pela bactéria do solo, que atinge tanto o tomate, quanto o pimentão, todos da mesma família das *solanaceas* e essa bactéria, quando no solo ela tende a murchar os plantios. Então eles abandonaram aquela área, derrubavam uma nova área que já tinha sido derrubada e regenerada a 20 ou 30 anos atrás e

começavam a cultivar o fumo naquele local, estéreo, sob o ponto de vista da doença infecciosa. Então na região do Alto Vale a coivara vinha sendo utilizada para ter um solo puro, não contaminado para desenvolver o cultivo do fumo, especialmente. E aqueles que ainda continuavam a tentavam fazer alguma coisa de cultivo de roça de toco foram extremamente marginalizados e criminalizados pela polícia ambiental. Porque como a técnica utiliza a queima e não tem como esconder, pois, se fizer a noite tem a luz do fogo e se fizer de dia tem a fumaça, então você praticamente sinalizava onde está acontecendo o crime. Na década de 90, depois da constituição de 88 e com a instrumentalização da polícia militar ambiental ficou muito mais difícil de ser desempenhada.

Como ocorre a divulgação destas técnicas e saberes associados a prática em questão?

Não saberia te dizer como ele foi apropriado, mas tem uma lógica, outro dia estava vendo um livro de história do município e nele estava descrito que os açorianos chegaram e eles não tinham técnicas de cultivo avançadas eles eram mais pescadores, então eles derrubavam o mato, cultivavam, em dois anos a terra empobrecia porque a mandioca é uma grande extratora de nutrientes, a mandioca diferente de outras plantas ela tem uma capacidade muito grande de extrair o potássio e o fósforo presente no solo. Isso não é uma característica normal é uma excepcionalidade na planta. E eles faziam esse rodízio de áreas, derrubavam, queimavam a lenha e plantavam e depois iam abandonando e indo para outras áreas. Intervindo bastante na paisagem local. Como esse saber foi apropriado pelos imigrantes alemães, italianos e açorianos que aqui chegaram ali, isso é uma coisa que me causa curiosidade, como se deu esse processo. Porque como é que os agricultores atuais colocam isso “Meu pai fazia, meu avô fazia”. E isso nós já estamos falando de gerações passadas e aí você não tem a referência do bisavô. Talvez se entrevistar o pai destes agricultores, vai mostrar que eles sempre faziam. Então esse saber era um saber transmitido de forma tácita, era uma fazer fazendo e não tinham aperfeiçoamento. O eles tinham neste processo era um conhecimento do tipo de madeira que aquela floresta oferecia, mas a técnica que era escolher a área, conhecer o relevo da área, não eram um processo muito complexo e as áreas derrubadas não são maiores que de 5 a 10 mil metros quadrados, ou seja, o que se precisava era força bruta e na época não tinha motosserra. Hoje já se faz com motosserra. Na época se fazia com machado e serra de mão. O que se precisava era da força bruta, familiares, para ir lá e derrubar aquele mato. E a queimada se abre aqueles aceiros nas marginais da mata para evitar que o fogo adentre a mata a partir do resto seco. Então assim, eu não tenho o registro verbal de como isso se passou de geração para geração. O que eles dizem é que foi passado de pai para filho, eles descrevem que aprendiam com o pai. Quem não era agricultor e vai para lá ele não se dobra a ideia de derrubar o mato e cultivar. Quem utiliza a técnica é aquele que naturalmente viveu essa experiência em infância e em sua juventude, que entende que aquilo é uma prática que está ligada a algo, que eu não sei se

ancestral é a palavra certa, mas uma prática de geração. E é uma coisa curiosa que, temos por exemplo na associação agricultor que tem, se não me engano, 35 hectares de arroz irrigado, tem trator moderno, tem insumos modernos, ele é produtor de um produto que ele vende com bastante facilidade, mas ele faz a roça de toco, porque aquilo toca a alma dele. Então essa ideia de botar a rocinha é a ideia da satisfação de empreender um processo cultural que está ligado ao íntimo deles.

Ele ainda faz a roça, mas o uso da lenha é secundário ou não?

A maioria deles faz a roça, porque nem todos eles têm terra plana. Então tem alguns deles que não tem alternativa e fazem a roça em áreas de relevo declivoso para produzir e usam a lenha para fazer carvão, porque não é um subproduto. Quer dizer, a um entendimento sim, que o carvão é um subproduto da necessidade deles botarem a roça, porque eles nunca dizem “Eu vou fazer uma fornada”, o consciente deles é “eu vou botar a roça”. Isso eu peguei de todo esse processo de convivência e discussões qualitativas que a gente teve. Eles vão botar a roça e se botam a roça eles têm um excedente de lenha e esse excedente de lenha para utilizar. Ou eles usam para fazer forno, tem padaria lá no interior, usam para assar pão, bolacha ou nas farinheiras. A origem da lenha das farinheiras vem da roça de toco também.

Como ocorre a escolha da localização onde serão elaboradas as roças?

Olha só, a primeira coisa, Biguaçu teve uma adaptação, então grande parte das áreas declivosas, isto está nos registros de vídeos, era capim e é um processo semelhante de como aconteceu no Haiti, porque com o tempo eles ficaram sem matéria prima para queima, para produção de energia, mas ali o que eles começaram a fazer nas décadas de 60 e 70, começaram a trazer espécies para lá e fazer plantio. Então porque houve uma adaptação, a bracatinga não é uma espécie nativa do litoral é uma espécie nativa da região serrana, do bosque. Depois da queima e derrubada de toda a araucária ela se tornou hegemônica em alguns lugares, então você tem essa questão. Então a bracatinga aqui ela não é nativa, ela foi plantada, foi introduzida pelo homem, é uma ação antrópica. Então o que nós temos ali, a escolha da área, quando é bracatinga, quando ela chega nos 10 anos, como ela é nativa, ela tem um ciclo vegetativo muito rápido, o que ela duraria 25 anos no planalto, nas regiões frias, aqui dura 10 anos. Com 7 anos ela começa a morrer. Então quando esse bracingal está maduro, eles são obrigados a ir lá e cortar, botar fogo e cultivar, porque se não começa a perder a madeira, a lenha. No caso da mata nativa, onde a floresta é mais complexa, que é a nossa ambrófila densa a escolha da área ela é determinada pela idade do mato, então quando neste ano, no começo do ano nós contratamos um inventário de 10 áreas e os agricultores foram indicar quais as áreas, então eles indicaram para roça áreas que eles consideravam ideais para desenvolver o cultivo. Então, no relatório que nós temos aparecem áreas que tem 10 anos, tinham áreas de 15 a 18 anos, tinha área de 25 anos e tinha área de 40 anos. Então são esses perfis, uma área de 40 anos não é passível de fazer roça de toco

na atualidade porque a ela estaria no processo de regeneração muito avançado, ela não é mata nativa, mas estaria em um processo de mata secundária muito avançada. As outras, até 15 anos há uma tolerância que daria para pensar em fazer, então eles indicam essas áreas. Primeiro é idade, eles não consideram uma mata nativa com menos de 20 anos ideal para fazer roça de toco, então é assim, a bracinga como elemento exótico local, eles adaptaram a roça de toco para a bracinga. O que rebrota é a semente da bracinga quando jogada ao solo, o toco da bracinga não rebrota e eles conduzem isso. No caso da floresta nativa, eles escolhem pelo tempo da área e vão lá e derrubam, o processo de escolha não tem muita complexidade, o conhecer o meu mato, eles conhecem o local, esse ano eu vou fazer a roça aqui e ano que vem vou fazer aqui do lado. Como é um processo que já se iniciou, ou seja, é um processo onde eles já estão usando mata regenerada a 20, 30, 40 anos atrás. Então, eles já estão embalados em um processo anterior deles se tornarem agricultores, então eles simplesmente foram dando sequência para aquele conhecimento tácito que eles aprenderam "agora essa, ano que vem é aquela, e o outro ano aquela outra".

Então as áreas estão sendo reutilizadas?

Sim, as mesmas áreas. Em um espaço temporal que vai de 10 a 25 anos. É bem claro que atualmente tentasse trabalhar dentro da questão legal. A lei permite mata de regeneração até 10, então recomenda-se para as áreas selecionadas pelos agricultores não se tenha mais do que 10 anos, que é o que a Lei da Mata Atlântica permite. Bom, eventualmente pode entrar alguma área com um pouco mais de 10 anos. As dificuldades que os agricultores têm hoje, por exemplo, eles tinham antes que mapear as áreas de reserva legal das propriedades e eles não assimilaram a ideia de que a área de reserva legal é intocável, daqui a pouco eles querem fazer roça de toco na área de reserva legal. Então essa dificuldade teve com alguns agricultores, deles proporem para corte a área de reserva legal. Mas é um problema deles não entenderem isso, eles entendem a questão da seguinte maneira, a minha área agrícola, minha terra ela é utilizável, eu quero fazer uso da minha terra.

Qual ou quanto a localização das áreas onde ocorrem as roças influenciam em elementos econômicos, de transporte, de logísticas, etc?

Essa é uma pergunta interessante, porque, ela é muito distinta ali em Biguaçu. Nós temos áreas de roça de toco, onde se expressam os bracingais e você chega lá de carro. A área de agricultura tem ângulo de 45 a 48 graus de inclinação. Outros, como do agricultor D e a agricultora C, tu vai subir o morro de 45 a 50 graus, na lama e com muita dificuldade, porque a estratégia da área perto de casa está voltada a produção de gado, a produção agrícola convencional. Então eles sobem o morro de mais ou menos um quilômetro de subida, neste ângulo, onde tem a produção lá em cima, onde você mal chega com qualquer veículo de transporte. O agricultor D é o tipo de agricultor que até outro dia fazia isso de carroça e quando era muito úmido ele descia o morro com uma zorra, aquele trenó de madeira puxado a boi e ele tem uma resistência

no solo porque se ele descesse só com os bois não funcionaria. Eles tiveram que criar algumas estratégias para se segurar na lama. Normalmente a produção florestal e a produção de alimentos nesta condição ela está ligada a dificuldade de acesso. Mas como estava falando, existem diferentes situações, algumas tem o acesso muito facilitado, eles vão de trator até as áreas, mas tem famílias que realmente, eles sobem o morro, com acesso extremamente dificultoso e tem plantação numa primeira área e tem mais um morro e vão descendo o relevo para chegar ao outro lado. Então realmente não é para ser uma coisa muito simples. Por isso que eu digo que o planejamento é feito em relação a possibilidade, não em otimizar os recursos, otimizar o meu esforço humano para produzir. Realmente eles desenvolvem a atividade para aquilo que eles tem a possibilidade de cultivar e não do que eles gostariam, e para eles o esforço físico parece uma coisa natural. São pessoas que trabalham muito e eles não veem dificuldade de desenvolver este esforço físico. Eles plantam onde tem alternativa, então se a área é mecanizável e eles tem alternativa, eles vão mecanizar. Mas no caso dessas famílias e de outros ali também, eles conseguiram tobata faz uns 5 anos, aprenderam a dirigir por decorrência da evolução do projeto. Eles não tinham carro, eles tinham medo de passar a ponte de acesso a Florianópolis. A primeira vez nós os buscamos em Biguaçu. Então aconteceu todo um aprendizado, quando eles aprenderam a vir eles paravam antes da ponte e alguém ia buscar eles para atravessarem a ponte. Depois que eles aprenderam a chegar pertinho, então tem uma evolução neste processo.

Nós podemos dizer então que existem vários tipos de roças?

O tipo de roça é roça de toco. O que existe são duas estratégias, uma feita com bracinga que não regenera e a outra feita com mata nativa que regenera. Essa é a única variante que existe, mas é o mesmo sistema de roça de toco. No Oeste não se faz roça de toco, lá se corta o bracingal, queima e deixa ele regenerar. Então assim, o tipo de roça é o mesmo. A estratégia para localizar a roça é a mesma, é a disponibilidade, porque eles não vão colocar a roça, por mais que esteja mais perto, mas a floresta não está madura, perto de casa. Eles têm que deixar a floresta atingir o nível desejado de maturidade que ai eles vão ter resposta de solo para a planta. Porque não adianta, como eu falei, se o aipim é um grande extrator, ele vai extrair todo o potencial de suprimento mineral que tem na terra. Algumas vezes eles acabam fazendo complementação, mas é raro. Eles preservam esse jeito de fazer e usar apenas o que está disponível no solo, porque se eles quisessem manter os cultivos *ad eternum* naquele lugar, com uso de suprimentos e insumos químicos para nutrição de plantas, eles poderiam fazer, porque seria mais fácil para eles devido não terem que derrubar a floresta depois, mas não eles deixam crescer para depois fazer. Parece uma coisa meio assim, porque nós olhamos a situação sob a ótica da significação, mas não eles fazem como culturalmente eles estão associados, então o agricultor este que tem 35 anos ele diz "Vou botar uma rocinha", isso causa um brilho nos olhos dele.

Mas os filhos destes agricultores e agricultoras que estão entrando neste processo continuam na mesma linha?

Destes agricultores todos que estamos trabalhando hoje, tem alguns que estão na faixa dos 40 anos. Não há descendentes para ocupar. O que faz farinha as duas filhas fazem faculdade. Esses dias até brinquei com uma delas, porque ela participou de um prêmio de gestão, apresentou um projeto que ela vai para Recife pago com esse projeto do CNPq, algo relacionado a pato recheado, aí eu falei para ela "Meu deus mulher, o melhor projeto que você teria para apresentar é esse aqui do teu pai, onde teu pai está inserido". Mas eles não enxergam isso. O agricultor D e a agricultora C, é algo que não é declarado, mas algo que nós percebemos, até porque não ocorreu ali estudos mais sociológicos, mas por exemplo, nos diálogos informais nós vamos construindo essa ideia e este conhecimento, por exemplo o agricultor D e a agricultora C já tiveram uma vida laboral tão sofrida, o agricultor D já foi açougueiro um tempo, depois voltou para a roça porque não aguentou o trabalho formal. A agricultora C fazia feira livre com o pai dela, na década de 70. Na UFSC tinha uma feira livre e eles participavam ali. Mas para você ter uma ideia, O agricultor D andava em uma moto sem carteira e ele não se importava nem um pouco em sair lá do interior, andar 15, 20 quilômetros até o centro e buscar um x-salada com refrigerante para a filha deles. A comida de casa que era macarrão, arroz, etc, eles não comiam. Eles não comiam a comida que produziam. Eles não comem o aipim que produzem. Parece que se construiu ali uma ideia de que o laborar em uma situação em que a sua atividade é criminosa eles incentivam os filhos a não viverem o sofrimento que eles vivenciaram e incentivam eles a saírem, mesmo que ganhem menos. Por exemplo, a filha da agricultora C, e isso não é demérito nenhum, está fazendo educação física em uma faculdade, tem bolsa de auxílio, aquele negócio todo. Ninguém é obrigado a ficar na roça, fica se quer. Mas é essa questão da descendência, você tem um cara solteiro, tem outro com um filho de 30, 35 anos, mas eu nunca parei para perguntar "Tá e tu vai continuar a fazer roça". Mas agora parece que tem associados novos querendo entrar que eu não sei se eles tem roça de toco ou não, porque uma coisa que a gente defendeu foi isso, que existia ali uma diversidade produtiva e antes, eu trouxe uma teoria econômica que dizia que se eles poderiam acabar subvertendo as regras que eles criaram para ganhar dinheiro, então eu sempre disse para a Cintia, se eles não tiverem alternativa eles vão colocar eucalipto dentro da embalagem de carvão da roça de toco e vender como se fosse carvão de nativa. Tem um estudo teórico que vai nessa linha, o ser humano se eles precisar ganhar dinheiro para alimentar a sua família ele vai cometer o crime. A ideia da roça de toco para eles não era crime e eles sabiam que a lei dizia que era crime, mas mesmo assim eles iam lá e faziam. Acho que também não é bem o que explica isso, mas em todo caso essa é a ideia ali dos descendentes. Uma vez a gente olhou isso e a gente acha que naquele grupo ali a roça de toco ainda tem uma sobrevida de 20 anos. O agricultor D está na faixa dos 40 ele deve fazer roça de toco até os 60. O "Seu" Schimits está com 72 e está derrubando mato ainda. Então a gente acha

que esses seres enquanto eles tiverem força, eles vão fazer. O agricultor D disse "Isso é um trabalho que mata a gente". Se ele pudesse não fazer ele não faria.

Então o sistema está fadado ao desaparecimento?

A ser cada vez mais raro. Não é uma coisa que é certa. Provavelmente este de Biguaçu é o único caso com registro científico. Nós tivemos aqui um workshop de roça de toco, onde veio a professora Cristina Adams da USP, que trabalha a roça de toco com os quilombolas, na região do Vale do Ribeira e nós pedimos a opinião dela. Ela trabalhou em um estudo mundial, com grupos que estudam isso na América Latina, África e Sul da Ásia, onde se manifestam esse sistema com mais força ainda. Ela disse que o que ela viu aqui e pelas trocas que eles já fizeram não existe registro igual no mundo. E para ela foi uma surpresa também, porque ela é uma pesquisadora da área botânica, então foi uma surpresa sobre o processo, dela dizer que não imagina que isso fosse possível. Mesmo assim, daqui a 20 anos vai ser muito mais raro alguém que utilize deste processo. Só tem um detalhe, isso é o que a gente diz, mas à medida que ocorre a conversão do crime se transforma em orgulho, do crime em exemplo de produção, a caracterização e o convencimento deles e de autoridades em volta de que a roça de toco é um processo sustentável. E é sustentável porque? Porque o que não é sustentável é você converter o solo arado permanentemente e aqui isso não se faz. Então a medida em que ocorre essa clivagem do processo - porque o processo era a extinção em 5 ou 6 anos - e o que acontece, daqui a pouco você vê as pessoas passarem a ter orgulho, tem cartaz, placa e coisas desse tipo, eu não sei se há condição de isso se extinguir por completo. E isso era uma coisa de se avaliar, por exemplo, isso aqui (apontou para uma embalagem) que tem lá hoje, eles se apresentam. Então você tem jovens na faixa dos 20, 25 anos que na medida em que eles percebem que essa ideia da marca coletiva e que o mercado vai desejar o produto com mais intensidade, talvez eles consigam aos poucos, porque eles conseguiram sair de uma condição de vender o aipim a 75 centavos o quilo, claro tem os custos associados, vender em caixa por exemplo, mas passaram a vendê-los a 3, 3,50 reais. Mas a gente sabe que tem mercados que vendem a 7. Eles fazem a venda direta, então vedem a 3, 3,50. E tem outros exemplos interessantes, o agricultor D entrega de 15 em 15 dias no quiosque da Brahma, aqui no shopping Iguatemi. Então o aipim frito que é vendido no quiosque da Brahma é o aipim produzido através da roça de toco de Biguaçu.

Por outro lado, você comentou a respeito da diferença entre os agricultores que nasceram lá e de agricultores que estão migrando para lá.

O que existe muitas vezes é o retorno. Talvez com a crise na construção civil, alguns outros filhos de agricultores voltem. Porque o que eles estão percebendo agora, que o que era proibido é possível, então em um primeiro momento existe uma forma e são coisas das relações humanas que são difíceis de perceber, mas conversando com os filhos, nossos diálogos foram no sentido de tentar identificar questões particulares do relacionamento social. Então conversamos

com a filha da agricultora C e do agricultor D, sei que é um caso, mas como eles não tinham condição, por serem pessoas muito humildes ele normalmente servia o esforço físico dele para atender um irmão melhor posicionado financeiramente e economicamente, vizinhos, enfim, um prestador de serviços e ele se sujeitava porque ele tinha que complementar a renda. Então quando o projeto entrou lá e ele entrou por conta do diferencial da Cintia em demonstrar que ela estava comprometida com eles e tentar fazer o que eles fazem aparecer. Ela não foi intervencionista, mas conseguiu adquirir a confiança deles através disso. Então o que tinha lá, os parentes diziam "Não cai na história deles, eles vão enganar vocês. Essa turma da Universidade vem aqui ocupar o tempo de vocês e depois vão dar um pontapé na bunda. Vocês estão gastando tempo para chamar os outros para a reunião, vocês são loucos, eles vão embora e vocês vão ficar com uma mão na frente e outra atrás." Então, o que aconteceu, eu falei na semana passada com a agricultora C, ela falou "imagina então o que vocês fizeram pela gente." A Cintia tinha filha, mora a 80 Km, porque ela mora lá no Rio Vermelho e ia de 15 em 15 dias fazer reunião, as sextas-feiras e sai de lá quase às 23h. E ela ia muito mais vezes, nós tivemos uma intensificação dos trabalhos em 2011, já tinha projeto, 2012 ainda mais, porque já tinha outro projeto iniciando e eu peguei o início do projeto valor da roça iniciou no final de 2012, eu entrei em 2013 e segui com o projeto. Só que eu não tive dificuldade de acesso, porque eu fui introduzido pela Cintia e fui introduzido ainda no meio do grupo como o cara que viabilizou o projeto da roça de toco em Biguaçu, porque foi eu quem trouxe o projeto para dentro da EPAGRI. Enquanto toda a EPAGRI proibiu, eu abri as portas para a universidade porque eu era gestor desta unidade em 2010 e eu trouxe e disse "Toda a EPAGRI vai negar, mas a gente vai abrir". Porque eu não tinha tanto risco devido não trabalhar com a possibilidade fim, eu poderia fazer estudo socioeconômico que não impacta. Então eu tive esse acesso lá "O Reney é o cara que permitiu". Então eu não tive uma barreira de acesso, só que é claro a troca sempre foi para não ir no modo impositivo. Mas voltando a questão, eles apostaram no projeto e nas pessoas que havia a possibilidade de mudança que é a universidade e as meninas e que elas não iriam dar um nó em todo o mundo e pegar os dados e as informações e iriam virar as costas para eles. Então, isso construiu essa base de diálogo mais forte.

O que é a produção de carvão para esses agricultores?

Na agricultura o seu jeito as vezes não produz leite, porque é a atividade que mais agrada ele, porque ele tem que trabalhar 365 dias por ano, e tirar o leite das 6 da manhã às 4 da tarde. Mas porque produzir vinte e trinta litros de leite por dia? Porque assim ele tem uma renda e a agricultura é uma renda anual, e aqui ele pagava a comida que tinha que pagar, qual é a despesa do agricultor aí, as despesas do agricultor. Eu trabalhei muito com leite na vida, meu pai foi freiteiro, minha mãe produziu leite até o ano passado, mas ela já estava em uma escala de quase 400. Mas voltando, é quase um salário. Regularidade. O que acontecia ali em Três Riachos é algo semelhante, "Eu preciso pagar uma conta, vou fazer uma fornada", "Preciso de um tratamento médico, vou tirar um

forninho", "Ah eu tenho um mato lá, vou tirar e fazer uma fornada de 1000 reais". Só que o que acontecia, o carvão destes agricultores não é bem remunerado. Quando a gente entrou no projeto o saco de carvão valia 4 reais e depois passou para 5. Esse é o valor que os atravessadores pagavam para o agricultor. Quando a gente saiu agora o agricultor estava ganhando 10. A agricultora C vende aqui (na feira da EPAGRI) a 12 reais o saco grande. E o que que tem nessa história, hoje ela faz carvão, porque ela tem um custo associado, ela tem um selo para colocar, ela paga quase 25 reais por mês para se manter na associação e a gente colocou para eles que eles pagam para ter vantagem e uso de marca, isso foi um conceito que a gente construiu com eles para mostrar que quem valoriza o que usa, dá valor. E uma outra seleção que a gente fez com os agricultores que criaram a associação foi assim, a gente tinha 18 mil reais para investir em suas marcas e tudo e a gente precisava de mais 5 mil, algo assim. Bom cada um teria que colocar mais 500 reais cada um, para chegar a 22 mil, algo em torno disso. Resultado, dois que estavam ali eram filhos na casa dos 30 que o pai não deixou entrar e todos os demais que tinham um dinheirinho guardado em casa ou que tinham embaixo do colchão, porque é gente humilde que tiram 500 reais de salário por mês da atividade da roça, foram lá e colocaram no projeto e tem o direito de uso da marca e participam deste processo até hoje. Antes era uma atividade que geraria uma receita em caso de emergência e nisso tinha as relações de amizade, cadeia curta, relações de confiança onde o atravessador passava, recolhia, levava para o mercado e era uma coisa muito tácita, que não ficava exposta. Hoje eles começaram a mudar o conceito deles, que ela é uma atividade da agricultura regular. Antes eles deixavam pôr o preço que o mercado queria pagar. Se quisessem pagar 1 real, eles aceitavam e eles não tinham alternativa. Esses conceitos de cadeia curta, de relação de proximidade e outras coisas que estão envolvidas aí. Hoje eles agregaram custo, eles compraram máquinas, embalagens, sai 1 real cada embalagem, fio para costura, tem acendedor para as pequenas embalagens. Então hoje isso significa ter uma renda diferenciada. Isso significa algo assim, o agricultor D fazia 10 fornadas em um ano e tirava 1000 reais por mês, ou seja, 10 000 reais em dinheiro líquido, do esforço dele. Hoje ele faz as mesmas 10, ele vai tirar 2 mil, 2500 reais, cada fornada dessa, pagando para os associados. Porque agora eles tem que fazer a legalização, tem o custo de transação, tem que fazer o licenciamento da área florestal, então eles tem um processo burocrático e eles foram aprendendo a desenvolver e resolver essa questão de burocracia, porque eles não sabiam falar, eles não sabiam se expressar, porque a maioria deles são semianalfabetos e como diz o sindicato rural local "Reneu é uma coisa impressionante, eles aprenderam a falar, eles agora cercam aqui a gente e falam, antes eles sentavam e ficavam olhando para baixo e se envergonhavam de se apresentar". Antes eles eram como dizem bicho do mato. Então houve um processo de construção e valorização e empoderamento deles. Então qual é a importância do carvão, a roça de toco é reconhecida pela legalização do carvão então hoje o carvão para eles é um exemplo de orgulho e superação, eles entregam um valor muito além do produto embalado que está no

mercado. Eles entregam o orgulho de fazer algo que está reconhecido no mercado, eles produzem um produto ambientalmente correto e que ele representa o que eles veem de ideal na agricultura e podem viver felizes fazendo o que eles gostam de fazer, porque tem gente aqui que gosta de viver no mato. O cara que acorda às 5 da manhã, vai para o mato e volta a noite.

O que diferenciaria o carvão produzido em Três Riachos para a produção carvoeira de outras regiões?

Isso é interessante, porque assim, tudo isso está baseado em levantamentos e diálogos do processo de pesquisa que a gente fez. Hoje no atual estágio, onde eles estabeleceram esse processo de resiliência, uma dificuldade plena que existia e, comparando com os agricultores de Tijucas, a polícia vai em cima e limpa todo mundo. Ninguém entende como aqui eles podem fazer carvão e lá eles não podem. A gente conversou com o pessoal que produz carvão em Santa Rosa de Lima, onde essencialmente grande parte da matéria prima é eucalipto, só que eles usam carvão vegetal de lenha nativa clandestinamente para melhorar a qualidade e o poder calorífico do produto. Então eles lá têm um carvão de qualidade média, mas digamos que eles estão ambientalmente corretos porque é de floresta regenerada. E a gente tem uma crítica, porque nós incentivamos o uso econômico da mata nativa, porque plantar eucalipto é você fazer conversão de solo. Porque primeiro tem que acabar com a floresta nativa, para depois planta uma espécie exótica para ganhar dinheiro. Então lá, eles ainda incluem, não divulgado, produto clandestino para melhorar a qualidade do carvão. Para eles lá, claro existe uma simetria de informação, então, por exemplo, a polícia ambiental chega em Biguaçu hoje, eu não tenho a resposta certa para te dar, mas tu imagina o que significa para essa agricultora a agricultora C, estar no mercadinho do irmão dela, entrar um policial ambiental militar e dizer "A senhora é aquela senhora do filme da roça de toco". O que nós entendemos com isso, que a polícia militar usa hoje esse vídeo como referência de estudo. Então isso entrega um valor em torno disso. Em Santa Rosa de Lima Eles entregam um produto carvoeiro aceitável, de mercado regular. Em Bituruna no Paraná, eles são assentados da reforma agrária e eles tinham muita raiva, este é o termo correto, porque as pessoas iam lá, estudavam a situação deles e iam embora, não traziam retorno nenhum. E a gente retornou, eles ficaram encantados com essa possibilidade. A gente levou um livro para eles e conversamos sobre as estratégias que foram desenvolvidas. Lá como é que funciona, tem o atravessador, como é assentamento o Estado não se mete, só o INCRA que trata disso e existe os atravessadores. É tudo feito às escondidas, as escuras. Eles recebem algo como 2, 3 reais o saco de carvão de 10 Kg e eles falaram quando perguntamos para onde ia o carvão, "Não sei", e é vendido para fazer o que, "Não sei". A gente não pode conversar sobre isso, a gente não conversa. "E como vocês se sentem?", "A gente se sente explorado". Então eles fazem porque a produção de carvão de bracinga é uma coisa rentável, você não faz esforço nenhum para plantar e bracinga. Ela vem, se desenvolve, você corta, faz carvão e vende. E lá a gente sabe que vai para a produção de ferro-gusa. E isso

acontece em outros assentamentos também, onde o projeto não foi permitida a entrada, porque eles sabem que a gente acaba entrando e acaba fazendo uma intervenção social. Se não faz ela direta, ela é direta. Porque deu certa em Biguaçu, a Cintia sempre defendia para incluir os atravessadores no projeto. Claro, teve problemas, porque em parte eles ficaram pouco e fragilizados, porque na mesma comunidade os outros passaram a ter direito a uso de marca, mas muitos continuaram com aquela ligação fraca, que é fortíssima lá. Continuaram a manter o carvão para manter uma amizade exploratória, mas ele manteve assim, porque a grande satisfação da vida dele é dormir em paz e não deve mais nada para ninguém. Em Biguaçu isso é um processo de construção que leva anos, mas eles estão entregando um valor hoje que é muito maior, do que era anos atrás. Então eles entregavam um produto clandestino, que não havia registro fiscal e era um comércio em regime de cadeia curta e tudo escondido. Hoje eles colocam toda a identidade deles no selo. E o selo na verdade é o resultado de uma certificação. Então não é simplesmente um rótulo. É um selo de certificação, ou seja, a gente criou um mecanismo de certificação da roça de toco, não é uma certificação oficial, mas é um processo de certificação que serve para eles, porque o agricultor para entrar ele tem que participar da reunião durante 6 meses e se ele concordar a atender as regras de produção dele ele ganha o direito de uso da marca, caso contrário ele pode ir embora. E eles estão percebendo essa diferença que a gente fez na vida deles, tempo, dedicação e tudo mais, porque eles estão cada vez mais valorizando a atividade que eles fazem. Que é o que a gente sempre defendeu, o que a gente fala eles não entendem, eles expressam simplesmente, o orgulho de ser agricultor que faz roça de toco. Eles sempre eram agricultores que faziam roça de toco, mas criminalizados criminalmente porque o que eles faziam era errado." O que você faz?", faço roça de toco. Para muito isso é chacota. Meu presidente, o presidente da EPAGRI faz chacota com isso. Eu na semana passada tive uma reunião gerencial e o presidente da EPAGRI, foi fazendo uma rodada com todas as unidades de pesquisa e chegou no CEPA e disse assim "É nem vou falar que é aquela fumaça que faz roça de toco". Mas o que que é, é muito confortável trabalhar com grandes sistemas, porque eu acompanho o mercado de aves e suínos, tem coisa mais verticalizada do que isso? Mais fechada, mas commodities, que isso? Mas é o que nós defendemos como espaço para estudos de socioeconomia. A gente olha aqui como espaço para desenvolver estudos socioeconomicos. Onde entra a sociologia, onde entra a própria antropologia, neste processo, mas a gente enfrenta barreiras. Porque falar de roça de toco é falar de passado e o passado já morreu a muito tempo. O negócio hoje é produtividade, tecnologia. Falar em tecnologia, meu pai é cooperativista, e eles falam o produtor precisa de tecnologia, mas o que está por traz desta tecnologia, é apenas tecnologia mecânica, tecnologia genética, tecnologia química com defensivos e adubos para ter mais produtividade, resistência a doenças e baixo custo para competir. E aqui nós trabalhamos com outro tipo de tecnologia, a inovação não tecnológica, para reconhecer o espaço, reconhecer o processo cultural, reconhecer o processo de tradição de cultivo, a

tradição local e uma inovação social, para segregar esses elementos que valorizaram os produtos deles.

Como ocorreu o processo de certificação?

Isso até para mim ficou mais claro agora. Nós criamos as marcas "nosso carvão", "nossa banana", "nosso aipim" e aí foi. Na época eu dizia para a minha colega e a gente discutia como é que eles vão fazer isso, dizer que isto é feito de forma harmoniosa e de acordo, eles tem que criar regras de uso para isso, claro que com isso você começa a agregar complexidade. E aí eu dizia "Cintia, tu percebe como eles tem dificuldade de conversar?". Porque entrou a certificação? Por conta da teoria economista, é que eu tenho mestrado em agronegócio, mas não o agronegócio produtivista, o agronegócio que se vale de uma visão mais sistêmica e tem o Simon que ele fala de assimetria informacional, e aí eu dizia "Cintia, o que ocorre ali, eles falarem um com o outro tem uma diferença. Tem um ruído nesta comunicação que é uma coisa assombrosa". Porque a gente na época do projeto deu para a agricultora C um empoderamento que ela tinha ideia. A gente chegou para ela e disse "agricultora C, você vai lá e vai montar a associação. Você vai dizer que quem quiser está dentro, tá dentro e quem não quiser pode ir embora. Tem que dar 500 reais e 25 por mês e nós estamos aqui e queremos fazer e vamos fazer." E aí deu o embate. No final a associação não ia sair. E aí a gente foi construir a ideia de que sem a associação cada um iria construir a marca do seu jeito, cada um ia resolver as embalagens do seu jeito, o uso, ia vender, vai dar, vai distribuir e aí ia ficar as intrigas. E aí nós criamos regras. Concordamos entre nós regras fortes, concordamos entre nós em criar regras, as inovações institucionais e aí a gente volta para Douglass North. Criou-se regras de uso e essas regras de uso fizeram parte depois do estatuto social da associação, porque as regras não ficaram soltas. Então na ata da constituição da associação estão lá que tem o estatuto social e essas duas coisas andam juntas e na constituição destas regras ficou estabelecido que existe todo um procedimento para se fazer isso e nós gastamos muitas noites para desenvolve-las. Elas não foram desenvolvidas caso a caso com eles. Eu fiz uma busca, encontrei uma regra de uso coletivo de marca do Rio Grande do Sul, tirei tudo aquilo que não interessava e assim tinha um esqueleto. Aí sentamos com eles, acho que foram 5 encontros, sempre das 19 às 23h de sexta-feira e fomos vendo o que era pertinente ou não. "O que é isso? O que significa isso? Vocês concordam? Eu não concordo. Porque?". Então nós construímos um caderno de normas. A partir daí pensamos, como é que vamos certificar. Bom, nós tínhamos que ter uma marca de certificação. Bom, tem complexidade nisso, porque eu agreguei uma complexidade que talvez eles não tenham entendido até hoje ou entenderam em partes, porque vem voltando e conversando com eles para eles assimilarem, porque é muita coisa nova, para eles assimilarem. Então hoje eles têm uma marca guarda-chuva, que é a marca do valor da roça que é aquele símbolo da árvore e eles tem as marcas dos produtos, que são os "nossos". E porque criamos uma marca de certificação um pouco diferente, eu dizia "Ter uma marca de produto, e essa própria marca de

produto certificar ele mesmo é uma coisa meio complicada". Então se criou essa marca de certificação agroflorestal ou algo semelhante, que é um conceito que cabe aqui a produção agroflorestal. Se criou mecanismos onde eles têm as regras, eles possuem um formulário, então para quem entra eles vão ver a documentação dele, se ele tem título da terra, vão ver se ele tem a reserva legal averbada, essas coisas têm que estar tudo planilhado. Porque nós desenvolvemos com eles o que seria importante, se tem nota de produtor rural, porque poderia não ter, e lá está escrito se ele é produtor de carvão, se ele é agricultor familiar, mas ser agricultor familiar não é necessariamente uma regra firme, ele tem que ser produtor agrícola no caso, mas este é um artifício que eles tem, se tem alguém que tenta se aproveitar deles não consegue e se criou então esse conjunto de coisas aqui porque o processo de comunicação entre eles era muito ruim. E eles nunca tinham sentado para dialogar, eles tinham essa dificuldade. Então eu dizia para as pessoas que só tinha um jeito de mudar isso que era criar regras e normas e valer o que está escrito. Por um lado tira a originalidade deles, só que eu vinha muito forte com aquela teoria econômica de williamson, que além do processo de assimetria informacional que está envolvido, eu vinha muito com a ideia que eu tinha visto na época do mestrado, que está dentro da teoria da nova economia institucional que fala do componente do oportunismo, onde ele define em seu livro que o homem para ter vantagem ele faz qualquer coisa para ferir o lucro econômico, a vantagem econômica, o processo onde se envolve ganhos e se ele precisar matar, roubar enganar, passar a perna ele vai fazer. E eu dizia "antes que os atravessadores dominem, vamos criar meios para que os que não conseguem se expressar e opinar cresçam". Tentar fazer uma coisa meio socialista lá, sem dizer que era isso. E para isso foi criado. Essa teoria parece tão presente, isso se evidenciou no caso da adulteração dos motores da volkswagen agora, que é a mesma coisa, o homem para ter lucro enganou todo o mercado e alterou todos os motores. Só que o grande receio é, distribuir embalagem para quem não é da associação, colocar produto não adequado dentro, de má qualidade, uma série de coisas. Por isso que se criou a certificação deles, sob a ótica da teoria econômica ele tem um modelo completo, sob a ótica jurídica não. Porque sob a ótica jurídica você tem que ter um agente externo para fazer a certificação, mas para eles é altamente resolutivo. Porque eles hoje chamam a regra estabelecida para avançarem. A solução para solucionar um conflito está em ler o que diz a regra. Agora vou retornar, antes eu falei do exemplo da agricultora C, ela foi lá e peitou aqueles homens todos e aí nós percebemos umas coisas do relacionamento social, um dia desses nós estávamos falando com o agricultor D, na casa da agricultora C, isso a um ano atrás, "Ah Maria, vocês têm que usar aquele modelo para montar uma cooperativa", e o agricultor D falou assim "Oh agricultora C, nós não precisamos de tu, deixa de ser enjoada". Para nós o termo enjoado, chato, provavelmente é algo muito menos significativo do que para eles, ser enjoado para eles tem uma proporção maior. Eu discuti muito isso com a Cintia e aí nós começamos a perceber essa questão que o cara as vezes para não ser enjoado ele se deixa dominar, eu sou um dominado, mas eu não sou um

enjoado, porque assim eu consigo me relacionar socialmente. Essa não é uma área que eu domino, eu só acho interessante, porque essa parte das humanas é uma coisa que me atrai.

Como ocorreu o processo de constituição da associação? Quais suas atribuições e como ocorre a organização dos agricultores e seus papéis e funções dentro da associação?

O número de agricultores fecha todos os cargos da associação, então está todo mundo ocupado lá dentro. Cada associado é um diretor da associação para o número de cargos regimental que são necessários. Porque a associação foi criada, porque se deixasse solto, quem iria ficar com o direito de uso das marcas, o sindicato? Não é função do sindicato. A prefeitura? Vocês vão dar na mão da prefeitura para eles, se deixarem mandar por alguém que não fez o que vocês fizeram? E aí aconteceu, só que tinha um agricultor que era uma liderança negativa que dizia que nada funcionava. Então, lembra do prefiro ser dominado do que ser enjoado, então, como ele era uma liderança negativa e como tinha uma voz mais potente, era um dos mais ricos, aquele negócio, então ele virava e dizia "Isso não dá certo, eu não vou fazer, que não sei o que, por isso, por aquilo". Resultado, como a gente viu que não dava certo, um dia eu virei e disse "Cintia, o negócio é o seguinte, eles precisam de um ente jurídico, para eles alocarem a marca", por isso que na ata da constituição está incluso o regimento interno, que é o estatuto social e está incluso o manual de normas, e porque está incluso, para deixar amarrado, para deixar tudo amarrado, para depositar na figura da pessoa jurídica toda a responsabilidade deste conjunto de inovações, porque a gente olha isso aqui como inovações, e isso aqui é um patrimônio coletivo, e aqui dentro está interpretado a história deles, a cultura, a paisagem, o território, o jeito de fazer. Tentou-se interpretar isso. É claro que teve umas coisas que não foram bem-postas, por exemplo, "nosso carvão", quem deu o nome foi o Fantini, mas eles incorporaram a ideia de que é nosso, e entrou na marca o nosso carvão, o carvão deles e eles se empoderaram desta ideia "É nosso, não é meu, não é teu, é nosso", e casou. Então quem deu o nome do valor da roça foi a Cintia no projeto, que é a estratégias de valorização de produtos da roça de toco da agricultura familiar do município de Biguaçu, esse era o projeto do CNPq, valor da roça. A roça tem valor, que até então não tinha. Mas aí no final, na hora de criar o selo eu virei e perguntei "Qual o nome que vocês querem dar?", tem que ter um nome que chame a atenção. O nosso carvão, não dá. Nosso produto é algo genérico. E foi e foi, e olha com tudo isso vocês possuem valor, mas valor no que, no boi, no samba ou é na roça? E foi. Algumas coisas foram intencionalmente conduzidas para que eles se aproveitassem, para que eles conseguissem interpretar. A gente faz um exercício permanente de interpretação da coisa, da teoria com a prática e tentar tirar as conexões ali, e eles não fazem isso, o negócio deles é pegar o machado e cortar a lenha. Então a gente fez esse exercício com eles. E aí um dia a gente chegou em um abismo e eu virei para Cintia e disse "O negócio é o seguinte ou eles fazem a associação ou em seis meses todo o investimento deles vai se perder".

Porque se se considerar tudo, desde o levantamento da Cintia em 2006 e estamos chegando em maio de 2013, porque isso é um processo, não dá para considerar só aquilo que nós construímos ao longo de 2013, porque se não tivesse um antecedente nós não teríamos condição de fazer aquilo. E onde que nós chegamos ou a gente convence eles a fazerem a associação ou isto está perdido, porque vai ficar na mão de um, como eles tem dificuldades de conseguir informação e tem a questão do oportunismo, qualquer um pode pegar a marca e fazer o produto. Então a gente conversou com dois atores chave que era o que faz farinha e era a agricultora C e o agricultor D e a gente disse para eles assim "Vocês acham que a associação vale a pena?" E eles disseram "Eu acho, mas fulano é contra", e a outra "Eu também acho que tem que fazer. Não vai ter custo, praticamente". E nós viramos e falamos "Se vocês não formarem a associação nós somos obrigados a nos retirarmos". Eu falei isso. Porque a associação é um ponto chave para eles colocarem todo o patrimônio que eles construíram embaixo dele, porque ninguém poderia assumir o que é deles. Individualmente ninguém poderia assumir o que era deles. Então a única forma deles salvarem o que tinha sido feito era ter uma pessoa jurídica para cuidar disso e uma pessoa jurídica mais simples, mais fácil, mais próxima da realidade deles é o modelo chamado associação. E eles concordaram. E chagaram em um dia lá e disseram "A associação vai ser criada e para quem quiser entrar vai ter que colocar 500 reais", mas você veja, tinha credibilidade "E em tantos meses vai sair embalagem, em tantos meses vai sair aquilo outro". E aí efetivamente foram lá e fizeram, toparam fazer a associação e destes que saíram na hora de fazer a associação saíram dois, são dois filhos de um senhor que continua vendendo carvão clandestinamente, aqui na frente de uma feira que tem na FATMA. Mas porque que eles saíram, porque o pai não deixou, o pai domina a família. Então a gente conversou com mais de um, tem aquele descendente de escravos que tem 90 anos e o filho tem 42, mas ele não era emancipado ainda. Então a gente conversou com ele a importância do filho ter a nota de produtor rural, se ele concordava e ele disse "Se é bom pra nós pode fazer". Entende? Aquela coisa quase patriarcal. Tem que chegar e conversar com ele. "Não, vocês estão fazendo um trabalho bom, bem honesto, então, pode fazer". Então o Joãozinho foi lá e conseguiu fazer o negócio funcionar. Tiramos nota de produtor rural, fez cadastro, começou a ter uma agenda de todos os gastos que ele tinha. Então com a associação eles criaram um vínculo, que os obrigou a uma vez por mês se reunirem, então toda a última sexta feira do mês eles se reúnem para conversar sobre os problemas, os desafios, compra coletiva, pagamento da mensalidade e outras coisas que vão aparecendo. Então é isso que acontece ali, esse processo de operação entre eles e isso se materializa no âmbito da associação. Esse ano foram visitados pelo secretário de agricultura, que foi ali conhecer eles, tem o blog, só que você vê, não tem mais nada escrito, porque, eles não se empoderaram disso tudo. Também eles não têm condição de fazerem isso tudo. A gente retratou o processo do projeto, mas se eles quiserem assumir o blog eles podem assumir.

O processo de certificação e as reuniões começaram juntos?

As reuniões foram o *modo operandis* para desenvolver o projeto de pesquisa-ação, o mecanismo. Antes de fazer as reuniões nós chegamos no momento, porque o que eles queriam, eles queriam uma embalagem para embalar o carvão. Bom, daí eles já tinham a marca, então agora nós queremos a embalagem para embalar o carvão. Eles queriam o imediato. Ai um dia a gente chegou e fez um planejamento estratégico com eles, com as forças, as fraquezas, ficou um negócio bem bacana e desenvolvemos um diálogo com eles. Isso levou um mês, por ai, com essas informações, mas foi isso que deu solidez, porque as palavras que eles não entendiam eles aprenderam, e o que eles não compreendiam a gente explicava. A Cintia sempre sentava do meu lado e falava "Rene, mais simples, eles não estão entendendo". Então era um exercício interessante de você chegar em um nível de compreensão da lei. Então, neste planejamento nós precisávamos fazer a marca, ver quem iria fornecer a embalagem, tinha que se juntar para pedir o dinheiro suplementar para a prefeitura, daí ninguém conseguiu o dinheiro suplementar e eles tiveram que integralizar. Teve a questão de ver quem conseguia o melhor preço para a máquina de costura, porque ninguém iria entregar saco de carvão com grampo, então tinha que comprar máquina de costura, então eles se acertaram para ver quem iria providenciar isso, coisas que fizessem ir para a frente esse processo de construção de marca coletiva do produto. Eles criaram as marcas então. A gente foi resolvendo um problema e arranjando outro. Agora nós temos que criar uma marca melhor, uma que reúna tudo. E agora, onde vamos deixar a marca? No colo de quem vai ficar? Da raposa ou do rato? "Olha, nós precisamos de um ente jurídico, que vai defender, vai tratar, vai cuidar disso. Quem é que vai cuidar disso para vocês. Vamos colocar para o padre, vamos colocar para o sindicato, o prefeito vai cuidar? Vocês vão entregar para a raposa lá?". Ai foi que eles se juntaram para criar a associação, porque tem que fazer um esforço para criar a associação. Não sei de graça assim. Daí, bom, para fazer uso da marca precisa criar um caderno de normas. Daí o que aconteceu, primeiro se criou as marcas, onde deposita as marcas? Decidiu se criar a associação. Bom, vamos criar a associação, então temos que ter regras para o uso das marcas. Se criaram as regras. Agora podemos marcar a assembleia de fundação da associação, onde se convergiu tudo aqui. Um mês depois as embalagens foram entregues e todo mundo sabia o que poderia fazer, qual o seu limite, como é que se compra. Qual a transformação aqui? Eles não fazem ainda vendas coletivas, mas eles fazem compras coletivas das embalagens, eles fazem gestão coletivas das compras. Quer dizer, eles não fazem vendas coletivas, mas fazem gestão de compras coletivas, que muita gente não consegue fazer, que por si só é suficiente para pessoas que antes não se conversavam.

Então o que mudou a partir da constituição da associação?

O que eles mais valorizam é dormir em paz. Isso é um valor que eu jamais contabilizaria, porque como antes eles eram criminosos eles dormiam tensos todos os dias. A Cintia, quando foi entrevista-los em 2006, teve lugar onde ela

chegou e quando descobriam que ela não era fiscal da FATMA, desabavam a chorar, para você ver o nível de tensão que era aquilo. O que eles mais valorizam e o que eles mais vão dizer é que tudo isso foi tudo de bom para eles e que a questão não é ganhar mais dinheiro, não é ser reconhecidos, a questão é dormir em paz, ter paz, poder fazer uso de sua terra, expressar o seu jeito de fazer cultivo e com isso ter paz. Tu não desenvolves nenhum projeto para ter paz, mas é o caso deles. Esse é o maior valor deles.

A segunda é o orgulho. Do crime ambiental agora eles têm orgulho do que fazem e podem expressar isso. Isso é uma outra coisa. Muita gente ainda acha que o que eles fazem é o que existe de mais atrasado em agricultura do mundo, mas o que eles fazem hoje é caracterizado como legítimo e na hora que a gente construiu, nós também, na hora de construir a marca, construímos um plano de marketing para eles. Onde tem cartaz, onde tem folder, onde tem cartão de visita. Eles têm cartão de visita, para tu ter ideia. Ai nessa de ter cartão de visita eles foram indo para a frente. Então eles se apresentam, eles têm a placa na propriedade. Então, além deles terem um produto com selo e endereço, telefone e nome, eles têm uma placa que identifica que eles fazem parte da roça de toco. Porque que isso foi feito, tem iniciativas mais nossas e que eles não imaginavam que poderia ter um projeto que pudesse pagar a placa para eles, mas porque que a gente fez? Todos aqueles que minavam as forças deles, que diziam que não dá certo e que o que eles fazem não presta, que eles estão sendo enganados, isso iria demonstrar para aquelas pessoas que eles conseguiram se superar. "Então, vamos deixar isso bem claro para todo mundo, que vocês conseguem". Então o que que mudou, tudo isso ajudou a regular e com isso pode se tirar nota do carvão. Só que o projeto não fez isso sozinho, a Fundação de Meio Ambiente chegou e apostou nisso, que tinha seriedade por trás, e isso tem a ver com a participação do professor Alfredo Fantini, porque ele é o homem da floresta e se ele diz que pode, pode. Então o capital intelectual que ele depositou no projeto é muito grande. Se fossem dois ou três agrônomos dizer que pode, a Fundação Municipal de Meio Ambiente não iria dar conta. O professor Fantini é conhecido. A outra coisa é A Fundação apostar, ela foi proativa. A técnica da Fundação na época, ela era fiscal, mas ela fazia coisas que ela ia lá fazer a contabilidade florestal para derrubar, então houve muita doação. A prefeitura no começo achava que era perda de tempo e ela foi lá e no final "Bom, isso está dando barulho, vamos apostar então". A Secretaria de Agricultura deu a contribuição dela também. Tentou colocar uma máquina, tentou colocar dinheiro mais não conseguiu, mas outras coisas mais simples eles conseguiram aportar, por exemplo, de criar nota fiscal, para resolver a questão fiscal destes agricultores. Então isso foi resolvido, gente que perdeu o pai nesta época, agricultor lá que tem uns 25 ou 30 anos perdeu o pai e todos os irmãos vivem na cidade e na associação um dia, ele é quase que esquizofrênico assim, e outro dia ele veio me falar assim "Olha, eu estou ainda na roça graças a vocês", porque eu dizia "Olha, se seu pai vier a falecer" Porque durante o projeto apareceu que ele tinha câncer" e ele sempre trazia o guri para ele ter uma alternativa na vida. E eu dizia para eles "Olha, fica com a gente que com os seus vizinhos te apoiando tu

fica mais forte e tu não está sozinho", e ele ficou e hoje ele já comprou um veículo para transportar o carvão que ele vende. Abriram o mercado para eles, eles enfrentam dificuldades ainda, porque todos aqueles que continuam fazendo roça de toco e são ilegais, porque eles fazem roça de toco legal porque a prefeitura fornece licença para corte da roça, mas o carvão é feito ilegalmente ainda. Eles não regularizam o forno, não tem embalagem, porque eles vendem embalagem de cimento e eles se beneficiam do esforço coletivo deles se regularizarem e isso machuca eles. Hoje devem ter em torno de 13, 14 ou 15 associados, só que o contingente da comunidade é maior e esse contingente maior não se regulariza porque é mais barato ficar fora. Eu ganho menos, eu ganho talvez seis, sete reais o saco, mas eu não pago pelo saco, eu não preciso pagar a associação, eu não preciso regularizar nada.

Mas mesmo a roça ela é ilegal?

A roça é legal, mas o *ad continuum* usar a lenha para outros fins ela não seria tão legal assim, porque para tu vender a lenha tu tem que possuir por exemplo a propriedade certificada, tem que ter o forno regularizado, tem que ter a moto serra regularizada. Isso a gente fez tudo. A gente regularizou as propriedades rurais no cartório. A gente fez o levantamento de GPS nas propriedades para fazer um mapa que eles não tinham. Os outros talvez não façam isso tudo e ainda fazem a roça ilegal. Existe a roça ilegal lá.

Então o que eles possuem hoje de melhor, eles têm orgulho do que fazem e eles podem expressar isso.

E a última, isso é um exemplo, hoje o presidente (da associação) da palestra para outros agricultores de outros municípios onde ele compra aipim para suprimantar a deficiência de oferta dos produtos que tem aqui e como eles superaram. Eles podem falar do exemplo deles de superação. E quando o secretário de agricultura foi lá, eles levaram mais ou menos umas 50 pessoas para visita-los. Vieram visita-los e nessa o Secretário ficou tão impressionado que no final ele foi lá e anunciou para todos "Olha, vou comprar um trator. Gostei tanto do que vi aqui que vou doar mais um trator". E era o que eu sempre dizia para eles "O dia que vocês estiverem organizados, vocês vão ter acesso". E eles estão experimentando isso pela primeira vez na vida. Porque antes ninguém dava bola para a causa deles, mas hoje eles possuem acesso. É claro que quem foi lá conversar com o Secretário de Agricultura e dizer que era um grande negócio ele conhecer foi eu. Porque eu tinha acesso, e falei vamos experimentar, vocês fazem a carta. Eles fizeram a carta, a agricultora C veio aqui entregar no gabinete a carta, olha está aqui, convida o Secretário para ir lá tal dia. Quer dizer tem protagonismo, a festa quem fez foram eles, a organização, os convites, foram eles. A gente ainda ajuda em algumas pontes. Quando é que um dia o Secretário de Agricultura do Estado, iria no interior do município da cidade deles, conhecer o negócio deles. Então isso se transforma.

Qual seria a relação da EPAGRI com o grupo?

A EPAGRI tem pesquisa e extensão. Então a relação da EPAGRI enquanto unidade de extensão rural no município, a EPAGRI de lá vê eles com excelentes olhos, porque eles eram agricultores excluídos do processo, tinham dificuldades e hoje eles são integrados. Então hoje a EPAGRI não tem dificuldades de chamá-los para se organizar. Eles construíram isso. Então, referência deles, digamos, é muito boa. Só não é melhor porque ainda não fundaram a cooperativa para vender produtos agroecológicos para merenda escolar, mas para eles talvez não seja esse o momento, mas para a EPAGRI municipal é excelente. A EPAGRI pesquisa, para nós, é um excelente exemplo, porque a gente vendeu a ideia nos congressos nacionais, para especialistas e vendemos a ideia no congresso mundial da FAO e o pessoal da FAO gostou do que viu e ouviu, porque eles perceberam que é um processo que se desenvolve em várias partes do mundo e aqui se conseguiu solução. A gente apresentou o processo de certificação dos produtos da roça de toco na África do Sul.

Para a parte da pesquisa agrícola, para a diretoria, "Vai estudar outra coisa, vai estudar mercado". Existe um sincretismo que a gente identifica entre mercado, gestão pública, político. "Roça de toco, perda de tempo". O negócio é domínio. Quem é que tem domínio. "Roça de toco, perda de tempo. Fumaça". O pessoal da socioeconômica da EPAGRI é conhecido na diretoria como fumacento. Não produz nada de útil, porque útil na empresa é uma variedade de maçã nova, uma variedade de um arroz novo, uma variedade de aipim novo. Isso é útil o resto é conversa.

Você considera que a mudança na legislação ou em sua aplicação influencia ou influenciou de alguma forma a prática destes agricultores?

Uma reinterpretação da legislação influenciou drasticamente. Se não houvesse uma reinterpretação da legislação visando o uso agrícola daquelas áreas e na mudança dos termos de exploração eles estariam condenados a extinção. Antes do nosso projeto chegar lá a diretora da Fundação Municipal do Meio Ambiente (FAMABI) ligava para a polícia militar ambiental, requisitava o helicóptero e ela saía em casaca a esses agricultores, para identificar as áreas de desmatamento, marcava pontos no GPS e a equipe de terra da polícia ambiental ia lá dar multa. Depois disso mudou completamente, porque agora ela recebe esses agricultores na Fundação e cria mecanismos para poder regularizar a produção da lenha e da roça deles. E isso se a gente analisar bem é uma mudança dramática da questão.

Isso em quanto tempo?

Algo em torno de 24 meses. Porque não dá para dizer em quanto tempo aconteceu, porque é um processo. Porque, primeiro vamos regularizar os fornos, mas aí percebemos que temos que regularizar as áreas, regularizar a reserva legal. É um processo que vem acontecendo desde 2012 até 2014, quando se consolidou, só que esta é a parte que se trabalhou mais efetivamente lá. Porque isso já começou um pouco antes, talvez em 2009 quando o professor Fantini

visitou e falou "Eu vou desenvolver um projeto aqui e quero autorização da Fundação Municipal para entender o processo de produção florestal da roça de toco". Opa, tem alguém trabalho aqui para entender o que é que está acontecendo. E desde que colocou a placa da Universidade nas propriedades a mínima hostilidade esses agricultores sofreram, porque eles estavam amparados pelo projeto de pesquisa. A mudança ela é muito importante, porque ela é um processo mesmo. Talvez o dado que eles se sentiram mais fortes foi em 2012 a agosto de 2013, quando eles tiveram a associação formada, os selos disponíveis e a produção regularizada.

Existem outros projetos de desenvolvimento e integração para a região?

O que nós temos lá hoje são projetos de pesquisa. Temos projetos de pesquisa para mensurar gases de efeito estufa e outras coisas. Projetos de desenvolvimento como esse da roça de toco não temos mais. Uma porque nós não temos tempo para desenvolver só isso outra porque nós não temos pernas. Na EPAGRI pesquisa-ação não é considerada pesquisa. É perda de tempo. E a gente como está em uma unidade de pesquisa, pesquisa-ação é coisa da extensão rural e como existe um conflito ideológico que se instaurou dentro da empresa, a gente vai até determinado ponto hoje. Mas o principal ponto a gente conseguiu alcançar, a gente agregou conhecimentos novos na área florestal, na área de cadeias, na área de inovação, inovação de marca, inovação de produto, inovação de processo, conseguiu delimitar marco teórico. Então, hoje projeto de desenvolvimento lá não tem, o que tem são projetos de iniciativas da extensão rural lá, para tentar incluir eles em programas de compras governamentais, como o PNAE. Então, os agricultores da roça de toco estão entrando no PNAE, só que por meio de uma outra cooperativa que foi criada. Estão colocando os produtos da roça de toco por uma outra cooperativa que foi criada agora lá. Para vender para a merenda escolar de Biguaçu, então eles vendem a farinha, vendem a banana e vendem o aipim congelado. Então esse desenvolvimento é feito pela unidade local da EPAGRI. É a EPAGRI que desenvolve isso com a Secretaria de Educação, com a Secretaria de Agricultura.

E existe comitê de bacias hidrográficas no local?

Não sei. Não tem relação. Quer dizer, até tem porque a Sofia, que era técnica da FAMABI, Fundação Municipal de Meio Ambiente, ela desenvolveu junto com a Arteris, funcionaria da 101, um processo que tinha lá de recomposição da mata ciliar, onde elas davam as mudas para os agricultores irem plantar as árvores, a mata ciliar do Rio Cubatão e seus afluentes. Mas esses grupos não interagem, os das bacias hidrográficas. Eles não interagem. Se eles são organizados, devem ser, mas nós não temos relação nenhuma com eles. Talvez o escritório local tenha, mas não que eu conheça qualquer ligação com esses comitês. É zero.

Como você avalia as práticas destes agricultores e destas agricultoras?

Eu mudei meu conceito de produção agrícola a partir do momento que eu consegui alocar um marco teórico novo na reinterpretação deste processo produtivo. Eu hoje considero a diversidade na agricultura importante. Uma manifestação de cunho histórico e cultural como o processo deles ainda tem espaço, e nós estamos falando aqui do perímetro urbano da grande Florianópolis. Daí são 40 Km até o local, uma área praticamente toda conurbada. É uma agricultura entendida como arcaica, mas que tem seu espaço ali. Eu considero hoje ela uma atividade sustentável, sob a ótica econômica, porque a partir do momento que você consegue diferenciar o seu produto e a assimetria informacional para o mercado, você agrega valor, o mercado que responde isso. Essa é a visão que eu tenho, a gente vive no mundo capitalista e eles precisam de capital, eles não vivem em uma zona de exclusão, onde eles vão ter que comprar comida, eles vivem em uma região onde tem balada, tem comida, tem festa da igreja, tem praia, quer dizer, eles em algum momento eles necessitam destes benefícios e esses benefícios tem custos. Então na medida em que eles tem o ingresso econômico que permite eles acessarem benefícios sociais, lazer, esporte, viagem, eu acho que isso responde bem e é economicamente positivo. agricultora C e agricultor D construíram meio que com força própria uma unidade de beneficiamento de aipim. Um galpão longo, com sala para descascar, sala para limpeza, embalagem, área de congelamento. Então, isso para quem não tinha nada. Eu tenho uma imagem dela descascando aipim dela no meio do pátio, com uma bacia no chão, um cachorro pretinho cheio de sarna abanando o rabo em volta, claro o aipim era lavado e embalado, mas existe uma evolução muito grande sob a ótica econômica. Sob a ótica social eles são reconhecidos na comunidade, como empreendedores, como alguém que se superaram, talvez a inveja não permite que a comunidade manifeste isso de forma coletiva, porque a inveja move as relações humanas. Ela tem uma coisa interessante, o açoriano tem essa coisa muito própria dele de ter inveja do outro, porque eu estudei um pouco disso em produção e ostra, então se tu puder passar a perna no outro isso é socialmente aceito. E a questão ambiental, porque o Fantini está fazendo um levantamento para ver os indicadores de sustentabilidade, mas existe em termos gerais, genéricos que a consideração que o processo é sustentável, sob a ótica de emissão de gases de efeito estufa, sob a derrubada e regeneração da floresta. A gente entende que é muito mais sustentável do que deixar retornar a floresta ao seu estado natural. Sob esta ótica nós não temos dúvida. Como diz o jargão popular "É tudo de bom", é a frase que eles usam. Isso aqui é tudo de bom.

De que maneira você enxerga a forma como são tratados/as os agricultores e as agricultoras, do ponto de vista das instituições ambientais, culturais e pela a sociedade local?

Sob a ótica ambiental eles são reconhecidos como agricultores sérios por conta da organização e dos processos, porque regularização ambiental está ligada a processos complexos. Tem muita burocracia e eles conseguiram superar isso, claro eles tiveram um aporte externo e esforço e conhecimento muito grande.

Mas hoje eles desenvolvem isso sozinhos, porque nem a fundação sabia como fazer isso. Na FATMA eles entraram com o carvão embalado de mata nativa pela porta da frente e entregaram na mesa do presidente da FATMA. Isso é um marco. Por conta de um projeto do CNPq e FAPESC. A gente proporcionou isso. Eles foram fazer uma visita para o presidente da FAPESC. Ele não estava lá mas a diretoria recebeu. Eles ingressaram aqui no microbacias. Na prefeitura eles são reconhecidos. Então assim, a FATMA ainda tem dificuldades de entender o processo de roça de toco como um processo licenciável, apesar da Cintia trabalhar lá dentro. Mas eles tem dificuldade para entender, mas eles percebem que é possível. E uma parte do IBAMA também está lá e acha que é possível. E nós temos agentes do ICMbio que trabalha conosco no projeto. E ele adora aquilo, porque ele fez doutorado aqui com o Fantini. Então assim, sob a ótica ambiental tem muita controvérsia. A gente esses dias tentou aprovar uma Lei que considerava a roça de toco uma prática sustentável, tem um grupo florestal no Estado, não sei se você já ouviu falar? A Secretaria de Agricultura está organizada em torno do CD rural, Conselho de Desenvolvimento Rural. O Conselho tem a câmara de Floresta, a de associativismo, enfim. E a câmara de floresta tem uma série de iniciativas que a gente está tentando organizar no processo de apoio ao desenvolvimento florestal de Santa Catarina. Tem um pessoal da PREMAVI, tu já deves ter ouvido falar deles. Eles fizeram uma carta assombrosa, colocando a roça de toco como um engodo de como acabar com a floresta, porque eles olham a roça de toco como um mecanismo que destrói a floresta e não tem conversa. Então assim, eles olham assim, a roça de toco é uma reinterpretação da roça de coivara que é essencialmente destrutiva. Então assim, sob a ótica ambiental no meio em que a gente vive, porque estamos numa ilha, ilha de conceitos, de identidade, existe essa identidade comum, que é possível, só que as barreiras são muitas. Essa é uma busca. Trabalhamos em uma área polêmica. Sob a ótica cultural, no município eles são, eu diria, bem tratados. Agora, sob a ótica, municipal, estadual, secretaria de agricultura, EPAGRI, Secretaria Municipal de Agricultura, o pessoal do MDA já foi lá, o INCRA já foi lá para entender como é o processo de certificação e regularização fundiária e dos produtos da roça de toco, da bracinga, porque eles querem regularizar toda a produção carvão dos bracingais nos assentamentos do Estado. Então existe um reconhecimento de que a coisa é possível e de que não é impossível. Neste sentido que eu acho que a coisa está bem encaminhada.

Neste espaço você pode deixar considerações que acha importante sobre a história do grupo e sobre as técnicas e sobre os saberes associados.

Eu como técnico isso é uma quebra de paradigma, porque eu tive que desconstruir muita coisa. Eu era uma pessoa mais rude, eu nunca fui assim uma pessoa intransponível ou cartesiana. Sou engenheiro agrônomo, tenho Pós-Graduação em Agronegócio, pela Fundação Getúlio Vargas, algo bastante top, tenho mestrado em agronegócios, mas aí já com uma visão sistêmica, mas eu nunca tive uma visão fechada, porque no meu íntimo eu tenho a história da dificuldade que é ser agricultor. Eu fui agricultor até os 17, 18 anos. Então,

dizer que o que tu faz é errado não faz parte do meu perfil. Mas mesmo assim eu tive que desconstruir algumas coisas porque no final a gente fica meio bitolado. Que é tecnologia, tecnologia e daqui a pouco você vai para o mestrado e fica meio atordoado, assim como no doutorado. E assim, há espaço para a diversidade e no campo da diversidade a roça de toco é uma estratégia válida. Isso não dá mais nos 186 mil estabelecimentos rurais de Santa Catarina, 153 mil famílias de agricultores de Santa Catarina. Talvez não se tenha mais um dígito percentual destes agricultores que façam essa roça, mas você olha essa estratégia sob os sistemas tradicionais e aí são aprendizados que a gente tem, porque a grande maioria deles está com problemas no Estado. A roça de toco, o cipó imbé (Os cipozeiros de Garuva), tem alguns estudos de caiva que é a produção agroflorestal de baixa floresta, também não tem regularização sobre isso, mas é uma prática cultural, a colheita do pinhão. Então existe muito no nosso olhar para tentar regularizar, porque nem todo mundo vai ser produtor de soja, suínos e aves e milho. Então, estamos falando de agricultores que eram miseráveis, hoje tem apoio, carro para comprar alimentos com mais de 10 anos para pagar, eles conseguem pegar capital e conseguir desenvolver por lá, a 3 anos atrás eles jamais pensavam em fazer isso. Então, isso prova para mim que por mais hermética que seja uma empresa e que tenha que fazer isso ou aquilo, temos que tentar interpretar esse universo do agricultor e enxergar que tipo de aporte e de inovação social que a gente tem que encostar nele para conseguir dar o salto. Não que dinheiro seja importante para todo o mundo, mas para aquele que precisa comprar um brinquedo no final de ano para o seu filho e que tenha oportunidade, para aquele que ache que é necessário. Ter que ganhar dinheiro não é um dogma, para mim pelo menos. A gente vive uma vida meio complexa na sociedade, tem que ter um tablet, smarthphone, essas porcaria aí. Você tem que produzir isso, por outro lado tem pessoas que produzem coisas mais simples e isso cai no campo do real, seja uma fração percentual do todo, mas é isso que faz a diversidade, a pluriatividade, as diferentes manifestações do que é ser agricultor. De forma simples acho que é isso, a gente não pode ser fechado, e digo isso porque isso era um campo minado, era o campo do impossível, o campo do intransponível e agente conseguiu materializar, mas não há reconhecimento Federal, não há reconhecimento Estadual pleno, mas bom, alguém para ir lá e dizer que vai algemar todo mundo porque eles estão errados, olha, vai ser muito mais difícil.

Entrevistado F – Representante institucional da EPAGRI Biguaçu

Sou extensionista rural da EPAGRI, no município de Biguaçu. Minha formação é engenheiro agrônomo e trabalho no município de Biguaçu desde agosto de 2013. Trabalho com a extensionista social do município e trabalhamos juntos com o, administrador e o técnico de informática da Região da Grande Florianópolis. Quando eu comecei aqui no Município de Biguaçu a trabalhar foi

substituindo um outro extensionista rural que havia saído e hoje trabalha na FATMA. Ele trabalhou aqui com outro extensionista rural que também acompanharam um pouco do projeto da roça de toco da associação valor da roça que não tinha sido formada como organização formal ainda, estava em processo de formação do CNPJ. O Escritório local da EPAGRI passou a acompanhar mais fortemente esse projeto a partir do momento que eu entrei no escritório municipal, principalmente pela seguinte razão, o escritório regional da EPAGRI ainda não tinha apostado na ideia de que vender o carvão de madeira nativa era legal, então existia um receio, um medo da EPAGRI como instituição estadual fomentar alguma coisa que fosse ilegal, mas tinha o conhecimento destes agricultores do modo de vida deles, da agricultura típica da região aqui, da Grande Florianópolis, que é a agricultura de coivara, aonde os agricultores cortam um pouco da mata nativa, uma área pequena, geralmente de mata nativa para dar lugar a roça que é o cultivo de feijão, milho, aipim, principalmente essas 3 culturas. E cultivam ali algum tempo, até o solo está mais exaurido e não ter tantos nutrientes. Como é uma agricultura que não utiliza uma quantidade de adubo como uma agricultura convencional de várzea, então o solo começa a se exaurir e aí como uma forma de descanso para o solo, eles deixam a mata nativa voltar.

Essa agricultura é típica da Região da Grande Florianópolis?

Ela é típica da Grande Florianópolis. Acontece em municípios onde há a predominância do povo açoriano. O povo açoriano tem isso como uma tradição antiga dos antepassados, de cultivar a roça desta maneira. Juntou-se aqui em Biguaçu com os negros que cultivam de forma parecida e com o próprio Guarani, que cultivava bem em menor escala, em um formato um pouco diferente, mas que tem alguma coisa parecida quando se trata de dizer que se vai cultivar um pedacinho de mata com aipim e também milhos deles e em pouco tempo eles saem daquela área para uma outra área, com a diferença que o agricultor familiar aqui de Biguaçu, ele corta toda a vegetação, só deixa os tocos e o indígena ele acaba deixando um pouco de árvores nativas com menos copas pelo meio. O exemplo disso é o coqueiro jervá que você acaba não cortando e planta no meio. Então existe diferença na técnica de cultivo. Essa técnica da agricultura de coivara é tradicional do povo açoriano. A região de Garopaba também trabalha com roça de toco. Então todo esse povo açoriano daqui tem esse hábito. Hoje está se perdendo esse hábito porquê? Porque é uma agricultura, que apesar de ser em pequena escala exige muita mão-de-obra, ela está associada a queima da lenha para fazer o carvão e hoje os jovens já não querem mais se sujar como os agricultores se sujam, tem a dificuldade de subir em regiões montanhosas de difícil acesso, muitos deles ainda com carro de boi. Então os jovens já não se submetem mais a isso. Eles preferem trabalhar nos centros urbanos, ganhando as vezes muito menos, para não ter que se sujar, para não ter que se arriscar nos morros. Tem aquela questão da própria fuligem do carvão, que é prejudicial à saúde e os agricultores sabem disso e uma boa parte dessa diminuição dos agricultores, nós acreditamos ser também de uma marca

que ficou que é a marca que tu ouviu lá na reunião de segunda-feira (No dia do carregamento do Contêiner para exportação para o Canadá), quando os agricultores relataram todo o histórico quando a polícia começou a perseguir, quando a legislação ambiental ficou mais rígida e transformou ele de agricultores de coivara para criminosos.

Em que período foi isso?

Isso na década de 80. Final da Década de 80. Tem noticiado, inclusive eu tenho, em jornal, aonde os agricultores se reuniram, inclusive de uma forma de tentar se defender de alguma maneira, já não sabiam para onde correr mais, então eles chamaram a mídia para falar da situação deles e cercaram carro de polícia para tentar de alguma maneira frear isso. Porque a polícia ambiental percorria as comunidades e tratava eles como criminosos. Então isso ficou marcado. E os pais passam para os filhos e os filhos hoje, inclusive muitas famílias nem preferem procurar os órgãos ambientais hoje, como tem a FAMABI, para saber como faz para cortar uma área de mata de forma legal para cultivar. Eles preferem não fazer isso. Eles afirmam que é muita burocracia. Muitos acham que nem dá. Muitos acham que esses agricultores da roça de toco fazem ainda de forma ilegal e são incrédulos. Quando a gente diz que eles vem a FAMABI e pede uma licença e consegue. Mas a maioria ainda relata que é muita burocracia, é muita papelada e que eles não querem passar por isso.

Tem algo relacionado com o nível escolar dos agricultores?

Sim. Esse projeto Roça de Toco começou com um estudo. A universidade Federal veio estudar o porquê dessa região aqui em Biguaçu, e em seu entorno, ser tão difícil trabalhar com grupos associados, quando se fala em atividade econômica. O Microbacias (Projeto Microbacias I e II) gerou algumas associações de moradores que algumas persistem, em Biguaçu por exemplo, que é a AFAGA, Associação das Fazendeiras Amigas Guerreiras e Otimistas (<http://associacaoafago.blogspot.com.br/>), essa é uma associação criada durante o período do Microbacias II e que hoje persiste, mas, principalmente assim, é um grupo de mulheres que já tem como característica de se reunir um pouco mais, mas quando se fala de atividade econômica mais forte aqui em Biguaçu, e geralmente é o homem na agricultura que faz, não existia maneira de associá-los, seja como associação, seja como cooperativa ou grupo informal e isso intrigava os professores da universidade. O projeto Microbacias desenvolvido pela EPAGRI gerou um relatório e nesse relatório contava toda essa dificuldade. Foi daí que a universidade veio estudar. E aqui em Biguaçu foi relatado esse grupo especificamente como o grupo mais difícil, da roça de toco, que era um grupo que ficava mais retirado em cima dos morros, eram pessoas que pouco participavam de reuniões, alguns extensionistas falaram que eles eram considerados os "patinhos feios". E ninguém mais queria trabalhar com eles. Essa era a realidade relatada pelo extensionista anterior. Ninguém mais queria trabalhar com eles. Porque era difícil de motivá-los, de reuni-los, de inserir alguma técnica agrônômica ou outra técnica que viesse através do processo de

extensão rural. E nesse grupo é que foi escolhido essas pessoas e aí a universidade entrou com um tipo de pesquisa e aí entrou e teve bastante dificuldade, a representante da FATMA deve ter relatado sobre a dificuldade inicial de encontrar e chamar essas pessoas para uma conversa. Muitos se escondiam, não falavam. E aí esse processo foi ao longo dos anos trazendo os agricultores até esse modelo de hoje, onde eles conseguem se reunir uma vez por mês e se reúnem hoje não por uma obrigação. Isso eu consigo ver hoje claramente. Uma vez por mês eles se reúnem por que eles querem. Porque eles gostam de se reunir para tratar dos assuntos da associação principalmente, mas também para conversar sobre o dia a dia.

O que os extensionistas da EPAGRI e a Instituição entende como técnica?

Técnica é todo o formato, no caso vou dar o exemplo da roça de toco, é um conjunto de ações, uma ou várias ações, que o agricultor formou através do conhecimento dos seus antepassados para aquele tipo de agricultura. A EPAGRI com o grau de tecnologia que está sendo alcançado hoje, tenta melhorar, não passar uma técnica nova excluindo a técnica do agricultor, mas que ela possa construir junto com o agricultor um modelo que seria um outro degrau, para que ele possa continuar vivendo na agricultura com dignidade e possa ter sustentabilidade no modelo. Ser sustentável e ter sustentabilidade significa dizer que as gerações futuras têm a grande possibilidade de continuar naquela atividade ou continuar na propriedade, porque uma grande perda que nós da área consideramos é essas famílias se sentirem tão ruim as vezes na propriedade, porque desvalorizaram tanto o valor da sua propriedade que acabou trazendo pessoas de diversas atividades, gente da cidade, empresários, médicos e que vieram e compraram a propriedade delas por uma bagatela. Preço de nada, preço de banana. E hoje muitas famílias ainda querem produzir e acabam produzindo não mais na terra deles. Então, me fizesse uma pergunta sobre técnica, é um conjunto de ações. A EPAGRI ela tem várias técnicas consolidadas na área agrônômica para se produzir com rendimento melhor de cultura, que se proteja o solo, a água, os recursos naturais, mas que gere mais renda para os agricultores. Este é o objetivo maior, para que as famílias consigam manter suas propriedades. Porque não adianta a gente falar que "Ah, temos que preservar o meio ambiente. Não pode usar agrotóxicos." Não, não é essa a conversa. Agricultura tem que preservar o meio ambiente, ela tem que preservar os recursos naturais, mas sobretudo ela tem que manter as famílias no campo com dignidade.

Nesse sentido como você avalia, dentro desta perspectiva, a técnica da roça de toco?

A técnica da roça de toco, ela como uma técnica de preservação ela é excelente. Ela mantém os animais, mantém a biota do solo, mantém a diversidade no campo, mas ainda gera pouca divisa. Ainda gera pouco retorno econômico, comparado com a agricultura convencional, praticada no município e fora do município. Então acho que o desafio é continuar com o sistema de roça de toco,

mas aperfeiçoar a técnica dos agricultores, introduzindo outras técnicas e junto com isso, tentar mostrar para a sociedade, as vantagens que trazem para a sociedade de modo geral na preservação do meio ambiente, para que ela tenha mais sustentabilidade.

Você trabalhava em outro lugar antes de assumir o extensionismo rural em Biguaçu?

Em 2010 eu entrei na EPAGRI.

Antes de vir para Biguaçu você já tinha contato com este tipo de técnica?

Não. O contato que eu tive com esta técnica foi através dos meus pais, meu avô. Como eu falei a roça de toco ela é de geração aqui, já é dos antepassados. Os nossos avôs e os nossos pais eles praticavam a roça de toco.

Chamava também de roça de toco?

Não. Chamava de agricultura de coivara, agricultura de roça. Era "Ah, vou fazer uma roça". Mas era o mesmo princípio. Não muda em nada. Muitas famílias não utilizavam a lenha para fazer o carvão, mas acabava vendendo a lenha para produção de energia. Então a diferença era essa, alguns agricultores fizeram os fornos de carvão e tiraram dali mais um sustento para a família. Então a grande diferença da roça de toco aqui em Biguaçu é que tem como o principal produto o carvão. Não só de Biguaçu, vários municípios daqui até a serra fazem bastante isso. Porém Biguaçu, com essa perspectiva que veio através da universidade e da FATMA, dando, vamos colocar assim, como um aporte para que se pudesse ter uma certa garantia, eles começaram a fazer com a madeira nativa, que não é diferente de outros municípios, também é feita com a madeira nativa, porém de forma ilegal. Sem tirar a licença. Muitos vendem o carvão em sacos como acácia negra ou eucalipto, mas ali dentro tem madeira nativa. A diferença deles aqui é que eles conseguiram a legalização, por isso hoje eles têm duas embalagens, uma de carvão de eucalipto e outra de madeira nativa, para ter essa diferenciação e a maioria das pessoas preferem a de madeira nativa, pelo fato de saber que eles estão cultivando com madeira nativa, porque muitos consideram o eucalipto como uma praga, uma cultura que devasta o meio ambiente.

E a bracatinga?

A bracatinga ela é nativa de Santa Catarina. O eucalipto ele veio da Austrália. Então tem essa proximidade. A bracatinga ela é da serra de Santa Catarina. Agora aqui no litoral sozinha ela não veio. Mas foi trazida e se adaptou muito bem. Como recurso florestal ela se tornou muito boa, porque ela cresce rápido, ela dá uma madeira boa para o carvão, ela não exclui os animais, pelo contrário, pássaros e outros animais acabam convivendo muito bem com ela e ela também dá flor na época do inverno, que é uma época difícil para as abelhas e aqui é a abelha nativa também. A bracatinga como é nativa ela é polinizada pela abelha nativa e acaba gerando alimento para a abelha.

Mas como ocorre a questão da supressão das outras espécies?

A bracinga no município de Biguaçu, eu não sei como começou porque eu não estava aqui, mas o fato é que já tem uma área considerável, dentro do sistema roça de toco, da associação Valor da Roça. Ela apesar de ser uma espécie nativa, ela parece ser uma espécie agressiva, porque antes dela ser inserida no ambiente, as outras espécies quando acabava a roça e era deixada em descanso, as espécies vinham com maior variedade de espécies e com a inserção da bracinga, a impressão clara é que uma parte daquelas espécies, provavelmente as mais fracas, elas acabaram morrendo e isso diminuiu a variedade de espécies. É a impressão que dá. Porém, é necessário fazer estudos para ver a que nível chegou a supressão destas espécies. Mas de qualquer forma é a espécies que mais se adapta ao sistema. Ela não virou uma monocultura, ela convive com outras espécies, mas como na natureza o mais forte prevalece, as espécies que crescerem mais rápido, que ganhar forma mais rápido, são os que vão prevalecer.

Há um relato dos agricultores que em um determinado momento não havia mais lenha. Você chegou a acompanhar este processo? Através de sua experiência como extensionista rural e de seu contato com os agricultores, tem conhecimento sobre essa passagem?

O que sei é o que escuto, principalmente dos mais antigos. Existia muita agricultura nos morros aqui e como nosso município bem se ver que tem muito morro, então, em todos esses morros aqui tinha agricultura. Era suprimida a floresta e era uma época que tinha muita agricultura, tinham muitas famílias que viviam só da agricultura. Agora como a gente não pegou essa época e nunca vi fotos também destes morros pelados, a gente só ouve. Mas modificou, com o cultivo do eucalipto nos topos dos morros dá para ver hoje. É o topo do morro, cultivo de eucalipto (Ele aponta pela janela onde está localizado a plantio e sua representação na paisagem). Isso é resultado de uma agricultura que já esteve ali muitos anos atrás.

Qual a origem das famílias que estão realizando a agricultura de roça de toco aqui em Biguaçu atualmente?

O pessoal antigo fala que os pais deles já moravam ali, muitos relatam que os avós deles já moravam ali e alguns vieram de fora. Tem um pouco de alemão também. Mas a maior parte são pessoas que estão ali a gerações. Agora a maioria são açorianos. A gente vê muito pelo sobrenome, Bertilo, Silva, Pereira. São pessoas que vieram com os povos açorianos, colonizaram essa região e permanecem até hoje.

O que você poderia me dizer a respeito dos saberes que estão atrelados ao desenvolvimento da roça de toco? Como que ele se perpetuou? Como ele se propaga?

Isso é a grande preocupação, porque até a geração anterior a minha, os pais passavam para os filhos e os filhos ainda estavam trabalhando efetivamente

somente na roça. Agora com as novas gerações e aí a gente pega a nossa idade, 30, 35 anos, 25 anos, 20 anos, que são uma geração onde muitos já saíram das propriedades para trabalhar fora, essa perpetuação dos saberes deles, ela está caindo por terra. A gente muito ali de senhores e senhoras que conhecem muito da mata, conhecem as espécies todas que estão ali na mata, o poder medicinal de muitas delas, as melhores variedades das mandiocas antigas, dos aipins e que hoje acabam não conseguindo mais passar para os filhos, pela falta de interesse dos próprios filhos, os filhos já estão fora das propriedades aí é difícil de levar este saber. Porque esta sabedoria ela empírica e ela tem que ser passado na prática, fora da prática não tem como aprender. Ela está ligada a uma questão da oralidade e o ver fazer. Ver as espécies que são melhores para a fabricação do carvão, por exemplo, que o agricultor chega lá e diz "Essa espécie aqui é a melhor que tem", "essa aqui que dá um carvão de melhor qualidade", "Essa aqui não adianta nem colocar". É o empírico, é a oralidade, e é o ver fazer. Por isso que eu vejo hoje como uma fase bem crítica e tenho receio das próximas gerações só ouvirem falar de agricultura de roça de toco. E tu viu lá na reunião a faixa etária dos associados. Não é diferente de outras reuniões da roça de toco. Ou seja, não existe jovem. A faixa etária é mais elevada e se tu perguntar para os agricultores a resposta deles é quase unânime de que os filhos não querem praticar roça de toco. Isso é preocupante.

Como acontece a escolha das áreas onde serão realizadas as roças?

Hoje tem alguns agricultores que já não escolhem algumas áreas porque são áreas muito antigas, então tem toda aquela questão da legislação ambiental que não permite que áreas com mata acima de 20 anos, acima de 15 anos não seja cortada. Então quando eles conseguem uma autorização para corte de uma determinada área geralmente é uma área que já foi mexida a não muito tempo. Agora a escolha da área propriamente dita para fazer a roça eu não sei te dizer. O certo é o seguinte que a área virada para o sul é uma área mais ruim. Mas tem agricultor que não tem muita escolha. Mas as áreas viradas para o sul tem mais umidade. Isso explicando de forma um pouco mais técnica é que a nossa região é subtropical, perto do litoral onde as massas de ar e o frio vem, geralmente do Uruguai, trazendo com o frio a umidade e a umidade acaba um pouco mais de doença para as plantas, fungos bactérias. É por uma questão climática. Mas são todas áreas privadas.

Os lugares são escolhidos por uma questão logística?

O local onde o agricultor já reconhece aquela terra como uma terra fértil, porque o pai plantou e sempre deu, então eles veem aquela área como boa para plantio, vai plantar novamente ali não porque aquela área lá é ácida, por exemplo, ou porque tem alumínio ou algum outro empecilho para o plantio, mas porque ele sabe a área do melhor aipim, que se plantar o milho ele vem com melhor qualidade. Isso não impede de eles fazerem a roça no ponto mais distante da área da propriedade porque não tem uma estrada bem definida, para esses agricultores que hoje fazem parte da associação. Para os jovens eu acredito,

sinceramente, que se for feito um plano de manejo onde se privilegiasse outras áreas, com melhor acesso e melhorasse os acessos para que eles pudessem trabalhar, ao invés de carro de boi, com máquinas ou com outros veículos, para que ele pudesse transportar toda a sua produção facilitaria trazer-los novamente para a propriedade. Seria um ponto a mais para que eles vissem aquilo ali como uma opção de trabalho, de renda, de vida. Não que a questão logística não seja um ponto importante, porque tem alguns agricultores ali que tem mais de 70 anos, então eles têm certa dificuldade. Apesar de ter certeza que se tu for subir com esse agricultor de mais de 70 anos ele vai deixar nós no chinelo, mas ele já tem bastante dificuldade. Falta de mão-de-obra também, porque vai abrir uma área um pouco mais distante da propriedade e trazer aquela lenha até o forno do carvão, é trazer o aipim. Isso influencia sim nas propriedades estão em um ponto mais alto. Influencia mais não é o principal.

O que é a produção de carvão para esses agricultores de Três Riachos?

É uma fonte de renda. É uma atividade que identifica eles enquanto pessoa, porque desde pequenos acompanham os pais fazendo carvão, então é como um mineiro que está a vida toda lá minerando, as vezes todo sujo, mas eles se identificam fazendo aquilo. Então, é uma fonte de renda, agora um pouco mais se identifica como fonte de renda, porque antes do projeto da roça de toco o carvão era bem mais barato para eles, ou seja, eles vendiam por um preço bem mais baixo, mas era uma alternativa de vida para ganhar um dinheirinho a mais. Hoje a importância econômica é maior, porque um saco de carvão está saindo por um valor maior para eles, mas como uma identificação mesmo, apesar de alguns agricultores, que a impressão que a gente tem quando a gente chega no forno de carvão é que eles ficam um pouco envergonhados, as vezes ainda, pelo fato de estarem todos sujos de carvão, mas não se compara a décadas atrás quando vinha a polícia. Se chegasse qualquer pessoa na comunidade com um carro diferente eles fugiam, corriam. É como eles falaram lá mesmo.

Qual a diferença entre o carvão produzido aqui para outros carvões produzidos em outros lugares?

Quando eu fazia faculdade, que a gente começou a estudar fisiologia vegetal e adubação de planta, a planta que é menos alimentada ou alimentada com nutrientes de menor qualidade, ela custa mais a crescer. Ela demora mais a atingir a maturidade. Só que ela acaba formando uma estrutura melhor. Na agricultura orgânica as pessoas sabem que as plantas se desenvolvem de forma mais devagar, mas também sabemos que tem menos ataques de pragas e de doenças, também por esse lado, porque a planta se alimenta de melhor qualidade, as vezes com menos alimento, mas ela forma uma estrutura um pouco mais mistas, vamos dizer assim dessa maneira e ela acaba resistindo um pouco melhor as doenças. Na mata também não é diferente, porque se tu não alimenta aquela mata com adubo químico, ureia, esterco, porque eles não alimentam a mata. Eles só extraem da mata. Ela vai dar um jeito de obter os nutrientes ali para crescer um pouco mais devagar, se tu pega uma área e

plantada de eucalipto e não aduba ela vai demorar com certeza muito mais a crescer e ser cortada, até chegar ao ponto de colher, do que uma área que tu plantou e não adubou. Agora se tu cortar aquele eucalipto que não foi adubado ele é um pouco mais resistente, ele tem um pouco mais de celulose, ele tem menos água dentro dele. É igual aos animais, quanto mais alimento, mais água ele tem que ingerir. Isso na hora de fabricar o carvão ele é relevante, se pegar uma mata que não foi adubada ela tem muito mais celulose, tem menos água, na hora de queimar toda aquela celulose vai gerar a matéria-prima carbono. Vai render mais. Agora a qualidade do carvão na hora da queima, a escolha da espécie determina muito também. Então o produto final está atrelado a escolha da lenha, das espécies, da forma como é cultivada. Por exemplo, existe o tal de carvão de acácia negra. Áreas que são cultivadas e adubadas. Então essas áreas que são cultivadas e recebem adubação, a tendência de ter um menor poder calorífico do que uma área que não foi adubada. Demora mais para cortar. No fim das contas eu não sei se vai render mais ou não, porque uma roça que não foi adubada, também vai demorar muito mais tempo para produzir uma quantidade de metros cúbicos de lenha, do que uma área que foi adubada. Tem que pôr na ponta do lápis para ver. Mas para eles é conveniente, porque eles não adubam.

A forma de fazer é a mesma dos outros produtores de carvão?

Sim. É a mesma. Não muda nada.

Aqui é chama de produção artesanal de carvão. Então existe uma produção não artesanal? Qual é a diferença? Isso influencia na qualidade?

Existe uma produção não artesanal. Mas não necessariamente a qualidade é influenciada por isso. Depende da forma como é cultivada aquele carvão. Esse nome artesanal é um nome que se popularizou. Na verdade, quando a gente trata do artesanal, envolve muito a técnica de fazer, mas se tu olhar geração, o agricultor familiar se tivesse uma fórmula totalmente automatizada de fazer o carvão dele, de forma familiar (falou com ênfase), mas que produzisse em uma pequena escala e existe legislação para dizer o quanto é artesanal, "Ah, a forma como eu fabrico geleia de banana", um dos fatores que vai dizer se ela é artesanal é a quantidade que produz por ano. Mas aqui em Biguaçu mesmo tem marca de carvão que teria que ver a quantidade que é produzida por ano. Não sei quanto é vendido por ano. Mas o modo de fazer o carvão é igual. Só aumenta a quantidade de fornos. Tem alguns que tem 4 fornos, tem outros que só tem um. Um forno é maior, o outro é menor, porque cabe o dobro. Mas é o mesmo jeito de fazer. Mesmo jeito de abastecer, mesmo jeito de retirar. De queimar, de espera.

Como ocorreu o processo de certificação dos produtos da roça de toco?

A criação da associação se deu por um pouco de influência dos órgãos que participaram deste processo, vendo como uma maneira de que estes agricultores saíssem daquela forma de excluídos e passassem por uma outra forma que eles

pudessem como eles estão agora, vendo o produto de forma legal. Se eles não tivessem feito isso, essa associação, dificilmente eles estariam vendendo o carvão de madeira nativa, de forma legal como estão vendendo. Mas a associação foi formada com a formação do entendimento dos agricultores de que eles resolvessem o problema deles de forma coletiva. Eles já faziam isso de alguma maneira, quando, por exemplo, eles começaram a ser perseguidos e aí se reuniam em comunidade. Abordavam o carro da polícia, tiravam arma de policial de forma coletiva. Mas agora tinha a intenção de eles resolverem outros problemas. De que eles tivessem condições de eles comercializassem os produtos de que já produziam. Tivesse uma renda melhor e que vivesse dignamente, porque tinham muitas famílias ali que viviam em uma situação econômica mais complicada. Daí muitas e muitas reuniões para que houve o entendimento de o que é uma forma associativa, quais os objetivos, foi sendo criado com eles um regimento interno, para que soubessem o que poderia fazer e o que não poderia fazer, como eles poderiam resolver os problemas e a partir dali foram feitas reuniões até formar o estatuto. Fizeram o estatuto e fundaram a associação valor da roça. Como toda associação no início existia uma participação forte de agentes de fora.

Representando a FATMA?

Representando a FATMA, mas ali, principalmente, sendo uma agente de desenvolvimento. Sendo uma extensionista. Ela trabalhava como extensionista, porque os modelos de extensão, os modelos de reunião de extensão rural, ela fazia. Os formatos, os modelos de oficinas, os modelos de organização participativa social, ela fazia juntamente com o representante da EPAGRI. E eu cheguei nesta fase, onde eles faziam os painéis, decidiam em conjunto como seria o estatuto. Então todo este processo eu acabei acompanhando quando eu entrei em Biguaçu, que aí eu comecei a participar das reuniões. E dali existia ainda um projeto, se eu não me engano do Cnpq, onde as vindas da Cintia eram custeadas, a gasolina, até o momento que se fundou. Neste projeto do Cnpq também foram onde eles conseguiram as embalagens, os logotipos, o blog, tudo que eles tem hoje foram nestes projetos que eles tem inscritos pelos técnicos que participavam do CEPA, a Cintia, mais alguns colegas do CEPA que participavam em conjunto, com a universidade federal, o professor Fantini principalmente, e quando se encerrou o projeto de pesquisa, a representante da FATMA (atual) como agente de desenvolvimento, agente de pesquisa, ela se retirou, não totalmente, mas o escritório municipal passou a atuar mais como agente de desenvolvimento e extensão na associação propriamente dita. Até então a gente ajudava, mas como já existia um processo em decorrência, a gente participava. A partir daquele momento que eles começaram a se retirar um pouco mais, o escritório municipal passou, juntamente com a Secretaria de agricultura a ter um papel um pouco mais ativo na continuação da formação da associação. Apesar de eles estarem constituídos com CNPJ, eles ainda têm dificuldades. Cursos e oficinas e outros métodos de extensão é através do escritório municipal. A EPAGRI regional, vem aqui para um evento mais

importante, alguma coisa, como suporte mesmo, como apoio, para mostrar para a associação que a equipe municipal está sendo apoiada pela EPAGRI regional. Porque se não estivesse sendo apoiado, não tivesse com uma atividade legal, com certeza não estaria nem trabalhando.

Mas a ideia inicial partiu da EPAGRI Regional?

A roça de toco surgiu a partir deste estudo que eu te falei. Ai o Instituto CEPA se envolveu bastante. Então neste momento os agentes que estavam mais próximos, com uma relação mais próxima, vamos colocar a associação no centro e envolta dela mais próxima estaria quem, CEPA, Universidade Federal de Santa Catarina e FATMA. E mais longe um pouco Secretaria de Agricultura, EPAGRI e FAMABI.

Quando você está colocando a EPAGRI, está falando da EPAGRI Regional?

Municipal. Local. Sem muito apoio ainda da EPAGRI Regional. Porque não havia ainda esse entendimento de que o carvão de madeira nativa poderia ser comercializado legalmente.

O IBAMA entrou em algum momento nesta configuração?

Não. O IBAMA foi informado. Ele passou de vilão a um órgão neutro. Os agricultores relatam que antes eles olhavam para aquela pessoa e conheciam ela como o policial. E hoje não. Hoje eles passam e alguns já até venderam carvão para aquele policial. Mas nunca teve um papel de desenvolvimento da associação. O papel que eles tiveram foi, eles acuram tanto eles (os agricultores), que de maneira indireta eles influenciaram eles (os agricultores) a resolverem os problemas de forma coletiva, mas não que eles quisessem isso.

Mas quem fiscalizava era o IBAMA? Ou a FAMABI? Como ocorria esse processo?

IBAMA com a FAMABI. A FAMABI quando ia sozinha ela levava o IBAMA. Tem agricultores que relatam que no momento que o helicóptero do IBAMA sobrevoava a área, na porta do helicóptero estava a Superintende da FAMABI, hoje a Superintende. Havia o entendimento municipal, por parte da FAMABI de que esta atividade pudesse ser ilegal.

Então a competência da fiscalização é Federal e Municipal?

Ambiental é estadual.

FATMA?

Sim. Só que ela não atuou com fiscalização. A FATMA atua aqui, principalmente, como agente de desenvolvimento local. Porque inclusive ela teve muita dificuldade dentro da FATMA por ela peitar esse projeto. Até hoje alguns técnicos ainda não olham com bons olhos.

Houve uma mudança da legislação municipal. Essa mudança você acha que influenciou de alguma forma a prática destes agricultores?

Acho que mais influenciou não foi a mudança da legislação, foi a interpretação da lei. Porque antes simplesmente via-se como tirar a mata ser proibido, mas já existia as brechas na lei, só que o agricultor não estava acostumado a fazer o que ele faz que é vir aqui, solicitar o formulário, fazer o que hoje eles estão fazendo que é medir a área de mata, medir a quantidade de metro cúbico. Antes eles não saíam de casa. Vir aqui para pegar um formulário não tinha como. Existiu assim uma mudança de comportamento dos dois lados, por parte dos agricultores que passaram a entender a necessidade que os tempos mudaram, que não é mais simplesmente ir lá e cortar uma mata, uma mata que eles fizeram, mas que era possível fazer isso. E a partir do momento que eles quebraram esse tabu e começaram a vir e fazer a FAMABI também se viu em uma situação de que era possível. Dentro da FAMABI teve uma pessoa chave e que ajudou muito neste processo, que é a Sofia, para que eles aprendessem a fazer a roça de toco de maneira legal. E aí mudou muito o comportamento da FAMABI. Antes não atendia os agricultores. Mas a prática a agrícola continua acontecendo da mesma forma.

Como que você avalia a prática destes agricultores e agricultoras? Você acredita que essa prática é resiliente?

É uma prática que eu considero sustentável, senão eu não estaria apoiando, ajudando esse grupo. Ela é uma prática sustentável do ponto de vista ambiental, do ponto de vista econômico e do ponto de vista social. Porém, quando a gente fala do ponto de vista econômico a ponto de gerar interesse por parte das novas gerações, porque não adianta a gente dizer que ela é sustentável é sustentável economicamente, ela tem que dar dignidade para aquela família. Mesmo o agricultor que ganhe menos financeiramente, ele tem dignidade hoje e consegue comprar as coisinhas dele, consegue vender. Agora quando a gente fala de forma econômica para que os filhos se interessem ou até mesmo pessoas de fora se interessem, eu começo a ter bastante dúvida, bastante preocupação.

Principalmente com a questão de sucessão?

E não só sucessão, mas vinda de pessoas de fora também. Porque hoje a gente vê aqui em Biguaçu técnicos agrícolas, engenheiros agrônomos e pessoas até de outras áreas fora da agronomia, que vem arrendam ou compram terra em Biguaçu para produzir alimento. A gente tem professores, universitários, que estão produzindo alimentos em Biguaçu, cogumelo, hortaliças. Gerando bastante renda. Mas eles trabalham em área de várzea, área mecanizada, com possibilidade de contratar mão-de-obra mais fácil, por trabalhar em área de várzea. Agora nos morros a gente não vê um agrônomo querendo ir para produzir. Quer ir para ter o refúgio de final de semana, para curtir a natureza, com uma atividade mais lúdica.

Dentro desta perspectiva, o que você pensa, representando a EPAGRI na região, sobre a relação entre a roça e o carvão? O que você acha do aumento da produção de carvão, frente a questão da roça?

As propriedades aqui são todas pequenas. A maior propriedade é de um agricultor que somando vai dar 30 e poucos hectares. Mas é normal ter 5, 6, hectares de terra. A maior parte dos agricultores possuem pequenas propriedades. Nós não podemos pensar na atividade de carvão com um aumento de produção significativa. Ela está limitada a uma questão ambiental, eles podem tirar uma certa quantidade por ano e está limitada a isso. O que pode ser feito e a gente acredita que vá ser feito é a questão de desenvolvimento de novas tecnologias no sistema roça de toco. Adubação por exemplo, adubação orgânica nestas áreas de mata. E a gente tem o desafio que é adubar essas áreas que são íngremes, de difícil acesso. Nós temos o exemplo dos bananais aqui de Biguaçu, que é uma atividade altamente lucrativa a décadas atrás, saía carretas daqui. E hoje foi se deixando de lado, porque outras regiões de Santa Catarina começaram a produzir, só que produzia de forma convencional, com uma produtividade bem acima das daqui. E traziam para cá, com um custo mais baixo e o pessoal começou a desistir. Mas se tu olhar os bananais de perto tu vai pensar como é que vou adubar um bananal aqui. E as roças de toco não são diferentes. São em áreas, geralmente, bem íngremes, de difícil acesso, com uma grande dificuldade de tu trazer para aquela região ali, adubo. Chegar já é difícil, chegar carregado a dificuldade é maior. É um desafio. Mas que poderia ser feito com a possibilidade de experimento para ver quanto é o aumento da produtividade, para ver o retorno econômico que daria.

De que maneira você enxerga como são tratados os agricultores e agricultoras na atualidade?

Hoje os órgãos ambientais os veem como outros agricultores, sem preconceito, mas ainda estão andando no fio da navalha, porque tem algumas questões ali ainda, por exemplo o DOF (Documento de Origem Florestal), que não estão bem resolvidas. Foi feito um workshop, no começo do ano passado que gerou um documento com vários pesquisadores da rede sul florestal, mas não tiveram retorno, porque eles querem mudar isso na esfera federal e tentar ir trazendo para as esferas menores. Mas tem um grupo grande de pesquisadores trabalhando para isso. Tentando levar essa mensagem de que é uma agricultura sustentável, ao redor do mundo. Então eu acredito que tenha uma perspectiva boa. Enquanto tiver órgãos, como a universidade principalmente, que ela tem um poder grande de influenciar e principalmente, com o apoio da FATMA, que é o órgão estadual ambiental. Pena que não tem muitos técnicos com essa visão. Mas quebrou-se um grande tabu. Agora tem que esperar os frutos virem. Mas hoje eles estão produzindo, comercializando no Estado, exportando os produtos já. Isso já é um grande avanço. Mas ainda considero eles no fio da navalha porque se pegar alguém meio atravessa e quiser questionar algumas coisas.

Deixei um espaço para, se você quiser, deixar alguma consideração final ou narrar alguma história que considere que contribuirá para o andamento da pesquisa.

Como contribuição, a gente tem visto o sistema de roça de toco, como um sistema que não traz prejuízo de maneira geral para o meio ambiente, "Mas tem a queima", "Tem a emissão de carbono", mas ela é insignificante comparado com a preservação ambiental de modo geral. Ainda precisa ter muitos avanços, a gente entende, como por exemplo a diminuição da própria emissão de carbono para a atmosfera, com algumas técnicas, já sendo testadas, mas ainda precisa evoluir. É importante que a sociedade veja isso, comece a ver isso cada vez mais. Hoje tem muitas famílias que poderiam fazer parte deste sistema de forma legal, através de associações, de forma associativa. A gente falou ali que eles possuem um limite de carvão e na hora de comercializar é um pouco difícil, de forma coletiva. A gente viu por essa experiência que eles tiveram de mandar o carvão para o Canadá. Se eles pedissem uma quantidade muito maior, uma rede de supermercado por exemplo, eles não teriam como atender. Mas se eles tivessem mais sócios, mais pessoas interessadas, que quisessem propagar essa ideia, eles poderiam. Acho que o mais importante é a sociedade cada vez tomar mais consciência deste tipo de agricultura, passar a valorizar um pouco mais o trabalho deles, porque uma área de difícil localização, então se utiliza bastante a mão-de-obra e deveria ser mais valorizado, como a sociedade não vê o trabalho acaba não valorizando como deveria. Não estou falando nem só em valores financeiros, mas valorizar mesmo, ir visitar, conhecer, como tem turismo rural para ir lá conhecer Santa Rosa de Lima, por exemplo. Claro que aí precisa de ajuda. Mas acho que é possível continuar fazendo roça de toco e a gente espera que o programa persista, continue.

DEPOIMENTOS DOS AGRICULTORES E DAS AGRICULTORAS

Transcrição dos depoimentos do Agricultor A e Agricultora B

Tenho 49 anos, sou casado com agricultora B, temos duas filhas e nossa atividade é a agricultura, somos agricultores e trabalhamos com a roça de toco. A gente é agricultor, o colono foi uma palavra usada em 1940 para desfazer do agricultor. Eu nasci em São Marcos, em Três riachos e quando eu casei vim para cá (Fazenda).

Qual a diferença de Três Riachos para Fazenda?

É pouca. É tudo o mesmo município. Diferença de 13 Km. O clima não interfere em nada. A água é boa a mesma coisa. Aqui é um pouco mais escasso

o horário de ônibus. Em Três Riachos tem mais ônibus e também tem mais padeiro. As coisas aguentam mais. Aqui começa um padeiro e não aguenta. Começa qualquer outro comércio que saia ambulante aqui não aguenta. O pessoal não compra. Mas essa é a diferença. As terras são iguais para trabalhar. Para o trabalho é a mesma coisa, só que aqui a terra é mais plana. É melhor para trabalhar do que aquela da casa do pai, lá tinha 3 hectares de arrozeira e o resto era tudo morro. Aqui (graças a Deus) eu tenho 12 hectares de terra plana, só de um lado do terreno, devo ter uns 17 hectares de terra plana. Então é bem melhor.

E essa área é mais nova?

Não. Foi tudo colonizada ao mesmo tempo. Porque vieram algumas pessoas de Três Riachos para cá. E outros vieram de Sorocaba e outros vieram até de fora, como o caso da família de minha esposa que vieram de poço redondo. Mas já era colonizado aqui, eles compraram a propriedade e vieram de poço redondo porque lá eles já não conseguiam produzir o aipim, porque estava dando uma doença. Então eles procuraram outra atividade e vieram plantar arroz aqui. Isso faz 50 anos, foi em 1960 ou 65, que eles vieram trabalhar aqui, porque lá já não tinha como sobreviver da agricultura. Porque lá só tinha uma atividade, que era plantar aipim, então como começou a apodrecer tudo eles venderam a propriedade e procurar outra atividade.

E plantavam no sistema de roça de toco?

Era coivara, que é o mesmo sistema de roça de toco. Porque lá era a mata virgem. Lá tinha madeira de metro de toco e de topo. Eles colocavam a coivara, como a nona e nono diziam, que era a coivara e plantavam. Dava aipim que era uma loucura. Ai a terra foi indo e sempre a mesma cultura na mesma área, aí tem uma hora que não dá mais. Tem que fazer a diversificação, um ano planta uma coisa, depois tira e planta outra e daí depois de 2 ou 3 anos tu volta aquela cultura que tu estavas, porque se plantar sempre a mesma coisa chega uma hora que não dá mais, a terra cansa. Acaba esgotando a terra. O que eu faço aqui é não deixar esgotar a terra. Eu planto o aipim, planto a batata doce e o milho. Depois volto para o aipim, depois a batata e assim sucessivamente.

Isso foi no tempo dos seus avós?

Foi no tempo dos avós dela. Hoje eu faço a rotatividade, porque se não fizer a terra vai cada vez diminuindo mais. Igual aqui em Arataca, no Município de São João Batista, lá tem terras boas, mas o pessoal só planta uma coisa, agora nem o aipim está dando mais. Está apodrecendo tudo, porque só planta uma coisa. Faz a rotação de cultura para ver se não da. Eu tive em uma palestra lá faz um ano e eu estava explicando para eles para não fazer só uma cultura, fazer a rotatividade. Vai produzir bem mais e com mais qualidade.

E como surgiu o nome de Roça de Toco?

Quando meus parentes chegaram da Alemanha, em 1828, já se produzia desta forma.

Mas chamava de outro nome?

Naquele tempo era coivara. A roça de toco veio agora porque a mata virgem não existe mais. É raro tu encontrar a mata virgem. Daí eles diziam que era roça de capoeirão. Aí agora eles dizem que é roça de toco, porque o pessoal da universidade chegou aqui e viu os tocos dentro da roça. Eles que começaram a dizer que era roça de toco. Entende? Porque na verdade a gente colocava roça de capoeirão e como o capoeirão acabou, daí veio a mata fina, de 10 ou 15 anos no máximo, daí o capoeirão se acabou. Daí veio a roça de toco, porque a gente não deixa mais ficar o capoeirão. Não tem mais 40 ou 50 anos de cultura, só de 20 anos para baixo, porque o pessoal já vai plantando de novo. Daí tem o forno de carvão, antes não tinha o carvão. A única coisa que sustenta o agricultor na roça ainda é o carvão. Tem o dinheirinho toda semana. Porque se não tiver mais o carvão o colono vai sobreviver de onde?

Já havia acontecido de exportar algo como ocorreu da exportação de carvão para o Canadá?

Não. A única vez que Biguaçu exportou alguma coisa foi açúcar grosso, em 1962.

O que as pessoas plantam aqui?

Planta aipim, milho, batata doce, maracujá, arroz. Aqui as propriedades são pequenas. Devo conhecer uma ou duas de 1000 hectares aqui. No máximo. São propriedades com no máximo 5 hectares. Uma propriedade igual àquela minha lá em cima de 12 hectares, toda plantada é rara de encontrar aqui. Porque está toda plantada, tem plantação de eucalipto, tem arroz, tem batata doce e tem maracujá.

Qual a origem da família de vocês?

Nossos ancestrais vieram da Alemanha, da Austria e de Portugal. Esses são meus (agricultora B falando) tataravós, porque meus bisavôs já foram nascidos aqui. (Agricultor A) igual o meu caso, meu tataravô chegou aqui no Brasil com 8 anos. Ai dois ficaram aqui e dois foram para o Rio Grande. Também não se acharam mais. O sonho dele era voltar. Aqui ele casou, mas morreu novo. Eles foram se lastrando, foram para São Pedro de Alcântara e de lá desceram para Antônio Carlos. A chegada deles foi em São Pedro de Alcântara, em 1828. Lá formou a colônia e depois vieram colonizar Antônio Carlos, que pertencia a Biguaçu. Daí desceram, porque era perto, para Antônio Carlos. O meu bisavô veio para Três Riachos, a terra era pobre e ruim, tinha muita geada, a cana dava pequena (um toquinho assim), não produzia. Meu avô comprou um terreno lá em Três Riachos, em São Marcos, porque o meu bisavô veio para São Mateus, em cima, aí o meu avô que era filho do meu bisavô foi para São Marcos e lá comprou uma terra boa. A cana dava de 12 metros. Meu avô era muito

trabalhador, era uma máquina, fez uma casa bonita em 1940, ajeitou o engenho. Foi para onde foi minha família por parte de pai. Os Pauly, que é a família da mãe, também vieram na mesma época, só que aí ficaram em Antônio Carlos. Não vieram para Biguaçu. E também plantavam cana lá. O terreno do vô também não era bom, porque tem lugar que a terra é boa. O terreno do vô até produzia, mas não tinha água para fazer o engenho, então para fazer o processo do melado e da cachaça era um sacrilégio desgraçado. Era a noite toda para encher um tanque de água para pela manhã moer, pegava duas da manhã até de manhã para moer uma calda, eram 20 latas de garapa, só para ter uma ideia de como funcionava. O vô ficou viúvo novo, cheio de filhos, então foi uma vida muito sofrida. E hoje o tio mais moço, irmão da mãe está lá. Hoje ele está bem, porque mudou para outras culturas e venderam um pedaço da propriedade. Foi um médico para lá e ele trabalha um dia para o médico. Então ele está bem, tem um carro, uma ranger, a casa que era do vô reformou ela toda, casa de material feita em 1950. Hoje o tio está bem lá.

E os seus avós vieram para cá porque?

Por causa da terra. A terra era pouca. Então eles vieram colonizar Biguaçu. Depois Biguaçu foi dividido no município de Antônio Carlos. Então o vô por parte de mãe ficou em Antônio Carlos e por parte de pai para Três Riachos. Praticamente na divisa, que pertencia a Biguaçu. Ele estava aqui antes de separar os municípios.

A terra era mais barata?

Sim, trocava por boi. Aqui, no meu aqui, foi trocado 2 hectares por um boi. Era banhado, não tinha esgoto. Não tinha valor. Hoje é preço de ouro. Mas naquele tempo, deve fazer uns 50 anos, trocava por boi. Hoje, a gente que é novo não consegue mais comprar dois hectares de terra aqui. Mas naquele tempo, era outra coisa. 400 mil reais para se juntar da roça é muito dinheiro. É lanchado, é trabalhado, é pesado.

O seu pai veio junto com seu avô?

O pai nasceu lá em Três Riachos. Ele teve duas filhas lá e depois se mudou. O pai era o quinto ou sexto da família, ou sétimo, aí ele nasceu cá.

Seu avô teve quantos filhos?

13. E da parte da mãe 15.

E a tua avó era alemã também?

Sim. Todos eles. O vô era bem grandão e a vó era bem pequenininha. (Jose) só que eles têm uma cultura muito fechada entre eles os alemães, eles acham que tem que casar só entre eles.

Eles trabalhavam muito. Hoje as coisas têm preço.

Meu pai teve 3 filhos e todos trabalhavam com roça de toco. Eu vou te dizer uma coisa que chegou a um ponto, quando o pai e mãe casaram, a vó disse

"triste vocês, onde é que vocês vão arrumar lenha para cozinhar o feijão." Porque não tinha mais. O pessoal usava muito. Hoje, tu não vês mais o engenho. Naquele tempo cada casa tinha um engenho e todo mundo consumia lenha. Então, Três Riachos, Fazendas, isso aqui, era tudo desmatado. Era só capim melado. Hoje tu tens lenha dentro da porta. E dizem que está ruim. Ruim era naquela época.

Como foi voltando a lenha?

Para tu ter uma ideia, veio dentro da caixinha de fósforo da África do Sul, a lenha de espinho, o Silva. Diziam que era uma lenha que vinha rápido e que era boa para ferver açúcar, para ferver melado. Era uma baita de uma lenha. Então o vô plantou e quando nasceu era espinheiro. Naquele tempo não tinha um sapato para pôr nos pés, não tinha uma bota, não tinha uma luva. Tu imaginas o sacrilégio que foi aquela lenha? E dali para cá, o que eles faziam aos domingos, eles iam a igreja, almoçavam e depois de tarde eles iam longe nos capoeirão, onde tinha uma ponta de capoeirão ainda, as vezes andavam quase uma tarde toda para chegar lá, para arrancar uma mudinha para trazer para plantar. Foram tirando de onde tinha uma mudinha ainda, para trazer para cá para plantar de novo. Aí começou o reflorestamento, por necessidade, porque não tinha mais lenha. Porque hoje tu olhas ali tem lenha, lá tem lenha, aqui tem lenha, mas naquela época quando o pai casou, isso foi em 1966, querido, era tudo pelado. Eu me lembro ainda que eu era piazote, a gente só via aquelas lombas, era só capim melado. A eletricidade chegou para nós em 1977. Em Três Riachos e aqui (Fazendas), na baixada. Depois em 1985, 86 até 90 ela subiu para os morros. Porque naquela época não tinha caminhão traçado, era tudo mais difícil. A gente era aluno de escola, estávamos vindo da escola e eles estavam instalando a rede. Mas a gente ficou até 86 sem energia ainda. Aí o pai fez a casa nova e nós colocamos luz. Então, o pessoal reclama hoje, hoje tudo é fácil. Para você ver, quando eu tinha 17 anos meu pai me deu a primeira bicicletinha, ainda tivemos que reformar ela porque a gente não tinha para comprar e trabalhava. Como a vida era difícil. E hoje não.

O que mudou que melhorou?

Melhorou em tudo. Hoje tu não vais mais para roça com machado. Vai com motosserra, vai com roçadeira. Naquele tempo era só machado. Quando veio motosserra em 1980, que a gente começou aqui no começo dos anos 80 com a motosserra, cara, tu pensa em uma novidade. A motosserra começava a trabalhar e o pessoal ia lá ver como aquela máquina trabalhava. A roçadeira, quem comprou uma das primeiras roçadeiras aqui foi eu. Eu peguei ela e que coisa boa para roçar um barranco de arrozeira. Naquele tempo não se passava o veneno, o randap. Tinha aquele capim grande, tinha que pegar a foice, era ruim de roçar. Ai um amigo meu, era professor da universidade, professor Machado, comprou um sítio aqui e falou " agricultor A, que ver uma coisa boa? Olha isso aqui." Aí trouxe a roçadeira. Cara, pensa. Aí eu falei "Seu Machado o senhor aluga ela pra mim um dia? Querido eu te empresto, vai lá fazer seu serviço". Eu

peguei para roçar os barrancos da arrozeira. Roci tudo em um dia. Aí todo mundo viu, o pessoal viu e falaram "agricultor A que coisa boa". Isso foi em 92 ou 93, 94 foi. Aí ele me vendeu a roçadeira e eu não tinha dinheiro para pagar, ele me deu seis meses de prazo. Ah, um amigo. Uma coisa que eu modifiquei ali foi isso, a roçadeira. E a motosserra, quando chegou a motosserra, meu, tá louco, veio aquele motosserra grandão, aquele 08. Cara, aquilo o pessoal ia trabalhar, fazia pilha de gente. Ai quando chegou nos anos 90, aí chegou a polícia ambiental. Isso ali foi a tristeza. Porque se eles viessem com conhecimento e tratando bem o povo. Mas fazia a gente de bandido. E o agricultor não é bandido.

Eles vieram somente em 1990?

É. Começaram nos anos 90.

E já tinha reflorestado?

Já. Ali a capoeira tinha vindo. Aquele processo todo de reflorestamento já tinha voltado. Porque o pessoal já estava com outra conscientização. Muita gente já estava saindo para emprego (sair de Três Riachos para tentar emprego em outros lugares, principalmente Biguaçu e Florianópolis). Aí o progresso estava chegando. Naquele tempo tinha pouco ônibus em Três Riachos. Só tinha pela manhã, um meio dia e um a noite. Depois começou ônibus de duas em duas horas. O pessoal começou a trabalhar na cidade. As casas começaram a ter banheiro. Não tinha. Isso foi no começo dos anos 80. Nessa época era rara casa aqui ter banheiro. Quem tinha dava para contar nos dedos. Era o pessoal mais rico. Quando eu nasci só tinha um carro em Três Riachos. Um caminhão de carga que levou a mãe para a maternidade. Hoje as famílias quantos carros tem. Só eu tenho 2, a minha irmã tem 1, meu irmão tem 1, o pai tem. Para tu ver como mudou. Naquela época quando pensa na miséria. As pessoas não tinham aposentadoria. Aí veio a aposentadoria para os velhinhos. Os velhinhos passavam necessidade e hoje graças a deus estão bem. Não conseguiam mais trabalhar, daí iam morar com os filhos, os filhos eram fracos. Tinha tudo isso. Então as coisas começaram a melhorar dos anos 80 para cá.

Os seus parentes que vieram para cá da Alemanha eles já eram agricultores?

Sim, já eram agricultores.

E eles trabalhavam com roça de toco?

Ai eu não sei. Porque meu tataravô veio com 8 aninhos. Os pais dele ficaram e quem o trouxe foram os irmãos. Porque naquela época o governo da Alemanha fez uma lei, quem tivesse mais de dois filhos, o mais velho tinha que deixar a casa. Que deixar a Alemanha. Foi o que aconteceu. Aí tinha o mais velho e vieram e o meu tataravô veio junto. Essa foi a paixão dele. Então eu não sei antes, só sei quando de quando ele chegou no Brasil para cá.

E com quem ele começou a fazer roça de toco?

Já tinha gente praticando aqui.

Quem?

Era os vizinhos na época. Porque o brasileiro é assim, o que o vizinho faz o cara faz. Na agricultura. Aí eles chegaram aqui e foram fazer melado, foram fazer cachaça, foram fazer farinha, com engenho tocado a água. Quem tinha cachoeira no seu terreno fazia engenho tocado a água. Tudo artesanal. Igual na madeira. Daí veio carpinteiro bom, veio ferreiro bom. Hoje não se encontra mais um ferreiro que presta. Hoje é raro pegar um carpinteiro bom. Mas naquela época veio da Alemanha, pensa nos carpinteiros que vieram. Gente que sabia trabalhar e fazia a coisa bem-feita. Então a gente tem conhecimento da roça de toco, desde 1828, até ali eu posso ir. Que foi quando meu tataravô chegou no Brasil. É o relato que a gente tem. Isso meu avô contava. Meu pai também conta. Então a gente vai gravando. Vai passando. Eu digo, a primeira atividade no mundo foi fazer roça de toco.

E qual a diferença daquela época para agora?

Naquele momento era com fins diferentes. A gente não tinha onde trabalhar. A várzea não dava nada, a geada matava tudo. Hoje não dá mais frio, hoje é quente, mas a 100 anos atrás a várzea não valia nada. Chegava no mês de abril caía um geadão e matava tudo, bananeira, cana, não dava nada na várzea só dava no morro. Ele dizia que quem fazia 500 provas de mandioca em um dia no morro era um baita de um homem. Porque era tudo molhada, porque a capoeira em si ela não aguenta água. O que aguenta água é o capim melado, porque faz uma cama e fica tipo uma esponja e ali aguenta água 2, 3 as vezes 4 meses ali. A capoeira absorve a água. Para tu ter uma ideia lá no morro do pai quando era capim melado tinha água, hoje a capoeira não tem mais água. E diz que a água conserva. Não senhor. O que aguenta água no morro é o capim melado. Isso tu pode escrever em qualquer livro, qualquer trabalho. Porque quando tu bota uma roça que é capim melado tu vai cavar, a terra é pastosa, molhada e quando tu vai botar uma roça onde tem capoeira a terra é seca.

Como era o trabalho na roça naquele momento? Quantas pessoas ajudavam? Como era o processo?

Todo mundo trabalhava. Na casa do vô o quanto ele produzia. Para tu ter uma ideia em 1950, eu vi o livro caixa do vô, ele tinha um livro caixa que era no Rio de Janeiro o cantador, para tu ver tamanha dificuldade. Hoje temos um cantador aqui e o pessoal não quer. Agora tu imagina ter um contador no Rio de Janeiro. E o vô era analfabeto. A tia mais velha que tinha escola, o meu avô era analfabeto. Agora para fazer carpintaria e qualquer coisa, não tinha melhor. Vai lá ver o muro de pedra que ele fez, à noite. Está lá em pé ainda. Não teve escola e ninguém passava a perna nele. Ele passava a perna nos tabeliões.

E como ele aprendeu?

No dia a dia, na prática. Vendo os outros ele aprendia. Comprou muita terra. O vô tinha muita terra em Três Riachos, tinha diversos terrenos. Mas nunca comprou um terreno que não fizesse escritura pública, tudo certinho. Tudo documentado. Uma vez um vizinho quis comer um pedaço de terra dele, chamaram ele na justiça na época, ele disse "Está aqui o documento. Tira o que é dela, o resto é meu. Está aqui o documento". A vizinha foi embora.

A nossa família era para ter ido embora tudo para o Paraná. Hoje nós não éramos para morar aqui. Éramos para estar lá. Isso em 1961. Teve um irmão da vô, era mandrião (preguiçoso), aquele era metido a pancudo (esnobe). Ele foi, ficou bem. E o vô foi ver a terra junto com ele e o vô não quis comprar. E o vô era trabalhador. Tenho um primo no Paraná ele tinha mais de 50 mil hectares de terra. Para tu ter uma ideia. Se nós tivéssemos ido embora para o Paraná, nós tínhamos acertado. Naquele tempo a terra era barata e nós estávamos bem melhor do que estamos aqui hoje.

Você gosta de morar aqui?

Gosto. Aqui é bom. A gente se criou aqui. Se a gente achasse um terreno melhor, mais direito e plano para trabalhar, até a gente ia. Mas a mulher se criou aqui, gosta daqui, então a gente respeita.

E quais são as lembranças que vocês possuem das primeiras roças?

Desde 8 aninhos a gente ia para escola de manhã, quando era 10:30 a professora soltava a gente e nós tínhamos que subir mil e cem metros, onde o nossos pais estavam trabalhando, na roça de toco. Lá estavam o pai, a mãe, as irmãs dele do pai, todos nós trabalhávamos juntos. Botava uma baita de uma roça, mas lenha dava pouca, porque quase não tinha. Tu fazia uma roça grande no meio dia, porque era só quase abrir o aceiro só, para fazer, para não passar fogo para o mato, era só fazer o aceiro, porque só tinha vassoura carniceira, não tinha quase lenha. Vassoura carniceira é uma lenha baixinha, não produz nada. Só dá vassoura carniceira quando a terra é pobre. Para tu ver que eu me lembro que não tinha lenha, para tu tirar 3 ou 4 carrada de lenha, era raro. Porque não tinha. O pai pegou o terreno do vô pelado igual essa mesa. Daí ele mandava eu e o filho do vizinho ir onde tinha um pé de ingá, aquele ingá cabeludo, ingá macaco. Nós íamos lá a tarde, com um ganchinho com bambu, nós pedíamos se poderíamos tirar as bagas e o vizinho dava. Trazia para casa, descascávamos tudo, tirava aquela pelinha branca, alguns eles comiam, outros colocavam fora. Aí nós tirávamos aquela sementinha e depois o pai ia plantar. Tirávamos para plantar. Para começar o reflorestamento. Aí veio a bracatinga, o cara trouxe lá de Rio do Sul. Também em uma caixinha de fósforos as sementinhas. Aí pronto.

E quem concedeu essa semente?

Foi um parente da agricultora B. Ele tinha parente morando lá, em Rio do Sul, dos Rodrigues. Ai os Rodrigues tinham parentes morando lá em Rio do Sul, foram daqui para lá e viram a lenha. Que lenha. Aí veio dentro da caixinha de fósforo também a sementinha da bracatinga. Aí começaram aqui na Guelmara.

Isso em 1965, por aí, 1960, por aí que veio. O pai viu que era uma lenha boa e o que ele fez? Foi com uma bicicleta, que tinha pego emprestado do vizinho para ir buscar mudinha para plantar em uma roça que nós tínhamos. Porque tinha um pé de bracatinga velha, se queimasse ali, aquilo chovia de mudinha, nascia que era uma loucura, porque quebrava a dormência da semente e ela brotava, nascia. Aí o pai foi com a bicicleta pegar muda para plantar no nosso terreno, em um dia de chuva, veio todo em um peloti de barro, o pai caprichou. E dali começou, plantamos aquela caixa de muda e daí foi se lastrando. Foi quase natural. Isso eu devia ter uns 10 anos de idade. Deve ter sido mais ou menos em 1977. Nós plantamos muito ingazeiro e trumã (tarumã), essa tucaneira. Ela tem uma baguinha vermelha, nós íamos pegar e plantávamos sementinha de ingá e sementinha de trumã. E dali começou. Conforme nós fomos plantando, nós fomos deixando. Trabalhava aqui e deixa descansar ali. E dali foi crescendo, foi se diversificando. E está no que está hoje.

Vocês conseguiram observar isso? O crescimento das árvores.

Sim. O pai sempre cuidava das nascentes de água. Isso era uma prioridade dele. Onde tinha água ele cuidava. As vezes nós cortávamos, mas era raro. A cachoeira dele de água está até hoje lá. Hoje está mais fraca porque tem muita lenha, mas quando tiver capim melado, pensa na cachoeira d'água que nós tínhamos. Quando tinha capim melado tinha mais água, agora como a mata do jeito que está fechada, a água sumiu. Se passar assim uns 15 ou 20 dias sem chover tu pensa. A água some, porque a capoeira puxa. E quando era capim melado tinha mais água.

E a forma de fazer era a mesma de hoje?

A mesma coisa. Hoje dá mais trabalho por uma roça de toco porque tem muita lenha. Naquele tempo dava duas ou três carrada de lenha. Tu fazia uma roça em um hectare. Não tinha lenha, então era só plantar. A mandioca dava baixinha, produzia pouco, porque a terra era pobre. Hoje se plantar mandioca dá uma cepa gigante. Sem nada, no natural. O primeiro plantio. Se tu quiser plantar mais vai ter que usar adubo químico.

Mas o pessoal usa muito adubo químico?

Não. Hoje eles usam mais porque eles não podem desmatar sem ordem. Mas se pudesse desmatar sem ordem, o pessoal não usava adubo químico. Para você ter uma ideia, de uns seis anos para cá nós não pegamos mais aipim bom de massa, porque a terra está muito rica, muito forte, aí o aipim fica mole. E quando era mais pobre o solo, era mais ácido o aipim era duro de massa. Tinha aipim que não corria água no cevado e hoje dá uma cachoeira. Como a terra mudou, melhorou. Por causa do plantio e do pouso que foi deixado.

Para plantar existe algum calendário?

Tem. O melhor tempo para plantar mandioca é de agosto a dia 20 de novembro. Dezembro da, mas já não é tão boa. É o período de plantar.

E está relacionado a que este tempo?

Porque é o começo do verão. Começo da primavera e verão. Tem a ver com as estações. Porque se plantar no mês de agosto ela vai crescer até maio. E sempre plantar o aipim no vazante, nunca no enchente. Se plantar o aipim no vazante, ele vai dar tudo agarrado na cepa, no pauzinho da rama que tu plantou. E se tu plantar no enchente, ele vai dar um cordão umbilical, vamos dizer assim, ali vai se formar madeira, para depois dar raiz. Ele não dá a raiz agarrada na cepa, dá um fiapo para depois dar raiz. Se plantar no dia de lua (lua cheia) também da problema, não dá tão bom. Isso nós fomos aprendendo com o pessoal mais antigo. Vai passando de geração em geração. Porque é um conhecimento que vem lá de trás. Porque para você ter uma ideia, o japonês para plantar ele tem até hora. No dia de vento sul, não presta plantar. Deu vento sul não é bom plantar o aipim. Não produz direito. O aipim é uma cultura que é fácil e é difícil. Para quem não entende, diz que plantar o aipim é fácil, mas vai plantar para ver. Porque tudo exige conhecimento, o motorista tem que conhecer, um médico tem que ter estudo e nós para sermos agricultores também temos que ter conhecimento. Não é largado. Quem não tem conhecimento não se dá bem na roça. Pode ter certeza.

E como surgiu o carvão?

O carvão foi dos anos 1985 para cá, foi a necessidade do povo fazer um dinheirinho. Porque não tinha mais de onde tirar. Aí começou a aparecer lenha, o pessoal foi e fizeram um forminho. Começou a vender, começou a entrar um dinheirinho. Então todo mundo começou a plantar. Aí veio o eucalipto, e eles começaram a plantar o eucalipto, porque vinha rápido. A bracatinga era outra lenha que vinha rápido. Então foi onde o pessoal conseguiu fazer um dinheirinho para se manter. Porque antes ou era a cana ou era o aipim. Só tinha essas culturas. E no restante do ano fazia o que, ia viver de que? Fazer dinheiro de onde? Aí fizeram um forno de carvão para todo o mês fazer um dinheirinho.

Você se recorda dos primeiros fornos de carvão aqui?

Os primeiros fornos quem tinha em Três Riachos foi o Leovido, Pedro e o Tão. Eles já trabalhavam com madeira. E eles tinham capoeirão. Foram os primeiros fornos que saíram.

E como eles aprenderam a fazer carvão?

Primeiro forno que eles fizeram eles cavaram em um barranco. Abafava com feite, jogava um feite verde em cima e foi aprimorando. Aí começou a fazer, fazia pequenininho, depois caía a copada. Mas os primeiros foram cavados no barranco.

Agricultora B - Eu nem me lembro de onde veio a ideia de começar a queimar carvão, porque eles vendiam sempre a lenha amarradinha. Não fazia carvão. Quando meus pais vieram para cá, quase a 50 anos atrás, o pessoal não fazia carvão, a lenha se fazia rachadinha. Vendia madeira de lenha, não fazia carvão.

E eu nem sei como começou o carvão. De onde veio essa ideia de fazer o carvão.

Agricultor A - Depois da lenha rachadinha o pessoal não podia mais vender, porque veio o bujão de gás. Essa lenha os comerciantes levavam tudo para Florianópolis, de carroça. Era muita carroça, aqui passava 15 ou 20 carroças, todas carregadas de lenha. Lá vendia 50 pedacinhos de lenha, todos parelhos. Isso era um sacrilégio. Tenho um amigo que fez muito, Seu Romalindo. Ele ia para o sítio velho, trazia uma carrada ao meio dia e outra a noite. Uma pela manhã e outra a noite. Tudo no machado.

E essa lenha era nativa?

Nativa. Tudo nativa.

Agricultora B - Teve uma época que o pessoal já plantava bastante Silva, porque vinha rápido, mas tinha bastante espinho. Mas fazia lenha rachadinha. Mas eu me lembro dos primeiros fornos do Leovino que era feito em um barranco, eles igual lá e metiam o trator de esteira e fazia uma toca. Ali começou os primeiros fornos. Dentro do barranco. Fazia o forno cavado no barranco.

Agricultora B - Às vezes no chão também.

Agricultor A - Depois veio se aprimorando e eles começaram a fazer com um carreiro de tijolos em volta, aí o forno caía. Ai depois eles começaram a colocar um ferro, para amarrar o forno. Aí melhorou. Mas isso aí foi de 1985 para cá.

Agricultora B - Não antes. 70 e pouco, porque quando eu nasci o pai já não rachava mais lenha, plantava arroz. 74. Mas o Seu Tão vai saber responder exatamente o porquê de começar a plantar o carvão e como é que eles chegaram no carvão.

Ele trabalhava como roça de toco também?

Não. Ele derrubava só. Não plantava.

Agricultora B - Os mais velhos que lidavam com madeira não plantavam. Só derrubava. Por isso a terra era tão fraca, porque não se recompunha.

Depois veio o guincho e veio a motosserra. Ai aquele povo lá da grota que não conseguia tirar, com o guincho eles conseguiam.

Mas quem trabalhava com a madeira neste período só explorava.

Eram muitas pessoas?

Não. Eram poucos. Eram poucos que tinham acesso.

Agricultora B - Mas quando o seu pai já veio para cá, já era tudo devastado. Não tinha madeira.

Nas grotas quem não conseguia chegar com boi, daí veio o guincho e eles conseguiam. Ai acabou com o resto.

Porque eles não faziam roça?

Porque eles não queriam. Eles eram madeireiros. Eles só trabalhavam com a lenha.

Agricultora B - Esse pessoal que explorou a maior parte não era agricultor, porque o agricultor, como a família do agricultor A, a minha família, sempre trabalhou neste sistema de rotação, então nós sempre tínhamos a lenha para manutenção da propriedade, sempre tínhamos a lenha para o fogão. Porque nós também necessitávamos da lenha. Tínhamos a obrigação de cuidar para poder ter.

Agricultor A - Se a polícia ambiental não tivesse intervindo, não tinha mais nada. Porque os madeireiros tinham acabado com tudo. Mas a polícia ambiental enquadrava a gente junto com os madeireiros.

Agricultora B - A gente era tratado como bandido, nós os agricultores.

Agricultor A - Porque o madeireiro cobrou "Se nós não podemos, eles também não podem".

Havia algum conflito entre vocês e os madeireiros?

Não. O único conflito que teve foram entre nós e o IBAMA. E dos madeireiros com o IBAMA também deu bastante, até porque eles estavam acostumados a fazer aquilo ali. Até que eles acordaram que não podia fazer, vai sustentar a família com que? Vai tirar seu ganho de onde?

Agricultora B - Era o mesmo dilema para gente. Eles só chegavam dizendo que não e que não. Mas como não pode? Da uma opção para gente poder ganhar o pão honestamente e continuar.

Agricultor A - Nós falávamos "ou aposenta nós ou deixa nós trabalharmos". Traz uma alternativa.

Isso com IBAMA, a FATMA não.

Mas não era a FATMA que fiscalizava?

Não era a polícia ambiental. Esse deu conflito. Teve uma vez com o Pedro e Bila, eles estavam trabalhando, eles chegaram lá e disseram que em 2 anos eles não queriam ver mais nenhum agricultor na roça. Eles queriam correr com todos.

agricultora B - E a gente dizia para eles "E tá cara, e o que a gente vai fazer o que, vai para cidade?". Porque nós não temos estudo, muitos não sabem nem dirigir um carro, nem nada, vai fazer o que? Não que qualquer serviço lá não fosse digno, mas nós temos nosso pão aqui e queremos ficar aqui.

Agricultor A - Eu briguei. Tem um jornal aqui que mostra que tem um vizinho aqui e nós estávamos defendendo ele. E isso desde de 93.

Agricultora B - Desde de sempre.

Agricultor A - Porque depois que nos casamos eu comecei a defender o pessoal em 93.

Agricultora B - Porque aí foi quando a coisa veio com mais força.

Agricultor A - Aí veio o negócio sem freio. Nós cassamos uns pés, eles estavam em 4 homens, nós chegamos em 50, demos um cagaço, eles levaram 11 anos

Vocês fizeram algum movimento para unificar essas lutas?

Sim. Não tinha nome.

agricultora B - Não tinha nome, mas a gente combinava na igreja, aí nós compramos foguetes de vara e quando o IBAMA passava nós soltávamos os foguetes e todos viam onde eles estavam. Aí o pessoal ia todos juntos e nos reunimos, neste dia que nós nos reunimos para exigir uma solução foi soltado foguete na fazenda de fora, na fazenda de dentro e o pessoal foi um chamando o outro e reuniu muita gente. Por causa dos foguetes.

E eram quantas pessoas?

Umás 40. Ou 50 pessoas. Devia ser umas 40 famílias.

agricultora B - Mulheres, crianças, homens.

agricultor A - Tinha gente que dava dois passos para frente e um para trás, de tanto medo. Eu dizia "gente, ninguém matou e ninguém roubou, vamos brigar pelo que é nosso".

Agricultora B - A gente só queria trabalhar em paz.

agricultor A - É o que está acontecendo com nós hoje. Temos a associação.

Agricultora B - Até quando o pessoal chegou aí nós tínhamos muito medo.

agricultor A - Quando a representante da FATMA chegou, pensa. Ninguém acreditava em mais nada. Nós estávamos abatidos. Estava todo mundo com depressão, para dizer a verdade, estava todo mundo triste.

Agricultora B - A gente achava que eles iam vir colher as informações e iriam embora e nunca mais iriam voltar.

Já tinha aparecido outros pesquisadores?

Não pesquisadores, mas a prefeitura sempre dizia que iria ajudar mas nunca fazia nada.

Agricultora B - E as pessoas vinham as vezes. Passava por aqui "E falava e não, não sei o que e sumiam". E aí era esse o nosso medo. Quando a representante da EPAGRI começou a vir, nós tínhamos medo dela vir pegar informação e depois levar essas informações para o IBAMA. E isso prejudicava a gente. Nosso maior medo era esse.

Agricultor A - Aqui dentro assim era só eu e o agricultor I que começamos a receber a representante da EPAGRI. Ela chegava ali e ele mandava para cá. Aí foi lá para o agricultor I e ele abriu as portas. Atendendo igual nós estamos aqui. Então aí ela viu nosso problema, levou para o professor da UFSC e começou todo um trabalho de estudo. Foram vindo os técnicos, foram vindo. Até que nós chegamos no ponto em que estamos hoje. Isso foi 7 anos de luta. Agora está indo para 8.

Como foi esse processo de constituição da associação?

Foi amadurecendo ao natural. O Pessoal foi se reunindo, todo mês foi indo. Chegou um ponto que nós tínhamos que tomar uma decisão, ou nós fazíamos uma associação ou a cooperativa parava. Porque alguma coisa tinha que ser feita. Aí nós decidimos fazer uma associação. Porque era mais simples e mais fácil. Aí fizemos a associação. Chegamos no ponto de fazer as embalagens. Aí teve os caras que desenharam as embalagens. Ficou muito bonito. Aí estava

feita a amostra das embalagens como iam ficar. E agora como vamos fazer? Dinheiro de onde? O prefeito Castelo tinha prometido 20 mil, quando chegou na hora de dar quem disse que ele deu? Aí nossa sorte foi a Rede Florestal Sul e onde fazia as embalagens a mulher me deu dois mil e cada agricultor entrou com 500 reais, para poder sair as embalagens. Aí foi só alegria.

E o que mudou?

O agricultor D era um que não estava mais na roça, o agricultor I era outro que não estava mais. A maioria não estava mais. E atrás da associação tem um monte de gente se beneficiando que não estão vendendo o carvão do jeito que nós estamos vendendo. Estão vendendo carvão em saco de cimento ainda, porque a fiscalização sumiu. A polícia ambiental não entrou mais. Eles viram que nós se organizamos e a universidade estava com nós e não tinham mais trabalho. Nós tínhamos a resposta para eles. Aí todo mundo está trabalhando em paz.

E entre vocês o que mudou?

Não tem palavras. Hoje nós somos vistos como uma grande família. Um dá a mão para o outro. Antes não tinha isso. Era cada um sozinho.

Mesmo depois deste episódio da organização para exigir uma solução do IBAMA?

Lá nós tínhamos união, mas não tinha quem fazia a ponta. Nós tínhamos o grupo aqui, mas faltava o outro conhecimento, que a universidade, a EPAGRI, fizeram. Eles trouxeram conhecimento e uniram com os nossos conhecimentos. A universidade aprendeu, o Fantini aprendeu com a gente, os alunos aprenderam com a gente e nós aprendemos com eles. Então fizemos um elo de ligação. Foi onde fechou. Para tu ter uma ideia, antes a prefeitura batia o pé e nós se arrepiava todo aqui no cantinho, hoje nós vamos lá e falamos "Tu vais ou não vais?". Está desta forma. Eu digo a ti que mudou igual da noite para o dia, nós estávamos no escuro e hoje nós estamos na claridade. Essa é a diferença.

Vocês faziam festas ou alguma reunião festiva e comemorativa?

Não. Tinha a festinha da igreja, do padroeiro. Mas nossa como nós fizemos lá (Se refere a festa da associação em comemoração de seus dois anos de existência), deus me livre. Não. Não tínhamos essa aproximação. A comunidade que mais me acolheu foi São Mateus.

E como é ser presidente da associação?

Não tem palavras. Está certo que nós não temos fins lucrativos, mas ver o pessoal sorrindo, é a tua alegria. Antes a gente via tudo de cabeça baixa, todo mundo triste. Porque faltava alguém para comandar. Eles não querem que eu saia, porque eles sabem que se eu sair as coisas vão cair e eles não querem que a nossa situação volte ao que era. Então hoje ser o presidente da associação, muita coisa mudou. A gente é visto de outra forma. Eu para mim sou a mesma pessoa

que eu era, mas o que mudou foi a comunidade. O jeito de nós trabalhar. Se escutasse um carro, ficava preso no mato, hoje não, hoje espera quem vem. Porque não tem medo. Para mim eu sou a mesma pessoa, o mesmo pai de família, o que mudou foi ver a satisfação e a alegria de poder trabalhar. Isso era o que eu sempre quis e consegui.

Como ocorria a escolha das áreas onde se realizavam as roças? Existe diferença das áreas onde são hoje para áreas onde eram antes?

Vou dizer como o pai fazia, ele olhava o pedaço de terra onde a capoeira estava mais forte, mais vistosa e mais bonita e estava mais tempo descansando. Ele olhava onde tinha nascente d'água. Primeiro passo era esse. Ai a capoeira estava bonita, tinha bastante lenha como já tínhamos plantado, agora está no ponto e nós íamos para lá roçar e as outras ficavam descansando. Ai quando nós trabalhávamos ali e a outra do lado ou mais para frente estava no ponto nós íamos para aquela e deixava essa aqui descansar.

Agricultora B - Às vezes tem uma madeirinha boa, que dá uma madeira boa, porque se for muito fina já não convinha, porque aí também não rende. Porque também tem que fazer a farinha.

Agricultor A - Porque a bracatinga lá na casa do pai nós deixávamos assim 12 ou 13 anos, aí ela começa a arrancar sozinha. Antes dela começar a se arrancar nós íamos lá e (Faz um movimento com as mãos que simboliza o corte). Para tu ver, quando nós utilizávamos esse procedimento nós colhíamos pé de aipim de 25 quilos, para ver como a terra melhorou. Só para ter uma ideia. Nós já arrancamos seis carradas de carro de boi, uma base de 5 mil quilos. Eu e outro empregado, viemos para casa desmanchamos dois rapadores a base de 1400 quilos e o restante estava na roça, dois carros vinham trazer e nós ficávamos lá arrancando, quando os dois carros chegavam nós estávamos lá em casa conversando. Era aipim, tudo assim (Representa uma metragem com as mãos de aproximadamente um metro). Coisa mais linda. Com isso a terra só foi melhorando, aí nós fomos adquirindo conhecimento, experiência, cuidando.

Agricultora B - Aprendendo cada vez mais, com um e com outro, de observar também, conforme ia dando resultado a gente ia repetindo aquelas experiências.

E essas áreas são todas privadas? São herdadas?

O pai tinha ganhado o terreno do avô.

Agricultora B - Comparava o pedaço de um, depois comprava um pedaço de outro.

Tem pedaço de terra lá que nós nunca derrubamos. Está lá até hoje. Tem área em cima de nascentes que nunca foram mexidas.

É nativa ainda?

Agricultora B - Não é nativa porque já tinha sido tudo derrubado. Infelizmente.

Agricultor A - É capoeirão grosso.

Então nós não podemos dizer que existe mata nativa aqui?

Tem. Aqui ainda tem.

Agricultora B - Aquela área de Seu Paulo Alemão é a única que nós conhecemos aqui e que sabemos que nunca foi mexida. Mas a terra do meu sogro infelizmente já tinha sido.

Agricultor A- Mas é raro de encontrar. A maior parte está entre o capoeirão fino e grosso. Mas a grande maioria aí é fino. Porque foi deixado faz 30 anos, 25 anos. Nesta faixa aí.

Qual é o maior valor no que vocês fazem?

O maior valor é poder continuar a atividade e poder trabalhar em paz.

Agricultora B - É, isso é a coisa mais importante que a gente tem. Porque a gente escolheu ficar. E quando você escolhe ficar e viver daquilo E alguém chega para você e diz que não pode mais, e aí você encontra um caminho para se legalizar, para estar com tudo em ordem, e daí você pode trabalhar sossegado daquilo que tu escolheu fazer é a coisa mais valiosa.

Agricultor A- Não é o valor econômico. Foi aquilo que eu falei lá na segunda-feira a noite (Dia da reunião da associação. Também foi o dia do carregamento de carvão para exportação para o Canadá), tem muita gente que não quer se legalizar para trabalhar em paz. Isso as vezes revolta.

Agricultora B - Mas cada um é livre.

Agricultor A- Mas eles ficam criticando. Mas porque criticar se tem um caminho. Agora o problema era quando nós não tínhamos o caminho. Quando nós só batíamos em ponta de faca. Porque eles diziam que tinham pessoas que brigavam por mim, mas eu não tinha ninguém. Eu brigava sozinho. E hoje não. Agora a gente tem uma equipe. Sabe como vai bater. Mas naquele tempo eu brigava sozinho. Eu brigava com o prefeito, eu brigava com todo mundo. Porque eu queria deixar o povo trabalhar.

Agricultora B - Briga no sentido de questionar, de correr atrás, de querer saber. Tinha que ter um jeito.

Agricultor A- E eu não desisti. Quando eu estava perdendo a esperança, porque o meu maior sonho era mostrar para o povo o jeito que a gente trabalhava. Que a gente não era bandido, saiu o DVD. Aquele foi o maior sonho que eu tinha.

Agricultora B - E também esse pessoal pesquisando, conversando e procurando entender, eles também foram vendo que o nosso jeito de trabalhar não era errado. Porque até então eles não eram muito a favor do jeito que a gente trabalhava, porque falava em queimada e isso assutava. E o pessoal foi vendo, conhecendo as propriedades, foi vendo a parea que era sempre cuidada, a área que era trabalhada. Quando o pessoal foi conhecer as propriedades e viram que era do jeito que a gente falava, o pessoal começou a se apaixonar pelo jeito da gente trabalhar. Pelo fato deles terem gostado e entendido que o nosso jeito era um jeito bom de trabalhar, eles não foram mais embora, eles continuaram aqui ajudando, pesquisando e trazendo conhecimento para gente.

Agricultor A- o agricultor I foi muito feliz de mostrar para eles uma área que fazia 15 anos que tinha uma roça, eles não quiseram acreditar o tipo de capoeira que ele tinha de volta no lugar, tudo estava ali de volta. Ele foi muito feliz de

colocar aquilo ali e o pai lá em Três Riachos é a mesma coisa. Aí o pai falou assim "O quanto que eu plantei", pode olhar o DVD, que tu vais ver no finalzinho o pai fechando, "O quanto que eu plantei e dizer que hoje eu não posso desfrutar, onde é que está o erro, se nós cuidamos".

E os membros da associação que trabalham com a roça de toco continuam reflorestando?

Sim. Do mesmo jeito.

E o restante que não estão na associação?

Agricultora B - Quem sempre trabalhou neste estilo, continua neste estilo.

agricultor A - Porque precisa.

Agricultora B - Entendem que só vai ter amanhã se cuidar hoje, então se você derrubar toda a sua propriedade hoje o que vai comer amanhã? Não tem como.

Agricultor A - E ninguém vai dar conta de derrubar a propriedade inteira.

Agricultora B - Não da conta de plantar tudo, cuidar de tudo.

Agricultor A - A quantidade de pessoas também é reduzida, na maior parte das famílias é só pai mãe e tem um filho. A maior parte os filhos estão estudando, saindo fora. E amanhã quem vai fazer esse trabalho, vão comer ração? Vão comer gafanhoto?

Agricultora B - Mas é o princípio básico em tudo aquilo que você vai fazer, se você não cuidar não vai ter.

Agricultor A - Aí está a experiência que nós criamos com o passar do tempo. Porque tudo é um aprendizado conforme o tempo vai passando e a gente vai aprendendo.

Como vocês avaliam o legado deixado pelos seus avós e enxergam este processo atualmente? Existem diferenças neste processo?

Eu acho que o vô produzia muito e sem agrotóxicos e era uma alimentação saudável, hoje o que está faltando muitas vezes é uma alimentação saudável. Falam muito em comer verdura, mas grande parte delas tem veneno.

Mesmo os produtos da roça de toco têm veneno?

Não. Alguns tem, mas tem menos. É a cultura que tem menos agrotóxico é a da roça de toco. Porque não precisa.

Agricultora B - Quando tem.

Agricultor A - O aipim não tem. A cana não tem.

Agricultora B - Para se usar algum tipo de agrotóxico nos produtos da roça de toco tem que dar uma temporada muito forte de chuva, que você não deu conta. É o último recurso.

Agricultor A - Então o legado que a gente traz é a alimentação saudável. A gente aprendeu lá atrás que aquela alimentação era boa e aqui a gente ainda tenta fazer hoje. Foi o que eu falei para aquela moça naquele dia, a repórter, que a gente se preocupa muito com a nascente e com o esgoto e ter uma comida com menos agrotóxico.

Agricultora B - É o que os nossos bisavôs, os nossos avôs, os nosso pais ensinaram para gente desde pequenos se não cuidar você não vai ter, não é uma coisa desatualizada, é uma coisa super atual e eu acho que vai ser para sempre, em relação a tudo que diz respeito a natureza. Como a gente aprendeu com eles nós estamos sempre passando para frente, precisa cuidar para poder usufruir. Se não tiver esse cuidado e esse carinho com a nossa natureza e com tudo que a gente faz relacionado a agricultura, a gente não vai ter no futuro.

Agricultor A-Sabe o que mais me revoltava é que aqueles que vinham multar a gente falavam eles não preservavam, não plantavam, simplesmente vinham para multar a gente, eles não tinham conhecimento daquilo, faziam simplesmente o que estava no caderno. E gente não.

Agricultora B - É que vem uma coisa muito generalizada.

Agricultor A- Vem aquela bomba. Igual para todo mundo. E não é assim. Tem que ter outros caminhos. Hoje a gente tem, mas para chegar neste caminho foi graças a pequena semente de mostarda. Isso ai sim foi um legado que ela vai levar para o resto da vida e a gente não vai se esquecer dela. Nem de você que está fazendo este trabalho e a gente que quer passar para outras pessoas que vem depois de você, porque eu sei que vai vir mais gente e a gente está afim de passar a mesma coisa.

Agricultora B - É que já vai ficar. Dentro de todos os estudos que vocês têm feito, acho que vai ficar muito, além de fundamentado, documentado, registrado para sempre.

Vocês gostam do que fazem?

Se nós não gostássemos não estávamos aqui.

Agricultora B - Eu amo.

Não é penoso?

É. Trabalhar 16h, 17h, as vezes 18h.

Agricultora B - Mas é tão maravilhoso você pôr a semente na terra e o cheiro da terra molhada, as sementes crescendo, depois chegar na fase de floração, da colheita é tão lindo. É o que me gratifica. Eu sou louca pela minha atividade.

Morar na cidade vocês não gostariam?

Não.

Agricultora B - Fora de questão.

Se vocês quiserem deixar alguma consideração, este espaço é livre.

A única consideração que eu gostaria de deixar é que um sonho que eu sempre tive é que todo mundo pudesse trabalhar como a gente trabalha. Que a polícia não perturbasse mais o agricultor. É um sonho que eu sempre tive. Que eu pudesse trabalhar e deixar os outros trabalharem para poder produzir um alimento de qualidade e sem agrotóxico para o pessoal da cidade.

Agricultora B - Nosso trabalho envolve nós, vocês, todo o pessoal que está envolvido na roça de toco acho que é pioneiro para abrir esta porta, quebrar barreiras e deixar esse caminho aberto para o pessoal trabalhar sossegado.

Agricultor A- Porque quando escutava o helicóptero o pessoal agarrava no mato e dava trabalho para sair e hoje não, pode chegar o helicóptero, pode chegar qualquer carro que a gente não tem mais medo, porque a gente não tem reclamação e sabe que o que está fazendo é certo, não é errado.

Será que tem alguma relação também com a questão dos madeireiros que não estão mais trabalhando aqui?

Os madeireiros ainda estão. Eles estão trabalhando com eucalipto.

Eles não fazem roça?

Não. Eles só derrubam o mato. Antes o eucalipto dava muito dinheiro e agora não dá mais. Está 10 anos o mesmo preço, só para você ter uma ideia.

Vocês chegaram a pegar esse programa governamental de incentivo de plantio de eucalipto?

Eu não me lembro dessa época. Porque quando eu comecei faz 30 anos a plantar eucalipto, eu tinha 17 anos. Naquela época quem tinha um pé de eucalipto tinha dinheiro na mão. E hoje parece que quem tem a nativa é melhor.

E a questão do engenho?

Para tu ter uma ideia aqui na região tinha 746 engenhos.

E porque foi parando?

Porque veio o rótulo. E éramos todos pobres, não tínhamos condições de fazer. Aí foram desistindo, desistindo e dizimou. Acabaram com tudo. Hoje o colono vem buscar farinha aqui.

Como eu cobrei lá no carvão, porque em 65 ou 63 por aí veio a exportação do açúcar grosso, na época não tinha valor o açúcar aqui e a Alemanha se interessou em comprar o açúcar grosso. Em vez de o pessoal mandar um produto de qualidade para abrir a porteira, abrir o caminho, eles cavavam barro vermelho e colocava no açúcar. Daí o alemão compra uma vez, duas não. Por isso que eu cobrei a qualidade do carvão, porque eu quero vender não só uma carrada. Então quando a gente tem uma oportunidade tem que fazer ela bem-feita, fazer um produto de qualidade, para quando ele chegar lá fora eles se interessarem e buscar mais.

Vocês usam o carvão da associação aqui?

Usamos.

E qual a diferença entre a qualidade do carvão daqui para outros produzidos em outros locais?

É boa por causa da lenha.

Agricultora B - Porque eles mandam um carvão peneirado, não vem farelo, não vem cinza. É um carvão parelho (do mesmo tamanho, uniforme). Quando eu vou usar para o beiju eu uso o saco todinho, tudo que vem eu uso. Se eu comprar de outra pessoa ele já vem com cinza, já vem com um monte de farelo, as vezes duas pás no saco eu tenho que por fora porque não serve para nada, porque tem muito farelo.

Agricultor A- daqueles carvões lá que eu abri (No dia do carregamento do contêiner para exportação para o Canadá houve uma inspeção prévia dos produtos), um não levou 10, mas que poderia ter sido considerado 10 também, mas tinha muita poeira, porque foi um carvão que já foi batido, aí pode ter sido isso. Porque as vezes o carvão vem lá do morro e ele leva muito soco em cima do trator e ele vem batendo e vem quebrando.

Agricultora B - É que as vezes ele vem muito torrão então qualquer batidinha ele parte.

Agricultor A- Mas se aproveita tudo. Quem compra vai comprar outro saco. Se tu comprar um produto ruim tu não vais mais comprar aquela marca.

Agricultora B - E sem identificação tu vai olhar e se perguntar se era o mesmo que comprou da outra vez. E se tem a identificação e era bom tu compra de novo.

Agricultor A- Então é o que eu digo, não queremos vender somente uma vez, queremos que isso se repita diversas e diversas vezes. Pode ser que não.

Mas e se vocês tiverem uma encomenda muito grande?

Muito grande ninguém pega. É limitado.

Agricultora B - Somos limitados a área que ganhamos autorização para derrubar. Se eu ganho a área x eu calculo o quanto ela vai me dar de carvão. Se me dar 1000 sacos de carvão, eu tenho que dividir esses 1000 sacos para passar o ano. Eu posso vender tudo de uma vez só, mas eu tenho que dividir esse dinheiro para o resto do ano.

Agricultor A- Um exemplo, eles querem comprar beiju, eles vêm aqui em casa e ficam aporrinhados porque não tem. Eles acham que é igual no computador. Não é assim. É limitado.

Agricultora B - Tem uma porcentagem que eu posso tirar que não vai dar diferença na farinha, não vai interferir na qualidade dela e eu posso fazer um pouco de beiju. Se eu quiser fazer muito beiju, eu posso fazer muito beiju, mas aí a farinha não presta.

Agricultor A- Já matou a qualidade. Estamos preservando a qualidade através da limitação que nós temos.

Agricultora B - 40 caxetas as vezes leva 4 ou 5 caxetas de aipim, das 40. Que não vai alterar a qualidade da minha farinha. Mas se eu levar 10 caixas já vai alterar a qualidade. Já da diferença na farinha.

Agricultor A- Ela perde o sabor, perde a poeira. Quanto mais pozinho, mais saborosa é a farinha.

E essa limitação não tem problema para se manterem?

Agricultora B - Não. Temos que lidar certinho com ela para se manter. Tem que administrar.

Agricultor A - É com a lenha, é com tudo. Todos os produtos.

Mas não tem quem queira aumentar?

Agricultora B - Mas aí não tem espaço na associação para quem quer burlar, tapear. Não tem. Porque uma família fiscaliza a outra. Então "Ah você recebeu ordem para derrubar", a gente vai lá dar uma olhada. "E aí como estão suas autorizações, está tudo em ordem". O pessoal olha os documentos, olha a roça, para ver se fez certinho. Então um cuida do outro.

E está funcionando? Ninguém fica chateado?

Não.

Agricultora B - As pessoas querem. Elas esperam que a gente visite, que olhe.

Agricultor A - Vai no sindicato ou em qualquer outra reunião para ver se deu a quantidade de gente que deu lá na segunda-feira à noite. Tu viu? Só faltou um. Seu Nelton porque veio tarde da roça. Eu estive em Nova Trento e a gente levou essa ideia daqui para lá, só que lá não tem quem una o povo, ninguém quer fazer uma associação, ninguém quer fazer um grupo de trabalho para trabalhar junto. É cada um por si e deu.

Mas as famílias possuem a mesma origem?

São agricultores. E a gente estava levando essa ideia para o povo trabalhar unido. Só que quem diz que vai.

Mas são novos esses agricultores?

Não. Já são velhos.

Mas será que tem conflitos entre eles?

É o que acontece muito em Antônio Carlos, um trabalha e o outro fica espiando. Aí um está trabalhando e o outro chama o IBAMA. Não pode ser assim. Deixa o cara trabalhar. Porque chegou um comentário aqui que lá em Antônio Carlos se tu deixar uma máquina no quintal o outro vai lá e põe açúcar dentro do tanque. Isso aí não se faz. Inveja, olhos grandes. Isso não leva a lugar nenhum, só a pobreza, porque quando um estende a mão para o outro, a coisa funciona. Quando um quer furar os olhos do outro a coisa não vai. Se acaba tudo na poeira. Até o sindicato de Nova Trento disse que eu era um mentiroso.

E eles trabalham com roça de toco?

Roça de toco, igual a nós. A mesma coisa. Só que lá eles estão chegando em um ponto que eles trabalham sempre na mesma área, sempre com a mesma cultura. Não está dando mais. É o mesmo caso de São João Batista. Monocultura na mesma área. Não tem pouso.

Porque eles não fazem pouso?

Eles não conseguem a liberação como nós aqui conseguimos para derrubar uma área nova. E é morro.

Isso já aconteceu aqui?

Dessa forma não. Porque a gente lutou muito, senão estava no mesmo caminho. E isso esgota a terra mais rápido e não produz um produto de qualidade sem agrotóxico. Porque a terra fica muito inçada, se trabalhar 10, 15 anos na mesma terra ela fica inçada. Ai para dar jeito só com agrotóxico.

E a comercialização deles é boa? Eles fazem carvão?

Não comercialização bem. Mas estão começando a fazer carvão. Bem no começo. Eles estão enxergando que não tem mais de onde tirar dinheiro.

E como é essa produção, porque em muitos lugares tem carvão?

Muitos são feitas por indústria. Aqui o pessoal faz por causa da associação, mas na maior parte dos lugares o agricultor tem o trabalho de queimar, aí tem o atravessador que monta uma empresa e compra de ti, compra de mim, compra do vizinho, compra do outro. O agricultor vai ter o maior trabalho e será o menos beneficiado.

E esses agricultores que vendem para estas empresas que distribuem fazem no mesmo sistema que vocês?

No mesmo sistema.

Nossa quantidade de venda está boa. Um dos agricultores que participam da associação era um sujeito que era travado, para falar com a gente era com dificuldade. Ele entrou na associação e ele está comercializando lá na cidade. Comprou uma Kombi. O quanto ele evoluiu. Então o que a associação vez foi acabar com o atravessador. Era isso que o representante da EPAGRI e o professor da USFC brigavam, eles queriam que nós fossemos levar lá na ponta. Não ter um daqui da nossa propriedade e levar lá na ponta. Antes nós trazíamos até na porteira e o outro levava da porteira até o consumidor.

E porque existia esta dificuldade de levar para o consumidor?

Era falta de transporte e um pouco a falta de conhecimento com o mercado. A comunicação. Eu planto maracujá a 21 anos, eu nunca vendi aqui na porteira, sempre lá no mercado. No Ceasa. Porque quando eu comecei eu entregava no mercado. Porque quando eu comecei eu entregava no mercado, não ia no ceasa, aí eu entregava para o meu primo em Antônio Carlos, em 70 ou 80, e ele foi enriquecendo e eu não. Aí eu fui para o Ceasa. Aí melhorou mais o preço. Ai a coisa funcionou melhor. Porque quem vende aqui vende a metade ou menos. Compra por menos da metade com o dono da roça. Ai quem vai é quem comercializa. Eu comecei com um Passat para ter uma ideia e hoje estou com uma caminhonete. Está certo que é muita batalha.

O que você acha que vai ser esta região daqui a um futuro próximo? Porque a maior parte das pessoas não tem mais filhos aqui, já são idosas.

Se continuar do jeito que está indo, vai chegar ao ponto de ter o dinheiro e não ter a comida. Ou os governantes abrem os olhos e ajudam mais o agricultor ou do contrário vai faltar alimento. Porque eu trabalho muito com o pessoal de Nova Trento, lá só pega mais na agricultura o pessoal de 60 anos para cima. Isso é um problema seríssimo. Aqui também, o pessoal da associação tem de 40 para cima. O agricultor I já está com 70. Tem outro que está perto dos 65. E poucos filhos estão acompanhando. Uma agricultora está quase aposentada. Outro está quase nos 60. Eu e o agricultor D temos a mesma idade, 50. Tem um que é mais novo. Tem outro que também está nos 50. Tudo na faixa dos 50 anos. Quem vai tocar a propriedade daqui a 20 anos? Tem hora assim que da até um remorso. De ter a terra, gosta de trabalhar, mas quem vai tocar?

Mas você acha que o pessoal está voltando?

Tem muita gente da cidade voltando para cá, mas não para fazer atividade econômica. Eles vêm para ter um lugar melhor para morar. É o que eu digo, os traços do agricultor correm nas veias, se não tiver não vai. Porque eles tentam até plantar, plantar uma rocinha, mas quer plantar debaixo do mato. Não vai produzir. Não vai produzir no sombreado. Porque a agricultura precisa de sol, se tu plantar o aipim e deixar o mato na primeira capina, deixar uns pezinhos de árvore, quando o aipim tiver maduro ele não da farinha boa, o mato tomou conta, não vai produzir farinha boa, porque precisa de sol. Quanto mais sol a planta pega melhor a qualidade. Porque tu fazes uma roça do lado do aceiro, onde está o mato, ali 3 metros, a planta não da boa. Quanto mais queima a terra e melhor queima a roça, melhor é a planta. A terra crua em si não da planta boa. A roça que queima bem tu podes ter certeza, ali da planta boa. Não sei se fica cinza ou o que é que é, mas ali da planta boa. Quanto mais queima melhor da. E eles são contra a queimada e eu já sou a favor da queimada, porque quanto mais ela queima melhor é o produto.

Depoimento da agricultora C

Apresentação:

Tenho 47 anos e estudei até a 4ª serie. Moro em Três Riachos, em São Mateus desde que eu nasci. Meus avôs nasceram lá e meus pais também. Nunca morei em outro lugar.

Os seus bisavôs também?

Ai eu não sei, mas deve ter nascido. Não cheguei a conhece-los.

O que você pode me dizer da origem da sua família?

Nunca me interessei. Minha mãe ainda é viva, mas meu pai faleceu nos anos 2000. A minha mãe mora junto comigo. Na verdade, eu moro junto com ela, porque quando o pai faleceu nós abandonamos a nossa casa, fechamos, que onde é o forno agora que o Andrés fez. A gente morava ali, e fomos morar com ela. Porque eles tinham feito uma casa fazia um ano e a gente foi morar com eles.

E foi o Andrés que fez o forno então?

Ele fez o desenho, quem construiu foi o Jonas. Ele que fez o projeto, fez tudo do forno, mas foi o Jonas que construiu.

E vocês tinham outros fornos antes?

Tínhamos. Tínhamos mais 3, só que em cima no terreno do Agricultor D. E esse é no terreno da mãe. Porque a gente mora no terreno de cima que é da mãe.

Como você se chama na sua atividade?

Agricultora.

Quais as suas recordações sobre como eram realizadas as roças no período dos seus avós e seus pais?

É quase da mesma forma, porque antes meu pai plantava só na roça de toco e agora nós plantamos também na terra virada. A gente coloca trator da prefeitura para mexer a terra para plantar. Quem trabalha com várzea também. E o meu pai só trabalhava em morro, aí era só roça de toco. Da roça de toco é do mesmo tipo. Como ele fazia a gente continua fazendo. Porque aprendeu assim. Ele que me ensinou. Eu ia para a aula pela manhã e chegava em casa e ia levar almoço para ele e ficava trabalhando com ele na roça. Quando eu tinha uns 8 ou 9 anos já fazia isso. Levava comida para ele eu e um primo que eu tinha, porque meu pai trabalha com meu padrinho, aí eu e meu primo levava comida para ele e ficávamos lá brincando na roça e ajudando eles a "semear", essas coisas que a gente sabia fazer a gente ia fazendo. Quando criança era até uma diversão. Estava trabalhando mas achava que estava era brincando.

E quando é que passou a se tornar um trabalho para você?

É que eu comecei a fazer feira com ele. A gente fazia feira aqui no centro. Ele fazia junto com meu tio. Na frente de onde é shopping beira-mar agora. Na pracinha na frente do shopping beira-mar. E no sábado ele as vezes fazia uma no centro. Bem o lugar específico no centro eu não sei.

Não é na alfândega?

Não, não é aquelas feiras ali. E a gente fazia uma as quintas-feiras na avenida Santa Catarina, que fica no Estreito. Uma rua que tem beira mar, que vai para o mar e a gente fazia ali. Fica na frente do campo do figueirense. Aí tem aquela rua para baixo ali, é a rua Santa Catarina. E a gente fazia as quintas lá também. Até assim quando era época de natal, fim de ano que a gente vendia mais, aí ele

vinha com dois carros, me deixa na feira lá de quinta e vinha para aquela de sexta. Porque era um dia e fazia as duas.

E todos os produtos eram da roça de toco?

Era quase tudo da roça de toco. Porque ele trazia farinha que ele fazia e a gente já não faz. Tinha a banana, que ele cortava e comprava, que nem a gente compra. E a gente fazia beju também, que eu fazia beju de polvilho, que nem a mulher do agricultor A. Eu fazia junto com a minha madrinha e vendia ali na feira. Laranja, na época de laranja a gente trazia. Só que a gente já vende a banana despencada, em caixa e ele trazia no cacho.

E porque parou de fazer feira?

Porque ele desistiu, achou que já estava velho para continuar na feira. Aí desistiu da feira e continuou na roça.

E ele fazia carvão também?

Bem pouquinho. Ele fez, mas era pouca coisa, não era que nem nós para vender assim. Ele vendia um saquinho e ficava com os outros para casa. Porque ele usava lenha também para farinha e fazia açúcar e nós não temos e já usamos para o carvão. Ele como tinha farinha ele usava lenha.

E porque ele parou de fazer farinha?

Ele foi ficando mais velho e foi desistindo.

Mas vocês não quiseram continuar?

O meu marido ia ficar com a feira dele, que ele queria que meu marido ficasse porque ele tinha uma Kombi que fazia feira, mas aí o meu marido também não quis aí ele parou. E parou de fazer a farinha também.

Seu pai fazia a feira junto com outros agricultores de Três Riachos?

Tinha gente de lá também, mas tinha de outros lugares. Gente de Biguaçu, gente de Antônio Carlos, de São Pedro. Era mais individual, não era assim como hoje uma associação que nós trouxemos os produtos de todo mundo lá. Ele comprava de outros agricultores, mas não era associação. Só comprava porque eles vendiam para qualquer um, daí ele comprava e trazia.

Lá mesmo em Três Riachos?

Lá mesmo. Teve uma época que ele levou aipim aqui da ilha. Na Lagoa tinha um senhor que foi na feira e ofereceu e lá tinha pouco, daí a gente veio aqui e levou o aipim e fez a farinha. Ele pegava se ele achasse que valia a pena ele pegava. Porque as vezes lá era pouco, porque ele fazia muita farinha. Ele começava em março e ia até outubro fazendo farinha direto. Todo dia. Porque era eu, ele, a mãe, minha madrinha, o meu padrinho, depois teve o agricultor D também. Tinha meu irmão que trabalhava lá também. E tinha meu cunhado e minha irmã que sempre iam ajudar. Aí fazíamos tudo assim juntos. Tinha mais

gente. Depois ele colocou o engenho a luz, aí era mais rápido para fazer, porque quando era de boi demorava, porque o boi não pode ficar muito tempo no engenho e o motor não, o motor tocava direto.

E tinham outras pessoas que tinham engenhos lá?

Bastante gente. Era difícil lá uma casa que não tivesse um engenho de farinha assim.

E o que aconteceu?

Todo mundo foi desistindo, foi parando. Desistiram de fazer a farinha porque vendiam o aipim. Vendiam a mandioca para outras pessoas. Foram parando porque também é cansativo. Algumas foram pegando uma idade e foram parando de trabalhar. Quando alguns eram mais novos fora pegando outras oportunidades.

Mas qual atividade requer mais esforço a roça ou a farinha?

Os dois são difíceis, porque é pesado. Quando eu fazia farinha com o pai, as vezes vinha para a feira eu e ele. Sexta-feira saímos de casa 1h da manhã, vinhamos para feira. As vezes chegávamos em casa meio-dia, as vezes 1 hora da tarde e ficávamos até de noite trabalhando no engenho. No outro dia ele começava a fornecer 3, 4 horas da manhã. Aí tocava assim direto, todo dia. Tinha época que fazíamos até final de semana. Aí chega por fim cansa. As vezes ele forneava até 7, 8 horas e nós íamos fazer beju, ficávamos até 10, 11 horas da noite fazendo beju. Também demora. Ai a pessoa se deitava as vezes 10, 11 horas e as 4, 5 horas estava de pé para trabalhar de novo. Porque tinha a mandioca para descascar.

Valia a pena?

Valia. Porque a gente fazia isso toda a vida e a gente gostava de fazer aquilo. Se fosse para trabalhar fora eu já não ia. Porquê da minha época lá quantas guria saíram para trabalhar fora. Eu já não quis.

Trabalhar fora é trabalhar na cidade?

Trabalhar na cidade de empregado, outras são domésticas e vem fazer faxina essas coisas. Para mim já não serve. Eu prefiro ficar lá descarregando forno, carregando mandioca, essas coisas. Fazendo roça que é o que eu gosto de fazer. Eu gosto de fazer é isso aí. Se fosse para mim viver de outra coisa eu acho que não ia dar. Ia demorar para eu me adaptar. É uma coisa que a gente está acostumada desde pequena.

E como é que é para você ser mulher e fazer roça? Como você é tratada pelo restante dos agricultores?

Não estranham não, era normal. A minha mãe ia para a roça. Quando pegam idade é que não vão. Antigamente elas iam porque as pessoas mais velhas não

tinham aposentadoria e agora tem, então não precisa elas irem pra roça, porque elas tem a aposentadoria delas. Mas é normal.

E ela gostava de fazer?

Gostava. Todo mundo gostava. Só que assim, a minha madrinha fazia beju junto com a gente, aí fica naquela queuntura e já está de idade tem problema nos ossos, deu problema na perna. É assim, tudo por causa daquela queuntura e da friagem, porque quando a gente é novo está ali com a mão na água fria e depois na água quente e acha que não vai fazer mal, mas mais tarde é certo.

E ela tem quantos anos?

72. Já trabalhou bastante. A mãe está com 78. E o serviço que da para ela fazer ela faz. Ela só não vai para a roça ficar pegando sol porque não tem necessidade. Mas ainda tem muitas mulheres que vão para roça. Em São Marcos tem mulher que vai para a roça com o marido. Conheço umas 3 ou 4 que o marido vai para a roça e elas vão junto. Outras também não vão porque os maridos já saíram para trabalhar fora, que era gente que trabalhava na roça mais desistiu. E elas também não tem condições para continuarem sozinhas.

Então sozinhas elas não fazem?

É difícil. Porque trabalhar com lenha e essas coisas é tudo serviço pesado. E uma mulher vai lá para cima para dentro do mato sozinha. Tem problema de cobra. Tem problema de as vezes andar um homem fugido por lá. Então para as mulheres é mais difícil irem sozinhas. Mas tem algumas que vão. Eu quando nós estávamos trabalhando e o agricultor D tinha que sair e ir para outro lugar e nós tínhamos forno lá em cima no morro eu ia sozinha ir ver. Eu levava um facão junto comigo, porque as vezes encontrava uma cobra no meio do caminho a gente mata. Não vai passar perigo. Mas tem muitas que vão ainda sozinha. Não para estar muito tempo e colocar a roça sozinha. Isso não. Mas um dia que o marido não vai ela vai. Ou tem um forno queimando. A Bila faz uns 15 dias um sábado que o Jonas saiu com o Pedro, ela pegou um cavainho com o cunhado e foi lá para trás do morro ver os fornos. É assim. Mas não é que ela vai todo os dias sozinhas. Mas se for necessário vai.

Existe algum calendário para a realização das roças?

Tem. Quando é várzea a gente prefere plantar em agosto. Ai o morro já pode plantar em outubro ou novembro. A várzea é terra virada, é difícil ter roça de toco. Agora nos morros nós plantamos roça de toco em setembro, outubro. É a época melhor de plantar. Mas agora que está essa época de chuva, até dezembro a gente vai estar plantando. Quando não da, tem gente que planta dezembro, planta janeiro. Pode ir de agosto até janeiro plantando. Mas o certo é de ir de agosto até outubro. Que é a época melhor para a gente que planta. Se der tudo certinho, deu tempo para fazer, essa é a época melhor.

Todo o processo de corte e queima também faz neste período?

Faz nesta época também.

Porque faz neste período?

Porque é a época de plantar. Porque desde quando a gente se criou todo mundo plantava nesta época e a gente planta também. O certo de plantar é no vazante. Tem planta que é do vazante e tem planta que é do enchente.

Como assim?

São fases da lua. Tem o vazante, enchente, cheia e a minguante. Ai a gente planta sempre no vazante. Que são 15 dias de vazante e 15 dias de enchente. Ai tem gente que prefere plantar na vazante, outros no enchente. Que é como dizem, que tem plantas, como o feijão tem que plantar no enchente que é para encher. Ai o aipim e essas coisas já é melhor plantar no vazante. Isso vem dos mais antigos, que a gente se acostumou, meu pai, meu avô. Eles plantavam nestas épocas assim. Ai a gente continua essa tradição deles de plantar no vazante. Agora como a gente não tem mais tempo, a gente nem está mais escolhendo essa época, quando da a gente planta. Mas tem gente que diz "Tu plantar aipim numa enchente, ele da o fiapo para depois dar a raiz, perto da cepa. E se plantar no vazante ela da agarradinha na cepa", ai da um aipim melhor. Ai a gente vai confiando no que eles falavam e vai plantando assim.

Quais os produtos que vocês plantam?

Mais aipim e banana. Mas as vezes a gente planta feijão para comer. Assim, para vender só quando sobra que a gente vende. Quando é época boa de plantar a gente planta. Fevereiro é época boa de plantar feijão. A gente pode plantar o aipim, da a primeira capina e planta o feijão dentro. Porque o feijão fica 3, 4 meses na terra, daí a gente já colhe ele. Na mesma terra onde fizemos a roça de toco colocamos o aipim e plantamos o feijão. Milho tem gente que planta. As vezes a gente planta também assim pelo meio uns pés para comer. Mas não é para dizer que a gente vai plantar aquilo ali para vender. E na várzea a gente planta a batata doce. Na época do pai a gente não plantava, mas agora com o meu marido a gente planta batata doce. A gente já planta para vender também.

E vocês utilizam agrotóxicos?

Bem pouco. Porque a gente não tem tempo para capinar tudo, porque a roça de toco a gente capina. Porque no morro só uma capina já dá e quando é várzea, a gente já passou um pouco daquele gramocil no aipim. Ai ele está pequenininho assim, eu coloco um copinho, a gente parte um litrão no meio, daí coloca um copinho em cima do pé e passa no capim. Porque até essa época agora, se chove e que é feito o morrete, se tu passar a enxada vai desmanchar tudo. Daí desmancha o morrete que foi feito. Daí a gente prefere passar o gramocil.

Isso na várzea ou no morro?

Mais na várzea. No morro é difícil a gente passar. Até agora a gente capinava e quando vê que tem muito mato e não vai capinar de novo a gente passa a foice. Ai roça ao redor do pé e deixa para a arrancar.

Você prefere o morro ou a várzea?

Para plantar o morro é melhor. Se fosse só para trabalhar assim o morro era melhor para mim. Só que não da porque aí é muito longe. Ai agora a gente tem que plantar mais nas várzeas porque fica perto das casas. Igual nós, estamos descascando o aipim, para de descascar 3, 4 horas da tarde, se tu tem uma roça ali perto de casa, ali na várzea, ainda da para tu ir. Agora se tu tem uma roça lá atrás do morro tu não vai sair de casa para ir lá em cima. Porque quando chegar lá é uma meia hora de caminhada, aí chegar lá para trabalhar meia hora não vale a pena. Aí tu vai e 5, 6 horas tem que voltar, aí não vale a pena estar subido o morro e descendo. Por isso que a gente prefere agora ter também perto de casa na várzea para poder plantar.

E é muito longe da sua casa as roças de toco?

Onde nós plantamos é uma meia hora a pé. Meu marido não leva meia hora para ir, mas eu já coloco uma meia hora que é para a gente não ir ligeiro, porque também cansa. A gente indo de tobata é quase uma meia hora também, porque a tobata e a gente andando é quase a mesma coisa. Agora se for de moto, que o meu marido tem uma moto lá, é 5, 10 minutos já está nas roças. Igual disse que ia arrumar o caminho para pôr um forno a queimar lá em cima e estava cá embaixo trabalhando. Tal hora tem que ir no forno, pegava a moto e em um instantinho estava lá. Se passar uma lâmina de trator já fica um caminho bom para ir.

E como é feita a escolha das áreas onde serão realizadas as roças? As propriedades de vocês são as mesmas dos seus avós e dos seus pais?

O meu marido agora já trocou um terreno de várzea que era do pai dele com um senhor que tinha um pasto do lado, e trocou por roça de morro, por causa da lenha que a gente precisava para o carvão. Aí ele trocou. Agora o que nós estamos fazendo é na terra do meu pai, que era do meu avô. Meu pai comprou dele e agora a gente trabalha em cima porque é da mãe e dos meus irmãos e meu. Mas como ela é viva é usufruto dela. Então a gente planta em cima do que é dela. Mas mais tarde vai ser da gente também. Mas é assim, é dela. É que terra INCRA que a gente paga é no nome dela. O imposto que a gente paga. O INCRA (ITR) que a gente vai na prefeitura e paga por ano. Aí é no nome dela.

O que é a produção de carvão para os agricultores e as agricultoras de Três Riachos?

É um meio de ganhar um dinheiro mais rápido. Porque o aipim você vai plantar e vai ter que esperar pelo menos uns 8 meses. De 6 a 8 meses para tirar e vender em caixa. E o carvão tu só tirar a lenha e pode queimar até verde a lenha. A gente queima seco porque dá mais. A gente coloca para secar para depois, mas

tem gente que derruba e já sai queimando. Aí é o meio mais rápido de fazer o dinheiro. Seca rende mais no carvão. Deixar ela secar dá mais carvão para ti, é mais rápido para ti queimar, porque ela não vai ter que enxugar, igual a lenha verde. E ela estando sequinha tu colocas no forno e em dois dias tu estás com o forno queimando. Está pronto e esse é capaz de tu colocar uma semana toda e ainda não está pronto.

Mas tem quem faça só carvão? Não faz roça.

Que eu saiba não. Tem gente que faz carvão e coloca roça e tem outros que as vezes tiram e plantam outras coisas. Planta banana, outros plantam eucalipto. Mas eu não me lembro se tem alguém que só faça carvão. Antes tinha. Tinha gente que só derrubava para fazer o carvão. Agora não, o pessoal já planta porque sabe que vem aquela época que ele vai ter que esperar. Tu derrubou, vai ter que esperar uns 4, 5, 8 anos para poder derrubar de novo. Então usa uma roça ali para poder deixar a madeira ali, igual tem gente que planta uma madeira por dentro para poder vir mais rápido. Igual a gente tem a maracatinga, a gente queimou ela, ela arrebenta uma porção. A gente tem que ralear, tem que capinar um pouco e deixar só uns pés. Porque se deixar tudo também não vai dar o aipim. E ela atrapalha. Tem que fazer uma limpa. Tem que ralear pelo menos uns dois metros para poder dar um aipim que sirva para ti, porque se deixar o pezinho muito perto aquilo ali afina o aipim que não da. Ai tu não vai ter lucro no aipim. Ai não adianta tu deixar porque fica fino, aí tu faz um raleamento que ele vem até mais rápido.

Vocês fazem mais roça ou mais carvão?

Agora é mais roça, porque a gente está plantando várzea também. Meu marido cortou a perna a gente está com a roça a dois anos que ele derrubou. Eu ainda pedi etiqueta, aí minha etiqueta vai ter o selo de 2014 ainda. Porque a licença é de 2014. A licença que a gente fala é da FAMABI. Então eu tenho o papel lá da licença da roça, então, como a gente não trabalhou aquela roça, a gente não usou a embalagem e nem o carvão dela. Então agora é que vamos começar a usar, então tem que ter a etiqueta e é a de 2014 ainda. Mas isso não dá problema nenhum, porque se acontecer fiscalização, a roça está aqui, ele teve problema com a perna e não trabalhou a roça e agora que está trabalhando, por causa da chuva também. Mas ele foi por causa da perna mesmo. Ele cortou a perna com a motosserra, dia 6 de outubro do ano passado. Ai a roça que estamos limpando agora e tentando plantar, é a roça daquela época. Foi até o osso. Por isso que o Fantini quando começou queria que eles comprassem até roupa para trabalhar com a motosserra, porque tem uma calça específica para trabalhar com a motosserra, mas eles muito cabeça dura diziam que não precisa, que não tem perigo, não sei o que, até que cortou a perna.

E tem muitos casos de acidentes?

Alguns tem, só que não assim tão graves. Mas tem, teve agricultor que já cortou a perna assim em cima. Passou a calça, mas não chegou atingir o osso. Meu

marido teve que fazer cirurgia e tudo. Mas tem gente que se machuca com a motosserra.

Mas mesmo assim, sabendo deste risco e de todas as adversidades seu marido não quer parar?

Não. Porque é o que a gente faz. É o que está acostumado. Ele era açougueiro. Mas preferiu trabalhar na roça, fazer agora essas feirinhas por causa da associação. Porque não gosta de trabalhar em açougue, andar em ônibus, que aí depende de ir todo dia para baixo e para cima de ônibus.

Por vocês só ficavam lá? Não gosta de vir para cidade?

Gosto de vir, mas para voltar à noite. Para ficar dois, três dias aqui já não gosto. Prefiro vir de manhã e à tarde ou a noite ir embora. Aí eu adoro fazer feira. Eu fazia desde uns 12 anos com meu pai. Trabalhei até uns 20 e poucos anos na feira. Aí depois desisti e voltei agora. Mas eu gosto de fazer isso aqui.

Qual é a diferença entre o carvão produzido por vocês para outros carvões? Existe diferença na qualidade ou no modo de fazer?

Eu não sei, mas tem muita gente que diz que é melhor. Que o nosso carvão é melhor por ser assim nativa. Porque tem gente que mistura muito carvão. Mistura a lenha. Mas agora não sei se os outros é a mesma coisa. Todo mundo diz que o nosso é bom. A gente é suspeito de falar. A gente acha que é bom.

Mas vocês usam o carvão que vocês produzem e já utilizaram outros, vocês enxergam diferenças?

Tem por causa do tempo de aguentar o fogo. Porque tem carvão que a gente coloca e logo se apaga. Ele pega fogo, mas não aguenta aquela brasa para esquentar. Carvão ruim é aquele que tu coloca ali e logo já está frio. Tem carvão que a gente coloca e ele não da quentura para assar a carne, se tu colocar a carne meia alta ele não assa. O nosso eu já coloco a carne na churrasqueira bem alta. Para depois quando já está mais no fim do carvão, eu aí baixo a carne.

E como que ocorre o processo de certificação destes produtos?

É pela associação. Foi mais pela representante da FATMA e pelo professor da UFSC, que começaram esse trabalho e começaram a legalizar as coisas para a gente. Porque antes a gente não sabia de nada. Vendia lá em cima e estava trabalhando para os outros, que nem se fala. Porque a gente vendia lá a 5 reais um saco de carvão. Começamos com as embalagens passamos para 10. Aí tem diferença entre vender um saco de carvão lá e vender aqui. Aqui na feirinha a gente vende a 12 reais. Lá entregava a 5 reais. E vendia o carvão, as vezes só recebia na outra semana. Aqui a gente já está vendendo e já vai recebendo. Tem muita diferença. E o jeito da gente trabalhar, a gente trabalha até com mais gosto, porque estão sabendo como a gente está fazendo e está recebendo. E assim, chega uma pessoa aqui para comprar um saco de carvão e diz assim "esse carvão de vocês é bom". Isso é igual se diz, levanta o ego da gente. Da moral,

da mais vontade da gente continuar trabalhando lá. Porque se tu vens trazer um carvão aqui e alguém diz "Ah, mas esse carvão de vocês não vale nada. O carvão de vocês não presta". A gente até desanima. A gente chegar aqui e ter elogio das coisas a gente trabalha até com mais gosto. Tem mais vontade de fazer as coisas e tudo. E lá a gente vendia e as pessoas não diziam nada. Não falavam nada, pegavam o carvão e levavam, vou comprar e depois eu venho trazer o dinheiro ou depois vocês passam lá e pegam o dinheiro. Não era olha o pessoal comprou o carvão de vocês, elogiou muito o carvão, essas coisas. Não falam isso. Quer saber se falava para ele e ele que fazia. Quando acaba ele só era atravessador. E agora não, como a gente que está vendendo o elogio vem direto para a gente. E com a associação assim, o meu marido por exemplo, nunca tinha vendido um saco de carvão em Biguaçu. Agora pega dois saquinhos desse de carvão na mão e anda dentro da praça de Biguaçu. Igual já foi levar lá na FAMABI. Então a gente trabalha sossegado, trabalha sem medo e sabe que a pessoa está gostando do que a gente está fazendo.

Então é muito mais do que somente a questão da legalização?

A legalização para a gente foi muita coisa. Porque se não fosse legalizado não estava nem aí. A gente ia estar vendendo do mesmo jeito que estava. Com a legalização foi bom e a gente também se sente melhor porque recebe os elogios dos produtos da gente e sabe que a pessoa está usando e está gostando. Para nós isso tem muito valor.

E já teve muitos problemas com a questão da legalização?

Bastante. Teve gente de trabalhar lá de andar escondido. Igual nós, uma vez botamos uma roça e não conseguimos trabalhar a roça. Nós derrubamos ela e quando foi para queimar, não deu porque o pessoal dizia, "Eles estão lá embaixo espiando vocês". Se vocês colocarem fogo na roça eles vão vir aqui. Ai naquele ano ninguém plantou a roça. Ficamos sem plantar.

E como vocês sobrevivem se esse é o seu trabalho, sua fonte de renda?

Ai a gente faz outras coisas. Vai mais para banana. Planta o aipim já mais escondido. Se vai botar uma rocinha maior, já põe mais pequenina. Ai já tem horário, "eles vão estar tal dia", tal horário eles passam por aqui, então a gente trabalhava os outros dias.

Deixar de fazer vocês não deixavam?

Não. A gente só mudava o jeito de fazer e plantava menos. Já tentava colocar mais para longe e aí era pior ainda porque era mais longe de casa e para ficar mais escondido para eles não ver. Agora não, pode estar passando na estrada que a gente não está nem ligando. Teve vezes de eu vir com o meu marido com uma carrada de carvão, eu ter que vir com o celular no bolso para ligar para o meu irmão de um lado e a irmã dele do outro para saber se eles não estavam por lá para descer. Se eles ligassem e falassem que eles passaram por aqui, a gente

deixava o carro lá no morro, vinha embora e depois a noite é que ia buscar com medo de chegar embaixo na estrada e eles pegarem.

Vocês então tinham uma comunicação entre vocês?

Tínhamos. Quem sabia a visava. Não era assim de dizer que ia chegar e ia descer. A gente tinha medo. Um dia vinha vindo eu e o meu marido por dentro do mato, cortamos pelo mato e deixamos os bois amarrados lá em cima do morro, a motosserra escondida dentro do mato e viemos por dentro do mato passando pelos lugares, porque as vezes chegava em casa e eles estavam por ali.

Na época dos seus pais também era assim?

Olha eu vejo conversas da época do meu pai e do meu avô que até para fazer o açúcar, eles tinham que esconder o bagaço. E não podiam mostrar, não sei como era, que tinha fiscalização, essas coisas. Não sei como é que era, porque eu também não me interessava por saber e ir atrás de histórias. Tem gente que contaram uma história e pensam sobre aquilo ali. Eu não sou de ficar pensando muito sobre o que meu avô fazia, como que meu pai fazia. Eu tento fazer como eles faziam, mas não dizer assim só porque meu pai fez isso e que meu avô fez aquilo que eu tenho que fazer. Faço do meu jeito. Mas tinha, eles passaram trabalho naquela época também. E agora é mais fácil para vender. Para comercializar. Porque naquela época eles faziam e só dava para vender só para aquilo ali. Não tinha para quem vender. Aquela pessoa pagava o preço que queria. Igual na época do meu avô e do meu pai, se eles tinham uma roça para vender era aquela pessoa que comprava, então aquela pessoa dizia que era tanto e pagava aquele tanto. Agora a gente não, oferece um preço a gente diz que está barato, pode oferecer para outro. Tem mais opção e naquela época não tinha. Agora é mais fácil para trabalhar. Eles trabalhavam com boi e agora nós temos motor para trabalhar. Eles trabalhavam de machado, a gente tem motosserra, era de foice, agora tem roçadeira. Coisa muito mais prático e mais rápido. Naquela época eles não tinham um trator para fazer as coisas, para fazer um caminho tinha que ser tudo de enxada. Eles que tinham que fazer com a própria mão. Uma pessoa antes plantava uma roseira de arroz, o meu marido tinha um cunhado que plantava arroz, tinha dia que ficava lá trabalhando com ele e chegava quase meia noite, porque eles tinham que cortar o arroz, bater o arroz, carregar o arroz, tudo com boi. Agora hoje uma pessoa, igual ao Nelton, que tem uma arrozeira lá, tem dia dele nem precisar ir na arrozeira, tem muitos que abrem um valo e as máquinas fazem tudo.

Então a tecnologia foi boa?

Foi boa. Foi bom porque as pessoas trabalham menos agora. Só que tu tens que estar ali. Igual o dono da arrozeira, hoje a máquina corta o arroz, os caminhões já carregam e tudo, mas o dono vai lá para ver como é que é. Naquela época não, ele tinha que cortar o arroz, tinha que bater o arroz, ele tinha que colocar em um saco, tinha que trazer para casa, tinha que arrumar um caminhão para vender, para ir lá comprar. Agora hoje em dia já fazem tudo já direto.

E o seu pai trabalhava com machado?

Meu pai cortava com machado. Colocava roça com machado. Ia ele, o meu tio. Cortava tudo de machado porque naquela época não tinha motosserra. Aí colocava uma roça grande, mas quanto tempo ele levava. Coisa que ele levava um dia todo, com a motosserra ele leva meia hora. Mas não tinha outra coisa, era aquilo ali, para eles era rápido. Eles não tinham outra opção, era aquilo ali e deu.

E os seus pais também plantavam a bracatinga?

O meu pai plantava maracatinga. Ele carregava ali de casa em balaio de cipó, ele carregava de balaio lá para cima com muda.

E onde ele conseguia as mudas?

Meu cunhado conta que o pai dele, que faleceu agora com 94 anos, disse que ele ia botar uma roça e ele colocava em caixinha de fósforos, as sementinhas de maracatinga que ele veio cá não sei onde buscar, colocava dentro da caixinha de fósforos e ele ia roçando e ia jogando, aí depois passava aquele fogo na roça e depois ela arrebentava sozinha. E época de chuva assim, quantos balaio o pai carregou de maracatinga, de ingá, que ele carregava também, até mudinha de espinho ele carregava, que nós brigávamos depois, porque o espinho a gente ia cortar a lenha e pegava em nossas mãos. Ai a gente brigava com ele lá, porque que plantou isso aqui. E eles carregavam e plantavam porque dava uma lenha boa. Meu sogro tinha uma várzea que era só dessa lenha de espinho, agora quando o meu marido passou a plantar na várzea dele, passamos trabalho para arrancar os espinhos e acabar com a malha de espinhos. Agora não tem mais nada, mas deu trabalho para acabar com elas.

E as nativas vocês plantavam e/ou plantam também?

Muitas eram plantadas. Agora não porque já queima a roça e ela já vem por si. Não precisa estar carregando muda para plantar. Se quiser pode levar, mas a gente já quase não leva porque já tem lá. Aquela roça que o meu marido derrubou a dois anos, tinha maracatinga que nós derrubamos, hoje se for lá vai ter algumas que já dá para derrubar de novo. Devem estar com uns 4 ou 5 anos isso, mas já está pronta para botar a roça de novo. Porque ela vem sozinha. Porque no que tu queimaste, ela vem sozinha. Nós cortamos muito, capinando a mandioca tem que cortar porque se não ela mata de tanto que tinha.

E o que é a floresta onde vocês estão botando a roça para você?

Acho que nós estamos ajudando a floresta, porque tem algumas, igual a baracatinga, com 12 anos ela morre, então se não for lá limpar ela, porque nós vamos usar ela para o carvão, ela vai apodrecer ali, onde ela caiu ela vai matar um pouco ali, e se tu tirar vai cair aquelas flores e sementes dela vai dar tudo de novo. Então nós não estamos prejudicando, no meu modo de pensar estamos até ajudando. Porque nós estamos fazendo ela crescer mais rápido. Porque se ela

ficar embaixo de um tronco de árvore ela vai demorar para poder sair. Ela vai sair, porque da natureza ela sai por si, mas vai demorar mais, a gente está ajudando também. Na minha opinião.

Mas os seus avós eles também sempre estavam ajudando a floresta ou chegou um momento em que a floresta sumiu?

Olha quando o meu pai plantava ele contou umas vezes que quando ele tinha terra lá era só capim melado. Não tinha mata nenhuma, não tinha floresta. Em 1957 tem foto de Três Riachos que era só quase capim melado. Depois é que veio as matas. Então tem gente que fala que estamos destruindo as matas, mas eu acho que não, porque naquela época não tinha nada, então agora estamos ajudando a vir mais mata ainda, porque se naquela época era só capim melado e eles carregaram as mudas lá para cima e agora tem mais é que não foi destruído.

Você falou um pouco do processo de constituição da associação, mas você poderia contar mais profundamente a respeito? Tem mais detalhes?

Foi a partir de muitas reuniões, até que em um momento eu tive que chegar para eles e dizer ou monta a associação ou desiste. Porque chega de tanta reunião. Teve 50 e poucas reuniões para depois sair a associação. Porque a nós fizemos assim, para se associar tinha que participar de 6 reuniões, foi o estatuto e o caderno de normas que nós criamos. Seis reuniões e tu entra. Para mim tinha que ser assim, vai duas, falou uma duas e ele vai de novo tinha que começar tudo do zero. Eles não quiseram. Eles acharam que assim ia correr com todo mundo mesmo. Mas era o certo, porque tem gente que as vezes vai duas ou três reuniões, para e depois volta de novo e fala, "Eu já tive em duas, três então vou continuar de novo, e vou na quinta ou na sexta". Mas o certo para mim tinha que ser seis reuniões seguidas. Porque aí tu conversou 2 reuniões, vai lá em março, aí tu passa abril e maio que não vai, lá para agosto vai, o que ele soube o que foi conversado ali. Perdeu tudo. Aí começa, "Ah, eu já tive duas reuniões aqui com vocês, agora estou na terceira ou na quarta", aí a pessoa está fazendo como quer.

E teve uma votação para decidir como isso iria ocorrer?

Nós fizemos a reunião, aí eu disse assim "ou nós montamos a associação ou para tudo", porque fazer ir os representantes institucionais e muitos estudantes que também iam para lá. Tinha dia de ir para lá e sair 22 ou 23 horas. Tinha dia de chegar meia hora da madrugada em casa, para uma coisa que não era para ela, era para nós. Nós é que tínhamos que estar interessados nisso. Nós saímos da reunião dez horas, dez e cinco nós estávamos em casa. Ela teria duas horas ainda na estrada. E no mês que vem vai de novo e chega lá ninguém decide nada. Aí eu disse, ou monta associação ou desiste então. Aí eles concordaram e foi quando surgiu. É que nem o representante da EPAGRI diz, "Ou fazem eles pegar no tranco ou eles não pegam".

Mas porque você acha que demorou tanto?

Porque nosso lugar é fraco para algo assim. Tu vê, nós começamos tem mais de dois anos, começou com 12, agora está em 15. Tem mais gente trabalhando sem estar na associação do que dentro da associação. Para eles ficou mais fácil trabalhar porque não tem tanta fiscalização. Eles vão querer entrar para que? Então por isso é que a associação para eles não tem valor. Eles dizem, "Ah, para que ir para lá perder tempo com reunião, se para nós está bom". É certo que a gente tinha que dar um tranco neles para crescer a associação. Se não vai continuar toda a vida assim, porque quem está na associação poucos se mexem. Porque, para tu ver, era tão ruim quando tinha a fiscalização, porque nós andamos quase que nem bandido, escondido, que agora o que melhorou, mesmo que não tenha melhorado muito, para eles já está bom demais. Igual um dos agricultores que se perguntar para ele "Está bom assim ou você quer que mude mais?", ele vai dizer que está bom demais e que não precisa mudar mais do que isso.

Com a associação houve uma mudança na prática de vocês?

Mudou bastante, porque agora nós temos as embalagens, temos os produtos para vender aqui embaixo, antes nós não tínhamos. Porque nós vínhamos vender um pacote de aipim, não tinha nada para identificar. Agora a gente coloca e todos dizem que viram nosso aipim, que comprou. Tem como saber que é da gente e antes a gente vendia naquelas embalagens brancas e ninguém conhecia. Aí tu passavas em um lugar e não sabia de quem era. Agora tem muita gente que reconhece.

E onde que o pessoal que não está na associação pega as concessões e licenças para trabalhar?

Eles fazem sem pegar licenças nenhuma ou eles pegam pelo sindicato. O sindicato da um papel para eles e eles vão na FATMA e ganha licença para botar a roça. Na FAMABI lá. Agora tem muita gente lá que não pega essa autorização, faz assim, por conta que a gente conhece.

Como que você avalia esse legado deixado pelos seus avós dos trabalhos das roças e como você enxerga este processo neste momento?

Meu pai trabalhava bem pouco com o carvão, só mais na roça. Então continua a mesma coisa e a gente continua porque gosta do que faz. Tu não vais trabalhar em um lugar que você não gosta. Tu vais escolher uma coisa que tu gostas de fazer. Agora o que melhorou foi a comercialização. Porque antes eles não davam valor ao produto e agora tem valor o produto que a gente está vendendo. Acho que mudou muito isso. E de continuar que nem eles é que é o jeito que a gente aprendeu, outro tipo a gente nem sabe como fazer, porque já aprendeu assim. Preferimos continuar do mesmo jeito. O valor da roça é antigo.

De que maneira você avalia a forma como são tratados hoje?

Existe diferença porque é a gente que está colocando no mercado, então o pessoal está conhecendo e valorizando mais o que a gente faz. Antes a gente

ficava só lá no interior e eles não davam valor ao que a gente fazia. E agora a gente vem para cá e traz os produtos e está vendo o reconhecimento do pessoal. Tem mais valor agora. Para fazer outra coisa hoje eu não quero.

Entrevista Agricultor D

Apresentação:

Moro em Três Riachos e trabalho na roça de toco. Sou lavrador, trabalho na roça. Tenho 49 anos e trabalho na roça a 20 anos.

O que podes me contar sobre a origem da sua família?

Eu nasci lá e meu avô era de lá. Não sei se meu avô nasceu lá, mas minha mãe nasceu ali e eu continuo ali. Mas minha família, meus irmãos todos nascemos ali em Três Riachos. Não sei se os pais dos meus pais nasceram lá, mas eles moravam ali desde sempre. Gosto de morar lá porque é um lugar sossegado para morar e trabalhar lá.

Sabe descrever as atividades que seus pais e seus avós exerciam em Três Riachos?

Eles trabalhavam na roça também. Eles tinham pasto, criavam gado e trabalhavam na roça também, com aipim, batata e banana. Eu já trabalho com o aipim e a banana.

E porque você não faz mais o pasto?

O que aconteceu é que a gente fica sozinho e tem que trabalhar em uma coisa só. Não dá para trabalhar em muita coisa, tenho que escolher ou o gado ou a roça, para a gente que é sozinho. Na época deles tinha mais gente e hoje a gente é sozinho.

Você estudou em Três Riachos?

Estudei lá em Três Riachos, até a quarta série.

Eu quero entender um pouco do processo e das técnicas da roça de toco.

Isso já vem anos. O povo lá trabalha assim.

Quais as suas recordações sobre as suas primeiras roças?

Lá todos trabalhavam fazendo as roças assim. A gente já se criou vendo eles fazer isso ai. Agora que estamos fazendo, mas nós nos criamos vendo eles fazer essa roça de toco. Porque na época não tinha, era só o capim que a gente dá para o gado.

Qual época?

Uns trinta anos atrás. Ai só tinha o capim, aí o povo começou a plantar porque precisava da lenha, para fazer a farinha, hoje é só mato (Floresta), mas porque foi plantado. Na época não tinha, uns 30 anos atrás aí não tinha nada.

E plantaram o que?

Maracatinga (bracatinga), ingá, de tudo quanto é madeira. Hoje eles plantam mais eucalipto, porque ele dá mais rápido e é uma madeira que eles qualquer coisa vendem para um caibo ou deixa ficar velho e serra. E ele dá mais rápido, mas a maracatinga é muito boa também.

Porque ela é boa?

Porque ela cresce rápido e incomoda pouco. A formiga não come e vem muita. O eucalipto se o cara plantar tem que cuidar. Tem que estar em cima por causa da formiga.

E como você aprendeu a fazer a roça de toco?

A gente ia indo e indo e aprendia com eles. Com os mais velhos. Como eles faziam nós hoje também estamos fazendo igual. Era algo de família. A maioria se criou dentro da roça.

E como era Três Riachos naquela época e como é hoje? Existe diferença daquela época e como é hoje?

Tem um vídeo (Vídeo institucional da EPAGRI) que passa lá, que o Fantini pegou, para mostrar para nós como é que era. Antigamente era só o capim, hoje não, foi evoluindo e foi plantando. Hoje é mato, na época não.

Mas além das suas atividades, como eram as relações que se estabeleciam lá?

Hoje a gente tem mais roça do que o gado, o gado incomoda muito. Tu tens que fazer aquilo ali de criar gado e fiar só no gado. Mudou porque a gente tem menos pessoas. Então já muda e planta um aipim porque incomoda menos. Saiu muita gente também. Para Barreiros, para Biguaçu.

Porque saíram?

É muito difícil viver lá. Não é um lugar fácil de viver. Faltavam as coisas.

Faltava coisas para comer?

Faltavam as coisas para comprar. E era ruim de plantar (Legislação). Plantava e não tinha como vender. Na época não tinha como vender.

E porque o pessoal ficava ainda?

Não sei. A gente não sabe explicar. Tem aqueles que não querem sair. Porque não quer sair. Pode chegar um dizendo que te dou tudo e carro zero para você morar lá embaixo e dizem que não quer. Gostam de estarem lá. Nasceu e viveu lá. A gente não sabe explicar o que que eles faziam e como vendiam. E hoje se

quiser voltar não dá. Não é que não dá, mas é difícil. Voltar e começar tudo de novo. Porque está mais caro. Hoje já temos asfalto lá pertinho. Na época era estrada de chão, buraco que era uma coisa de louco. Vai mudando. Hoje está muito bom.

Você tocou no assunto de não ter coisas para comprar, mas como era antes, além da roça se fazia horta? Plantava como comer em casa?

Plantava as coisas para casa porque na época não tinha como vender. O que tinha era só para casa, não chegava pessoa lá para comprar e para vender aqui para baixo. Tinha que vender lá mesmo. Vendia lá e também consumia lá. Plantava lá para viver lá. Hoje já muda de figura, hoje já tem comprador. Se não tem um já tem outro, já passa mais gente para comprar. E teve uma época, que eu não posso dizer para ti quando que a universidade chegou lá, mas teve um ano (Acredito que ele estava falando do período anterior a chegada da universidade) que nós passamos muito trabalho. Com o IBAMA, a FATMA. Nós passamos um aperto muito ruim. Depois melhorou, porque a universidade se meteu lá com a gente, fizeram esse projeto lá com a gente e foi indo, foi indo e melhorou um pouco. Mas estava muito ruim e nós estávamos mesmo ao ponto de correr tudo. E a gente não sabe se acontecia antigamente com eles (Avós e pais) também. A gente não sabe. Eu não sei dizer qual foi o ano, mas estávamos no ponto de correr tudo. Não tinha como plantar. Hoje não, hoje nós pegamos licença, trabalhamos tranquilo.

E se vocês sáíssem iriam trabalhar onde?

Arrumar uma firma para trabalhar.

Existe algum calendário para realização das roças?

A gente planeja, a gente olha o local para ver se está bom. Planeja o tempo de colocar, vai para lá roçar e limpar. A faixa é de dois anos. Um ano a gente planta e planta as coisas no meio. Maracatinga ou o que quiser plantar no meio daquela roça. Daí tira o aipim e a maracatinga já começa a crescer. A gente começa em julho, agosto. Setembro e outubro a gente começa a plantar. Esse ano deu ruim porque choveu muito. Estamos com ela roçada, mas não dá para plantar. Agora que estamos esperando para queimar, porque não tem como queimar. A rocinha para plantar.

Mas tem um período específico para roçar, queimar e para plantar?

Estando seca a gente queima ela para tirar a lenha de dentro da roça para plantar. Mas é depois de agosto que a gente começa a plantar. Setembro, outubro e novembro. Esse ano já estamos em dezembro e vamos ter que plantar um pouco agora em dezembro. Temos essa abertura de 4 meses para plantar.

Como ocorre a escolha dos locais onde vocês vão fazer as roças?

A gente vai lá vê, porque nós já estamos trabalhando no terreno, então tem um pedaço melhor, então nós vamos lá e colocamos a roça naquele pedaço. Esse

aqui está pronto, já faz muito tempo que ele está aqui parado. A gente calcula assim entre 10 e 15 anos. "Esse terreno está aqui 15 anos parado aqui. Vou colocar uma rocinha aqui. Vou por uma roça aqui." Se ela tem uma idade boa, porque a maracatinga com 10, 15 anos ele começa a se perder. As vezes até mais cedo. Cai e vai quebrando, vai caindo, então se ele tem pouca terra, com 6 anos já começa a colocar (Por roça no local onde tem bracantigal com 6 anos), para não perder.

E tem alguma relação com o transporte da lenha?

Não. Porque o transporte da lenha já fica dentro do terreno mesmo. É transportado com carro de boi ou tobata. Nós lá é assim, é trator, tobata ou carro de boi. Tem muita gente que usa carro de boi. Eu tenho. Faço no carro de boi ou na tobata.

E a escolha das áreas é feita da mesma forma que seus pais e seus avós faziam?

Sim, é feita da mesma forma. Porque é tábuia dura. A árvore está madura, já pode tirar. Tem as novinhas crescendo, não precisa deixar aquela ficar muito tempo. Então a gente vai lá e coloca a roça lá. As vezes no período de 2, 3 anos a gente deixa o mato vir de novo e pronto. É uma coisa liberada, uma coisa fácil de trabalhar.

Você acha fácil trabalhar com a roça de toco? É penoso?

Acho bom, acho muito bom. Não é penoso não. Para nós que vivemos assim, não. Se levar uma pessoa lá que nunca fez, ele vai dizer que é uma coisa de louco. Mas quem é acostumado naquilo ali.

E o que é a produção de carvão para os agricultores de Três Riachos?

A produção de carvão para nós é muito boa. É bom. Para quem produz igual a gente produz, que é da sua roça. Que bota a roça, vai lá e tira aquela lenha, faz carvão, o carvão dele, queima e vende é muito bom. Foi muito bom. Porque é uma ajuda no salário da pessoa. Porque a gente não tem salário. Um extra é bom. O carvão é fácil de vender, não é muito difícil de vender. Não precisa esperar muito, porque a roça tem que esperar. A roça plantada, hoje a gente compra em caixa, mas a roça é de dois em dois anos. E o carvão não, o carvão se quiser fazer um dinheirinho, todo mês ele faz um trocadinho, para pagar uma luz, para pagar um documento de terra. Pode contar com aquele dinheiro. Então é uma coisa que ajuda muito. O carvão e a banana. São duas coisas que ajudam muito. Saem fácil e saem rápido. Duas coisas que ajudam a gente na roça.

O que diferencia a produção de carvão de Três Riachos para outros produtores de carvão?

Eu não sei. Acho que não tem diferença. Só quem não tem forno que queima diferente. A gente não sabe o jeito deles trabalharem. Porque lá nós temos o

forno já pronto. Tem dois rapazes lá que produzem o forno pra gente. Até agora é quase um só.

E como ele aprendeu?

Ele aprendeu vendo os outros fazerem e ele aprendeu.

Mas eram muitas pessoas que faziam?

Era, era. Tinha uma fornarada danada. Hoje não. É bem difícil.

E o que aconteceu com essas pessoas?

Elas saíram de lá. Foram abandonando, porque o IBAMA naquela época bateu já, uns anos atrás. Ai incomoda, é multa. O cara se incomoda muito. Ai já ficam mais de idade também. Já saem fora porque não querem se incomodarem mais. O problema é que não ia uma pessoa lá para dizer se podia ou não podiam. Pode fazer assim. Não tinha. Só chegava e distribuía (multa). Eu não sei muito também porque nunca me pegaram. Mas só chegavam e multavam.

Nunca te multaram, mas você tinha medo?

Sim, sim. Não podia deixar pegar. Porque a gente sempre viveu disso. Se for deixar pegar depois incomoda. Tem que pagar multa. Meu irmão foi pego, pagou multa.

Como ocorreu o processo de nascimento da Associação? Você está desde o começo?

Estou desde o começo. A gente se reunia todo final de mês e não montava a associação, falta um pouco de interesse da gente. Depois a gente montou a associação porque ficava melhor para a gente, por causa dos documentos que faltavam. Então a gente decidiu montar a associação. E para nós ficou melhor, cada vez melhor. Agora foi montada a cooperativa. Nós fizemos parte também da cooperativa. Da associação e da cooperativa agora. Na associação a gente também tem que cuidar porque tem gente que só quer aquilo ali, só a associação, porque eles só querem trabalhar, não querem se incomodar com nada mais. O que incomodava eles eram o IBAMA, pararam, então entra na associação, trabalha livre. Era para ter, já fizemos ano passado, esse ano fizemos pouco, mas todo mês a gente ia na casa de uma pessoa, olhar, ver como ela estava trabalhando, vê se estava trabalhando bem. Então por causa dessa chuva também a gente parou tudo. Mas nós íamos, no final de semana na casa de um, na casa do outro, conhecer a roça do cara, ver se estava trabalhando tudo certinho. Ai a associação foi boa por causa disso também, porque as vezes um precisava de uma coisa, o outro tinha, precisava de um aipim, as vezes o cara não tinha na hora, o outro tinha. E essas sessões são boas porque a gente se encontra todo mês. Ai esses produtos um vendia para o outro. Foi melhor a gente trabalhar assim em associação por causa disso.

Mas todos e todas ali se conheciam?

Nós já nos conhecíamos, mas nós não nos encontrávamos assim todo mês. E toda vez no final da reunião, um vende para outro uma banana, outro vende um aipim, um carvão, uma lenha, de tudo, de tudo a gente vende um pouco. Até ficou melhor para a gente trabalhar. A gente se conhecia mas tratava assim, até conversava, mas não esse negócio de serviço.

E quais seriam as atribuições da associação? Você tem noção da questão legal da associação, das questões de direitos?

Tem. Mas as vezes a gente não procura e não é interessado em direito. Só que para nós foi bom manter a associação, porque as vezes a gente precisa, não vai dizer que não precisa. Até a associação ganhou e vamos pegar da prefeitura um trator. Foi ganho um trator e quinta-feira nós vamos vir aqui pegar. Mas a gente vai passar para prefeitura, porque a associação é fraca também. Não sei se precisamos ou não precisamos de um trator, mas vamos deixar na prefeitura mesmo.

Vocês usam trator?

Usamos bem pouco. E tem gente lá que tem trator, então a gente pago uma horinha ou duas. E a prefeitura faz isso para a gente. A gente vai ali, faz o papel e eles vão lá a faz a terra para a gente.

A abertura das roças é feita com qual equipamento?

Motosserra. É roçado, passa a foice, depois com a motosserra.

E sempre foi assim?

Era machado antigamente. Depois passou para a motosserra. Aí era sofrido. Meu pai fazia com machado. Meus avós eu não cheguei a ver eles trabalhando na roça. Mas eles tinham.

E o que mudou antes e depois da associação?

Mudou muito. Mudou para a gente trabalhar melhor, trabalhar mais tranquilo. Hoje a gente trabalha mais tranquilo. E a gente apresenta a associação em qualquer lugar. A gente chega e fala que é da associação tal, assim. Já muda muito. Até aqui nessa feirinha, as pessoas perguntaram de onde somos, nós dizemos que somos de Três Riachos e que fizemos uma associação lá, aí nós entregamos o papelzinho e eles vão ler e gostam muito e já vai fazer dois anos né. Muita coisa.

E vocês estão aqui na EPAGRI fazendo essa feira a quanto tempo?

Olha não tenho nem ideia. Acho que vai fazer uns dois anos também. Acho que já, porque assim que saiu a associação nós começamos a fazer, depois de pouco tempo já começamos a fazer. E muda porque nós vamos pegando conhecimento, conversando com um, depois com outro e vai indo.

Como o senhor avalia esta prática deixada por seus antepassados? Como o senhor enxerga este processo na atualidade?

Eles passavam mais trabalho porque naquela época era tudo a mão. Hoje a gente já tem uma máquina que vai lá fazer caminho, já tem uma tobata para ir lá pegar a lenha, motosserra para cortar a lenha. Já mudou um pouco. É melhor de vender. Hoje tem quem compre. Já muda da gente trabalhar na roça por causa disso. Já podemos plantar porque sabemos que vamos vender.

Você sabe me dizer alguma história do tempo dos seus avós por lá? Algo que porventura você tenha escutado dos seus pais ou avós?

Sei que tem muita gente lá que nasceu fazendo isso aí e hoje ainda está fazendo isso. Para viver. É sua vivência. Nasceu trabalhando assim e seus pais ainda trabalham assim.

Você gosta de fazer roça de toco?

O serviço hoje é isso aí. Botar aquela roça e a gente trabalhar nela, porque a gente gosta de fazer isso aí. Já vem a muitos anos e todo ano tem o hábito de colocar aquela roça.

Seus filhos te ajudam na roça?

Eu tenho uma filha que estuda. Mas se eu tivesse mais eles poderiam estar na roça me ajudando, se eles quisessem. Mas a gente não sabe, porque "Ah, vou estudar porque é melhor". Então aí o cara vai falar o que, se quer estudar tem que estudar.

De que maneira você avalia a forma como vocês são tratados?

Parece que a gente era igual de mato, tinha medo de tudo e não podia mais trabalhar mesmo, não tinha jeito da gente trabalhar. Era com medo toda vida e hoje não. Hoje a gente trabalha contente porque não tem medo mais. Não é medo, é querer trabalhar e ir para lá com medo porque vou ser pego amanhã. E hoje não, hoje a gente coloca, já tem licença toda, certinho. A licença quem libera é a FAMABI, a Andrea assina a papelada para a gente. Aí o cara vai trabalhar tranquilo. E eles vão lá ver e vão fiscalizar. Além da FAMABI dar a licença e fiscalizar, tem a universidade que vai ver também e nós temos nossos associados que vão ver também. Então já tem 3 órgãos a olhar. Tem gente da associação que vai ver. Vai 4, 5, 6 pessoas. Para a gente fica melhor para trabalhar. Antes era cada um para si e deus por nós todos.

Depoimento da Agricultora E

A senhora também trabalhava na roça?

Eu trabalhava bastante.

Quanto tempo?

A vida inteira. Até agora a pouco tempo eu trabalhei. Agora que falaram que eu não podia trabalhar mais. Desde pequena. Eu tinha 12 anos apanhava café com os cafezeiros. Com 12 anos também cuidava das irmãs menores para a mãe ir para a roça. E quando ela não ia eu é que ia para a roça.

Seus pais também trabalhavam na roça?

Todos eles trabalhavam. Nós nos criamos na roça e nossos avós também eram da roça. Nós não saímos para estudar.

Mas seus pais vieram de onde?

Daqui mesmo. Meus avós nasceram aqui e meus pais também. Tem gente que nasce em outra banda e vem para cá. Nós não. Eu nem morava aqui (No local onde moram a agricultora C e o agricultor D), depois que eu casei que eu vim para esse pedaço de terra aqui. Mas eu morava lá na outra estrada. Mas meu pai comprou um pedaço de terra aqui, na rua velha, e nós viemos para cá.

Você teve contato com seus avós?

Meus avós eram ali da outra rua. Nós é que viemos para cá. Meu pai comprou um pedacinho de terra, fez uma casinha. Depois vendeu para meu marido um pedacinho de terra e foi mais lá para fora, lá para ponta, perto de um irmão que eu tenho ali, o Seda. Quando ele era pequeno a mãe dizia que ele tinha um cabelo muito branquinho, daí ficou o apelido. Ele está muito doente. Tem dia que ele não pode nem conversar. Tem um remédio que ele toma, que as vezes ele melhora. Mas tem hora que ele fica cansado que ele nem anda. Ele tem doença no pulmão.

Ele fazia carvão também?

Não. No nosso tempo não era carvão. O carvão veio de um tempo para cá. No nosso tempo era muita roça. Plantava mandioca, plantava milho, plantava feijão. Nós só fazíamos serviço assim de roça e fazia farinha. Nós tínhamos um engenho de farinha. Engenho de cana, nós plantávamos cana e fazia açúcar. De primeira, ninguém trabalhava no carvão. Carvão é de uns mais novos para cá. Mas os mais velhos eram só da roça. Tem bastante que só trabalhava na roça.

Até hoje tem gente que só trabalha na roça?

Agora não, porque os velhos estão se acabando e os novos não tem mais a roça. Mas esses mais velhos mesmo, são só da roça. Trabalhavam só na roça.

Você gostava de trabalhar na roça?

Gostava. Tinha plantação de arroz. Agora não custa a gente fazer uma coisa assim, mas antes era tudo no braço. A gente pegava um pedaço de terra, semeava o arroz, os banquinhos de arroz e batia com a enxada, para os passarinhos não comerem. Agora não, tem trator, tobata, tem tudo. Quando nós

fazíamos farinha, era com boi, colocava o boi no engenho e fazia a farinha. Agora de uns anos para cá e que foi fácil. Colocou tudo a luz, com motor. Raspar a mandioca, a gente raspava tudo a mão, agora não. Toda vida a gente fez isso, fazia até serão, trabalhava de noite, para dar conta do serviço. Se não a gente não dava conta do serviço. Nós trabalhávamos na roça e teve uns anos que meu marido deu de fazer feira, porque a gente para vender era muito trabalho, porque tinha que vender para quem fosse revender, então não dava quase lucro nenhum. Eles também tinham que ganhar um pouquinho, então pagavam pouco. Então ele comprou uma Kombi e levava lá para o estreito, lá para a cidade. E daí vendia melhorzinho. As vezes a gente não tinha a mandioca toda para fazer a farinha e tinha que comprar. Os outros plantavam e vendiam para nós.

E era só mandioca ou plantava mais coisas?

Plantava de tudo. Plantava cana para fazer o açúcar, plantava feijão, plantava milho. Tinha muitos que só trabalhavam na roça e só vendia. As vezes não tinha uma condição para levar lá para baixo para vender, nós que tínhamos uma Kombi para fazer feira. O pessoal de primeira era muito trabalho.

Hoje está melhor?

Acredito que está. Mas também tem tanta coisa, precisa um papel para uma coisa, precisa de papel para outra coisa. De primeira não havia nada disso. De primeira a gente pagava o pedacinho de terra que a gente tinha e tinha que pagar imposto. Todo ano, todo ano a gente tinha que arrumar dinheiro para pagar, se não pagasse era ruim. Mas hoje em dia não, hoje em dia ainda tem que pagar e ainda é um sacrifício. Porque quaisquer coisinhas estão ficando com o terreno da gente.

Está chegando o asfalto aqui?

Está chegando lá fora, para nós aqui nunca chega. A prefeitura é fraca também. Quem arruma essas coisas é no governo.

Mas agora não está em evidência aqui? O prefeito estava na reunião hoje, o Secretário da Agricultura.

Prometer é fácil. Fazer é que é difícil. O governo não ajuda muito. Implemento eles não querem dar. Vou prometer uma coisa para ti, mas se eu não tenho dinheiro. Os coitados prometem, mas também não podem fazer porque os outros não ajudam.

Antigamente comprava muito menos então?

Comprava menos. As estradas eram muito ruins, porque as primeiras estradas eram piores do que agora. Para vender as lavouras que a gente colhia era um sacrilégio. Com carro de boi, carroça, ia vender em Bíguaçu. Então por isso que esses mais novos já não fazem força para trabalhar na roça. Querem sair porque da muito trabalho. Nós quando trabalhávamos na roça, nunca que pensávamos que um dia ia passar o ônibus na frente da casa da gente, nunca. Então está

melhorando. Agora quando a gente era nova, nosso serviço era ruim. Pessoa ficava doente e era um sacrifício para chegar ali em Biguaçu.

Como fazia quando ficava doente?

De primeira, quando eu era pequena, levava a gente na carroça tocada a cavalo. Ia dando aqueles socos, chegava lá embaixo quase morto. E levava tempo. A mãe que sempre dizia, coitada, que lá para cima ainda tinha mais gente longe, a mãe dizia que morria as pessoas doentes, eles colocavam em uma padiola, colocava dois paus assim bem grandes e um pano no meio, colocava a pessoa ali dentro e iam 4, 2 na frente, 2 atrás, descendo com as pessoas. As vezes chuva, chuva. Hoje em dia é coisa mais fácil. Se a gente for contar mesmo, porque os velhos mais antigos é que contavam para a gente. Agora no nosso tempo já foi melhorando, porque já tinha a carroça para carregar. Mas de primeira só tinha a padiola. Carregava os doentes assim e colocava dentro da padiola e carregava.

E todo mundo se conhecia?

Sim. Uns ajudavam os outros. Quando estava as pessoas assim doentes, ou se os mais velhinhos morressem, os mais novos ajudavam. As vezes era um parente, ou um pai, uma mãe morreu, mas se também fosse mais velho e doente, daí pedia aos outros para ajudar. Aí eles faziam a padiola e carregava.

E tinha índio aqui?

Não. Não. A mãe sempre dizia que não sei se era meus bisavôs, que eram bugres. Então ela dizia que nós tínhamos parentes bugres. Mas eu não conhecia. Para mim isso é até diferente. Nem minha mãe conhecia. A mãe dela ou o avô dela que dizia. Aí ela dizia para nós. A mais preta sou eu, então meus irmãos quando a gente encravava, eles diziam "Tu é ruim mesmo, porque tu é bugra". Os bugres são gente perigosa. Aqui as vezes a gente vai na festa lá nas Fazendas, lá em Sorocaba, aparece algum. Assim com as instrumentas a gente acha que é, mas eles não conversam com a gente, não chegam perto, é só com a malhada deles. Vão com a família. Só que a gente não conhece, porque eles moram assim no mato. É uma gente brava, que não gostam da gente. Hoje em dia já não é tanto, porque hoje em dia as pessoas não vão muito no mato nem nada, mas de primeira se uma pessoa chegasse lá onde eles trabalhavam diz que eles brigavam. Diz que eles eram ruins.

E a tua mãe vivem até quantos anos?

Ela tinha 80 e poucos anos. Toda a vida trabalhou na roça. Ela morava com a mãe dela, porque o pai dela morreu ela era bem pequena, tinha 5 ou 6 anos só.

Você não chegou a conhecer então seus avós?

Não. Ela era bem pequena quando o pai dela morreu. As duas moravam em uma casinha e trabalhavam na roça, as duas, para poder viver.

E o teu pai também?

Sim. Até ficar bem velhinho também. Morreu com 90 anos. Todos dois, eram bem velhinhos. Mas ele ficou muito tempo sem trabalhar na roça, porque deu uma doença, deu um tombo e saiu os quartos do lugar. Andava com a perna arrastando. E a gente falava para levar lá embaixo, porque tinha mais recurso. Morreu com aquela perna assim. A gente trazia remédio, mas ele não tomava. Agora qualquer coisinha estamos no hospital. Mas ele não ia.

E a roça naquele tempo era diferente?

Era. Agora mesmo teve uns tempos que a gente trabalhava na roça sempre com medo. Hoje em dia para queimar um carvão era um sacrifício. Mas de primeira não havia nada disso. Botava a roça onde a gente queria, quem tivesse um pedacinho de terra. As vezes a gente não tinha, pedia aos outros e os outros davam, uma rocinha para depois pagar. Mas agora teve um tempo bem ruim para trabalhar na roça.

Depoimento do Agricultor F, Agricultora G e Agricultora H

Agricultora G - Nós de primeira, eu não sei lê, tu não sabes lê (falando do irmão), mas ninguém perguntava por isso.

Agricultor F- Como é que nós sem estudar, e ainda vem gente estudada para nós ensinar.

Aqui a gente se conhece é tudo por apelido.

Agricultora G - Só quem me chamava pelo nome é o Andrada.

Agricultor F- Mas eu morava ali embaixo, eu ia lá para Fazendas. Lá para perto do Paulo (Pai do atual presidente da Associação), para plantar arroz lá. Sempre plantávamos arroz na enxada.

Mas o senhor nasceu aqui?

Agricultor F - Eu nasci ali embaixo. Nós todos nascemos aqui.

Agricultora H- A gente nasceu aqui, mudamos ali mais pra baixo, perto da igreja. Daí compramos aqui e viemos. Fomos todos criados junto.

Agricultor F - Nós saíamos daqui íamos lá para trás do morro trabalhar. De pé. Aquele morro que o agricultor D trabalha, nós não saímos dali com roça.

Mas teus pais também eram daqui?

Agricultor F - Eram. Papai nasceu ali embaixo.

Então ninguém veio de fora?

Seda - Não.

Agricultora H - Tudo família daqui. Eles dizem, mas nós não sabemos, que minha sogra puxava outra marca de família (era indígena). Minha sogra tinha orelha bem grande, até um dia fui com ela no médico e ele perguntou assim para

mim, "Que família que a senhora é?" E a minha sogra não soube responder. Também não sabia ler e não soube responder. Aí eu perguntei porque ele estava perguntando aquilo. E ele disse "Estou perguntando da raça da pessoa", porque tem muita marca de pessoa que da para ver pelo nome.

Agricultora G - A minha avó, de certo era o pai dela ou a avó dela, que era índio. Para nós, de certo não ficou nada.

Agricultora H - Sempre fica um pouquinho de sangue.

Mas vocês não ouviram algo a respeito disso por seus avós?

Agricultora H - Não.

Agricultora G - Ouvi essa da mãe.

Agricultor F - A minha vó, a mãe da mãe, tenho uma lembrancinha nela. Pouca coisa. Agora o pai de papai, eu conhecia bem, tanto que quando ele estava se acabando, ele disse: "Papai eu quaria comer uma matã (não tenho certeza) ensopado", era sábado de aleluia. Meu pai foi comprar o matã. Quando ele voltou já não adiantava mais.

Mas a roça que vocês faziam naquela época é diferente de como é feita hoje?

Agricultor F - Não é diferente. O saber plantar manda muito. Porque também tem outra, qualquer um diz assim "Ah, eu sei plantar melhor que tu". Tem gente que gosta de pegar o pau da rama e colocar a raiz, outros já gostam de levantar mais o pau da rama um pouco, outros fazem a cova bem frouxa, outras já deixam mais emplotado. Porque quando não tem que dar mandioca boa, tanto em um jeito quanto em outro da. Antigo João Pindote dizia que era para plantar a rama no vazante, no enchente a raiz dava mais longe da cepa.

Agricultora G - Planta arroz, plantava feijão, plantava milho, plantava cana.

Agricultora H - De tudo que era para nós comer nós plantávamos. Só coisas de verdura que a gente não plantava.

Agricultor F - Nós estávamos fazendo farinha, o marido dessa (se referindo ao marido da Agricultora G), porque no sol quente eu não afrouxava, agora no frio eu era mais frouxo um pouco. Ia também, mas frouxava. Ele ia arrancar mandioca, naquela costa de baixo lá, colocava uma luz no pau de rama, arrancava aquela malha e botava para gente. Quando estava de dia e a gente estava cavando.

Agricultora H - Porque o serviço era demais. Tinha que trabalhar de noite.

Agricultora G - Hoje em dia está fácil de trabalhar e ninguém quer trabalhar.

Agricultora F - Hoje ninguém trabalha.

Agricultora H - Esses filhos de Niquilano trabalham bastante. Esses alemães mais novos não têm mais nenhum aqui que trabalhe. Está tudo estudando. Tão indo tudo embora.

Agricultora G - Esse pessoal novo, se não for estudo. Porque não tem a roça. Porque a gente que é velho vem da roça.

Agricultor F - As vezes no tempo da plantação da rama, dizia assim, estamos no tempo da flor do espinho, então vamos botar uma roça para queimar, e depois

famos plantar a rama de flor do espinho. Que daí a mandioca nascia melhor. E outros já não.

Agricultora G - Hoje em dia está tudo diferente. Botava uma roça onde queria. As vezes estava dentro da roça, ia cavando com a enxada, ia vindo arroz, os passarinhos iam ajudar.

Agricultor F - Na roça, tinha outros lugares que a gente colocava nesse banhado.

Agricultora G - As vezes nós descíamos para ajudar o João dossino, em Santa Catarina (Um lugarejo na região), a pasta de pântano pegava na enxada e fica pesada, que a gente nem conseguia levantar. Hoje em dia está fácil.

E como era a volta da mata nativa?

Agricultor F - Uns plantavam. Uns plantavam madeira. E outros não plantavam e só vinha aquele capim graxa. Tem gente que diz que a madeira acaba com a água, outros dizem que tem que ter a madeira para ter água. Quando compramos um terreno ali, tinha água nascendo. Agora de uns tempos para cá acabou essa água. Naquele tempo era só capim de cheiro e agora só lenha.

Agricultora G - Agora me admira isso, onde tem água não se enche de mato, para não secar água. De primeira a água varava assim e era roça de um lado, roça de outro.

Agricultora H - As vezes varava água dentro da roça. No valinho assim.

Tinha eucalipto naquela época?

Agricultora F - Não.

Agricultora H - Não tinha eucalipto. Eles plantavam desse ingá.

Agricultor F - Ingá macaca. Depois que veio esse maracatinga, a gente botava uma roça, quando a gente colhia a roça o maracatinga estava vindo. Era uma lenha mais pesada. É uma lenha boa.

Então vocês pegavam maracatinga também?

Agricultor F - Já. Já plantamos. A primeira maracatinga que foi plantado aqui veio lá da Guimara. Papai arrumou uma caixinha de fósforos lá, com semente de maracatinga para plantar aqui. Se nascesse um pé, pronto, enchia o terreno.

Agricultora H - O vento carregava a semente longe também.

Agricultor F - Se plantar a rama, maracatinga fecha. Tenta arrancar e não da. Maracatinga toma a roça. Tem que arrancar para crescer outro. Se não fica tudo miudinho.

E carvão?

Agricultor F - Carvão não se vendia. Lá quando se fazia carvão, era esses colonos da serra, do morro, bem lá para cima, em Amâncio. Eles usavam a lenha, pegava colocava fogo, saía de dentro para puxar o barro para fora. Fazia no Chão. Era bem diferente do que é hoje.

Agricultora H - Aquele bagaço a gente carregava, para transformar a terra.

Agricultora F - Eu não cheguei nesse tempo, mas o papai chegou no tempo de colocar a cana para fazer o açúcar e o bagaço no mato, porque ele já andava com medo. Porque houve uma guerra ali. Então, era tudo escondido.

Agricultora H - Até o próprio sal, a gente tinha que esconder embaixo do assoalho. Porque se tivesse, chegava e carregava da gente. A gente ficava sem. Não podia ter nada demais dentro de casa.

Agricultor F - Tu acha que é pertinho daqui a Biguaçu (São quase 20 Km)? É longinho. Mas quantas vezes nós fomos de pé em Biguaçu e voltava. Porque não tínhamos dinheiro para pagar. Não tínhamos condição. Era atolado até aqui (Faz um sinal com a mão marcando na altura do joelho). Quando a mãe de João Basílio faleceu, eu fui lá na limeira de carro de boi buscar. Era só banhado.

Agricultora G - Quantas vezes eu fui a pé daqui a Biguaçu.

Agricultora H - A gente calçava os calçados lá na ponta. Lavava os pés na beira do rio. Isso em 1944, 1945. Eu nasci em 1938.

Agricultor F - Eu já fui a Barreiros de pé e voltava.

Agricultora H - As vezes ia no Centro (Centro de Florianópolis). Sai daqui de manhã, ia no centro e voltava de noite. Chegava em casa 22, 23 horas da noite.

Agricultora E - Eu me lembro quando era pequena, eu era bem amarela, bem doente. Meu pai ia lá para cidade, lá para o estreito, mais a mãe e comigo no colo, atrás de remédio. Se tivesse uma condição, mas ninguém tinha dinheiro para pagar.

Agricultor F - Sábado eu fui em um lugar e encontrei um homem e ele disse: "Você não é estranho para mim". Eu falei, "Você também não é estranho". Ai eu disse que já tive lá umas duas vezes, mas eu era um rapazote novo. Ele disse "E como é que a gente se conheceu então?". Sabes de onde é, lá em Pinheiral. Nos já comemos até junto de tanto que fazia que eu não via mais ele.

Agricultora G - A valência é o que a gente ganha do governo (aposentaria).

Agricultora H - Se não fosse isso a gente já tinha morrido de fome.

Agricultor F - Agora nós vamos ganhar 700 e pouco.

Agricultora H - Se não fosse esse trocadinho que nós ganhamos agora, para comprar um remédio, credo.

Agricultora G - Quando eu era nova nós não tínhamos dinheiro nem para comprar roupa para vestir.

Seus pais chegaram a pegar a aposentadoria?

Agricultor F - Chegou. Papei pegou.

Agricultora G - Meu pai não. Minha mãe se aposentou. A gente também era honesta, não mexia em nada que era dos outros. Quando não tinha dividia com o outro. Era assim. As vezes não tinha um feijão, então dividia.

Essa troca acontecia mais antigamente ou acontece hoje também?

Agricultor F - Hoje é diferente. É mais difícil isso acontecer. Hoje em dia é mais em família. Dos vizinhos assim, não tem tanto.

Agricultora G - A gente era pobre, mas tinha mais pobres que a gente. A gente ia na casa da pessoa e ele reclamava, tudo que a gente tinha a gente dividia com eles.

Agricultor F - Agora vou te dizer uma coisa, hoje em dia não tem ninguém pobre.

Agricultora H - O velho é aposentado e tem esse pouquinho para comer. Mas de primeira não.

Agricultor F- De primeira a gente dormia no chão. Isso aqui era de chão (aponta para o assoalho da casa). Se ainda tinha uma madeirinha, dava graças a deus.

E porque a vida melhorou?

Agricultor F - Melhorou porque o pessoal de primeira plantava muita rama. Não dava para vender. Ai a gente ia pegando na venda, quando fazia um dinheiro levava para eles. Eu comprei muito tempo na venda que tinha aqui, agora não tem mais, mas antigamente tinha venda forte aí. Eu nunca fui comprar um quilo de carne que não vendesse. Vendia fiado para pagar depois. Mas também quando tinha um trocadinho ia lá pagar. Virava o mês.

Agricultora H - Nós nunca saímos daqui de Biguaçu para vender. Mas no tempo dos meus pais, eles iam a Biguaçu vender de carro de boi. Banana, lenha rachada, farinha, açúcar grosso. Levava tudo para vender em Biguaçu.

Agricultor F - Aqui tinha um rapaz, já faleceu, ele vendia um caminhão de banana, uma F600, todo mês. Hoje em dia não dá mais. Só indo lá para baixo para vender lá no centro.

Agricultora H - Os bananais também se acabaram. Acabou-se tudo. Aqui, naquele grotão ali, era só bananal.

Agricultora G - As da agricultora C ali, não tem uma gota de remédio. Essas do mato. Muita gente não compra a banana lá debaixo. Compram a banana da agricultora C. Muita gente aqui não gosta de dar para criança pequena, porque dizem que faz mal. Ainda hoje passou um médico ali que disse que a gente come mais veneno, do que assim coisas que não tem veneno.

Agricultor F - Eu estava ali deitado e o carro veio antando do morro, eles cortam toda a semana.

Quem ensinou a vocês fazerem roça?

Agricultor F- Os pais. Os avós. Papai já foi criado disso. E eles aprenderam com os pais deles. Não tinha diferença no modo de fazer. O fazer é a gente caprichar.

Agricultora G - Um trabalhava no princípio e os outros iam aprendendo a trabalhar atrás daquele. Sempre olhando.

Agricultor F - Esses dias um rapaz aqui debaixo falou que ia vir aqui com uma caixa de mandioca para eu ensinar ele a fazer a farinha. Porque esse rapaz do Paulo (o filho é o presidente da associação) vende essa farinha dele, porque é uma farinha caprichada. Todo mundo aí está fechando na farinha. E se você vai fazer uma farinha assim começando numa lavoura, você fez uma primeira carrada de mandioca e fez uma farinha bem boa, você agarrou o crédito daquilo.

Agricultora H - Tem uns que já fazem uma farinha mole.

Agricultora G - mas porque ele faz a farinha assim, porque ele aprendeu com o pai. Ele viu o avô e o pai fazer, daí foi fazendo.

Agricultor F - Eu nunca fiz, eu não aprendi, mas o pai fazia. Tinha que secar a massa, tinha que deixar certinho para secar, para sair a água parelho. Tinha que um ficar ceivando e o outro ficar empresando. Naquele tempo a gente arrancava, chegava em casa raspava, ceivava, tinha que empresar, para no outro dia foiniar.

Agricultora H - Naquele tempo era tudo raspadinho na mão. Tudo a mão. Lavava a mandioca toda, depois ceivava aquela mandioca, depois prensava, muitos lavavam aquela massa para fazer o povulho. Nós lavamos muito.

Agricultor F - Você vai fazer a farinha, lavou a massa toda, a farinha fica ruim, tem que lavar um pouco. Fazer a farinha e vai foiniar, a massa estando mais mole, a farinha é mais doce (ou boa), só é mais enjoado de foiniar, se a massa é mais seca, aguenta mais fogo.

Agricultora H - Tinha que limpar bem a beira da roça, não deixar aqueles cisquinho entre as roças. Aqueles pauzinhos tinham que tirar tudo, tinha que capinar.

Agricultor F - Hoje em dia aqui ninguém mais sabe fazer uma farinha, um açúcar.

Agricultora H - Talvez o De, os rapazes do Tilano, o João da Vina, mas tiando esses mais ninguém aqui dentro sabe. Ali nos Canudo tem alguns ali também que sabem. O Pedro Paulo.

Agricultora G - O melado tem que tirar um pouco antes para o açúcar qualhar. Isso a gente foi aprendendo na prática. Fazendo.

Agricultor F - De primeira a gente fazia a cachaça. O papai falava que naquele morro ali, virado para o sol, uma lata de melado dava uma lata de cachaça.

E os seus avós também aprenderam com os pais deles também?

Agricultor F - Sim. Eles contavam.

Agricultora H - Muitos, coitados, que trabalhavam na lavoura dormiam dentro do engenho mesmo, porque não tinha casa.

Agricultora G - Nós iam para escola lá em São Patrício. Lá que tem aqueles campos para cima, e chegava em casa ainda íamos para a roça trabalhar. Nós passamos muita coisa. E nossos pais e nosso avós também.

Agricultora H - Os avós passaram pior que nossos pais ainda. Nossos pais passaram pior do que nós.

Mas eles reclamavam? Eles falavam algo sobre morar aqui?

Agricultor F - Reclamavam. De morar aqui e trabalhar como trabalhavam não. Nunca reclamaram disso. Eles gostavam de morar aqui. Hoje está diferente aqui. Antigamente podíamos deitar e as portas tudo aberta.

Agricultora H - Eles gostavam de fazer o que eles faziam.

Aumentou o número de pessoas que moram aqui?

Agricultor F - Olha, aqui de primeira tinha muita gente. E hoje em dia tem muito empregado. Muitos foram embora.

Agricultora G - Mas também vieram muitas peças ruim morar aqui. Só para fazer mal.

Agricultora H - Os pais morreram e os filhos venderam os terrenos.

Eles começam a contar várias histórias sobre violência e assaltos que estão acontecendo recentemente na região.

Mas antigamente então tinha mais gente que trabalhava na roça?

Agricultor F - Sim. Aqui era tudo na roça. Não se empregava ninguém.

Antigamente também as famílias eram maiores, não?

Agricultora F - Sim. Todo mundo trabalhava na roça. Meus filhos todos trabalharam na roça.

Agricultora H - Os dois mais moços não trabalharam. Mas os outros trabalharam. Trabalharam com a gente, depois que eles casaram não. A Bila é da marca (Idade) da agricultora C.

Agricultor F - Põe um machado ou uma foice do lado da Bila. Não tem diferença entre homem ou mulher.

Agricultora H - A Bila não tem medo de cortar de motosserra com homem nenhum. Ela mesmo diz.

Agricultor F - Mas o meu machadinho está ali. Minha foice está ali. Está tudo ali guardado.

Agricultora G - Eu gostava mais de ir para a roça do que ficar em casa. Minha sogra era toda vida na roça e ela que puxava meu sogro para ir. Meu sogro era mais ruim para ir.

Não fazia carvão, mas e a lenha que sobrava, fazia o que?

Agricultor F - Fazia farinha, fazia açúcar e também usava no fogão a lenha.

Agricultora H - É bem mais gostoso a comida feita no fogão a lenha. Tem mais sabor. Mais leva mais tempo para cozinhar. Quando a gente era nova, não tinha pão e nem tinha dinheiro para comprar pão. Não tinha nem padaria aqui, só em Biguaçu. A gente também não tinha dinheiro para comprar nada. Me lembro de minha mãe pegar umas sacas de trigo, pintar e fazer roupa para nós vestirmos. Mas a farinha e o açúcar sempre tivemos. Farinha, açúcar, feijão. Sempre tivemos para comer.

Quase todas as famílias tinham engenho então?

Agricultor F - Sim. Agora tem o que, dois, aqui. Aqui só tem dois. Do Dê e do Tilano.

(Inicia-se uma discussão entre os 3 para lembrar quantas famílias ainda possuem engenho na região).

Agricultora G - Hoje devem ter uns 5 no máximo, mas antigamente todo lavrador tinha seu engenhosinho de farinha.

Porque acabaram os engenhos?

Agricultor F - Porque as famílias saíram para outros empregos. Ninguém trabalha mais na roça.

Agricultora G - Os moços foram trabalhar para fora e os velhos foram tudo morrendo.

Esposa - A família foi tudo acabando assim.

Agricultor F - Nós temos uma filha que trabalha na roça, que é a Bila. Tem a Salete que as vezes mexe aqui em casa, mas já foi empregada. A cida, mas não pode mais também. O Vadinho (Orivaldo) trabalha, o marido dela, mas ela não pode mais. O vadinho planta rama. Ele ranca e o rapaz do Tilano faz a farinha para ele.

Agricultora G - Agora é que não custava gente para trabalhar na roça por causa da luz, porque de primeira era tudo tocado a boi e a mão.

Agricultor F - Esse meu genro comprou lá um terreno e disse que vai pra lá, porque não aguenta mais morar na cidade. Não aguenta mais barulho. Quando ele se aposentar mesmo ele disse que quer ir para lá e mexer em tudo um pouco. Ele também tem esse cansaço que eu tenho. Diz que agora está melhor, mas não está totalmente bem ainda não. No sábado nós fomos lá e eu disse para ele que agora ele tem que medir o terreno, para por tudo na escritura. Já deu 100 mil em dinheiro, e agora que passar o outro mês, vai dar os outros 100.

Existe um calendário de plantio?

Agricultor F - A gente planta em novembro e dezembro. Mas eu tenho um cunhado, que deu uma chuva e ele plantou em janeiro. As vezes está fazendo uma roça virada para o sul, o bom é virada para o norte. Tem que fazer a limpeza, para vir a mandioca. Mas o importante é plantar no enchente e colher no vazante.

Transcrição do depoimento do Agricultor I e da Agricultora J

Agricultor I - Eu tenho 71 anos. Nasci aqui em Três Riachos, no pé do morro. Meus pais também nasceram aqui, minha mãe em Três Riachos e meu pai aqui embaixo, onde tem um campinho de futebol (Fazenda de dentro).

Agricultora J - Tenho 68 anos, nasci em Fazendas também, no pé do morro, na várzea.

Eu gostaria que vocês falassem um pouco da origem da família de vocês. Um pouco das histórias relacionadas a elas. O que vocês lembram a respeito. Contar sobre a vivência que vocês tiveram com eles e da vivência deles aqui na região.

Agricultora J - Meu avô Juvenal morreu quando eu tinha 16 anos. Ele era novo ainda, não era muito idoso. A gente vinha de longe pegar remédios homeopáticos na casa dele. Ele tinha um livro e de lá ele fazia os remédios que ele dava para o pessoal. E assim que eu lembro dele, só tinha 16 anos. Ele comprava as ervas em uma farmácia em Florianópolis. Era a farmácia de João

Bernardo. Até pouco tempo ainda existia essa farmácia lá, mas agora acho que já trocou de nome.

A mãe da minha mãe eu não conheci, porque ela já faleceu quando ela (a mãe da agricultora J), era pequenininha. Eu conhecia depois a madrastra dela e convivi bastante tempo com ela.

O Pai do meu pai eu cuidei dele até a hora da morte. Eu já era mulher e fui para lá cuidar dele. Ele ficou 4 anos na cama e eu fiquei cuidando dele até o final da vida dele. Minha vó viveu uns 5 anos após a morte do meu avô. Depois que eu estava casada e tinha 4 filhos, quando eu ganhei o quinto filho ela faleceu.

Agricultor I - Meu avô, eu não conheci muito porque tinha 12 ou 13 anos quando ele faleceu. Tenho lembranças, mas não tantas assim. Minha avó quando morreu eu tinha uns 20 e poucos anos. Ela faleceu ali em casa. A gente ia cortar banana nos Canudos pela manhã e voltava a noite, daí minha mãe levou café para ela no quarto, quando minha mãe voltou para pegar a louça ela estava caída na cama. Eu chamei meu tio Antônio Schimit que morava perto e ele foi lá e perguntou o que minha mãe queria. Perguntou se ela queria que o padre viesse vê-la (a avó do agricultor I). Ela respondeu que sim, então peguei a bicicleta e fui a Biguaçu buscar o padre. Falei para o Padre Rodolfo, Ele veio. Quando chegamos aqui na Fazenda no morro, ele veio de jipe, ele veio até mais em cima um pouquinho, como eu vim de bicicleta demorei mais um pouquinho, quando eu cheguei no pé do morro ele começou a benzer. Voltei com o padre Rodolfo, deixei a bicicleta no mato e voltei com o padre Rodolfo.

Meu avô morreu quando nós já estávamos cassados, tem tempo. Vivi muito com ele, porque nós cortávamos bananas juntos e eu parava muito na casa dele final de semana eu ia para lá. Tinha minha tia lá, que era dois anos mais velha do que eu e nós fizemos a primeira comunhão juntos, reza juntos.

E sobre a origem deles, de onde eles vieram?

Agricultor I - O meu avô nasceu aqui. O meu bisavô veio da Alemanha.

Agricultora J - O meu avô nasceu aqui em Três Riachos. Mas o bisavô de meu avô era bugre. Isso era o que meus avôs contavam.

Eles também trabalhavam com as mesmas práticas que vocês?

Agricultora J - Toda vida. Fomos criados neste estilo. Antes todo mundo tinha seu engenho de farinha, engenho de açúcar. O engenho de açúcar do meu avô funcionava o ano inteiro, porque era o meu avô, meus tios, os sobrinhos deles, todo mundo fazia açúcar naquele engenho. Então um terminava e o outro começava. O ano inteiro o engenho funcionava. Naquela época o ganho era o açúcar mascavo e bacana. Naquela época nós nem conhecia esse açúcar branco.

Agricultor I - Igual a lenha. A lenha era vendida para Florianópolis para o pessoal fazer comida. Lenha rachada. Não existia gás. Pode ser que os mais ricos poderiam até ser diferente, mas o restante usava lenha daqui.

Isso em qual período?

Agricultor I - No tempo em que nós éramos moço.

Agricultora J - Com 18 anos eu rachei meu pé com o machado rachando lenha. (Ela ri) tenho meu pé marcado até hoje e posso mostrar para quem quiser. O machado estava com uma ponta no chão e eu estava cuidando dele (do avô dela), do meu avô, porque ele estava na cama e o meu pai colocava a lenha lá perto da casa dele para nós rachar para nós não sair para longe, porque ele estava muito mal (o avô). Então nós achávamos a lenha ali e eu coloquei o machado para rachar o pau de lenha e coloquei o pé embaixo do picador, como a gente dizia e o machado escapou de lá e veio no pé e abriu o pé no meio.

Agricultora J - Quando chegou ali nos 25 anos, mais ou menos, acabou a lenha rachada e não tinha mais venda, porque daí veio o gás. Quem era da roça tinha pouca lenha e o pessoal da cidade tinha o gás, porque era mais simples para eles.

Vocês cortavam a lenha e depois rachavam ela?

Agricultora J - Nós cortávamos uma tora mais ou menos assim (Ela mede uma distância de aproximadamente 25 cm com as mãos).

Agricultor I - Era 25 centímetros mais ou menos, era mais ou menos isso aqui (ele também mede uma distância com as mãos). O maior que tivesse era uns 30 centímetros.

Agricultora J - Daí era feito um molinho com 50 rachinha daquela e amarrava com cipozinho, apertava ela e depois ainda colocava umas achinha ali debaixo e batia com um outro pauzinho para apertar bem, depois o caminhão levava para fora.

Essa lenha vocês plantavam?

Agricultor I - Não. Era tudo nativa.

Agricultora J - Era como a gente faz hoje.

Agricultor I - A lenha aqui hoje também não é plantada.

Agricultora J - Ela nasce da natureza.

Agricultor I - Esses dias até passei por lá e fiz uma capina, mas não tinha quase madeira nenhuma ainda nascida. Mas esses dias tinha um jauqatirão de uma altura assim (mede com o braço mais de um metro).

Agricultora J - As nativas nascem por elas mesmas. Os passarinhos.

Agricultor I - Aquele capoeirão lá (aponta um local com o dedo) tem madeira desta grossura (faz uma circunferência com os braços). Aquele lá não deve ter nem 25 anos. Quando eu vim para cá, meu tio demorou um pouco para botar a roça.

Bracatinga tem também?

Agricultora J - Bracatinga minha acabou quase tudo. Porque quando eu tinha maracatinga eu plantei um pouco de eucalipto. Uns pedaços. Se você lembra, na entrevista (Entrevista que entrou para o documentário realizado pela EPAGRI sobre roça de toco) eu disse assim "eu plantei eucalipto porque eu não podia mais derrubar as nativas". Era como eu poderia continuar trabalhando aqui, porque nós dependemos da terra, da roça da lenha. Se nós não podemos

derrubar como nós poderíamos viver aqui. Não dava mais. Então eu tinha que procurar uma coisa que desse para nós usarmos. Se podia derrubar eucalipto, então, mudei para eucalipto.

Agricultora J - Teve uma época que o governo até dava um troco (dinheiro) para alguém que plantasse eucalipto. O governo Estadual pagava. Nós por exemplo não ganhamos porque tinha que ter uma certa quantidade e daquela quantidade em diante ele dava um dinheiro, não sei mais porque já fazem uns 12 ou 15 anos. Foi no governo Amin, que ele pagava uma quantia para quem plantasse o eucalipto. Até teve uns colegas nossos aqui que plantaram e ganharam.

Agricultor I - Era para fazer reflorestamento. Agora hoje não querem mais eucalipto.

Agricultora J - Hoje não querem mais que plantem. Já foi proibido. Não querem que plantem mais em lugar nenhum, mas naquela época incentivava para a gente plantar.

Agricultor I - E a outra roça lá que eu tinha muita maracatinga, que é de 4 anos, eu inventei de plantar palmito, aí plantei por baixo um pouco. Eu plantei a semente e arranquei a mandioca no verão porque o mato estava comendo tudo. Aí o sol bateu no palmito, de vereda, porque ele estava acostumado na sombra porque o mato estava fechado. Daí matou as mudas. E tinha acabado com as maracatingas por causa dos palmitos, eu queria deixar a terra limpinha para plantar o palmito.

Mas os seus avôs e seus pais trabalhavam da mesma forma que vocês trabalham hoje?

Agricultora J - Da mesma forma. Só que naquela época a lenha que era tirada para rachar, mas quando era uma coivara que tinha muita madeira, ela se perdia tudo lá no mato porque ninguém nem tirava, porque não tinha serventia para nada. Ficava lá e se perdia. Meu avô e meu pai tiravam muito por causa do engenho de açúcar, então queimava muita lenha, ele inclusive colocava umas tormentas embaixo da fornalha para queimar. O engenho funcionava dia e noite, tinha vezes que que chegávamos de tinha e já tinha queimado o açúcar porque o fogo já estava trabalhando a muito tempo. Tinha muito fogo embaixo e o pessoal deixava, mas quando chegava de manhã já estava tudo em pasta, lá dentro.

Agricultor I - Meus primos aqui, ele fazia muito isso também. Ele colocava fogo segunda-feira a noite e tirava sábado de noite. Quatro cargas todo dia, todo dia.

E o que aconteceu com os engenhos?

Agricultora J - Foi proibido porque todo mundo tinha que registrar.

Agricultor I - Desde que pararam de colocar açúcar no café, foi acabando com a produção aqui. O pessoal começou a usar açúcar branco e o no café não colocavam mais.

Agricultora J - A fiscalização também foi forte aqui. Era preciso por azulajo nos engenhos, preparar as fornalhas, não podia mais ser do mesmo jeito que se

trabalhava, que era fornalha só feita com tijolos. Tinha que registrar e fazer todas essas coisas.

Agricultor I - E tinha que pagar imposto.

E as pessoas que tinham engenhos e trabalhavam neles, com essa paralização da atividade em que eles foram trabalhar?

Agricultor I - Plantava aipim e vendia, as vezes vendia para garapeira, vendia entorpa para as olarias. Porque quando acabou a lenha rachada, ficou todo mundo achando que iria morrer de fome, tinha muita gente desesperada. Mas aí veio a torra. Empilhava aqui por metro e os caminhões levavam para as olarias. Como tem de eucalipto. Vai tudo para lá.

Agricultora J - Plantavam milho, feijão.

E naquela época, seus avós e seus pais não faziam carvão?

Agricultor I - Alguns faziam, mas eram bem poucos. Era tudo balão como eles diziam, eles faziam um buraco no chão e pegavam folhas de coité, folhas de bananeiras, capoeira e colocava por cima e tampava com terra. Aí colocava o fogo e ficavam lá cuidando dia e noite, não podia mais virar as costas, porque a hora que vazasse uma fumaça tinha que ir lá tampar. Não existia forno. Meu pai nunca fez. Eu também nunca vi, mas sei que faziam isso por aqui. Sei que o Mané nova fazia, porque ele levava inclusive a namorada para lá de noite. Outro dia eu estava até conversando que o Nhé também fazia. Eles queimavam com um balão. Fazia um balão para queimar.

E quando vocês começaram a fazer carvão?

Agricultor I - Eu fui quando vim morar aqui. Deve fazer uns 30 anos.

Agricultora J - E porque quando nós nos cassamos, fomos morar em Canudos. Moramos 8 anos em Canudos. Depois fomos morar em Biguaçu, onde morramos 8 anos. Próximo do viaduto, uns 100 metros. Daí voltamos para cá e quando voltamos, que já fazemos uns 30 anos. Fez agora em novembro.

Agricultor I - Com 25 anos eu casei e tinha um terreno em Canudos. Quando eu era solteiro fiz uma casa lá. Eu tenho um filho deficiente e falaram que era melhor eu por ele em uma fundação para estudar, lá embaixo em Biguaçu. Então não podíamos levar para a roça, porque já tínhamos Mais dois ou três filhos pequenos. E eu tinha que trabalhar na roça, ela tinha que cuidar dos filhos pequenos. Então fomos obrigados a ir para Biguaçu.

Agricultora J - Nós havíamos montado um comércio lá. Estávamos com uma vendia e negociando um pouco. Quando fomos para lá todos diziam que "lá embaixo é melhor para negociar", mas se nós tivéssemos ficado ali (em Canudos), nós tínhamos negociado melhor. Porque ali dava um trocado para nós, lá embaixo comeram tudo nosso. Então depois de 16 anos nós voltamos para cá e fomos morar lá onde meu filho mora hoje.

Agricultor I - Na casa velha do meu pai.

Agricultora J - E moramos mais 8 anos. De 8 em 8 anos nós nos mudávamos. Agora já estamos nessa a 22 anos, então não saímos mais dela. Acho que daqui só no caixão.

Como foi retornar?

Agricultor I - Para mim foi bom, porque eu não gosto lá de baixo. Nunca gostei.

Agricultora J - No começo a gente não gostava, porque a gente era daqui e a gente estranhava bastante, mas depois a gente já estava mais contente. A gente negociava. Estava dando bem, eu fazia um dinheirinho. Já estava comprando alguma coisa. Até estava bom, mas depois a gente vendeu muito fiado e o pessoal enganava a gente e fomos perdendo tudo que nós tínhamos, fomos perdendo e ficamos quase sem nada mesmo. Então eu falei para ele (agricultor I), temos que sair daqui senão vamos passar fome, porque não dava mais. Aí meu sogro tinha um terreno aqui.

Agricultor I - Porque o problema foi vender fiado, porque quando a gente começou lá não tinha supermercado, era só venda. Não existia supermercado ainda e depois começou o supermercado e nós não podíamos concorrer com eles, porque nós éramos fracos, vendinha pequena, como vai concorrer com um supermercado no preço. Se nós vendéssemos no preço deles nós não ganhávamos nada, porque nós comprávamos mais caro.

Agricultora J - Era pouca coisa. Mas era assim, quando o pessoal tinha dinheiro eles compravam no mercado, mas quando eles não tinham eles vinham comprar fiado com a gente.

Agricultor I - Daí fomos perdendo a freguesia. Passaram a diminuir a compra. Compravam só o que faltava, os grandes compravam no supermercado.

E quando vocês moravam em Canudos vocês trabalhavam com roça?

Agricultor I - Eu trabalhava um pouco com roça, mas estava muito ruim de fazer roça, então eu comprei um mato e tirei madeira por uns 5 anos. Derrubando com machado. E todo sábado matava um porco. Também dava um dinheirinho bom. Vendia toda a carne na hora.

Agricultora J - Matava e já estava tudo encomendado. Ali estava bom para nós.

Agricultor I - Creio que se eu ficasse por ali eu estava muito melhor do que hoje. Em termos de dinheiro.

Agricultora J - Mais aqui está bom também. Com a graça de deus aqui está bom. Para quem veio para cá com uma mão atrás e outra na frente, como diz o pessoal, hoje graças a deus estamos bem.

E ainda tinha a questão da vigilância. Como era a questão da fiscalização?

Agricultora J - Quando a gente veio para cá não tinha. Nessa época a gente trabalhava tranquilo.

Agricultor I - Foi de alguns anos para cá que começou a não deixar o povo trabalhar.

Agricultora J - Quando nós chegamos aqui que baixamos cora a queimar lenha e fazer forno. Daí ele (agricultor I) comprou as coisas para dentro de casa, porque a gente não tinha nada, não tinha geladeira, freezer, não tinha nada, daí nós compramos tudo. Fizemos também uma cozinha lá, porque a casa era muito velha. Fizemos um banheiro, como o que temos aqui, aquecido a água do fogão,

porque temos aquele banheiro, mas temos outro que a água é aquecida dentro do fogão, para a gente tomar banho. E ali nós fizemos também, quando nós morávamos lá. Depois deu um tempo ruim e arrancou todo o telhado e colocou quase tudo no chão. Isso destruiu quase toda a cozinha que foi construída. Mas nessa época não tinha muito isso. A gente trabalhava tranquilo. Nós vendíamos para esse senhor lá de Canelinha. Ele vinha de 15 em 15 dias. Nós queimávamos o carvão e ele vinha aqui e levava o carvão para lá. Depois, chegou um pouco mais para o fim e foi quando a coisa foi trancando e foi indo e não dava mais para trabalhar.

Agricultor I - Eu nunca fui multado e o IBAMA nunca teve aqui. Teve uma vez aqui, mas eu tinha licença. Daí olharam a placa ali e olharam a madeira e foram embora. Mas nunca me perturbaram. Mas os vizinhos aqui passaram trabalho.

Quais são as recordações de vocês sobre a realização de suas primeiras roças?

Agricultor I - Para mim é tudo a mesma coisa. A diferença que tem para hoje é que naquele tempo nós capinávamos a terra de mandioca. A gente plantava ela, uando fazia dois anos a gente arrancava o aipim e tornava a capinar a terra quando da de novo. E hoje não, hoje nós plantamos o aipim, quando chega dois anos nós arrancamos e o mato vem de novo já na hora. É melhor para vir o mato. Porque naquele tempo nós tirávamos muita semente e muita força da terra.

Agricultora J - E quando eles plantavam assim, dois, três anos que eles plantavam, muitas árvores eram plantadas dentro da terra.

Agricultor I - Dependendo das pessoas, plantavam ingá, plantavam maracatinga.

Agricultora J - Porque quando a gente veio morar aqui, que fazem 30 anos que estamos aqui, muito morro desse aí ainda era capim melado. Que estava perdido, capim melado ou capim graxa como eles dizem. Hoje tu corres aqui nesses morros e não vê quase uma malha de capim melado.

Agricultor I - Esses morros era tudo cheio de capim melado. Todo lugar que eu ia tinha capim para amarrar boi ou capim para encher barril. Agora hoje é só lenha.

E era capim melado porque transformava em pasto?

Agricultor I - Não, era porque a terra era muito trabalhada, perdia força e o capim melado vinha e demorava para vir a lenha. Demorava mais.

Agricultora J - Mas se não plantasse alguma coisa ali dentro não vinha.

Agricultor I - Hoje não, hoje a lenha já vem e o capim melado não pode vir.

Agricultora J - Quando a gente veio para cá nós já começamos a trabalhar diferente, trabalhava e deixava a terra descansar e a gente já plantava a maracatinga também e depois a capoeira já vem mais fácil.

Agricultor I - Naquele tempo era coivada a lenha para botar a roça, até deixava as mudas, mas não tinha muito capricho de vir a lenha ligeira na roça. Igual hoje, hoje já queremos que a lenha venha. Porque naquele tempo esse terreno aqui ainda sobrava (espaço). Tinha gente aí que passava miséria de lenha, mas

nós não, nosso terreno aqui sempre teve sobra de lenha. Aqui onde eu tenho forno até onde eu estou trabalhando hoje no travessão era tudo capoeirão, nunca tinha sido derrubado por meu pai.

E essa propriedade é herdada?

Agricultor I - Sim. A minha é herdada. Comprei só um pedaço ali dos meus tios, o resto é tudo herança do meu pai. Minha família toda morava aqui. Ali morava meu pai, ali mora meu tio que vendeu um pedaço pequeno aqui, ali morava outro, depois casou o meu primo e morava ali. Ali morava um irmão meu, que casou e morou ali uns tempos. Outro morou aqui um tempo. Um primo morou aqui outro tempo. Teve um tempo que estava aqui umas trinta famílias. Depois só estava com umas duas ou três só. Agora que está voltando o pessoal de fora.

Agricultora J - Agora o pessoal de fora está voltando. Muita gente que saiu daqui está voltando e muitos que querem morar por aqui.

E fazem roça também?

Agricultora J - Não.

Agricultor I - As vezes para pôr eucalipto.

Agricultora J - Mas tem muita gente da família que voltou. Tem uns primos dele, que cada um tem uma casa aqui. Só que esses vêm aqui só final de semana. Eles já estão mais velhos também, já estão se aposentando e tem vontade de voltar. Um desses já está aposentado e está doído para voltar, mas a mulher não quer voltar. Ele está aqui quase todo dia da semana. Meu cunhado também, tem ficado aqui a semana toda. Só que vem sozinho, a mulher fica lá e ele vem sozinho e fica aí a semana toda sozinho.

Quantos filhos vocês têm?

Agricultor I - Seis.

E algum deles trabalham com a roça de toco?

Agricultor I - Não. Dois trabalham com marmoraria. Um é colocador de mármore. E a filha trabalha em um supermercado agora. As vezes trabalha em padaria. Mas eles nasceram aqui. Uns nasceram em Três Riachos, outros em Biguaçu. Aqui em Fazendas não nasceu nenhum. Nasceram 4 em Três Riachos e 2 em Biguaçu. E acabaram de se criar aqui.

Agricultora J - O mais velho só chegou aqui, ia fazer 15 anos quando chegou aqui, daí os tios inventaram de levar eles para lá. Para trabalhar lá junto com eles. E carregaram junto com eles. Eu não queria, mas eles carregaram ele para trabalhar lá e o pai queria que ele fosse também.

Agricultor I - Porque assim, nós temos que pensar no futuro das pessoas. Aqui na roça é uma coisa meio sem futuro e eles novo, então foram para lá e aprendiam de pedreiro, aprendiam qualquer profissão, como hoje ele é marmorista. Mas se for para ele trabalhar de pedreiro ele sabe. E aqui na roça não, aqui é só roça. A roça era uma coisa que estava muito sem futuro, muito

ruim de vender a lavoura, quase não tinha comprador e a gente não podia fazer, não podia vender porque não tínhamos registro. Então, o governo tirou a liberdade da gente trabalhar na roça. Porque nós não conseguíamos registrar o engenho, fazer tudo que eles queriam. E fazer como a gente fazia antigamente não pode fazer mais. E como vai trabalhar para vender a mercadoria.

Mas alguns chegaram a trabalhar com vocês?

Agricultor I - Trabalharam.

Agricultora J - Os três guris trabalharam até 22, 23 anos eles trabalhavam junto com a gente. O penúltimo esse ainda mora aqui, mas não trabalha mais na roça. Trabalha na prefeitura de Biguaçu. Ele sempre tabalhou com vaca de leite. Teve um tempo que a gente tinha umas 20 vacas dando leite. Trabalhei muito tempo também assim. Tirava tudo no pulso, fazia queijo e colocava nas costas aqui e ia lá para Biguaçu vender. Colocava uma mala nas costas aqui com 20, 30 quilos de queijo, dependendo do que dava durante a semana e daí levava e corria Biguaçu todo vendendo. Depois arrumamos e compramos lenha, aí ficamos aqui. Dai começamos a vender o leite para Bissa Catarina em Sorocaba, mas ele mora em Florianópolis. Depois nós paramos tudo e entregamos tudo para o filho, e ele que ficou cuidando. Ele cuidou por uns 3 ou 4 anos mais ou menos. Depois foi relaxando e relaxando, agora acho que ele está tirando leite de umas duas ou três vacas só. Mas está meio que começando de novo porque tem outro rapaz que veio para cá agora e ele está tirando também e daí ele está ensinando como tirar.

Mas gado vocês criam alguns?

Agricultor I - Tenho. Gado do pasto, vaca. Boi de carro eu tenho um só. Brinquedo (nome do boi).

Naquela época então tinham mais pessoas que ajudavam na roça?

Agricultor I - Quando nós estávamos solteiros era nós todos juntos. Nós éramos em seis também. Era eu, Fenino, Miguel, Polânia, José e o que faleceu o Antônio. Antônio faleceu pequeno. Nós éramos em seis, mas ficou somente cinco.

Agricultora J - Na época dele era mais gente ajudando. E tinha bastante gente por aqui que trabalhava na roça, e quando nós viemos para cá nós estávamos meio que sozinhos aqui trabalhando. Quase todo mundo foi embora. Os idosos foram falecendo. Meu sogro foi embora daqui e ainda morou 30 anos em barreiros também. Depois não veio morrer aqui porque foi para o hospital, mas minha sogra ainda faleceu aqui dentro da minha casa.

Então ainda existe uma grande quantidade de pessoas saindo?

Agricultora J - Não. Hoje está mais voltando do que indo.

Agricultor I - Porque hoje também os novos já foram todos e os velhos, só sobraram os velhos quando forem vão para o andar de cima. Porque os novos saíram todos. Não querem mais trabalhar na roça, tem que estidar para arrumar

um serviço lá embaixo. As vezes falavamos para os irmãos dela para ir lá na roça ajudar e ninguém quer ir.

Gostaria de saber se existe algum calendário de plantio?

Agricultor I - A plantação da roça o que tem prazo marcado é o feijão. Chegou do mês de agosto em diante é tempo para plantar qualquer lavoura.

Agricultora J - Mas o aipim também se não plantar certo mingua.

Agricultor I - Pois é, o aipim é até janeiro. Chegou mês de janeiro para mim já não se planta mais. O certo mesmo é de agosto até novembro. Dezembro já está ficando meio tarde. Quando chega na entrada do inverno ela para, não cresce mais. Agora a cana até dia 19 de março pode plantar. Até mais para frente um pouquinho, mas o certo é plantar o feijão e a cana até dia 19 de março. A cana pode ir mais para frente um pouco, mas o feijão até o dia 19, depois não se planta mais.

Então além de aipim plantam-se outros cultivos?

Agricultor I - Hoje se planta pouco, mas planta milho, quero ver se consigo limpar um pedaço de terra ali para plantar milho, já era para ter plantando, mas por causa da chuva não plantei rama, não tive tempo então não plantei. Feijão passando do dia de São João, milho e feijão já da para começar a plantar. Feijão ainda está meio cedo, mas milho já da para começar a plantar. O problema de plantar é a geada, se der uma geada mata tudo. Mas depois do dia de São João já da para plantar milho e feijão também. Aí planta-se até o dia de finados o feijão. Milho planta direto. Quando chega agora, janeiro, a gente começa a plantar até o dia 19 de março.

Agricultora J - Mas esse ano vai dar muita falta de muita coisa. A chuva atrapalhou muito.

Agricultor I - Quem plantou disse que não veio porque a chuva não deixou vir, muita água matou ou não cresceu direito. E muitos não plantaram porque sabiam que a chuva não deixaria vir.

Então existe um calendário para a realização das roças?

Agricultor I - Quando chega o mês de agosto quando a gente acaba de fazer a farinha, então já vai botar a roça para cana, para o milho e para o feijão. Quando coloca para cana também da para feijão, depende da terra. O feijão pode plantar dentro da cana, o milho também da, mas ele estraga mais a cana. Faz roça para plantar banana também, mas daí é só banana. Mas a terra da banana tem que ser escolhida, não é toda a terra que da. Aqui no meu terreno tem um pedaço que se você olhar tem um pedaço que você diz "Ah essa terra aqui não presta para plantar banana", mas ali é bom para banana, se plantar e cuidar dela direitinho ela da banana. E lá atrás tem outro pedaço que era o bananal do meu pai e que é terra de banana mesmo. Praticamente só para banana.

E como tu faz, tu olhas e sabes?

Agricultor I - É. Pela terra a gente sabe mais ou menos. Para milho e feijão eu conheço tudo. Feijão e cana eu sei onde plantar com rama. Agora hoje já da rama em qualquer lugar. Antigamente, quando eu era novo era tudo escolhido a roça para rama, de certo o tempo era muito chuvoso, dependendo da terra não adiantava plantar, porque não prestava. Era muito chuvoso. Chovia as vezes 15, 20, 30 dias direto. A gente via o solo virar tudo pântano. Meu filho quando casou queria fazer a casa dele lá onde meu pai tinha e nem falou para mim, eu fui a Florianópolis e quando voltei ele estava fazendo os pilares da casa lá onde meu pai morava, aí eu disse para ele "Não, nem adianta, pode fazer em qualquer outro lugar, porque quando der uma chuvarada, igual hoje ali da, para sair daqui vai ser um trabalho". Aqui corre água do morro o mês inteiro, quando tem chuva vem caindo aquela água, fazendo aquele banhado. Tanto lugar bom para fazer lá fora, fazer aqui para passar trabalho. Não tem estrada, não tem nada, tem uma pedreira ainda ali que solta muita pedra. No tempo que eu era novo, lá em cima do morro ficava tudo um banhado, de tanta água que corria, agora nunca mais veio. A gente diz que está chovendo uma barbaridade, mas está tudo enxutinho. Não tem água. Antes vinha para virar banhado.

Então como ocorre as escolhas dos lugares das roças?

Agricultor I - Tem a ver com que vai plantar, com a lavoura. Se você dizer assim para mim "Hoje nós vamos roçar para milho e feijão", nós temos que pegar uma beirada de uma grota e colocar onde é uma terra forte. Se você dizer assim, "quero uma roça para cana", nós vamos colocar em um lugar que é bom para cana. Em cima é bom para aipim. Aquela parte é boa para cana. Hoje já está mais pareio (Igual, tanto faz porque tudo vai nascer), mas antes tinha que ser melhor escolhido. Principalmente para rama.

Agricultora J - Hoje já está mais pareio, porque antes era mais capim, ficava uma coisa fraca, agora hoje a mata fortaleceu a terra.

Agricultor I - O terreno onde era plantado o aipim era muito fraco. A cana também exige um terreno mais forte. Cana, milho e feijão tem que ser terra forte. Terra fria, principalmente milho e feijão. Terra fria.

Como é isso?

Agricultor I - Terra fria é terra bem gorda, tem mais adubo da natureza. Terra mais virada para o sul, melhor para o nosso feijão vir no nosso lugar. Depende do lugar também, terra virada para o norte as vezes é boa, mas tem que ser uma terra mais baixa. Lá em cima do morro é difícil dar milho e feijão. Só em uma baixada boa para dar. Terra forte é onde a capoeira é forte. Onde a terra é boa a natureza se regenera mais ligeira. A terra quente é boa para qualquer planta também, porque toda planta precisa do calor, mas depende do tipo da terra, aqui tem um pedaço bem sualheiro, é boa para banana, ela é virada meio para o norte, é boa para banana, boa para milho, boa para feijão, boa para cana e de certo, boa para rama, mas nunca plantamos, porque ali só plantava cana. Ali a gente plantava cana, depois colocava a banana, daí a terra enfraquece, porque a cana fica ali 3, 4, 5, 10 anos. Daí a terra enfraquece e a terra se acaba. A gente

para de plantar a cana e a capoeira vem, quando a terra já está boa para botar outra roça, derruba as bananeiras e depois se formam de novo e corta a bananeira lá. Dependendo da terra. Esses tempos eu coloquei uma roça ali para feijão e eu disse "parece que uma terra dessa amarela como ela está, não era para dar feijão", porque é uma terra muito trabalhada. No mato é uma coisa preta.

Agricultora J - Hoje também eles plantam a roça e eles colocam muito adubo também. Coloca estrume de gado, estrume de galinha. As vezes adubo químico.

Agricultor I - Eu coloco na cana. Adubo químico. Coloquei um saquinho de 25 quilos e depois vou comprar mais 3 de 25 quilos. Mas a maior parte é da floresta. Se eu pudesse ir na madeireira e pegar serragem para colocar na cana eu colocava um bocado. Ai não precisa de adubo. Só a serragem já aduba. Aquilo é uma beleza para a terra, mas aquilo é caro e a gente não tem condição de comprar.

Como que é o processo de comercialização destes cultivos?

Agricultor I - Hoje nós plantamos só para nós. Feijão a gente planta só para nós comer e mesmo assim nós compramos mais do que nós colhemos. Milho eu planto uma linha, mas é só para as galinhas. O açúcar também tem que usar o branco, porque a gente quase não faz, eu faço e as vezes fica ali e esquece de fazer pão com ele. Da roça só vendo o aipim e o carvão. A lavoura hoje é o carvão.

Agricultora J - Nós também já estamos aposentados hoje e temos o salário da aposentadoria também.

Agricultor I - Mas a roça hoje onde a gente plantava o aipim e a farinha e o açúcar, hoje é o carvão.

Então o que é a produção de carvão para os agricultores de Três Riachos?

Agricultor I - Significa lavoura. Quem planta uma linha de rama ela vai dar 2000 reais. Eu queimo um forno de carvão ele da mais de 2000 um pouquinho e da para fazer em uma semana. Uma semana se eu quiser eu faço. É rápido. É uma lavoura rápida para nós. Já o aipim para fazer um dinheiro com o aipim tem que fazer uma roça muito grande.

Agricultora J - E esperar dois anos.

Agricultor I - Capinar, arrancar, puxar.

E o que vocês preferem fazer, roça ou carvão?

Agricultor I - Hoje o carvão.

Agricultora J - Mas nós temos que fazer os dois, porque não pode deixar a terra se perder.

Agricultor I - Eu tenho que botar a roça, porque se não colocar a roça eu não tenho a lenha. Tenho que plantar algo na terra e colocar a roça para conseguir a lenha. Se eu derrubar e não botar a roça eu não tenho lenha para a semana.

A lenha não volta?

Agricultora J - Ela volta, mas só que aí a terra fica uma coisa desperdiçada.

Agricultor I - A lenha volta, só que a mesma coisa que vai vir se eu não plantar nada, ela vem trancando, porque a lenha que nasce, eu já deixo ela meio compassada para ela vir, então quando eu tirar o aipim, já tem capoeirinha grande dentro. E daí eu aproveitei a terra com o aipim. Para fazer aquela plantação. Não atrasa a lenha. A lenha vem a mesma coisa, ou talvez até melhor porque eu tiro o capim. Ela vem mais compassada, não vem fechada demais. Porque, por exemplo, se você derrubar a maracatinga e queimar a roça, você vai lá e tira a lenha e deixa ela vir do jeito que vem, ela demora mais a vir, porque ela fecha demais, então umas vão ter que morrer para outras saírem. Então aquela que vencer vai vir, mas ela atrasou, porque tinha demais. Uma toma a força da outra.

Agricultora J - As vezes tem que entrar lá dentro e tirar.

Agricultor I - Eu tenho que deixar vir, então se planta lavoura a gente deixa um pé aqui, deixa outro ali, deixa outra lá. Quando capinar está em um ponto assim, então a gente vai deixando uns pés compassados. Quando chega na outra capina, não, está muito baixo, a gente corta, quebra alguns, tira a galhada, e ela vai vindo. Quando eu arranco o aipim, eu já vejo que tem pau desta grossura dentro de macaratinga. Alta já, de 2 metros. Então ela veio junto com o aipim. Então o bom é limpar para ela vir mais rápido. Ela vem sozinha, mas demora mais porque uma atrapalha a outra.

Mas agora você não tem mais maracatinga, certo?

Agricultor I - Agora quase não tenho mais.

Agricultora J - Mas ainda tem muita gente com maracatinga por aqui.

Agricultor I - Mas agora eu deixo vir o jaquatião, a lenha.

Porque é melhor para o carvão?

Agricultor I - Não, a maracatinga é melhor. Mas, a outra madeira nossa aqui é nativa e a bracinga, de certo se eu plantar uma roça hoje e colocar a maracatinga, nessa que eu plantei lá até coloquei uns pés dentro, mas eu de repente não vou mais fazer carvão, eu já estou com 71 anos, daqui uns 10 anos ela vai da lenha. Daqui a 10 anos eu estarei com 81 anos, será que eu penso em fazer mais carvão? Então é mais vantagem eu deixar vir a nativa. Talvez onde eu estou derrubando hoje não vai mais ser derrubado. Para se tornar uma floresta mais bonita, mais rápida, mais ligeira. A maracatinga vai se perder e essa vai ficar para daqui a 100 anos ela está de pé de novo ali. Então eu acho que onde eu estou botando a roça hoje não sei se vai ser mais derrubado, não sei quem vai derrubar, porque eu creio que a minha família não derruba, porque a gente não sabe o mundo para onde é que vai. Mas acredito que a minha família não derruba, não sei se eles vão querer cuidar aqui toda vida. Então interessa mais eu deixar vir a nativa. Se eu fosse novo eu iria encher de bracinga.

Agricultora J - Difícilmente eles vão vender para outro.

Agricultor I - Aqui cada um vai herdar um pedacinho. Se alguém quiser ficar lá pela fazenda, porque vai passar a Br por dentro agora. Ai quem quiser fazer uma

casa lá, cada um tem seu pedacinho para fazer uma casa lá. Intenção de vender não tem, mas a gente não sabe como é que vai a vida, como vai o mundo. As coisas com o tempo vão mudando, vai passando e de uma hora para a outra.

Quando virem esta floresta toda aqui vão querer comprar, não?

Agricultor I - Meu terreno hoje se você andar dentro dele, você diz assim "É mentira que ele trabalha", porque meu terreno é praticamente só lenha. Lenha e palmito. Bem cheio mesmo que a capoeira fecha tudo. O palmito tem lugar que está fechado. Só derrubei a capoeira. Falei com a representante da FAMABI da época se poderia derrubar a lenha e deixar o palmito, ela disse que poderia. Ela veio aqui e marcou os 4 cantos como eu queria e eu derrubei. E está bem bonito. Todos os lugares estão vindo o palmito. Quando eu botava a roça, eu botava uma roça, eu pegava ia perto do aceiro e colocava uma carrada de palmito por aqui afora. Porque aí não queimava e quando eu colocava outra roça, eu puxava a capoeira um pouco para lá, para não queimar essas Jussaras aqui. Então essa jussara ficava, então essas jussara velha elas agarravam força, além delas já estarem colocando cacho, mais ainda porque elas estavam sozinhas ali. Elas pegavam a força da terra para elas.

O que dividia uma roça da outra eram os palmitos?

Agricultor I - O palmito fazia o rumo.

O que dividia uma roça da outra eram os palmitos?

Agricultor I - O palmito fazia o rumo. Quando eu coloquei uns pedaços que eu deixei para plantar eucalipto, aí eu derrubei quase tudo. Como eu falei lá em Três Riachos para um representante do IBAMA, em uma de nossas reuniões, que eu não podia mais trabalhar dentro do meu terreno, eu acho que eu fiz uma coisa muito errada, eu disse para ele, porque eu deixava a reprodutora no aceiro da roça e hoje meu terreno é tudo cheio de palmito. Ele disse que onde tem palmito não pode mexer. Então, além de não poder derrubar a nativa eu fiz pior ainda, porque eu deixei a produção de palmito vir e agora não posso derrubar por causa do palmito. Ele disse, "não, não, pode, não sei o que..."

Mas como era antes? Tinha essa restrição?

Agricultor I - Não. Nunca teve. Foi de uns tempos para cá que o IBAMA não queria que mexesse mais com os palmitos. Eles vieram fazer uma reunião com a gente que nem a flecha de foguete, poderia por embaixo de lugar algum. Da um pezinho assim com uma flor bem amarela. Um cacho de flor bonito, bem amarelo.

Agricultora J - Tinha gente que usava para vender a flor. Era um buque pronto. Eu não comprava na loja, uma vizinha aqui tinha na casa dela e ela nos dava. A planta tem uma raiz que aqui ela da o pé e um outra raiz já vai por baixo já espiga lá e já vem outro pé e vai espigando tudo aqui.

Agricultor I - Tem 5 ou 6 fiapos siando por debaixo da terra. Então nem a flecha de foguete nós poderíamos cortar, na reunião. Não poderia cortar mais nada, se

não poderia cortar nem a flecha de foguete. Eles chegaram a multar gente com uma carrada de coisas na estrada para por para o gado. Estava danado. Aí derrubei as juçaras tudo. Se não pode mexer no palmito não adiantava deixar vir.

Esse conhecimento que vocês adquiriram sobre a floresta, saber que isso é flecha de foguete, por exemplo, isso você aprendeu com quem?

Agricultor I - Meu pai. A família. Meus tios. Trabalhando no mato e sabendo as qualidades das madeiras. A gente queimava lenha de farinha e lenha de açúcar o verão todo e o ano todo. No inverno fazia farinha e no verão açúcar. E também no fogão. Queimava lenha no fogão toda a vida. Então, eu sei todas as qualidades da lenha, se ela é pesada, se a lenha é leve, se souber o nome da lenha já sei se é pesada ou leve, o que é a lenha, se é boa ou se é ruim, lenha para mourão, lenha para palanque. Sei toda ela, nem preciso chegar lá no mato para saber a qualidade.

Mas se alguém vier hoje para trabalhar aqui na roça, essa pessoa vai demorar para conhecer?

Agricultor I - Demora um pouco. A gente tem a convivência desde pequeno. Porque quem é criado na família aprende tudo na casa com a família. Muita coisa, a educação, tudo, você pega ali com a família. A mesma coisa a gente, que nasceu aqui na roça, com as plantas, a natureza, as águas, a gente desde pequeno já foi pegando o conhecimento de tudo. Eu nunca me esqueço quando eu era bem pequeno, eu vim na casa de João Estabe, ele morava perto da casa de meu pai, no final do pasto. Meu pai morava lá e ele morava um pouco mais para cá, dentro do terreno de meu pai. Ele tinha algumas fritas plantadas, goiaba, caqui, jabuticabeiras e eu fui lá e corte um galho da jabuticabeira, um galho pequeno, e ele brigou comigo. Aí eu cheguei em casa e perguntei para a minha mãe se jabuticabeira não era pau. Ela disse "É pau. Porque?", "Porque João brigou comigo porque eu cortei um galho da jabuticabeira". Então são coisas que desde pequeno a gente já vai aprendendo. Para mim jabuticabeira era pau e poderia cortar. Mas era pau, mas também era fruta. Não é todo pau que pode cortar. Um pé de caqui pode cortar, mas se você quer colher o fruto tu não vais cortar o pé de caqui. Um pé de goiaba a mesma coisa. Tudo isso a pessoa vai aprendendo de pequeno, quem mora no mato. Eu via meu pai sempre cortando o mato, botando roça, trabalhando, arrancando erva dos pastos.

Você lembra a primeira vez que seu pai te levou para a roça?

Agricultora J - A minha mãe me levava na barriga. E depois me levava dentro de uma caxeta. Mas eu não me lembro. Uma caxeta de verdura meio quilo. Me colocava dentro de uma caxeta dessa e me levava para a roça. Depois meu irmão nasceu e ele ia também. Eu já era maior e ele ia dentro da caxeta. No começo, me chamaram dentro da roça, por que eu estava pequeno, "João onde é que tu estás?", eu voltava por dentro da roça de mandioca e respondia. Eu me lembro de meu pai puxar cana com galho de pau lá na roça, por morro abaixo.

Eu subia em 2, 3 molhos de cana que estava em cima de um rameiro de pau e puxava até aqui onde está o carro de boi. Eu era bem pequeno. Eu me lembro de uma coisa assim. Uma vez, eu era bem pequeno também, tinha um pinheiro grande ali no pasto e meu pai, mais o meu tio, tinha que queimar uma coivara lá em cima. Meu pai tinha feito uma moenda nova para aquele tempo e tinha comprado uma serrinha de cortar ferro para serrar os veios do peão. Eu peguei uma serrinha daquela e subi lá na ponta do pinheiro e comecei serrando um ganho do pinheiro. Quase que apanhei nesse dia, porque eu estava sentado na ponta e serrando no pé. A hora que quebrasse. Quando eu era bem pequeno, devia ter uns 5 ou 6 anos, não trabalhava ainda. E ele era om de subir, porque tinha vários galhos e de um a gente ia passando para outro. Até que lá na ponta do segundo, passava para o último.

As mulheres sempre ajudam na roça e também fazem roça?

Agricultor I - Toda a vida.

Não tem diferença?

Agricultor I - A diferença para nós da roça é que a mulher cuida da casa. Então as horas que ela está cuidando da casa ela não vai para a roça.

Agricultora J - Mas tem muitas vezes que a gente vai para a roça e o serviço da casa fica e quando chegamos de noite vamos fazer o da casa.

Agricultora I - É o que eu ia dizer, quando chega de noite em casa a mulher vai cuidar do serviço dela. O homem vai tratar dos bichos, dos porcos, de uma vaca, as vezes tirar o leite. Chegando em casa sempre tem coisas para fazer. A mulher se tiver coisas para fazer em casa, chega mais cedo da roça.

Mas agricultora J, você também sempre fez a roça desde quando era criança?

Agricultora J - Desde pequena. Toda a vida. E a minha mãe também. Toda a vida trabalhou na roça. Minha mãe trabalhou na roça menos, depois de casada, porque ela teve muita família, eram 11 filhos, e daí minha mãe era uma pessoa muito doente. Ela tinha muitas varizes, nas pernas e as vezes estourava. Graças a deus a minha só estourou uma vez. Mas as da minha mãe as vezes estourava 3 ou 4 vezes por semana. Mas mesmo assim, quando ela não ia para a roça tinha um quintal bem grande perto de casa ela ia para lá e plantava alho para vender, cebola, plantava verdura para a gente comer em casa, abóbora, chuchu, tinha sempre. As vezes meus irmãos hoje ainda dizem assim "A gente passou muita miséria", eu digo, "Miséria não, porque a gente toda a vida teve comida para comer", porque a mais velha da família era eu. Não tinha uma coisa melhor, mas nós tínhamos uma banana, tinha leite, ovo de galinha, tinha abóbora, bastante coisa.

Agricultor I - Açúcar, farinha. Tinha farinha de milho. Quer dizer, fome ninguém passava.

Agricultora J - A gente não tinha aquela fartura, mas não passava fome.

Agricultor I - Tinha galinha, quando não tinha carne, matávamos uma galinha. Matava um porco.

Agricultora J - Meu pai negociou muito com a carrocinha também. Ele cortava banana e levava lá em Governador Celso Ramos. Levava uma carrada de banana e lá carregava de peixe. Aí comprava arraia, os peixes que tivessem lá dos pescadores. Ele enchia a carroça e vinha para casa negociando por onde passava. O que sobrava quando chegava em casa nós limpávamos e guardava para nós. As vezes não tinha mistura para nós tomarmos café, mas nós assavamos sardinha. Então nós não passávamos miséria. Nós não tínhamos coisas boas como hoje. Que é muita coisa.

Agricultor I - Coisa boa... é quase a mesma coisa. (Sorrir). Muita coisa que a turma gosta hoje eu não gosto. Eu gosto da polenta, do milho,

Agricultora J - Isso a gente tinha toda a vida. Polenta, milho. A gente levava o milho para moer, daí fazia palha de milho e trazia para casa e fazia polenta.

Agricultor I - Era beju, era cuzcuz.

Mas vocês compram muita coisa hoje? Compram mais do que antes?

Agricultora J - Eu compro. (Sorri)

Agricultor I - Se eu cuidasse da casa eu comprava pouca coisa, mas elas vão no supermercado e querem trazer as coisas de lá.

Quais as diferenças entre a época passada e agora?

Agricultor I - Para falar a verdade eu tenho saudade daquele tempo. Mas gosto mais da época de hoje. Porque hoje a gente tem estrada boa. Hoje a gente tem condição para andar. E naquele tempo eu ia daqui a Biguaçu a pé, em uma festa ou alguma coisa. Nós íamos a missa lá em Três Riachos ou lá na Limeira a pé. Atolado no pântano até o Joelho.

Agricultora J - Hoje você vem com um carro igual você vem, sem hora, com chuva, com sol. Na época que a gente vem para cá a 30 anos, não vinha. Ele (agricultor I) tinha um jipe que teve um dia que ele fez a volta na estrada e voltou, porque não conseguiu subir.

Agricultor I - Até tinha estrada, mas não era boa. Era só no barro. As vezes as águas faziam buraco. Não era conservado. A patrôla passava uma vez por ano, mas era patrolada. Mas era só barro e o jipe veio e era patrôla baloia, aí a traseira pegou meio para o lado e a dianteira para o outro, acelerando e fomos fazendo a volta e voltamos. Hoje é mais fácil de ganhar dinheiro. Tem mais serviço do que quando eu era novo. Antigamente eu levantava de madrugada, 3, 4 horas. O dia começava a clarear eu já estava saindo para arrancar mandioca no inverno. As vezes chegava lá para arrancar mandioca estava o gelo aguarrado no pau da rama. A mão não aguentava, não tinha força para arrancar. Então era muito sofrido. Hoje a gente já não faz mais nada disso. Está muito mais fácil para ganhar dinheiro. Meu pai não vivia tão mal e o pai dela também (da agricultora J), mas porque tinha banana. Mas meus tios tinham dia que eles queriam um real, naquele tempo não era real, mas se fosse o dinheiro de hoje, as vezes passava um mês inteiro e eles não tinham um real no bolso.

Mas como era a vida nesse período?

Agricultor I - Viviam, mas só que passavam mais miséria, até de comida. Minha Tia Berta falou para mim que muitas vezes só tinha um ovo para comer ao meio dia. Muito ruim de aipim naquele tempo, plantaram uma roça grande de aipim mas deu sapé e morreu tudo. Morreu a roça toda e eles não tinham banana. As terras também não eram boas de cana, não sei se plantaram por isso também, mas sei que eles não tinham um tostão para nada. O que valia eles eram meu pai, porque meu pai tinha banana, então todo mês ele fazia dinheiro e eles não, eram praticamente açúcar e farinha, então era praticamente uma vez por ano. Quem fazia lavoura ainda tinha um trocadinho, mas também a lavoura era muito ruim naquele tempo, era barato e tinha muito, todo mundo plantava. Consumia mais do que se vendia. Agora hoje não, hoje a gente tem fatura praticamente de tudo.

Agricultora J - Os antigos, meus avós, e os avós dos meus pais, no final eles se aposentaram, mas a maioria do pessoal antigo ficava de idade e velhinhos e não tinham nada. Se a família não tivesse dinheiro para sustentar os velhinhos, eles morriam a mingua, porque eles não tinham dinheiro para nada. Hoje graças a deus chega-se aos 60 anos, 55 as mulheres a gente se aposenta. É pouco, é uma mixaria, somente um salário, mas dá para a gente aqui no sítio se sustentar. Da para a gente comer bem, para a gente se vestir.

Agricultor I - É. O salário hoje para a gente, se não tivéssemos as mordomias que temos hoje para gastar, com um salário a gente vivia muito bem. Mas aí quando vê tem geladeira, freezer, micro-ondas, forno, batedeira, aí vai. Quando a gente era novo, a geladeira era uma dispensa no cantinho da cozinha, fechava para por comida dentro. Para conservar uma carne era seca no sol e colocava no paiol de farinha. Colocava 4 ou 5 meses ela seca do sol. Salgava, colocava no sol e depois no paiol de farinha. A farinha não deixava ela umidecer. Uma parte da carne era salgada e defumada, pendurava e deixava ela em baixo do fogo, 3 ou 4 dias. E a ossada de porco, minha mãe colocava dentro de um caldeirão e depois misturava na banha, tirando a ossada para comer. Agora hoje é freezer, geladeira, é tudo diferente. Tudo é mais prático. Gasta-se mais, mas é mais prático. A luz era de querosene. Colocava um lampião aqui em cima da mesa e clareava para todo mundo. Agora coloca 5 ou 6 lâmpadas dessa e não clareia nada.

Agricultora J - Quando a gente foi embora para Biguaçu, nós fomos morar no loteamento e não tinha luz. O pessoal chegava e colocava vela em cima do balcão e para mim estava iluminando bem, estava bom. Mas o pessoal chagava e dizia "Ai meu deus, eu não estou enxergando nada". Eu pensava comigo, não falava nada, mas pensava comigo, um bando de palhaço, se eu enxergo, como eles não enxergam? Mas é porque a gente já estava acostumada, toda a vida com aquele lampião. Quando veio à luz de hoje, hoje a gente vê como é que o pessoal sofria. As vezes falta e a gente coloca 3 ou 4 velas e a gente fica no escuro.

Agricultor I - Nunca tivemos luz elétrica. A gente fazia serão para raspar mandioca, e colocava lampião para raspar mandioca e iluminava para todos aquela luz. Para quem ia ceivar a mandioca não tinha nem luz. Mas para a gente iluminava. Para o impremeiro tinha uma para fazer a imprensa de massa. Então, tinha três luzes no engenho que iluminava tudo. Agora hoje a gente coloca um ponto de luz e ainda reclama. Para a gente naquela época clareava, porque a gente estava acostumado com o escuro. A gente saía para a rua e era tudo escuro.

E vocês faziam roça no escuro também?

Agricultor I - Não. De noite não. De noite só trabalhava em casa.

Mesmo na época em que a fiscalização ficou mais presente?

Agricultor I - Alguns até faziam, mas eu aqui não. Eles nunca me incomodaram. Meus vizinhos aqui já multaram. Mas aqui eles nunca vieram. Não sei se é porque estava mais escondido.

O que difere o carvão produzido aqui de outros carvões?

Agricultor I - Eu creio que seja a qualidade da lenha. Eu estou ensacando carvão agora e está até meio ruim, porque peguei muita cupiuva, que é uma madeira grossa, mas ela sendo da vermelha ela é dura, mas sendo da branca é mais mole, então ela está dando um carvão leve. Deu muita cupiuva neste forno agora, então agora é um carvão mais leve. Carvão leve significa lenha mole. Ele queima mais rápido. Lenha duro é pesada, lenha mole é leve. Quando vai carregar o forno ele é bem leve, mas quando vai descarregar ele é pesado. Quando a madeira é leve, vai 7 quilos no saco, só que custa para colocar (dentro do saco no processo de ensacamento). Quando é pesado, meio saco já deu os 7 quilos. Esses dias veio uma mulher na nossa reunião (reunião da associação), lenha boa para o carvão, "Eu disse, eu sei melhor do que tu".

Ela estava errada?

Agricultor I - Não ela estava certa. Só que eu já sabia tudo. Eu sabia pelo peso, pela qualidade da lenha. Quando a gente vai lá no mato, eu posso dizer todas as lenhas que são pesadas no mato.

A bracatinga é leve?

Agricultor I - Pesada. É a melhor que tem. Bracatinga, cambotá, perobá, jacarandá, cupiuva vermelha, jaquatião.

E a acácia negra?

Agricultor I - Não conheço. Lá no Rio Grande do Sul eles chamam de Acácia Negra, mas não conheço. Não vi ainda. Eu fui embaixo de um pé lá e peguei, porque eu queria muda, porque eu fui em um viveiro lá e não tinha muda, aí fui embaixo dela, raspei a terra por cima e trouxe uma sacola de terra e levei lá para a roça. Tinha plantado a roça a pouco tempo, estava toda limpinha e fui jogando

os punhados. Deu uma chubarada, chuva forte. Voltei lá e não tinha nem as marquinhas, porque lá a terra é bem roxa, onde eu peguei a terra, então deu bem para ver que não tinha mais. Então a chuva carregou tudo, levou até as sementes. As vezes pode até nascer em outro lugar, mas por não conhecer. Não sei. A semente e a folha são iguais a da bracatinga. Se queimar, amontoa de semente, então não é possível que uma sacola de terra não tenha um bocado de semente. Então deve nascer na roça, porque de certo em algum lugar as sementes ficaram. Deve ter agarrado na grotá.

Agricultor I - Tudo é igual a fazer o açúcar, é muito vendo fazer. Igual a saber o ponto da farinha. Saber a hora que ela está boa, que é só colocando na boca. Porque tem muita gente que tira mas tira meio mole, não tira no ponto certo. Quem nunca viu fazer uma carrada de açúcar, tem que espumar ela todinha. Ela vai dar uma espuma grossa em cima dela, tem que passar na espumadeira e ir tirando aos poucos, daí tem que ver se quer transformar em melado ou tirar o açúcar. Então tem um determinado momento que ela vai dar o ponto para o açúcar. Não tem professor nenhum que estuda lá embaixo que vem aqui me derrubar. Com as árvores é a mesma coisa, conheço quase todas. São poucas as que eu não sei o nome e as madeiras boas mesmo eu conheço tudo.

E vocês construíram casas também com essas madeiras?

Agricultor I - Sim. Bastante. As madeiras desta casa a maior parte é foram da casa do meu sogro, mas eu retirei muita madeira do meu terreno para fazer minha casa. Construí muito engenho em roda também. Meu sogro me deu 5 cedros também que retirou de dentro do bananal, derrubei duas perova, uma canela fina e dois jaquatirão. Essa casa está quase com 20 anos. Isso é madeira para daqui a 100 anos ainda está em bom estado.

ANEXO

ANEXO A - BENS INSCRITOS COMO PAISAGEM CULTURAL
NA LISTA DO PATRIMÔNIO
MUNDIAL DA UNESCO ATÉ MARÇO DE 2017

Country	Cultural Landscape
Afghanistan	Cultural Landscape and Archaeological Remains of the Bamiyan Valley
Andorra	Madriu-Perafita-Claror Valley
Argentina	Quebrada de Humahuaca
Australia	Uluru-Kata Tjuta National Park ¹
Austria	Fertö / Neusiedlersee Cultural Landscape *Hallstatt-Dachstein / Salzkammergut Cultural Landscape Wachau Cultural Landscape
Azerbaijan	Gobustan Rock Art Cultural Landscape
Brasil	Rio de Janeiro: Carioca Landscapes between the mountains and the sea
Canada	Landscape of Grand Pré
China	Lushan National Park Mount Wutai West Lake Cultural Landscape of Hangzhou Cultural Landscape of Honghe Hani Rice Terraces
Colombia	Coffee Cultural Landscape of Colombia
Cuba	Archaeological Landscape of the First Coffee Plantations in the South-East of Cuba Viñales Valley
Czech Republic	Lednice-Valtice Cultural Landscape
Ethiopia	Konso Cultural Landscape
France	Pyrénnées - Mont Perdu* Jurisdiction of Saint-Emilion The Loire Valley between Sully-sur-Loire and Chalonnes ²

	<p>The Causses and the Cévennes, Mediterranean agro-pastoral Cultural Landscape</p> <p>Nord-Pas de Calais Mining Basin</p>
Gabon	Ecosystem and Relict Cultural Landscape of Lopé-Okanda
Germany	<p>Dresden-Elbe Valley<i>Delisted 2009</i></p> <p>Garden Kingdom of Dessau-Wörlitz</p> <p>Muskauer Park / Park Mużakowski*</p> <p>Upper Middle Rhine Valley</p> <p>Bergpark Wilhelmshöhe</p>
Hungary	<p>Hortobágy National Park - the <i>Puszta</i></p> <p>Fertő / Neusiedlersee Cultural Landscape *</p> <p>Tokaj Wine Region Historic Cultural Landscape</p>
Iceland	Þingvellir National Park
India	Rock Shelters of Bhimbetka
Indonesia	Cultural Landscape of Bali Province: the <i>Subak</i> System as a Manifestation of the <i>Tri Hita Karana</i> Philosophy
Iran (Islamic Republic of)	<p>Bam and its Cultural Landscape</p> <p>The Persian Garden</p>
Israel	Incense Route - Desert Cities in the Negev
Italy	<p>Sacri Monti of Piedmont and Lombardy</p> <p>Cilento and Vallo di Diano National Park with the</p> <p>Archeological sites of Paestum and Velia, and the Certosa di Padula</p> <p>Costiera Amalfitana</p> <p>Portovenere, Cinque Terre, and the Islands (Palmaria, Tino and Tinetto)</p>

	Rhaetian Railway in the Albula/Bernina Landscapes* Val d'Orcia Medici Villas and Gardens in Tuscany
Japan	Iwami Ginzan Silver Mine and its Cultural Landscape Sacred Sites and Pilgrimage Routes in the Kii Mountain Range
Kazakhstan	Petroglyphs within the Archaeological Landscape of Tamgaly
Kenya	Sacred Mijikenda Kaya Forests
Kyrgyzstan	Sulaiman-Too Sacred Mountain
Lao People's Democratic Republic	Vat Phou and Associated Ancient Settlements within the Champasak Cultural Landscape
Lebanon	Ouadi Qadisha (the Holy Valley) and the Forest of the Cedars of God (Horsh Arz el-Rab)
Lithuania	Curonian Spit* Kernavė Archaeological Site (Cultural Reserve of Kernavė)
Madagascar	Royal Hill of Ambohimanga
Mauritius	Le Morne Cultural Landscape
Mexico	Agave Landscape and Ancient Industrial Facilities of Tequila
Mongolia	Orkhon Valley Cultural Landscape
New Zealand	Tongariro National Park #
Nigeria	Osun-Osogbo Sacred Grove Sukur Cultural Landscape
Norway	Vegaøyan - The Vega Archipelago
Palestine	Palestine: Land of Olives and Vines – Cultural Landscape of Southern Jerusalem, Battir
Papua New Guinea	Kuk Early Agricultural Site
Philippines	Rice Terraces of the Philippine Cordilleras
Poland	Kalwaria Zebrzydowska: the Mannerist Architectural and Park Landscape Complex and Pilgrimage

	Park Muskauer Park / Park Mużakowski*
Portugal	Alto Douro Wine Region Cultural Landscape of Sintra Landscape of the Pico Island Vineyard Culture
Russian Federation	Curonian Spit*
Senegal	Saloum Delta Bassari Country: Bassari, Fula and Bedik Cultural Landscapes
South Africa	Mapungubwe Cultural Landscape Richtersveld Cultural and Botanical Landscape
Spain	Aranjuez Cultural Landscape Pyrénées - Mont Perdu* Cultural Landscape of the Serra de Tramuntana
Sweden	Agricultural Landscape of Southern Öland
Switzerland	Lavaux, Vineyard Terraces Rhaetian Railway in the Albula / Bernina Landscapes*
Syrian Arabic Republic	Ancient Villages of Northern Syria
Togo	Koutammakou, the Land of the Batammariba
Ukraine	Ancient City of Tauric Chersonese and its Chora
Turkmenistan	Parthian Fortresses of Nisa
United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland	Blaenavon Industrial Landscape Cornwall and West Devon Mining Landscape Royal Botanic Gardens, Kew St Kilda
United States of America	Papahānaumokuākea

Vanuatu	Chief Roi Mata's Domain
Viet Nam	Trang An Landscape Complex
Zimbabwe	Matobo Hills

Notes

1. Renomination of "Uluru-Kata Tjuta National Park" under cultural criteria.
2. The "Chateau and Estate of Chambord", which was previously inscribed on the World

Heritage List, is part of the "Loire Valley between Sully-sur-Loire and Chalonnes".

*: transboundary property

#: As for 19 Natural and Mixed Properties inscribed for geological values before 1994, criteria numbering of this property has changed. See Decision 30.COM 8D.1

Fonte: <http://whc.unesco.org/en/culturallandscape>